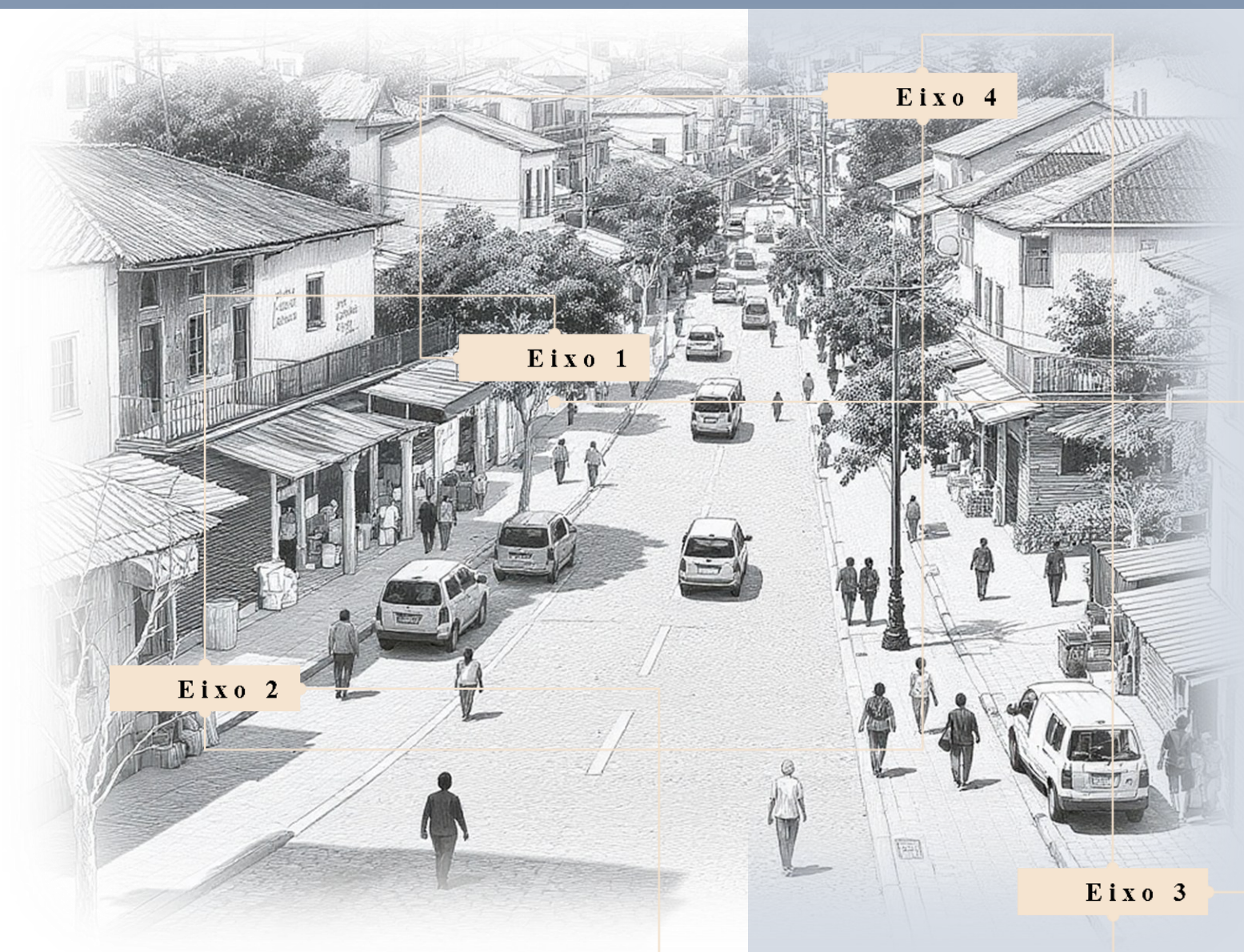


PRINCÍPIOS DE PLANEJAMENTO E GESTÃO URBANA EM UM CONTEXTO CONTEMPORÂNEO: Estratégias para a reconstrução do espaço urbano em Porto Príncipe, no Haiti



Darla Kenyatha JOSEPH

Universidade Fédéral de Uberlândia

31/07/2025



**PPGAU
UFU**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA FACULDADE DE
ARQUITETURA E URBANISMO E DESIGN
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

DARLA KENYATHA JOSEPH

**PRINCÍPIOS DE PLANEJAMENTO E GESTÃO URBANA EM
UM CONTEXTO CONTEMPORÂNEO: Estratégias para a
reconstrução do espaço urbano em Porto Príncipe, no Haiti**

UBERLÂNDIA

2025



DARLA KENYATHA JOSEPH

PRINCÍPIOS DE PLANEJAMENTO E GESTÃO URBANA EM UM CONTEXTO CONTEMPORÂNEO:

Estratégias para a reconstrução do espaço urbano em Porto Príncipe, no Haiti ¹

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Uberlândia (PPGAU/UFU), como requisito à obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Área de Concentração: Projeto, Espaço e Cultura

Linha de Pesquisa 2: projeto, tecnologia e ambiente: processos e produção

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Eliza Alves Guerra

Coorientador: Prof. Dr. Henrique Vitorino

**UBERLÂNDIA
2025**

¹ Essa dissertação está disponível online, no link seguinte:

https://drive.google.com/file/d/1C_VLRoUmuX_Rqpc6sr3aMXoZgpERYWeJ/view?usp=drive_link



Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

J83
2025 Joseph, Darla Kenyatha, 1997-
PRINCÍPIOS DE PLANEJAMENTO E GESTÃO URBANA EM UM
CONTEXTO CONTEMPORÂNEO: Estratégias para a reconstrução do
espaço urbano em Porto Príncipe, no Haiti [recurso eletrônico] :
Estratégias para a reconstrução do espaço urbano em Porto
Príncipe, no Haiti / Darla Kenyatha Joseph. - 2025.

Orientador: Maria Eliza Alves Guerra .

Coorientador: Henrique Vitorino.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo.

Modo de acesso: Internet.

Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2025.381>

Inclui bibliografia.

1. Arquitetura. I. , Maria Eliza Alves Guerra, 1991-, (Orient.). II.
Vitorino, Henrique , 1982-, (Coorient.). III. Universidade Federal de
Uberlândia. Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. IV. Título.

CDU: 72

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:

Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091

Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo

Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1I, Sala 234 - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902

Telefone: (34) 3239-4433 - www.ppgau.faued.ufu.br - coord.ppgau@faued.ufu.br



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Arquitetura e Urbanismo				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Acadêmico PPGAU				
Data:	trinta e um de julho de 2025	Hora de início:	14:20	Hora de encerramento:	16:20
Matrícula do Discente:	12322ARQ001				
Nome do Discente:	Darla Kenyatha Joseph				
Título do Trabalho:	Princípios de planejamento e gestão urbano em um contexto contemporâneo como estratégia para reconstrução do espaço urbano do Porto Príncipe no Haiti				
Área de concentração:	Projeto, Espaço e Cultura				
Linha de pesquisa:	Projeto, Tecnologia e Ambiente: processos e produção				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	Cidades na contemporaneidade, urbanismo e urbanização: padrões de dispersão/fragmentação e as dinâmicas de [re]estruturação intraurbana em cidades médias				

Reuniu-se de forma presencial na sala de reuniões da FAUeD, bloco 1i, Campus Santa Mônica, da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, assim composta: Isabella Soares Nascimento - SEPLAN/PMU, Beatriz Ribeiro Soares - PPGAU.IG.UFU, Henrique Vitorino Souza Alves (Coorientador(a)) - UFU e Maria Eliza Alves Guerra - PPGAU.FAUeD.UFU orientador(a) do(a) candidato(a).

Iniciando os trabalhos o(a) presidente da mesa, Prof.^a Dr.^a Maria Eliza Alves Guerra, apresentou a Comissão Examinadora e o(a) candidato(a), agradeceu a presença do público, e concedeu ao(à) Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do(a) Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir a senhora(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos examinadoras, que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

__Aprovada.

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Eliza Alves Guerra, Professor(a) do Magistério Superior**, em 01/08/2025, às 15:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Beatriz Ribeiro Soares, Professor(a) do Magistério Superior**, em 01/08/2025, às 16:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Isabella Soares Nascimento, Usuário Externo**, em 01/08/2025, às 16:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **6552721** e o código CRC **AD7F06E7**.



Dedico esta dissertação de mestrado, de maneira especial, à minha família, residente no Haiti, a meu namorado e ao meu país de origem. Este trabalho representa uma modesta contribuição pessoal, enquanto cidadã haitiana, ao conhecimento e à reflexão sobre questões que considero fundamentais para o futuro do meu país. Nutro a esperança de que, um dia, as condições sociais, políticas e econômicas do Haiti possam se transformar positivamente, oferecendo à sua população perspectivas mais justas e promissoras.

Yonka K. Joseph



PREÂMBULO

A necessidade de repensar o planejamento urbano no Haiti é um imperativo, justificando o desenvolvimento de uma dissertação sobre o assunto. Como Arquiteta, tive a oportunidade em 2021 de participar da avaliação de edificações e danos causados pelo terremoto de 14 de agosto de 2021 nas regiões do sul do Haiti. Esta experiência permitiu-me explorar muitas cidades e descobrir o potencial excepcional do país: a sua costa, as suas paisagens naturais, as suas grutas e a sua arquitetura tradicional. Todos esses elementos são ativos que podem ser usados na criação de cidades inclusivas e atraentes.

A situação na cidade do Porto Príncipe não é muito diferente. Em 2016, frequentei assiduamente o *Champ de Mars* para participar de debates políticos e dediquei tempo à *Place des Artistes*, onde estudei direitos humanos com alunos da Faculdade de Direito e Economia de Porto Príncipe. Estes lugares de encontro intelectual e cultural, então animados, encarnavam uma forma de esperança e de diálogo para o futuro do país. Quando precisava relaxar, pegava um ônibus de *Portail Léogâne* para ir a *Jacmel* ou *Gressier*, para curtir o mar. Às vezes, eu seguia para o sul de *Porto Príncipe*, na Rodovia Nacional Número 1, onde havia praias e paisagens idílicas, populares entre jovens, crianças e idosos. Esses lugares eram refúgios de convívio e alegria compartilhada.

No entanto, durante o período 2018-2024, as cidades passaram por uma transformação drástica devido à insegurança, má governança, agravamento da pobreza e das construções informais; tornando-as irreconhecíveis e inóspitas. Tudo começou em *Martissant*, depois em *Canaã*, depois em *Cité Soleil* e depois em *Croix-des-Bouquets*, antes de afetar toda a capital, *Porto Príncipe*. Essa rápida deterioração levanta uma questão crucial: se Porto Príncipe, como capital econômica, social e política, pode experimentar tal declínio em tão pouco tempo, qual será o destino das outras cidades do país? A velocidade com que essa deterioração ocorreu destaca uma urgência inevitável: a necessidade de reconsiderar nossa abordagem ao planejamento urbano para garantir um desenvolvimento harmonioso e resiliente de nossos espaços urbanos.

Se um dia a situação melhorar em *Porto Príncipe*, que tipo de cidade esperamos ter? No caso de uma futura melhora na situação em Porto Príncipe, é apropriado questionar a natureza da cidade que aspiramos construir. Como estudante de mestrado no Brasil, sou confrontado diariamente com os desafios urbanos que o Haiti está enfrentando. As imagens marcantes e a sensação de alienação que as acompanha me assombram todos os dias, causando apreensão sobre meu eventual retorno e confrontando a degradação do meu ambiente familiar. Esta perspectiva preocupante é um apelo à ação, um convite a reconstruir não só as infraestruturas físicas, mas também o tecido social, a fim de criar um ambiente de vida digno e próspero.

Por conseguinte, parece sensato fazer destas preocupações o objeto de um projeto de investigação. Essa transição da experiência profissional e pessoal para uma abordagem acadêmica permitirá uma abordagem sistemática e rigorosa dos desafios enfrentados pelas cidades haitianas, incluindo desastres



naturais, auto urbanização e conflitos políticos. Este estudo não se limitará a descrever uma situação bem conhecida, mas buscará dar uma contribuição significativa ao propor diretrizes para orientar a reconstrução do espaço urbano no Haiti.



RESUMO

A reconstrução urbana de Porto Príncipe após o terremoto de 2010 tornou-se um tema central na agenda das instituições haitianas e internacionais, em resposta à necessidade de reconfiguração de um espaço urbano fragilizado por décadas de gestão urbana ineficiente, urbanização desordenada e crise social. A presente dissertação insere-se no escopo do debate sobre planejamento urbano pós-catástrofe em contextos de vulnerabilidade estrutural, com o objetivo de propor diretrizes estratégicas de reconstrução urbana para Porto Príncipe, a partir da adaptação crítica de experiências latino-americanas. O objetivo principal desta dissertação é propor estratégias de planejamento urbano adaptadas às especificidades de porto príncipe (Haiti), com base na análise crítica das experiências latino-americanas de transformação urbana e levando em consideração o prolongado contexto pós-desastre e as dinâmicas socioespaciais locais. Para desenvolver este objetivo, foi adotada uma metodologia qualitativa e comparativa, estruturada em: (I) revisão teórica sobre urbanismo social, urbanismo participativo e resiliência urbana; (II) análise comparativa de três estudos de caso latino-americanos (Medellín, Favela-Bairro no Rio de Janeiro e Villa 31 em Buenos Aires); (III) diagnóstico sistêmico da vulnerabilidade urbana em Porto Príncipe; (IV) síntese estratégica e elaboração de diretrizes propositivas. Entre os objetivos específicos, destacam-se: a identificação dos fatores críticos de sucesso dos projetos analisados; a avaliação das vulnerabilidades materiais, institucionais e sociais de Porto Príncipe; e a formulação de um quadro estratégico de planejamento urbano adaptado ao contexto haitiano. Os resultados da pesquisa indicam a necessidade de superar a reprodução de modelos exógenos, reafirmando a importância da adaptação contextualizada de práticas de urbanismo social, urbanismo participativo e promoção da resiliência urbana. Verificou-se que as experiências bem-sucedidas de Medellín, Rio e Buenos Aires são parcialmente aplicáveis ao Haiti, desde que ajustadas às restrições institucionais, às dinâmicas de autoconstrução e à cultura local. Nesse sentido, a dissertação propõe uma matriz de avaliação da transferibilidade de políticas públicas urbanas, permitindo a seleção criteriosa de estratégias compatíveis com as realidades haitianas. Como resposta, foram definidos quatro eixos estratégicos para a reconstrução de Porto Príncipe: (I) governança territorial descentralizada e colaborativa; (II) justiça espacial e redução das desigualdades; (III) coprodução urbana com participação cidadã; (IV) resiliência urbana e estabilização habitacional. Desta forma, a dissertação contribui para a construção de um novo referencial teórico-metodológico sobre reconstrução urbana pós-catástrofe em contextos de fragilidade estatal e urbana, reafirmando a necessidade de uma abordagem participativa, integrada e sensível às lógicas socioculturais locais. Este trabalho de pesquisa abre caminhos para a experimentação de projetos piloto em bairros vulneráveis de Porto Príncipe, visando testar a eficácia prática das estratégias propostas.

Palavras-chaves: Planejamento Urbano, Gestão urbana, Reconstrução pós-catástrofe, informalidade urbana, Resiliência urbana, Urbanismo social, Porto Príncipe-Haiti



ABSTRACT

The urban reconstruction of Port-au-Prince after the 2010 earthquake has become a central topic on the agenda of Haitian and international institutions, in response to the need to reconfigure an urban space weakened by decades of inefficient urban management, disorderly urbanization and social crisis. This dissertation is part of the scope of the debate on post-catastrophe urban planning in contexts of structural vulnerability, with the objective of proposing strategic guidelines for urban reconstruction for Port-au-Prince, based on the critical adaptation of Latin American experiences. The main objective of this dissertation is to propose urban planning strategies adapted to the specificities of Port-au-Prince (Haiti), based on the critical analysis of Latin American experiences of urban transformation and considering the prolonged post-disaster context and local socio-spatial dynamics. To develop this objective, a qualitative and comparative methodology was adopted, structured in: (I) theoretical review on social urbanism, participatory urbanism and urban resilience; (II) comparative analysis of three Latin American case studies (Medellín, Favela-Bairro in Rio de Janeiro and Villa 31 in Buenos Aires); (III) systemic diagnosis of urban vulnerability in Port-au-Prince; (IV) strategic synthesis and elaboration of propositional guidelines. Among the specific objectives, the following stand out: the identification of the critical success factors of the projects analyzed; the assessment of Port-au-Prince's material, institutional and social vulnerabilities; and the formulation of a strategic urban planning framework adapted to the Haitian context. The results of the research indicate the need to overcome the reproduction of exogenous models, reaffirming the importance of contextualized adaptation of practices of social urbanism, participatory planning and promotion of urban resilience. It was found that the successful experiences of Medellín, Rio and Buenos Aires are partially applicable to Haiti, as long as they are adjusted to institutional constraints, the dynamics of self-construction and the local culture. In this sense, the dissertation proposes a matrix to evaluate the transferability of urban public policies, allowing the careful selection of strategies compatible with the Haitian realities. As a response, four strategic axes were defined for the reconstruction of Port-au-Prince: (I) decentralized and collaborative territorial governance; (II) spatial justice and reduction of inequalities; (III) urban co-production with citizen participation; (IV) urban resilience and housing stabilization. In this way, the dissertation contributes to the construction of a new theoretical-methodological framework on post-catastrophe urban reconstruction in contexts of state and urban fragility, reaffirming the need for a participatory, integrated and sensitive approach to local sociocultural logics. This research work opens the way for experimenting with pilot projects in vulnerable neighborhoods of Port-au-Prince, aiming to test the practical effectiveness of the proposed strategies.

Keywords: Urban Planning, Urban Management, Post-Catastrophe Reconstruction, Urban Informality, Urban Resilience, Social Urbanism, Port-au-Prince-Haiti



LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

ALC: América Latina e do Caribe

BBB: Build Back Better

BID: Banco Interamericano de Desenvolvimento

BID: Banco Interamericano de Desenvolvimento

CARDH : Centre d'analyse et de recherche en droits de l'homme

CIAT: Comité Interministériel d'Aménagement du Territoire

DGI : Direction générale des impôts

DINEPA : Direction Nationale de l'Eau Potable et de l'Assainissement

EPM: Empresas Públicas de Medellín

GEAP: Grupo Executivo de Acompanhamento de Projetos

HOPE: Hemispheric Opportunity through Partnership Encouragement Act

HRW: Human Rights Watch

IHSI : Institut Haïtien de Statistique et d'Informatique

MICT : Ministère de l'Intérieur et des Collectivités Territoriales

MINUSTAH: United Nations Stabilisation Mission in Haiti

MPCE: Ministère de la Planification et de la Coopération externe

MTPTC: Ministère des Travaux Publics, Transports et Communications

MTPTC: Ministère des Travaux Publics, Transports et Communications

OACHA : Office for the Coordination of Humanitarian Affairs

OIM: Organização Internacional para as Migrações

ONACA: Office National du Cadastre

ONG: Organização Não Governamental

ONU : United Nations

PIB: Produto Interno Bruto

POUSOs: Postos de Orientação Urbanística e Social



PRIMED: Programa de Mejoramiento de Barrios Subnormales

PRO: Propuesta Republicana

PROAP: Programa de Urbanização de Assentamentos Populares do Rio de Janeiro

PUI: Projetos Urbanos Integrais

SECISYU: Secretaria de Integração Social e Urbana

SISU: Secretaría de Integración Social y Urbana

SMH: Secretaria Municipal de Habitação

SONAPI: Société Nationale des Parcs Industriels

UNDRR: United Nations Office for Disaster Risk Reduction

UNFCCC: United Nations Framework Convention on Climate Change

UN-HABITAT: United Nations Human Settlements Program

USAID: United States Agency for International Development



LISTA DE FIGURA

FIGURA 1 –ÍNDICE DE HOMICÍDIOS POR MUNICÍPIO EM 2003	43
FIGURA 2 –PANORÂMICA DE MEDELLÍN A PARTIR DAS COLINAS.....	44
FIGURA 3 –AS COMUNAS QUE BENEFICIAM DO PUI (PROYECTO URBANOS INTEGRALES)	46
FIGURA 4 –VISTA DA RUA 107 EM UM BAIRRO DE MEDELLÍN ANTES, DURANTE E APÓS A INTERVENÇÃO DO PROGRAMA URBANO INTEGRADO.	47
FIGURA 5 –EXEMPLO DE TRANSFORMAÇÃO URBANA DA "UNIDAD OPORTIVA GRANIZAL" ANTES (2006) E DEPOIS (2007) DA INTERVENÇÃO DO PROGRAMA URBANO INTEGRADO (PUI)	47
FIGURA 6 –EXEMPLO DE TRANSFORMAÇÃO URBANA DA "UNIDAD OPORTIVA GRANIZAL" ANTES (2006) E DEPOIS (2007) DA INTERVENÇÃO DO PROGRAMA URBANO INTEGRADO (PUI)	47
FIGURA 7 – VEJA EXEMPLOS DE PROJETOS DE ARQUITETURA E INOVAÇÃO EM MEDELLÍN. À ESQUERDA A ESCOLA LAS INDEPENDENCIAS DE LA COMUNA 13 E À DIREITA O METROCABLE	48
FIGURA 8 –EXEMPLO DE UMA ASSEMBLEIA COMUNITÁRIA EM MEDELLÍN.	49
FIGURA 9 –ATIVIDADE EDUCATIVA PARA CRIANÇAS.....	50
FIGURA 10 –VISTA DE UMA FAVELA NO RIO DE JANEIRO.....	54
FIGURA 11 –MAPA DE INTERVENÇÕES DO PROGRAMA FAVELA-BAIRRO	55
FIGURA 12 –MAPA DOS BAIRROS 31 ET 31 BIS EM BUENOS AIRES NA ARGENTINA.	59
FIGURA 13 –VISTA DA “VILLA MISERIA” DA VILLA 31 EM BUENOS AIRES, NA ARGENTINA.	60
FIGURA 14 –DESIGUALDADES URBANAS EM BUENOS AIRES: VISTA AÉREA DA VILLA 31	60
FIGURA 15 –EXEMPLO DE INTERVENÇÃO DE MELHORIA URBANA NA VILLA 31	62
FIGURA 16 –ANTES E DEPOIS DE UMA RUA QUE FOI REFORMADA NA VILLA 31 PARA FACILITAR A ACESSIBILIDADE.	63
FIGURA 17 – MAPA DO MUNICÍPIO DO PORTO PRÍNCIPE, NO HAITI	72
FIGURA 18 – MAPA DA LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DE PORTO PRÍNCIPE, NO HAITI.....	72
FIGURA 19 –CRONOLOGIA DOS DIFERENTES PERÍODOS DE URBANIZAÇÃO NO PORTO PRÍNCIPE, HAITI.	74
FIGURA 20 –MAPA TOPOGRÁFICO DE PORTO PRÍNCIPE EM 1994.	76
FIGURA 21 – À ESQUERDA, UMA VISTA DA ÁREA METROPOLITANA DE PORTO PRÍNCIPE E À DIREITA, A PROPOSIÇÃO DA DPZ.....	79
FIGURA 22 –VISTA DO COMÉRCIO DE RUA EM PORTO PRÍNCIPE.	86
FIGURA 23 –VISTA DA EXTENSÃO DOS COMÉRCIOS PÚBLICOS NAS RUAS DE PORTO PRÍNCIPE.....	86
FIGURA 24 –VISTA DE UM BAIRRO EM PORTO PRÍNCIPE APÓS O TERREMOTO DE 2010.	89
FIGURA 25 –VISTA DE UMA RUA EM PORTO PRÍNCIPE APÓS A CHUVA.....	90
FIGURA 26 –EXPANSÃO DA ÁREA CONSTRUÍDA NA ÁREA METROPOLITANA DE PORTO PRÍNCIPE (2010-2025).....	91
FIGURA 27 –VISTA DOS BAIRROS INFORMAIS DE PORTO PRÍNCIPE.....	93
FIGURA 28 –BAIRROS DE PORTO PRÍNCIPE AFETADOS PELA VIOLÊNCIA URBANA.	97
FIGURA 29 –DIAGRAMA DA ESTRUTURA DA GESTÃO URBANA EM PORTO PRÍNCIPE.....	100



LISTA DE QUADROS

QUADRO 1-SÍNTESE CONTEXTUAL DO CASO DE MEDELLÍN (COLÔMBIA)	42
QUADRO 2-SÍNTESE CONTEXTUAL DO CASO DO RIO DE JANEIRO (BRASIL)	53
QUADRO 3-SÍNTESE CONTEXTUAL DO PROJETO VILLA 31 (ARGENTINA)	59
QUADRO 4-ANÁLISES DE PROJETOS INTERNACIONAIS	65
QUADRO 5-PROJETO DE RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO HAITI APÓS O TERREMOTO DE 2010.	80
QUADRO 6- ANÁLISE DA DINÂMICA DA VULNERABILIDADE URBANA EM PORTO PRÍNCIPE	104
QUADRO 7- SÍNTESE COMPARATIVA DE ESTUDOS DE CASO INTERNACIONAIS E DE PORTO PRÍNCIPE	108
QUADRO 8-SÍNTESE COMPARATIVA DAS DINÂMICAS DE INTERVENÇÃO URBANA.	110
QUADRO 9-QUADRO ESTRATÉGICO PARA ADAPTAR OS ESTUDOS DE CASO INTERNACIONAIS À DINÂMICA TERRITORIAL DO PORTO PRÍNCIPE.	111
QUADRO 10-CONDIÇÕES DE ADAPTAÇÃO E LIMITAÇÕES DOS DISPOSITIVOS URBANOS LATINO-AMERICANOS PARA O CONTEXTO HAITIANO	114
QUADRO 11-LEITURA TRANSVERSAL DOS EIXOS ESTRATÉGICOS DA RECONSTRUÇÃO URBANA NO PORTO-PRÍNCIPE. ..	128

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1-EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA DO HAITI DE 1980 A 2010 ANTES DO TERREMOTO	77
GRÁFICO 2-EVOLUÇÃO DA DENSIDADE URBANA E DO ESPAÇO DISPONÍVEL EM PORTO PRÍNCIPE (2010-2025	93
GRÁFICO 3- ILUSTRAÇÃO DO PRIMEIRO EIXO ESTRATÉGICO SOBRE A GOVERNANÇA METROPOLITANA DESCENTRALIZADA E COLABORATIVA.	122
GRÁFICO 4-ETAPAS PARA REALIZAR O OBJETIVO DO EIXO 2.....	123
GRÁFICO 5-ILLUSTRACAO O EIXO SOBRE A COPRODUÇÃO URBANA E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ.....	125
GRÁFICO 6-TRADUZINDO AÇÕES ESTRATÉGICAS PARA A ESCALA DE PARTICIPAÇÃO CIDADÃ DE ARNSTEIN	125
GRÁFICO 7- ILUSTRAÇÃO DO EIXO 4 COMO ESTRATÉGIA PRA MELHOR AS CONDIÇÕES URBANAS.....	127



SUMARIO

PREÂMBULO	5
RESUMO	7
LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS	9
LISTA DE FIGURA	11
LISTA DE QUADROS	12
LISTA DE GRÁFICOS	12
INTRODUÇÃO.....	17
1. CAPÍTULO I: ANÁLISE COMPARATIVA DE EXPERIENCIAS DE TRANSFORMAÇÃO URBANA NA AMÉRICA LATINA.	25
1.1 REFERENCIAL TEÓRICO	25
1.1.1 URBANISMO SOCIAL	26
1.1.1.1 O conceito de direito à cidade no Urbanismo social	27
1.1.1.2 A justiça social.....	29
1.1.2 URBANISMO PARTICIPATIVO	32
1.1.2.1 Origem do Urbanismo participativo	32
1.1.2.2 O urbanismo participativo com Patrick Geddes	33
1.1.2.3 A escala da participação cidadã e sua contribuição para o urbanismo participativo	35
1.1.2.4 Limites do urbanismo participativo	37
1.1.3 CIDADE RESILIENTE	38
1.1.3.1 Dimensão da resiliência urbana	38
1.1.3.2 Abordagem da resiliência urbana de acordo com cartas internacionais	39
1.1.3.3 Importância da resiliência urbana.....	40
1.2 ESTUDOS DE CASOS	41
1.2.1 METODOLOGIA.....	41
1.2.2 OS ESTUDOS.....	42
1.2.2.1 Caso I: Projeto Medellín (Colômbia)	42
1.2.2.1.1 Contexto Geral.....	42
1.2.2.1.2 Estratégias de Transformação Urbana do Projeto Medellín na Colômbia	45
1.2.2.1.3 Intervenção prioritária nas zonas desfavorecidas	46
1.2.2.1.4 A exigência de qualidades arquitetônicas	47
1.2.2.1.5 Participação cidadã e educação	48
1.2.2.1.6 Continuidade e transparência da governação.....	50
1.2.2.1.7 Limites	51
1.2.2.2 Caso II: Programa Favela-Bairro (Rio de Janeiro)	53
1.2.2.2.1 Contexto Geral.....	53
1.2.2.2.2 Programa Favela-Bairro.....	54
1.2.2.2.3 Estratégias de transformação	56
1.2.2.2.4 Limitações do Programa Favela-Bairro	58
1.2.2.3 Caso III : Projeto Villa 31 (Argentina)	58
1.2.2.3.1 Contexto Geral.....	59
1.2.2.3.2 Estratégias de transformação urbana do projeto de urbanização da Villa 31.....	61
1.2.2.3.3 Reestruturação do tecido urbano	62
1.2.2.3.4 Participação cidadã como estratégia de transformação	63
1.2.2.3.5 Limite do projeto villa 31, na Argentina.....	64



1.2.3	RESULTADOS.....	65
1.2.3.1	Análise.....	67
	70
2.	CAPITULO II : ESTUDO DA DINÂMICA DA VULNERABILIDADE URBANA EM PORTO PRÍNCIPE.	71
2.1	APRESENTACAO GERAL DO PORTO PRINCIPE	71
2.2	CONTEXTO HISTÓRICO E EVOLUTIVO DA URBANIZAÇÃO DE PORTO PRÍNCIPE.	73
2.2.1	Período de fragmentação: 1663-1803.....	74
2.2.2	Período de regionalização: 1804-1915.....	74
2.2.3	Período de centralização: 1915-1980.....	75
2.2.4	Período de fragmentação urbana e transição política: 1980-2009.....	75
2.2.5	Período de Reconstrução e Expansão urbana (2009 - 2015).....	77
2.2.6	Crise Urbana e Deslocamento (2015 - presente).....	82
2.3	FATORES QUE INFLUENCIARAM A ORGANIZAÇÃO ESPACIAL E A VULNERABILIDADE DA CIDADE DE PORTO PRÍNCIPE.	84
2.3.1	As dinâmicas materiais que influenciam a organização espacial do Porto príncipe	84
2.3.1.1	Fatores históricos e políticos	84
2.3.1.2	Fatores socioeconômicos.....	86
2.3.1.3	Fatores da Vulnerabilidade climática.....	88
2.3.1.4	Fator de informalidade e expansão urbana	90
2.3.1.5	Fatores de regularização fundiária.....	94
2.3.1.6	Fatores da Violência urbana	95
2.3.2	As dinâmicas institucionais que influenciam a organização espacial do Porto príncipe	97
2.3.2.1	Carência jurídica e fragilidade no processo de planejamento urbano	98
2.3.2.2	Instituições: papéis e desafios na gestão urbana de Porto Príncipe	99
2.3.2.3	Educação ao Planejamento urbano e Resiliência Urbana.....	102
2.3.3	RESULTADOS.....	103
	106
3.	CAPITULO III : DIRETRIZES PARA RECONSTRUCAO DO ESPACO URBANO DE PORTO PRINCIPE NO HAITI.....	107
3.1	SÍNTESE COMPARATIVO DOS PROJETOS ESTUDADOS	108
3.1.1	ANÁLISE TRANSVERSAL E DESENVOLVIMENTO DE UMA GRADE DE AVALIAÇÃO DAS INTERVENÇÕES.	108
3.1.2	IDENTIFICAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE TRANSFERIBILIDADE	113
3.2	ESTRATÉGIAS PARA A RECONSTRUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE PORTO PRÍNCIPE	116
3.2.1	METODOLOGIA DE FORMULAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS URBANAS.....	117
3.2.2	QUADRO CONCEITUAL DE ORIENTAÇÃO PARA A FORMULAÇÃO DE ESTRATÉGIAS URBANAS EM PORTO PRÍNCIPE.....	118
3.2.2.1	Princípios Orientadores para a Reconstrução Urbana de Porto Príncipe.....	120
3.2.2.1.1	Implicações do urbanismo social, participativo e da resiliência urbana em Porto Príncipe	120
3.2.3	EIXOS ESTRATÉGICOS PARA A RECONSTRUÇÃO URBANA DE PORTO PRÍNCIPE.	121
3.2.3.1	Eixo 1: Governança metropolitana descentralizada e colaborativa.....	121
3.2.3.2	Eixo 2: Justiça Espacial e Redução das Desigualdades Territoriais	123



3.2.3.3	Eixo 3: Coprodução Urbana e Participação Cidadã	124
3.2.3.4	Eixo 4: Resiliência Urbana e Estabilização Habitacional.....	126
3.2.4	<i>RESULTADOS E DISCUSSÃO</i>	128
CONSIDERAÇÕES FINAIS		133
REFERÊNCIAS		141



PPGAU
UFU



INTRODUÇÃO

Em sentido amplo, o planejamento urbano pode ser definido como um processo contínuo e dinâmico de desenho, organização e implementação de ações para orientar o desenvolvimento das cidades de forma integrada, harmoniosa e sustentável. Baseia-se na aplicação sistemática do conhecimento humano para antecipar e avaliar várias intervenções, permitindo assim a tomada de decisão adequada e responsiva. Como aponta François Ascher no seu livro: os novos princípios do urbanismo:

O urbanismo moderno definia um programa de longo prazo para as cidades aplicando os princípios de organização espacial (sob a forma de planos diretores, por exemplo), depois decorriam planos de urbanismo visando o enquadramento da realidade futura em um quadro predefinido. Os planos e os esquemas eram destinados a controlar o futuro, a reduzir a incerteza, a realizar um projeto de conjunto (Ascher, 2010, p.45).

Considerada uma ferramenta essencial para moldar o futuro urbano, influencia diretamente a qualidade de vida dos cidadãos e a eficiência dos serviços públicos que utilizam no dia a dia. Assim, um planejamento urbano eficaz requer uma organização racional do espaço, uma gestão ótima da infraestrutura, a preservação dos espaços verdes e um sistema de transporte adaptado às reais necessidades dos habitantes. Ao analisar cuidadosamente as necessidades atuais e futuras de comunidades e grupos sociais heterogêneos, desempenha um papel crucial no desenvolvimento econômico local, promovendo a coesão social e reduzindo significativamente as desigualdades persistentes nas áreas urbanas (Scott & Roweis, 1977).

Essa complexidade do planejamento urbano é particularmente aguda nas regiões em desenvolvimento, particularmente na América Latina e no Caribe. Esses territórios enfrentam desafios urbanos multidimensionais que vão muito além das questões tradicionais de planejamento. A rápida urbanização, a violência e a marginalização urbana, as profundas desigualdades socioeconômicas e a intensa dinâmica migratória criam um contexto no qual o planejamento urbano se torna uma questão de transformação social e espacial (Maclean, 2015). Nesse cenário complexo, o Haiti representa um caso paradigmático. Terceiro país mais urbanizado da região, experimenta um crescimento urbano anual de mais de 133.000 habitantes, colocando uma pressão considerável sobre a infraestrutura já frágil. Essas dinâmicas migratórias e urbanas não são simplesmente fenômenos demográficos, mas revelam profundas transformações nas estruturas sociais, econômicas e territoriais (Banco Mundial, 2018).

Para compreender essas mudanças, é essencial definir o espaço urbano para além de sua dimensão física. No livro *Dictionnaire de la géographie et de l'espace des sociétés*, Lévy e Lussault definem o espaço urbano como o arranjo e a interação de todas as dimensões da vida urbana (Lévy & Lussault, 2003). Não se limita ao ambiente construído, mas abrange os espaços públicos, a infraestrutura e as dinâmicas sociais e econômicas que ocorrem dentro deles. Em seu livro *A Produção do Espaço*, Henri Lefebvre afirma que "o espaço é um produto social. É o resultado de uma série de práticas sociais, econômicas e políticas que o moldam" (Lefebvre, 1974, p. 297). Como Henri Lefebvre conceituou, "o espaço é um



produto social", resultante de uma série de práticas sociais, econômicas e políticas que o moldam continuamente. A teoria de Lefebvre introduz uma tríade espacial fundamental: espaço percebido, espaço projetado e espaço vivido. Essa concepção vai além da visão tradicional que considera apenas o aspecto físico, para explorar as complexas interações entre indivíduos, estruturas sociais e ambientes construídos. O espaço projetado reflete as intenções dos planejadores, enquanto o espaço vivido representa a experiência cotidiana dos habitantes, revelando dinâmicas sociais e relações de poder (Lefebvre, 1947).

A relação entre planejamento urbano e espaço urbano é, portanto, dialética e multidimensional. Estrutura a organização espacial por meio de regulamentações e estratégias, influencia a mobilidade e a acessibilidade e tem um impacto significativo na qualidade de vida urbana (Mouratidis, 2021). As teorias de urbanização e desorganização social desenvolvidas por Park e Burgess (1925) destacam como o planejamento inadequado pode levar a problemas como expansão de favelas, fragmentação social e aumento da criminalidade.

No contexto haitiano, e mais particularmente em Porto Príncipe, o espaço urbano é um ecossistema complexo onde se entrelaçam profundos desafios estruturais e extraordinária resiliência humana. Essa dinâmica urbana única é um exemplo perfeito da capacidade das comunidades de se adaptar e sobreviver apesar das condições extremamente difíceis. A informalidade, a fragmentação urbana, a migração contínua e as desigualdades socioeconômicas não são simplesmente obstáculos, mas, paradoxalmente, tornam-se catalisadores de transformação e inovação social. A resiliência da população haitiana – caracterizada pela adaptação contínua e criativa diante da adversidade – torna-se, assim, um elemento central na compreensão e reconstrução do espaço urbano. Essa capacidade de reação e adaptação não deve ser vista como uma simples estratégia de sobrevivência, mas como um recurso fundamental para repensar novas estratégias de planejamento urbano em Porto Príncipe. Sugere que qualquer estratégia eficaz de planejamento urbano terá necessariamente que se basear nessa força intrínseca das comunidades, integrando seus conhecimentos, práticas e aspirações nos processos de transformação urbana (Lozano-Gracia & García-Lozano, 2017).

É precisamente nesta perspectiva que se inscreve esta dissertação: compreender como os princípios contemporâneos do planejamento urbano podem ser adaptados e reinventados para responder aos desafios específicos de Porto Príncipe, valorizando a resiliência e a criatividade dos seus habitantes.

Os desafios urbanos que caracterizam as cidades latino-americanas e caribenhas são particularmente amplificados no caso de Porto Príncipe. Capital do Haiti, Porto Príncipe se destaca como uma das cidades mais densamente urbanizadas da região, depois de países como México e Trinidad e Tobago. Os estudos de caso revelam convergências sistêmicas entre os problemas urbanos encontrados e aqueles observados em metrópoles como Medellín ou Rio de Janeiro. Essas semelhanças se refletem, em



particular, em uma luta constante contra a violência urbana, a expansão descontrolada do tecido urbano e as profundas desigualdades socioespaciais.

Desde o devastador terremoto de 2010, Porto Príncipe entrou em uma fase de prolongada crise urbana, que alterou profundamente sua morfologia e sua dinâmica social. Nessa perspectiva, o conceito de "pós-desastre" não se limita a uma simples designação temporal ou a uma fase de transição. Refere-se aqui a uma condição estrutural e persistente de transformação urbana, marcada por contínuas recomposições de espaços, práticas e formas de viver. Essa situação de transformação pode ser observada, de acordo com nossas próprias observações, bem como os relatórios de várias organizações não governamentais, como a Organização Internacional para as Migrações (OIM)² ou a Human Rights Watch³, por meio de uma série de fenômenos inter-relacionados que participam da reconfiguração da paisagem urbana. Essas dinâmicas críticas podem ser resumidas da seguinte forma:

- Aumento da fragmentação espacial, criando enclaves urbanos distintos e compartimentados
- Expansão urbana além das estruturas de planejamento existentes
- Aumento da precariedade das condições de vida
- Um aumento sistêmico da violência urbana que tende a se institucionalizar
- Marginalização social e urbana
- A transição dos bairros de Porto Príncipe de "*Territórios Sem Direitos*" para "*Territórios Perdidos*"⁴

Essas dinâmicas levaram a uma explosão demográfica sem precedentes, onde a crescente insegurança está forçando os moradores a abandonar seus bairros, causando a extinção gradual da vida urbana em áreas inteiras da capital.

Apesar desse contexto difícil, Porto Príncipe ainda tem uma oportunidade de reconstrução, semelhante à iniciada após o terremoto de 2010. Esta perspectiva encontra particular ressonância na análise de Anabela Abreu, Diretora do Banco Mundial para o Haiti, que sublinha a urgência de uma abordagem estratégica para o desenvolvimento urbano: "Construir cidades resilientes e sustentáveis é uma prioridade para promover o acesso a oportunidades para todos. A urgência hoje é atender à crescente demanda por serviços e empregos, mas também por transporte e moradia acessível nas cidades" (Abreu, 2018). Essa visão destacou as múltiplas dimensões da resiliência urbana, indo além da simples reconstrução física para abranger os aspectos sociais e econômicos do desenvolvimento urbano. No entanto, embora essa visão e o programa *Build Back Better*⁵ tenham gerado muitas propostas de

2 Les violences provoquent des déplacements records à Port-au-Prince : plus de 60 000 personnes en un mois - Haiti | ReliefWeb

3 Haïti : L'escalade de violence met la population en grave danger | Human Rights Watch

4 "Territórios sem direitos" no Haiti referem-se a áreas onde os direitos humanos básicos são sistematicamente violados, sob o controle de gangues armadas que substituem a autoridade do Estado, enquanto o conceito de "territórios perdidos" no Haiti refere-se a áreas urbanas e rurais que estão completamente fora do controle do Estado, sob o controle de gangues armadas que impõem sua lei por meio do terror.

5 O programa "Build Back Better" (BBB) no Haiti é uma estratégia de reconstrução pós-desastre destinada a construir resiliência a riscos futuros, inicialmente implantada após o terremoto de 2010.



reconstrução, a implementação efetiva desses projetos permanece singularmente limitada. De acordo com vários estudos, a lacuna entre ambições e realizações deve principalmente a uma abordagem de cima para baixo da gestão urbana, onde os cidadãos, especialmente os de bairros desfavorecidos, são sistematicamente excluídos dos processos de tomada de decisão (Petter, 2023; Rivière, 2019; Thomas, 2010).

Essa marginalização, aliada à falta de transparência na implementação dos projetos e à dependência excessiva das iniciativas internacionais, tem comprometido progressivamente a credibilidade das instituições responsáveis pela reconstrução urbana. O crescente fosso entre as instituições e a população levanta questões fundamentais sobre a gestão urbana em um contexto pós-desastre e sobre as estratégias de planejamento urbano para uma reconstrução verdadeiramente inclusiva e sustentável. Essa situação complexa nos leva a formular a questão central de pesquisa: como os princípios contemporâneos de planejamento urbano, especialmente aqueles desenvolvidos no contexto latino-americano, podem ser adaptados e aplicados de forma eficaz para a reconstrução do espaço urbano em Porto Príncipe, levando em consideração os desafios específicos relacionados ao contexto pós-desastre prolongado e à dinâmica socioespacial local? Para responder a essa pergunta, é necessário explorar várias dimensões interconectadas:

- Analisar projetos de transformação urbana em Medellín (Colômbia), Favela-Bairro do Rio de Janeiro (Brasil) e Villa 31 (Argentina), para identificar estratégias e abordagens potencialmente adaptáveis à transformação urbana.
- Explorar como a interação entre vulnerabilidades físicas, sociais e institucionais moldou a trajetória de desenvolvimento urbano de Porto Príncipe desde 2010
- Desenvolver orientações estratégicas para a reconstrução urbana de Porto Príncipe, com base em uma análise crítica das experiências latino-americanas e garantindo sua relevância no contexto sociocultural haitiano.

Assim, partindo da pergunta inicial que é: *Como os princípios contemporâneos de planejamento urbano, particularmente aqueles desenvolvidos no contexto latino-americano, podem ser adaptados e aplicados de forma eficaz para a reconstrução do espaço urbano em Porto Príncipe, levando em consideração os desafios específicos relacionados ao contexto pós-desastre prolongado e às dinâmicas socioespaciais locais?* O objetivo geral desta dissertação é:

- **Propor estratégias de planejamento urbano adaptadas às especificidades de Porto Príncipe (Haiti), com base na análise crítica das experiências latino-americanas de transformação urbana e levando em consideração os desafios particulares do contexto haitiano pós-desastre.**

Para atingir esse objetivo geral, este estudo está estruturado segundo três objetivos específicos:



- Analisar modelos internacionais de planejamento urbano (*como o projeto Medellín, o programa Favela-bairro no Rio de Janeiro e o projeto Vila 31 em Buenos Aires*) identificando os principais fatores de sucesso, teorias urbanas e potenciais mecanismos de adaptação para o contexto haitiano.
- Estudar a dinâmica da vulnerabilidade urbana em Porto Príncipe por meio de uma abordagem sistêmica, examinando a interação entre fatores ambientais, sociopolíticos e institucionais que moldaram o espaço urbano desde o terremoto de 2010.
- Formular um conjunto de diretrizes estratégicas para a reconstrução do espaço urbano de Porto Príncipe, sintetizando as lições aprendidas com as experiências internacionais e adaptando-as às especificidades socioculturais e às restrições locais.

Metodologicamente, essa dissertação faz parte de uma abordagem qualitativa e comparativa, destinada a explorar em profundidade os processos de transformação urbana em seu contexto social, cultural e político. A metodologia combina uma abordagem dedutiva, que parte de princípios gerais do planejamento urbano, e uma perspectiva exploratória, que visa compreender as experiências de transformação urbana em sua singularidade. Essa dupla perspectiva permite ir além das abordagens tradicionais, construindo uma reflexão que navega entre a generalização e a contextualização. Não se trata simplesmente de transpor modelos, mas de reexaminá-los à luz das especificidades locais de Porto Príncipe.

Assim, esta dissertação se desdobra de acordo com uma trajetória metodológica articulada em torno de momentos-chave, concebidos como espaços de diálogo entre teoria e realidade urbana. A primeira parte é dedicada a uma revisão aprofundada da literatura que construirá uma base sólida de conhecimento. Esta fase de coleta e análise de dados mobilizará diversas fontes: documentos oficiais, relatórios técnicos, estudos acadêmicos sobre a urbanização haitiana, planos de reconstrução pós-terremoto e iniciativas internacionais de desenvolvimento urbano.

A segunda fase da pesquisa será dedicada a uma análise comparativa rigorosa. Três contextos urbanos serão colocados em perspectiva: Medellín na Colômbia, Rio de Janeiro no Brasil e Buenos Aires na Argentina. O objetivo não é produzir uma comparação descritiva, mas destacar mecanismos de transformação urbana, estratégias de intervenção e lógicas de mudança. Enquanto a terceira fase aprofundará a análise contextual específica de Porto Príncipe. Examinará vulnerabilidades urbanas, dinâmicas socioespaciais, restrições institucionais e capacidades locais. Este passo crucial permitirá construir uma boa compreensão do contexto haitiano, uma condição necessária para adaptar de forma inteligente as lições internacionais.

O passo final será desenvolver um quadro estratégico para a reconstrução urbana. Este trabalho de síntese e projeção transformará as análises anteriores em propostas concretas e contextualizadas. O



desafio será produzir diretrizes que não sejam importações mecânicas de modelos estrangeiros, nem recomendações desconectadas das realidades locais.

De fato, a relevância desta dissertação está enraizada em um contexto de emergência urbana onde Porto Príncipe cristaliza desafios complexos que vão além da simples reconstrução material. O relativo fracasso das tentativas anteriores de reabilitação evidencia os limites profundos das abordagens tradicionais de planejamento urbano, que são incapazes de gerar uma dinâmica de desenvolvimento sustentável e de responder eficazmente às necessidades básicas da população. A situação atual revela uma realidade paradoxal: uma crise de segurança que está forçando uma parte significativa da população à imobilidade, deixando os mais vulneráveis sem possibilidade de movimento. Esse contexto ressalta a necessidade urgente de repensar e reconstruir Porto Príncipe não como um espaço físico, mas como um ecossistema social vivo em contínua transformação.

As experiências de transformação urbana na América Latina oferecem um corpus teórico e prático particularmente rico e relevante. Metrópoles como Medellín, Rio de Janeiro e Buenos Aires desenvolveram estratégias de transformação urbana para enfrentar desafios semelhantes: violência urbana endêmica, fragmentação socioespacial, marginalização de bairros inteiros e fragilidade institucional. O *milagre de Medellín* ilustra em particular a possibilidade de revitalizar uma cidade em um contexto de profunda crise, transformando espaços de violência em laboratórios de resiliência social e urbana (Maclean, 2015).

A originalidade desse trabalho de pesquisa reside em sua abordagem de adaptação contextual, particularmente no que diz respeito à gestão da urbanização informal, uma das questões mais críticas do urbanismo contemporâneo nos países da América Latina e do Caribe. As experiências latino-americanas demonstram como a legalização dos assentamentos informais, juntamente com investimentos em infraestrutura e serviços públicos, pode transformar espaços marginais em territórios totalmente integrados e funcionais. Assim, esta abordagem comparativa não é simplesmente um exercício acadêmico, mas responde a uma necessidade prática urgente de desenvolver ferramentas e estratégias apropriadas para orientar a reconstrução urbana de Porto Príncipe. Tem como objetivo propor abordagens que combinem inovação teórica e sensibilidade às realidades locais, capazes de ir além dos modelos tradicionais de planejamento urbano.

A contribuição científica vai muito além do caso haitiano, enriquecendo a compreensão global da dinâmica da reconstrução urbana em contextos de crise prolongada. Faz parte de um processo de aprendizagem e diálogo entre diferentes experiências urbanas, reconhecendo a necessidade de uma compreensão profunda das especificidades locais para qualquer implementação bem-sucedida. Para além da dimensão acadêmica, esta investigação tem uma ambição humanista: reintegrar as comunidades marginalizadas nos processos de tomada de decisão, potencializar os seus conhecimentos e a sua capacidade

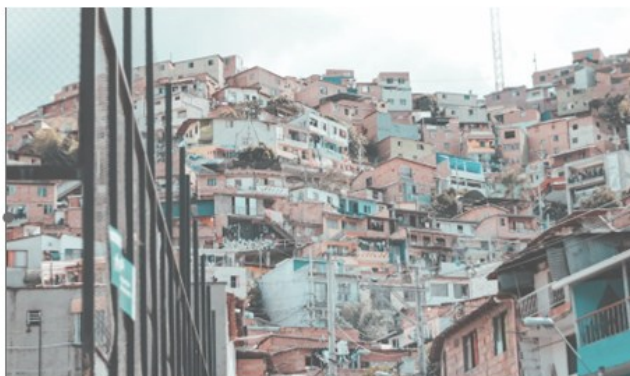


de resiliência e propor uma visão do planejamento urbano como ferramenta de transformação e emancipação social. Procura demonstrar que a reconstrução urbana não é apenas uma questão de infraestrutura, mas um projeto político e social profundamente enraizado na dinâmica comunitária.

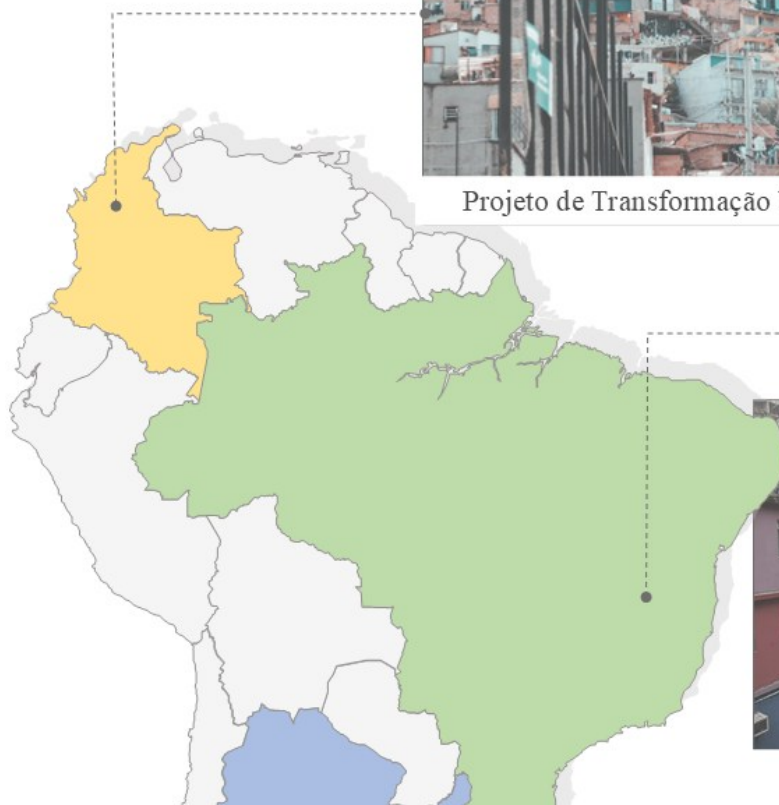
Ao confrontar modelos teóricos com realidades concretas, dialogando entre diferentes experiências urbanas, esta pesquisa visa contribuir para o surgimento de novas práticas de planejamento urbano. Práticas que colocam as pessoas no centro, que reconhecem a complexidade dos territórios e que consideram a cidade não como um objeto fixo, mas como um organismo vivo em perpétua transformação.

Por fim, a limitação fundamental desta dissertação reside na impossibilidade de realizar um estudo de campo em Porto Príncipe. O atual contexto de segurança, marcado por extrema violência e instabilidade crônica, constitui um grande obstáculo a qualquer investigação direta no terreno. Essa restrição tem um impacto significativo na metodologia de pesquisa, forçando-nos a repensar radicalmente a abordagem investigativa. A impossibilidade de coletar dados empíricos diretos por observação, entrevistas ou levantamentos de campo requer uma metodologia baseada exclusivamente em fontes documentais, análises comparativas e dados secundários.

Com efeito, a ausência de trabalho de campo não compromete a validade científica da investigação, mas impõe um maior rigor metodológico. Essa limitação paradoxalmente se torna uma oportunidade epistemológica: conduz à formulação de investigações que transcendam os métodos tradicionais, mobilizando abordagens comparativas e estruturas interpretativas para entender a complexidade urbana de Porto Príncipe. A pesquisa terá, portanto, que navegar constantemente entre os dados existentes e as hipóteses construídas, mantendo uma consciência aguçada das restrições inerentes a essa abordagem distanciada.



Projeto de Transformação Urbana de Medellín



Programa Favela Bairro no Rio de Janeiro

CAPÍTULO I: ANÁLISE COMPARATIVA DE EXPERIÊNCIAS DE TRANSFORMAÇÃO URBANA NA AMÉRICA LATINA.



Projeto de Reabilitação da Villa 31 em Buenos Aires



1. CAPÍTULO I: ANÁLISE COMPARATIVA DE EXPERIÊNCIAS DE TRANSFORMAÇÃO URBANA NA AMÉRICA LATINA.

Este capítulo apresenta o referencial teórico da pesquisa, explorando três grandes abordagens urbanas. Também apresenta os estudos de caso selecionados, bem como a metodologia de análise antes de examiná-los individualmente. O objetivo é abordar o primeiro objetivo específico desta dissertação, que é analisar modelos internacionais de planejamento urbano – incluindo os projetos em Medellín, Favela-Bairro no Rio de Janeiro e Barrio 31 em Buenos Aires – a fim de identificar seus fatores de sucesso, teorias urbanas subjacentes e mecanismos que podem ser adaptados ao contexto haitiano.

1.1 REFERENCIAL TEÓRICO

Esta primeira parte da pesquisa é dedicada ao referencial teórico, que constitui uma base essencial para orientar a abordagem científica adotada no estudo dos desafios e estratégias urbanas na América Latina e no Caribe. Essa estrutura destaca teorias contemporâneas de planejamento urbano que orientaram o pensamento sobre transformações e reconstruções urbanas em contextos semelhantes ao de Porto Príncipe. Destaca-se por sua abordagem particular, pois é o resultado de uma análise detalhada dos três projetos selecionados – o Projeto de Transformação Urbana de Medellín, o Programa Favela Bairro no Rio de Janeiro e o Projeto de Reabilitação da Villa 31 em Buenos Aires – com o objetivo de identificar as teorias de planejamento urbano que influenciaram essas iniciativas.

Três grandes estruturas teóricas emergiram dessa análise: urbanismo social, urbanismo participativo e cidade resiliente. Essas abordagens são particularmente relevantes para Porto Príncipe, pois oferecem respostas contextualizadas aos desafios pós-desastre, incluindo fragmentação espacial, violência urbana e desigualdades socioespaciais que caracterizam a capital haitiana. O urbanismo social, consubstanciado pelo modelo de Medellín, propõe uma reconfiguração de áreas marginalizadas por meio da integração de infraestrutura pública de qualidade e visa reduzir as desigualdades e melhorar as condições de vida das populações vulneráveis. O urbanismo participativo, pilar do programa Favela Bairro e Villa 31, é essencial no contexto haitiano onde a reconstrução requer o compromisso e a apropriação das comunidades locais para garantir a legitimidade e a sustentabilidade das intervenções em um contexto de fragilidade institucional. A perspectiva da resiliência urbana, por outro lado, atravessa os três projetos e oferece um quadro analítico crucial para uma cidade como Porto Príncipe, que enfrenta múltiplas vulnerabilidades (sísmicas, climáticas, socioeconômicas e políticas).

Por meio dessas teorias, vários autores de referência serão analisados conceitualmente, em particular Henri Lefebvre com seu livro *Le droit à la ville* (Lefebvre, 1968), David Harvey com *Social Justice and the City* (Harvey, 1973) e Sherry Arnstein com seu artigo *A Ladder of Citizen Participation* (Arnstein, 1969). Por fim, esses conceitos convergem para uma reflexão mais ampla sobre a cidade resiliente, conceito que transcende os contextos específicos dos projetos e é crucial para a formulação de estratégias adaptadas aos desafios contemporâneos de Porto Príncipe. A resiliência urbana, entendida aqui como a capacidade de uma cidade de absorver, adaptar-se e transformar-se face a choques e constrangimentos,



é uma abordagem integradora que articula as dimensões social, participativa e estrutural das intervenções urbanas. O livro de Judith Rodin, *The Resilience Dividend: Being Strong in a World Where Things Go Wrong*, é um documento-chave para esse conceito (Rodin, 2014).

Esta parte, portanto, serve como base científica para a análise e formulação de propostas de reconstrução urbana sustentável e inclusiva no contexto haitiano.

1.1.1 URBANISMO SOCIAL

De modo geral, o urbanismo social pode ser definido como uma abordagem teórica e prática que visa reposicionar o ser humano e sua dinâmica social no centro dos processos de transformação urbana. Ao contrário do planejamento urbano tradicional que se concentra na infraestrutura física, o planejamento social enfatiza a interação social, a inclusão e o desenvolvimento da comunidade como um impulsionador da regeneração urbana. Essa teoria surgiu gradualmente durante o século XX, mas tornou-se verdadeiramente formalizada nas décadas de 1960 e 1970, ao lado de movimentos sociais e intelectuais que desafiaram as abordagens tradicionais do planejamento urbano que se concentravam no desenvolvimento econômico às custas das necessidades humanas. Inspirando-se em pensadores como Henri Lefebvre e seu conceito de direito à cidade (Lefebvre, 1968), Sherry Arnstein por meio de seu conceito de escala de participação cidadã (Arnstein, 1969) e David Harvey em seu conceito de justiça social e justiça espacial em (Harvey, 1973); O urbanismo social assenta, assim, numa visão em que os cidadãos são os principais atores e beneficiários da transformação urbana.

As primeiras iniciativas dessa teoria foram observadas na Europa Ocidental e na América Latina, em cidades que enfrentavam crises sociais agudas. Por exemplo, na Europa Ocidental houve projetos como *Superillas (superquarteirões)*⁶ ou *supermanzana* em espanhol em Barcelona, programas de revitalização comunitária em áreas desfavorecidas de Londres em 1970 e muitos outros. Por outro lado, na América Latina, o urbanismo social se manifestou por meio de várias iniciativas destinadas a melhorar as condições de vida em bairros marginalizados e promover a inclusão social. Assim, neste artigo: *Urbanismo social e desenvolvimento sócio espacial: a experiência da cidade de Medellín (colômbia)* publicado em 2021, o autor afirma que:

O Urbanismo Social tem sua configuração baseada em ideologias humanistas, valorizando o ser humano e suas condições de vida. Devido a essa ideologia e em combate a uma situação de violência, o Urbanismo Social, visa atuar sobre os indivíduos, ou seja, lida com a busca de soluções para toda a população, principalmente as de baixa renda que sofrem com a falta de infraestrutura e qualidade de vida (Fellows e Melo, 2021, p.8).

⁶ As superilhas são uma iniciativa urbana inovadora em Barcelona para transformar os espaços públicos e torná-los mais ecológicos, seguros e fáceis de usar para pedestres e ciclistas. A ideia é criar um ambiente urbano mais saudável e sustentável, reduzindo o espaço destinado aos carros e aumentando as áreas de pedestres e espaços verdes. Isso ajuda a melhorar a qualidade de vida dos residentes e a responder aos desafios ambientais e sociais que as grandes cidades enfrentam.



É nessa lógica que surgiram projetos como o programa PRIMED⁷ em Medellín (Colômbia), esquemas de participação cidadã em Santiago do Chile, o programa Morar Carioca no Rio de Janeiro, a Urbanização de Villa 31 na Argentina e muitas outras iniciativas urbanas; exemplos concretos da aplicação desse conceito.

Com base em uma série de princípios fundamentais, o urbanismo social é estruturado em torno de práticas e objetivos que são diretamente derivados desses princípios. Embora essas bases tenham sido desenvolvidas em vários contextos, elas convergem para um ideal comum: promover uma cidade mais justa, inclusiva e equitativa. As contribuições de pensadores como Henri Lefebvre, David Harvey, John Rawls e Edward Soja enriqueceram muito essa estrutura conceitual. Esta subseção explora esses pilares teóricos e sua relevância para a formulação do planejamento social.

1.1.1.1 O conceito de direito à cidade no Urbanismo social

A teoria do urbanismo social tem suas raízes mais profundas na obra do filósofo e sociólogo francês Henri Lefebvre, particularmente em sua obra seminal *Droit à la ville*, desenvolvida em 1968. Ele introduziu esse conceito definindo-o não como um simples direito de acesso aos recursos urbanos existentes, mas como um direito fundamental de participar da produção do espaço urbano. Assim, ele afirma que: “O direito à cidade não pode ser concebido como um simples direito de visitar ou retornar às cidades tradicionais. Só pode ser formulado como um direito à vida urbana transformada e renovada” (Lefebvre, 1968, p. 121).

Por meio desse conceito, ele criticou o urbanismo moderno como muitas vezes ideológico, excluindo e servindo principalmente a interesses econômicos e não sociais. Ele também enfatiza a importância de uma abordagem que leve em consideração as necessidades sociais dos residentes, em vez de se concentrar apenas em modelos funcionais. Ao considerar o espaço urbano como um lugar de interação social e um potencial de transformação: ele argumenta que o urbano deve ser entendido não apenas como um quadro físico, mas também como um espaço de oportunidades de ação coletiva e inteligência social. Isso implica que o direito à cidade deve ser ativamente reivindicado pelos cidadãos, em vez de simplesmente concedido por instituições. Para além do acesso físico aos espaços urbanos, Lefebvre concebe que o direito à cidade engloba o direito aos lugares apropriados, de participar de sua produção e transformação, bem como a liberdade de viver e agir no espaço urbano. Ele aponta:

O direito à cidade se manifesta como uma forma superior de direitos: o direito à liberdade, à individualização na socialização, à moradia e à moradia. O direito ao trabalho (à atividade participante) e o direito à apropriação (distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade (Lefebvre, 1968, p. 140).

⁷ O "Programa de mejoramiento de Barrios Subnormales (PRIMED)" em Medellín, Colômbia, foi lançado em 1992. O objetivo era abordar questões informais de assentamento, como ilegalidade da terra, falta de infraestrutura e organização comunitária, envolvendo ativamente as comunidades locais no processo de transformação.



Essa visão expansiva e crítica do direito à cidade nos convida a enfatizar que a cidade deve ser vivida e projetada em torno de três parâmetros; há o da liberdade individual, do direito à apropriação e participação na produção e processamento.

O primeiro parâmetro está intrinsecamente ligado ao conceito de direito à cidade. Abrange muito mais do que os direitos de acesso aos recursos urbanos, mas também implica a capacidade dos habitantes de exercerem sua autonomia e escolhas pessoais dentro do espaço urbano, ao mesmo tempo em que participam de sua transformação coletiva. É nessa concepção de liberdade individual que o autor David Harvey afirma que:

O direito à cidade é muito mais do que a liberdade individual de acessar os recursos urbanos: é um direito de mudar a nós mesmos mudando a cidade. Trata-se, além disso, de um direito comum e não individual, uma vez que essa transformação depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo para reformular os processos de urbanização (Harvey, 2008, p. 23).

Em suma, a liberdade individual representa uma tensão criativa entre autonomia pessoal e projeto coletivo, entre a expressão de singularidades e a construção de um bem comum urbano (Lefebvre, 1974; Harvey, 1973; Harvey, 2015). O segundo parâmetro é o direito à apropriação. De acordo com Purcell (2002, p. 103) “A apropriação inclui o direito dos habitantes de acessar, ocupar e usar fisicamente o espaço urbano e, portanto, essa noção tem sido o foco principal daqueles que defendem o direito das pessoas de estarem fisicamente presentes no espaço da cidade.”

Assim, esse direito permite que os habitantes se identifiquem com os lugares e os integrem em seu cotidiano. Esse direito vai além do simples acesso e implica uma transformação do espaço urbano. Sugere que os moradores têm o direito de se apropriar física, social e culturalmente do espaço urbano, para moldá-lo de acordo com suas necessidades e desejos. Isso pode assumir a forma de desenvolvimento de espaços verdes, criação de moradias alternativas, organização de eventos culturais ou qualquer outra iniciativa voltada para a reinvenção da cidade (Lefevre, 1974). Finalmente, o último parâmetro é o da participação na produção e processamento. É um elemento central do direito à cidade, representando a capacidade dos habitantes de intervir ativamente nos processos que moldam o ambiente urbano, em vez de serem meros consumidores passivos do espaço. Esse parâmetro se concretiza por meio de iniciativas como: participação em órgãos formais de planejamento urbano (consultas públicas, orçamentos participativos), movimentos sociais que reivindicam transformações da cidade, etc. (Purcell, 2013; Althorpe; Horák, 2021; Sorensen; Sagaris, 2010; Estrada-Grajales; Foth; Mitchell, 2018).

Conclui-se que o urbanismo social, baseado no conceito de direito à cidade e seus três parâmetros, é uma resposta às desigualdades urbanas. Por meio de iniciativas como as de Medellín e o programa Favela-Bairro no Rio de Janeiro e no projeto Villa 31, parece que esses princípios não são abstrações teóricas, mas funcionam como verdadeiras alavancas de transformação social e espacial. Essas experiências ilustram que a cidade pode ser um espaço de inclusão, dignidade e justiça social, onde os



moradores não são meros beneficiários, mas atores em seu próprio ambiente de vida. Assim, o direito à cidade, tal como conceituado por Lefebvre e enriquecido pelas práticas contemporâneas, não pode ser reduzido a uma reivindicação simbólica. Ele incorpora uma abordagem dinâmica do urbanismo social, integrando necessidades sociais, aspirações coletivas e oportunidades econômicas para moldar um espaço urbano mais resiliente e equitativo.

1.1.1.2 A Justiça social

Um dos princípios que tem contribuído para o urbanismo social é o da justiça social desenvolvido por autores como David Harvey em seu livro *Social Justice and the City* em 1973 e John Rawls em seu livro *A Theory of Justice* em 1971. Enquanto Harvey enfatiza as injustiças estruturais relacionadas ao espaço e pede uma transformação radical por meio da participação cidadã, Rawls propõe uma estrutura normativa baseada na equidade e no contrato social.

O primeiro autor, David Harvey retomou e desenvolveu o conceito de direito à cidade de Henry Lefebvre, integrando-o em uma perspectiva mais ampla de justiça social, igualdade e crítica das dinâmicas capitalistas que influenciam a estrutura urbana, enfatizando a necessidade de participação ativa dos cidadãos na produção do espaço urbano e na luta por justiça. Ele escreve:

Um passo para unificar essas lutas é adotar o direito à cidade como slogan de trabalho e ideal político, precisamente porque se concentra na questão de quem comanda a conexão necessária entre urbanização e produção e uso excedentes. A democratização desse direito e a construção de um amplo movimento social para impor sua vontade são imperativas para que os despossuídos reconheçam o controle que lhes foi negado por tanto tempo e para instituir novos modos de urbanização. Lefebvre estava certo em insistir que a revolução tem que ser urbana, no sentido mais amplo do termo, ou nada (Harvey, 1973, p.331).

Essa afirmação do autor estabelece um vínculo fundamental entre urbanização, produção econômica e distribuição de poder nas cidades. O direito à cidade (conceito de Henry Lefebvre) é apresentado como um conceito unificador em várias lutas por justiça social. Assim, segundo ele, a justiça social é definida como um conjunto de princípios que visam regular os conflitos que surgem no contexto da cooperação social, com o objetivo de permitir que cada indivíduo se beneficie dos frutos dessa cooperação, ele afirma que: “A justiça social é uma aplicação particular de princípios justos aos conflitos que surgem da necessidade de cooperação social na busca do avanço individual” (Harvey, 1973, p. 97). Assim, ele concebe a justiça social não apenas como uma questão de distribuição equitativa de recursos, mas também como uma questão de poder e controle sobre as decisões que afetam as condições de vida das pessoas (Fraser, 2003 ; Young, 2000).

Este conceito é caracterizado por vários elementos-chave importantes que tornam possível alcançar a justiça social. Um elemento-chave desse conceito é a necessidade da participação ativa e significativa das populações marginalizadas nos processos de tomada de decisão. Isso significa não apenas dar voz a esses grupos, mas também permitir que eles realmente influenciem as políticas que afetam suas vidas diárias. Harvey argumenta que a distribuição de poder na tomada de decisões é crucial para garantir que



os interesses de todos os cidadãos sejam representados de forma justa. Outro elemento central é o reconhecimento das interconexões entre justiça social, organização espacial e mecanismos econômicos. Harvey enfatiza que as decisões de planejamento influenciam diretamente a distribuição de recursos e, portanto, as condições de vida de diferentes comunidades. Essa afirmação remete a outro conceito relacionado à justiça social: é justiça retributiva porque diz respeito à distribuição de recursos, bens e benefícios dentro de uma sociedade. Observa que:

O primeiro passo na formulação de um princípio de justiça distributiva territorial consiste em determinar o que cada um dos três critérios - necessidade, contribuição para o bem comum e mérito - significa no contexto de um conjunto de territórios ou região (Harvey, 1973, p.101).

Por meio dessa citação, ele argumenta que a justiça distributiva só pode ser avaliada por meio de três critérios: necessidade, contribuição para o bem comum e mérito. Portanto, é crucial reconhecer as necessidades necessárias das populações, pois elas variam de acordo com os contextos sociais e econômicos. O critério Contribuição para o Bem Comum que avalia como os recursos podem ser alocados para maximizar o bem-estar coletivo (Young, 2006). E, mérito, que leva em consideração contribuições individuais ou coletivas para a sociedade. Esses critérios enfatizam a compreensão das relações entre espaço e estruturas sociais que permitem o desenho de políticas mais eficazes e equitativas. Finalmente, a justiça social deve ser integrada à estrutura dos valores éticos que orientam a ação pública. Isso requer a formulação de critérios de avaliação que levem em consideração não apenas a eficiência econômica, mas também os impactos sociais dessas decisões. Tal abordagem é essencial para evitar consequências negativas que possam aumentar as desigualdades existentes (Harvey, 1973; Soja, 2010).

A importância desse conceito está em sua capacidade de criar ambientes urbanos onde todas as vozes são ouvidas e respeitadas. Ao cultivar um senso de inclusão e pertencimento, a justiça social contribui para fortalecer a coesão social, que é uma condição fundamental para a resiliência das cidades (Ahmed et al., 2017). E de acordo com Harvey, ignorar esse conceito pode levar a tensões crescentes, conflitos e deterioração das condições de vida, tornando ainda mais necessário tomar consciência das questões de justiça social no planejamento urbano (Harvey, 1973).

Ainda no estudo do princípio da justiça social, John Rawls é também um dos autores que abordou a questão, em particular nas suas dimensões social e distributiva. Em seu livro, *A Teoria da Justiça*, ele desenvolve o conceito central de *justiça como equidade*, que propõe uma abordagem normativa para definir os princípios que governam as instituições fundamentais de uma sociedade justa. Segundo ele, a justiça social se baseia na ideia de que os direitos e liberdades fundamentais devem ser garantidos e priorizados para promover a igualdade democrática. Também envolve uma distribuição equitativa de recursos e oportunidades, prestando atenção especial às desigualdades estruturais que prejudicam certos grupos. John Rawls afirma que:



A justiça de um regime social depende essencialmente da forma como os direitos e deveres fundamentais são atribuídos e das oportunidades e condições econômicas e sociais nos diversos setores da sociedade (Rawls, 1971, p.7).

Nesse sentido, a justiça social busca equilibrar os direitos individuais com as demandas de uma sociedade equitativa, apoiando-se em instituições destinadas a promover o bem-estar coletivo, respeitando as liberdades fundamentais (Fraser, 2008).

Para detalhar sua concepção, Rawls identifica várias características essenciais da justiça social. Ele começa definindo justiça como equidade, o que significa que os princípios de justiça devem ser universalmente aceitos como equitativos pelos membros da sociedade. Para garantir essa justiça, ele introduziu o conceito de "posição original", uma situação hipotética em que os indivíduos escolhem os princípios da justiça sob um "véu de ignorância", ou seja, sem conhecer sua posição social, status econômico ou talentos. Essa abordagem visa garantir que as decisões sejam tomadas de maneira imparcial e justa (Chambers, 2021; Leibler; Musset, 2010).

Com base nisso, Rawls formula dois princípios fundamentais: o primeiro estabelece a igualdade de liberdade para todos os indivíduos, que não pode ser comprometida em benefício de outros objetivos. O segundo, conhecido como *Princípio de Maximin*, afirma que a desigualdade social e econômica só é justificável se beneficiar os membros mais desfavorecidos da sociedade. Esses princípios refletem o desejo de Rawls de reconciliar as liberdades individuais com uma demanda por justiça social que promova a igualdade de oportunidades. Ele afirma que:

As desigualdades sociais e econômicas devem ser organizadas de modo que sejam (a) para o maior benefício esperado dos menos favorecidos e (b) vinculadas a cargos e posições abertas a todos em condições de igualdade justa de oportunidades (Rawls, 1971, p.72).

Assim, segundo ele, cada indivíduo deve poder ter acesso equitativo aos recursos e posições sociais, independentemente de sua origem ou condições iniciais. Finalmente, Rawls enfatiza o papel central das instituições na obtenção da justiça social. Estes devem ser concebidos para promover a equidade e assegurar a aplicação dos princípios da justiça, respeitando simultaneamente a prioridade que atribui às liberdades individuais. Para Rawls, essa prioridade significa que a liberdade de alguns só pode ser legitimamente restringida para preservar a de outros, no interesse do equilíbrio e da equidade (Rawls, 1971).

Para resumir, a visão de justiça social de Rawls é um conceito complexo, mas profundamente estruturado, que visa articular as liberdades individuais e as demandas de uma sociedade justa. Baseia-se na equidade, na igualdade de oportunidades e na rigorosa responsabilidade institucional, fornecendo assim uma estrutura teórica para uma sociedade mais justa e inclusiva (Moroni, 2019; Sheild, 2017).

Em conclusão, a conceituação de justiça social desenvolvida por Rawls e Harvey constitui uma importante contribuição teórica para o planejamento urbano (Fainstein, 2010). No entanto, apesar de sua profundidade analítica, apresenta algumas limitações conceituais e práticas. Rawls propõe uma visão



idealizada e racionalista das escolhas sociais, que tende a negligenciar as dinâmicas de poder e as interações culturais que influenciam os sistemas de justiça. Por sua vez, Harvey reduz principalmente a desigualdade a determinismos econômicos, minimizando assim as dimensões subjetivas e culturais das experiências de marginalização.

Apesar dessas limitações, sua abordagem continua sendo essencial, pois Rawls e Harvey abriram perspectivas teóricas fundamentais sobre a redistribuição de recursos e oportunidades, destacando o papel das estruturas sociais na produção e reprodução das desigualdades. Sua maior contribuição reside na transformação da justiça social de um conceito abstrato em uma ferramenta analítica para questionar as relações de poder e os mecanismos de perpetuação das desigualdades. Ao demonstrarem que a justiça não pode ser reduzida a uma simples redistribuição econômica, lançaram as bases para uma reflexão mais ampla sobre as condições necessárias para a emergência de uma sociedade mais equitativa.

Em conclusão, o urbanismo social constitui, assim, um arcabouço teórico essencial que redefine o planejamento urbano como um instrumento de justiça socioespacial, capaz de transformar as dinâmicas de exclusão em mecanismos de integração (Brenner et al., 2012; Purcell, 2002). No entanto, para concretizar essa visão transformadora, é necessário examinar como as comunidades marginalizadas podem se tornar atores legítimos nos processos de tomada de decisão que moldam seu ambiente urbano. É precisamente neste ponto de intersecção entre justiça espacial e envolvimento cidadão que o urbanismo participativo surge como paradigma complementar, propondo metodologias concretas para traduzir os princípios da equidade urbana em práticas inclusivas de governação territorial.

1.1.2 URBANISMO PARTICIPATIVO

Através dos conceitos de Direito à Cidade e Justiça Social; autores como Henry Lefebvre e David Harvey abordaram sutilmente as bases conceituais do pensamento sobre a participação urbana. Esses trabalhos têm questionado a maneira como as relações de poder, muitas vezes invisíveis, influenciam a configuração dos espaços e limitam os direitos dos habitantes de participar da transformação de seu ambiente. Assim, é essencial distinguir essa abordagem crítica das correntes contemporâneas do urbanismo participativo. De fato, enquanto Lefebvre e Harvey se concentram em uma análise sistêmica e teórica das estruturas de poder, o urbanismo participativo atual favorece a implementação de estratégias pragmáticas de intervenção e transformação social.

Partindo dessa distinção, os parágrafos seguintes propõem uma discussão sobre a necessidade de ir além dessa concepção puramente teórica de participação urbana para explorar as modalidades concretas de engajamento cidadão na construção da cidade.

1.1.2.1 Origem do Urbanismo participativo

O urbanismo participativo é uma abordagem transformadora que coloca o envolvimento do cidadão no centro dos processos de design e gestão do ambiente urbano. Essa perspectiva rompe com os métodos convencionais de planejamento, muitas vezes caracterizados por sua verticalidade e tecnocracia, para



estabelecer uma dinâmica relacional renovada entre cidadãos, especialistas (urbanistas, sociólogos, arquitetos, etc.) e instituições. Assim, o espaço urbano não é mais percebido como um produto acabado, mas como um processo contínuo de Co construção social e espacial (Lefebvre, 1968; Harvey, 2008; Fainstein, 2010).

Essa abordagem tem suas origens nas críticas feitas ao urbanismo tecnocrático no contexto anglo-saxão da década de 1960. Intelectuais e profissionais, cientes dos limites de modelos estritamente de cima para baixo e racionais, imploraram por alternativas mais inclusivas. Essas reflexões ressoaram particularmente em movimentos como o *planejamento de advocacy*, introduzido por Paul Davidoff (1965), que defendia um planejamento urbano mais democrático e atento às necessidades das comunidades locais (Zetlaoui-léger, 2013).

A década de 1960-1970 marcou um ponto de virada decisivo com o surgimento do "urbanismo comunitário", que foi particularmente desenvolvido nos Estados Unidos e no Reino Unido. Essa abordagem favorece a dinâmica de baixo para cima, onde os residentes se tornam atores ativos na transformação de seu ambiente urbano, em vez de simples usuários passivos de espaços projetados sem sua contribuição. Essas iniciativas têm alimentado uma reflexão aprofundada sobre a cidadania urbana e o reconhecimento do conhecimento dos habitantes nos processos de planejamento.

O planejamento urbano participativo responde, assim, a uma necessidade crescente de inclusão dos cidadãos nos mecanismos de tomada de decisão relacionados ao desenvolvimento e melhoria do ambiente de vida. Contribui para a renovação das práticas urbanas contemporâneas, redefinindo a relação entre a perícia técnica e o conhecimento experiencial. Como aponta Sanoff (2000), essa abordagem transforma profundamente a própria concepção de expertise urbana, ao reconhecer a legitimidade e a relevância do conhecimento derivado da experiência cotidiana dos cidadãos ao lado do conhecimento especializado dos profissionais.

1.1.2.2 O urbanismo participativo com Patrick Geddes

Considerado um dos pioneiros desse conceito, o livro *Cities in Evolution* de Patrick Geddes, publicado em 1915, propõe uma abordagem ao planejamento urbano que coloca as comunidades no centro do processo de transformação urbana.

Considerando a cidade como um organismo vivo moldado por dinâmicas sociais, econômicas e ecológicas que devem ser compreendidas em sua totalidade antes de qualquer intervenção, ele propõe uma visão segundo a qual o planejamento urbano deve integrar a voz dos cidadãos desde os primeiros estágios de projeto. Assim, Geddes sustenta que:

Antes de prosseguir com a preparação de um Esquema de Planejamento Urbano, é desejável instituir um Levantamento Local Preliminar - para incluir a coleta e exibição pública de mapas, planos, modelos, desenhos, documentos, estatísticas, etc., ilustrativos da Situação, Desenvolvimento Histórico, Comunicações, Indústria e Comércio, População, Condições e Requisitos da Cidade, etc.(Geddes, 1915, p.347).



Por meio dessa afirmação, ele coloca a observação local no centro de seu método, que considera uma condição essencial para a concepção de projetos relevantes. Longe de se limitar a estudos técnicos, essa observação requer uma análise aprofundada dos estilos de vida, das relações sociais e das aspirações dos habitantes, a fim de garantir que as intervenções urbanas reflitam as realidades específicas de cada comunidade.

No centro do pensamento de Patrick Geddes está a ideia de que os cidadãos não são meros beneficiários passivos das transformações urbanas, mas atores centrais no processo. Ele insiste na necessidade de participação ativa, não como uma formalidade, mas como uma verdadeira dinâmica colaborativa. Para ele, a participação é um processo em que os habitantes, por meio de suas experiências e conhecimentos sobre o território, enriquecem o planejamento trazendo perspectivas muitas vezes negligenciadas pelos especialistas. Rejeita firmemente as abordagens de cima para baixo e propõe um método de baixo para cima, onde as ideias emergem das próprias comunidades. Ele afirma que:

Aqui está um vasto campo de investigação social, convidando a cooperação de especialistas de todos os tipos; por um lado, isso deve ser organizado por sociedades científicas, e acima de tudo as sociológicas, em seguida, sem dúvida, por escolas e universidades; mas assim que talvez seja empreendido pelos próprios cidadãos, auxiliados por seus representantes e funcionários municipais. e abrigados por seus museus e bibliotecas (Geddes, 1915, p.256).

Essa filosofia se reflete nas interações permanentes entre planejadores urbanos e moradores, onde cada proposta cidadã não é apenas ouvida, mas também levada em consideração para ajustar os desenvolvimentos urbanos.

Ainda em sua visão de urbanismo participativo, Geddes apresenta este estudo, que ele descreveu como "pesquisas cidadãs", visa entender as necessidades e aspirações dos moradores, identificando dinâmicas e recursos locais. Assim, ele afirma que:

O "Levantamento das Cidades", que assim alcançamos, é uma característica e propósito principais de nossa exposição. Esta pesquisa deve abranger todos os aspectos, contemporâneos e históricos. Deve ser geográfico e econômico, antropológico e histórico, demográfico e eugênico, e assim por diante: acima de tudo, visa a reunião de todos esses estudos, em termos de ciências sociais, como "Cívicos (Geddes, 1915, p.266).

Este estudo permite desenvolver projetos que não só se adaptam às necessidades práticas dos habitantes, mas também respeitam a identidade do lugar. Por meio de seu livro, ele identifica vários princípios nos quais a participação cidadã se baseia. Em primeiro lugar, deve ser exclusivo, ou seja, garantir que todos os membros da comunidade, sem distinção, possam contribuir para ele. Em segundo lugar, deve ser transparente, a fim de estabelecer uma relação de confiança entre os cidadãos e os decisores. E, finalmente, deve ser contínuo, ou seja, não deve se limitar aos estágios iniciais de concepção, mas deve se estender à implementação e gerenciamento de projetos. Essa continuidade ajuda a criar um sentimento de pertencimento entre os cidadãos, fortalecendo assim seu compromisso com o ambiente urbano.



Em conclusão, o urbanismo participativo de Geddes representa uma grande ruptura epistemológica. Ele coloca o ser humano e suas práticas de volta no centro da produção urbana, bem antes das teorizações posteriores de Lefebvre ou Harvey. Sua concepção permanece profundamente atual: pensar a cidade não como um objeto técnico, mas como um ecossistema complexo de relações, saberes e práticas.

1.1.2.3 A escala da participação cidadã e sua contribuição para o urbanismo participativo

No artigo intitulado *A Ladder of Citizen Participation*, Sherry R. Arnstein explora o conceito de participação cidadã em relação aos processos de planejamento e tomada de decisão, sem dar uma definição estrita de urbanismo participativo. No entanto, sua análise permite identificar seus contornos, insistindo na importância do engajamento genuíno do cidadão. Ele afirma que:

[...] Minha resposta à pergunta crítica é simplesmente que a participação do cidadão é um termo categórico para o poder do cidadão. É a redistribuição de poder que permite que os cidadãos que não têm, atualmente excluídos dos processos políticos e econômicos, sejam deliberadamente incluídos no futuro (Arnstein, 1969, p.216).

De acordo com Arnstein, a participação cidadã desempenha um papel central na redistribuição de poder dentro das estruturas democráticas. Esse conceito se baseia na ideia de que os cidadãos, especialmente os grupos marginalizados ou economicamente desfavorecidos, devem ter a oportunidade de intervir ativamente nos processos que definem as políticas públicas e afetam diretamente suas vidas. Tal abordagem pressupõe um repensar das relações tradicionais entre governantes e governados, promovendo uma dinâmica na qual os cidadãos não são mais meros receptores passivos de políticas, mas atores plenos no processo de tomada de decisão. É nesse contexto que ele introduziu a escala de participação.

Conhecida como Escala de “Participação do Cidadão”, a Escala de Participação é um conceito desenvolvido por Sherry R. Arnstein que ilustra os diferentes níveis de envolvimento do cidadão nos processos de tomada de decisão. É apresentado na forma de uma escala de oito níveis, onde cada nível representa um grau de poder e controle concedido aos cidadãos na tomada de decisões. Nos níveis mais baixos, existem formas de participação que são, na verdade, farsas, como manipulação ou terapia, onde os cidadãos são sujeitos mais passivos do que atores. À medida que se sobe na escada, a participação se torna mais autêntica, passando por estágios de consulta e participação, até atingir níveis em que os cidadãos realmente compartilham o poder com os tomadores de decisão, como em parcerias (Arnstein, 1969).

A escala destaca que existem gradações significativas na participação, enfatizando que a verdadeira participação envolve não apenas a voz dos cidadãos, mas também mecanismos que lhes permitem exercer poder real e influenciar os resultados. Essa abordagem esclarece o debate em torno da participação cidadã, distinguindo entre compromissos formais e aqueles que levam a uma mudança substancial na redistribuição de poder (Arnstein, 1969).



Nesse contexto, podemos identificar dois tipos de abordagens: *bottom-up* e *top-down*. A primeira abordagem *de baixo para cima*⁸ favorece quando as iniciativas emergem dos próprios cidadãos, em oposição aos modelos *"de cima para baixo"* impostos por especialistas ou autoridades. A aplicação da primeira abordagem envolve interações contínuas entre planejadores urbanos e moradores, onde cada proposta cidadã não é apenas ouvida, mas também levada em consideração para ajustar os projetos urbanos. Envolve educar os cidadãos sobre questões urbanas e ambientais e conscientizá-los sobre os impactos das escolhas de planejamento em sua qualidade de vida, daí o conceito: *culture-city* (Geddes, 1915 ; Arstein, 1969).

Como extensão das reflexões sobre o urbanismo participativo, outros conceitos como "Demopolis" e "Tyrannopolis" também surgiram. Essas noções, articuladas na visão orgânica da evolução urbana, consideram a cidade como a expressão material das relações sociais e políticas. A "Demopolis" representa o ideal de uma cidade democrática onde o planejamento urbano emerge das deliberações coletivas e das aspirações dos cidadãos, enquanto a "Tyrannopolis" incorpora o urbanismo autoritário imposto sem considerar as necessidades locais. Sem abordar explicitamente essas noções, autores como Patrick Geddes (Geddes, 1915) e Mumford Lewis (Mumford, 1961) retomaram esses dois conceitos para analisar as dinâmicas urbanas modernas, destacando a persistência dessas tensões entre as abordagens de cima para baixo e de baixo para cima na produção do espaço. Essa conceituação revela a importância dos processos participativos, muito antes de sua teorização formal por autores como Arnstein (1969) que mais tarde desenvolveu a "escala de participação cidadã".

Em conclusão, A Escala da Participação Cidadã oferece uma estrutura fundamental para o aprofundamento do urbanismo participativo, lançando luz sobre a dinâmica entre cidadãos e tomadores de decisão. Isso mostra que a participação pode variar de manipulação a formas autênticas, como parceria. Os baixos níveis de participação, muitas vezes superficiais, não garantem que as preocupações dos cidadãos sejam tidas em conta, o que pode levar a um sentimento de alienação. Para uma participação efetiva, é crucial focar em interações autênticas onde as vozes dos cidadãos influenciam as decisões.

Para tal, é necessária uma redefinição da relação entre as autoridades e os cidadãos, estabelecendo verdadeiras parcerias que tenham em conta as necessidades da comunidade. Ambos os lados devem estar comprometidos: os cidadãos a participarem ativamente e as autoridades a serem receptivas. Em suma, essa escala torna-se uma ferramenta essencial para avaliar e melhorar as iniciativas de planejamento urbano, destacando a importância de projetar espaços urbanos em colaboração com os cidadãos para fortalecer a coesão social e a resiliência da comunidade.

⁸ Hoje, muitos projetos de planejamento urbano participativo são inspirados pelos princípios de baixo para cima de Geddes. Iniciativas como o **orçamento participativo**, em que os cidadãos decidem diretamente sobre a alocação de uma parcela do orçamento municipal, ilustram como essa abordagem pode ser colocada em prática no contexto moderno.



1.1.2.4 Limites do urbanismo participativo

O urbanismo participativo, embora vise integrar os cidadãos ao processo de planejamento urbano, possui diversas limitações que podem comprometer sua eficácia. Um dos principais desafios reside na consideração real das contribuições dos cidadãos. Muitas vezes, as consultas públicas transformam-se em exercícios simbólicos em que as opiniões recolhidas não são incorporadas nas decisões finais, levando a um sentimento de desconfiança e desinteresse entre os participantes. Além disso, os grupos comunitários nem sempre são representativos da diversidade da população local; Vozes marginalizadas podem ser negligenciadas, aumentando as desigualdades existentes (Petite, 2021; Legacy, 2017).

Ao mesmo tempo, a linguagem técnica utilizada nas discussões de planejamento urbano pode servir como uma barreira para a participação efetiva, dificultando a compreensão e avaliação das questões em jogo para muitos cidadãos. A complexidade dos problemas urbanos, combinada com prazos muitas vezes apertados para a tomada de decisões, também pode fazer com que os processos participativos sejam apressados, limitando a capacidade dos cidadãos de se envolverem de forma ponderada. Por fim, a falta de recursos adequados para apoiar iniciativas participativas, seja em termos de financiamento ou capacitação, representa um obstáculo significativo, impedindo que as comunidades se organizem efetivamente para influenciar as decisões. Essas limitações ressaltam a necessidade de uma abordagem mais ponderada e sustentada para tornar o planejamento urbano participativo uma verdadeira ferramenta para a transformação social (Mubita; Libati; Mulonda, 2017).

Em conclusão, embora o urbanismo participativo tenha certas limitações e esse conceito não seja sistematicamente mobilizado em todos os projetos, ele constitui, no entanto, um paradigma de planejamento orientado para o envolvimento ativo dos cidadãos nos processos de tomada de decisão relativos ao seu ambiente urbano. Essa abordagem reconhece que os moradores têm um papel central na definição de prioridades, no desenho de intervenções e na avaliação das transformações do espaço público. A sinergia entre o urbanismo social e participativo representa uma alavanca estratégica para a construção da resiliência urbana, particularmente em contextos marcados por alta vulnerabilidade estrutural, como o de Porto Príncipe. Essa complementaridade opera em diferentes níveis: o urbanismo social oferece uma estrutura ética orientada para a justiça socioespacial e a equidade territorial, enquanto o urbanismo participativo fornece as ferramentas metodológicas e os processos de inclusão necessários para a implementação concreta desses objetivos.

Em articulação, essas duas dimensões produzem uma dinâmica virtuosa: a participação cidadã fortalece o capital social, melhora a qualidade e a legitimidade das intervenções, enquanto os espaços públicos inclusivos e bem projetados, por sua vez, promovem o envolvimento da comunidade. Essa interação gera um duplo fortalecimento – das capacidades adaptativas das populações, por um lado, e da robustez da infraestrutura urbana, por outro – dois componentes fundamentais da resiliência urbana.



1.1.3 CIDADE RESILIENTE

A noção de resiliência em relação às cidades e ao planejamento urbano surgiu na década de 1990, em resposta aos desafios impostos pela gestão de riscos de desastres e mudanças climáticas, o que exigiu uma nova abordagem do contexto urbano.

Assim, de acordo com o livro *City Resilience Framework*, publicado pela Fundação Rockefeller e pela empresa Arup, a resiliência urbana pode ser definida como a capacidade das cidades de funcionar de forma a permitir que residentes e trabalhadores – especialmente os pobres e vulneráveis – sobrevivam e prosperem, independentemente das restrições ou choques que enfrentam (Arup; Rockefeller Foundation, 2014). Além disso, outros autores, como Mark Pelling, também tentaram definir essa noção como a capacidade de um sistema urbano de absorver perturbações, mantendo suas noções essenciais, de se auto-organizar e de se adaptar às mudanças (Pelling, 2011). Por fim, Meerow et al. (2016) propõem uma definição de resiliência urbana como a capacidade de um sistema urbano, bem como de todos os seus subsistemas socioecológicos e sociotécnicos, de manter ou restaurar suas funções rapidamente diante de perturbações, de se adaptar a transformações e de reformar estruturas que limitem sua adaptabilidade atual ou futura.

Em suma, essas definições convergem para uma compreensão da resiliência urbana como uma capacidade dinâmica e multidimensional, que vai desde a simples resistência a choques até a adaptação contínua e a transformação de sistemas, com particular consideração pelo bem-estar de todos os habitantes, especialmente os mais vulneráveis. Eles destacam a complexidade das cidades como sistemas e sua capacidade de evoluir diante de um futuro incerto.

1.1.3.1 Dimensão da resiliência urbana

De fato, a noção de resiliência urbana abrange várias dimensões. Inclui uma dimensão estrutural e física, que diz respeito às infraestruturas urbanas (energia, água, transportes, comunicações) que devem ser concebidas para resistir a choques e adaptar-se a constrangimentos em constante mudança (Godschalk, 2003). Também incorpora uma dimensão econômica, exemplificada pela teoria do "desenvolvimento econômico resiliente", que enfatiza a capacidade dos sistemas econômicos urbanos de resistir a crises, revitalizar-se e promover o crescimento inclusivo (Bristow, 2010).

Além disso, no âmbito desta dissertação, será dada especial atenção às dimensões essenciais da resiliência urbana. A dimensão social e comunitária, analisada através das teorias da "resiliência comunitária", destaca a importância do engajamento cívico, da coesão social e das capacidades de auto-organização das comunidades locais nos processos de gestão e reconstrução de crises (Magis, 2010). A dimensão ambiental inclui a gestão sustentável dos recursos naturais, a adaptação às mudanças climáticas e a redução dos riscos ambientais (Demuzere *et al.*, 2014). Por fim, a dimensão institucional e de governança, essencial para o planejamento urbano, diz respeito à capacidade das instituições de



desenvolver estratégias adaptadas às realidades locais, de flexibilizar decisões e de implementar políticas públicas que promovam a resiliência de longo prazo.

1.1.3.2 Abordagem da resiliência urbana de acordo com cartas internacionais.

As cartas internacionais construíram uma estrutura conceitual e normativa para definir abordagens para a resiliência urbana. Assim, durante esta análise, quatro cartas serão examinadas: o Marco de Sendai, a Nova Agenda Urbana, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e o Acordo Climático de Paris.

- O Quadro de Sendai para Redução do Risco de Desastres (2015) baseia-se em princípios fundamentais como prevenção em vez de resposta, uma abordagem abrangente e inclusiva para a gestão de riscos e o reconhecimento do papel central das comunidades locais na redução de riscos. A estrutura também identifica objetivos específicos para cidades resilientes, incluindo a redução significativa de perdas humanas e econômicas, o desenvolvimento de sistemas de alerta precoce, bem como a integração da resiliência nas políticas de desenvolvimento urbano (UNDRR, 2015).
- A Nova Agenda Urbana adotada na conferência Habitat III em 2016 propõe uma visão transformadora para as cidades, com foco na promoção de cidades sustentáveis, inclusivas e resilientes. Essa agenda articula o desenvolvimento urbano com a adaptação às mudanças globais e inclui eixos estratégicos como o planejamento urbano integrado, a proteção de populações vulneráveis e o desenvolvimento de capacidades institucionais adaptativas (UN-Habitat, 2016).
- Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ONU, 2015) e, mais especificamente, o Objetivo 11, visam tornar as cidades e comunidades sustentáveis. Este objetivo inclui uma meta explícita para reduzir o impacto dos desastres, promover a inclusão social e ambiental e desenvolver sistemas urbanos resilientes, que são elementos-chave para alcançar uma resiliência abrangente no contexto urbano.
- Por fim, o Acordo Climático de Paris (2015) reconhece a dimensão urbana das mudanças climáticas, destacando o papel crucial das cidades na mitigação dos efeitos das mudanças climáticas. Destaca estratégias de adaptação territorial e apoia o financiamento de projetos de resiliência urbana, essenciais para fortalecer a capacidade das cidades de enfrentar os desafios climáticos.

Em conclusão, as cartas internacionais oferecem uma estrutura normativa e conceitual ambiciosa para a construção de cidades resilientes. Eles oferecem uma visão integrada, indo além da simples gestão de riscos para abraçar uma transformação estrutural dos sistemas urbanos. A resiliência urbana torna-se, assim, um projeto político para o desenvolvimento sustentável, a inclusão social e a transformação ecológica.



1.1.3.3 Importância da resiliência urbana

A resiliência urbana representa um conceito estratégico fundamental que define a capacidade de uma cidade de sobreviver, se adaptar e prosperar diante de choques repentinos e estresses crônicos. Em um mundo predominantemente urbanizado, onde as metrópoles concentram populações, infraestrutura e atividades econômicas, essa capacidade torna-se crucial para proteger vidas e propriedades, minimizando a vulnerabilidade humana. Como tal, a resiliência da cidade reside em sua capacidade de manter suas funções essenciais, como fornecer serviços básicos, proteger a infraestrutura e apoiar os meios de subsistência. Essa continuidade funcional é vital para a estabilidade social e econômica, permitindo que residentes e empresas continuem suas atividades apesar das interrupções.

No contexto específico da América Latina e do Caribe, a resiliência urbana assume uma dimensão particularmente complexa. As cidades desta região enfrentam desafios ambientais e sociais profundamente interligados, exigindo uma abordagem integrada e participativa. Como alguns autores apontam:

[...] Movimentos sociais, solidariedade popular, ação coletiva, conhecimento local, experiências de gestão de riscos locais e planejamento e orçamento inclusivos são, portanto, considerados fundamentais para a construção de estruturas transformadoras de resiliência urbana (Ariza-Montobbio; Carrión; Delgado-Ramos, 2022, p. 155).

Assim, em vez de replicar mecanicamente os modelos desenvolvidos nos países do Norte Global, é essencial desenvolver estratégias enraizadas nas realidades locais. Portanto, é imperativo perguntar "resiliência para quem, de que, quando, onde e por quê" para garantir que os esforços de resiliência contribuam para uma maior equidade e justiça social, especialmente em contextos marcados por profundas desigualdades, como na América Latina. Nesse contexto, a resiliência urbana deve, antes de tudo, ter como objetivo transformar as desigualdades estruturais e garantir os direitos fundamentais, incluindo o acesso à alimentação, saúde e saneamento. Para isso, é fundamental estabelecer uma governança mais inclusiva e horizontal, capaz de apoiar essas dinâmicas, integrando os saberes tradicionais e promovendo a participação ativa das populações mais vulneráveis.

Em suma, a resiliência urbana não pode ser entendida como uma simples capacidade técnica ou institucional de adaptação. Como apontam Ariza-Montobbio, Carrión e Delgado-Ramos (2022), ela faz parte de um quadro mais amplo de transformação sociopolítica, mobilizando dinâmicas coletivas enraizadas nos territórios. O reconhecimento do conhecimento local, a participação da comunidade e formas alternativas de governança parecem, portanto, ser alavancas essenciais para ir além das abordagens normativas e construir uma resiliência verdadeiramente inclusiva.

Para melhor compreender as condições para o surgimento dessas práticas resilientes, é relevante analisar experiências concretas de intervenções urbanas no contexto latino-americano. Os casos de Medellín (Colômbia), o programa Favela-Bairro no Rio de Janeiro (Brasil) e a Villa 31 em Buenos Aires (Argentina) oferecem exemplos contrastantes, mas complementares. Permitem questionar, em diferentes



escalas, a forma como os princípios da resiliência, da participação e da justiça socioespacial são operacionalizados ou contornados nas políticas urbanas.

1.2 ESTUDOS DE CASOS

Esta parte se concentra na apresentação e análise de modelos de projetos internacionais de planejamento urbano – incluindo Medellín, Favela-Bairro no Rio de Janeiro e Barrio 31 em Buenos Aires – a fim de identificar seus fatores de sucesso, teorias urbanas subjacentes e mecanismos que podem ser adaptados ao contexto haitiano.

1.2.1 METODOLOGIA

No contexto desta dissertação, o estudo de caso ocupa um lugar central, permitindo uma análise aprofundada e sistemática das dinâmicas urbanas em contextos semelhantes ao de Porto Príncipe. O objetivo é explorar como os princípios do planejamento urbano, desenvolvidos e aplicados em outras regiões marcadas por desafios urbanos complexos, podem ser adaptados e transpostos para a realidade haitiana. Essa abordagem é definida no livro *Design Science Research* da seguinte forma:

O estudo de caso é uma pesquisa empírica que busca melhor compreender um fenômeno contemporâneo, normalmente complexo, no seu contexto real. Os estudos de caso são considerados valiosos, uma vez que permitem descrições detalhadas de fenômenos normalmente baseados em fontes de dados diversas. Esse método de pesquisa é particularmente adequado para investigar problemas complexos dentro do contexto em que ocorrem. Os estudos de caso asseguram que a investigação e o entendimento do problema sejam feitos em profundidade (Dresch; Lacerda; Júnior, 2015, p. 22).

A realização deste estudo de caso baseia-se numa abordagem que integra a recolha e análise de dados. Os casos de Medellín (Colômbia), do projeto Favela-Bairro (Brasil) e da Villa 31 (Argentina) foram escolhidos por sua relevância e semelhança com o contexto haitiano. Os critérios de seleção para esses projetos urbanos são: localização geográfica, semelhança com o caso de Porto Príncipe, exemplos de transferibilidade de abordagens metodológicas, transformações urbanas e disponibilidade de dados.

Esses critérios foram rigorosamente estabelecidos para garantir a relevância das análises comparativas. A localização geográfica é essencial porque permite contextualizar as intervenções em realidades sociopolíticas e econômicas semelhantes às de Porto Príncipe, particularmente na região da América Latina e do Caribe, onde os desafios urbanos compartilham características comuns. A semelhança com Porto Príncipe é um critério fundamental, englobando determinantes como violência urbana, fragmentação territorial, informalidade dos assentamentos humanos, segregação socioespacial problemas no acesso aos serviços básicos e muitos outros.

A transferibilidade metodológica também orientou a seleção, identificando abordagens que inspiraram outros contextos urbanos semelhantes, demonstrando assim seu potencial adaptabilidade ao caso haitiano. Transformações urbanas significativas são outro critério-chave, destacando intervenções bem-sucedidas como o "urbanismo social" em Medellín, a regularização fundiária do programa Favela-Bairro ou o reconhecimento oficial da Villa 31, que poderia servir de modelo para orientar o caso do Porto

Príncipe. Por fim, a disponibilidade e riqueza de dados documentais sobre estes projetos, totalizando mais de 80 referências científicas diversas, garantem uma análise aprofundada e credível das experiências estudadas.

1.2.2 OS ESTUDOS

1.2.2.1 Caso I: Projeto Medellín (Colômbia)

O primeiro caso analisado é o projeto de transformação em Medellín na Colômbia. Levando em consideração os critérios de seleção dos projetos, o Quadro 1 seguinte apresenta um resumo dos principais elementos contextuais e operacionais relacionados com este estudo de caso, antes da análise detalhada que se seguirá.

Quadro 1-Síntese contextual do caso de Medellín (Colômbia)

Medellín (Colômbia)	
Localização	Países da América Latina e do Caribe
Semelhança com o caso de Porto Príncipe	<ul style="list-style-type: none"> - Violência urbana - Fragmentação territorial acentuada - Forte presença de assentamentos informais em áreas montanhosas - Exclusão social e espacial pronunciada - Fraqueza das instituições governamentais - Presença de grupos armados controlando certos territórios
Exemplos de transferibilidade de abordagens metodológicas	<ul style="list-style-type: none"> - Joanesburgo (África do Sul) - Corredores de Transporte e Desenvolvimento Integrado: <i>Projeto de requalificação urbana baseado na melhoria do transporte público e na criação de espaços públicos, com o objetivo de reduzir a segregação herdada do apartheid</i> - Caracas (Venezuela) - Projeto Teleférico de San Agustín: <i>Teleférico urbano foi construído para conectar bairros marginalizados a áreas centrais</i>
Transformações urbanas	<ul style="list-style-type: none"> - "Urbanismo Social": Integração de Bairros Marginalizados por Projetos Urbanos - Sistema de transporte inovador (teleféricos urbanos) que liga as zonas periféricas - Criação de espaços públicos de qualidade em áreas desfavorecidas - Fortalecimento de instituições locais e participação da comunidade - Parques-bibliotecas como centros culturais e sociais - Redução significativa da violência. - Participação e engajamento da comunidade. - Continuidade da política urbana e transparência
Dados	36 documentos entre livros, capítulos, teses e artigos científicos

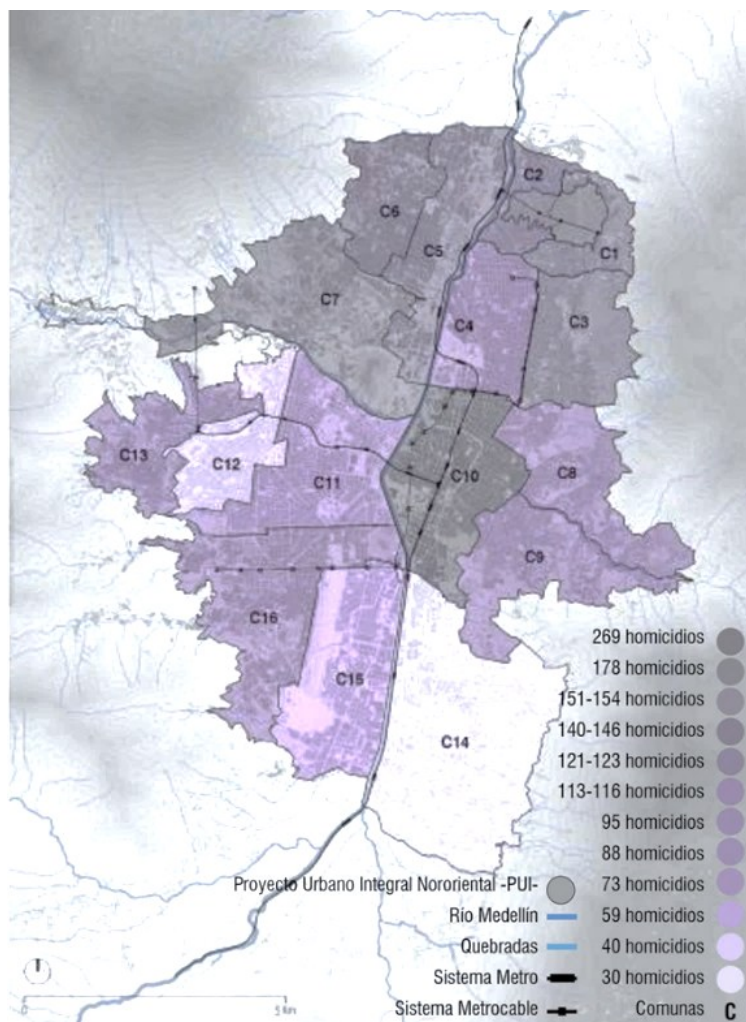
Fonte: Autora, 2025

1.2.2.1.1 Contexto Geral

Medellín, a segunda cidade mais populosa depois de Bogotá, há muito enfrenta grandes desafios estruturais que afetaram profundamente seu tecido urbano e social. Esta cidade colombiana, localizada no *Vale do Aburrá*, cercada por montanhas escarpadas, experimentou uma violência urbana endêmica que a impulsionou ao posto de cidade mais perigosa do mundo nas décadas de 1980 e 1990 (Maclean, 2015). Essa violência, simbolizada pelo governo do cartel de Medellín sob Pablo Escobar, atingiu seu pico com uma taxa de homicídios de 375 por 100.000 habitantes em 1991. No entanto, essa violência

não se limitou às atividades do cartel, mas também se estendeu às ações de grupos paramilitares, milícias urbanas e, por vezes, até operações repressivas realizadas pelo Estado, criando um clima de insegurança permanente que permeava o cotidiano dos habitantes (Bahl, 2012; Marca, 2013). A Figura 1 abaixo mostra a cidade de Medellín e o nível de homicídios em 2003:

Figura 1-Índice de homicídios por município em 2003



Fonte: Secretaría de Gobierno, 2004. Apud URBAM EAFIT (2015, p. 49)

Essa violência se enraizou em um contexto de urbanização rápida e não planejada. Entre as décadas de 1950 e 1970, a população de Medellín aumentou de 358.000 para 1,47 milhão, principalmente devido ao êxodo rural massivo causado pela falta de oportunidades no campo e deslocamento forçado devido ao conflito armado (Betancur, 2007; Maclean, 2015). Esse crescimento populacional explosivo levou ao surgimento de assentamentos informais, conhecidos como *barrios informales* ou *asentamientos informales*⁹, " , construídos arbitrariamente nas encostas íngremes que cercam a cidade. Essas áreas eram caracterizadas por moradias precárias autoconstruídas, acesso limitado a serviços urbanos essenciais,

⁹ Os "**barrios informales**" são áreas urbanas caracterizadas por uma alta densidade populacional e, geralmente, por condições socioeconômicas desafiadoras. Esses bairros surgiram como resultado de migrações internas e do crescimento urbano desordenado, especialmente durante o século XX.

como água e eletricidade, falta de títulos de propriedade formais, etc. e densidade populacional extremamente alta (González, 2008). A Figura 2 abaixo mostra uma vista panorâmica de Medellín a partir da colina:

Figura 2-Panorâmica de Medellín a partir das colinas



Fonte: EDU, 2008. Apud URBAM EAFIT (2015, p. 22).

A topografia peculiar de Medellín, construída em relevos, contribuiu para reforçar os desafios urbanos, como a segregação socioespacial. Os bairros mais pobres, construídos informalmente nas encostas das montanhas, desenvolveram-se isolados das áreas formais da cidade, criando um modelo urbano profundamente fragmentado (Sotomayor, 2017). Enquanto bairros ricos como El Poblado se beneficiaram de infraestrutura moderna e serviços de alta qualidade, as comunidades marginalizadas nas "*comunas*" nas áreas nordeste e noroeste sofreram com uma falta de infraestrutura básica¹⁰ (Destang, 2020). Essa dualidade urbana reforçou as divisões geográficas da violência, transformando alguns bairros em zonas de conflito, enquanto outros desfrutavam de segurança e prosperidade.

Nessas *comunas* marginalizadas negligenciadas pelas políticas públicas, o desengajamento do Estado criou um vácuo de poder que é rapidamente explorado por grupos armados¹¹. Na ausência de oportunidades econômicas e sociais, muitos jovens se voltaram para gangues e facções criminosas, atraídos pela promessa de renda, status social ou simplesmente proteção. Ao mesmo tempo, os conflitos se intensificaram com a proliferação de várias facções: cartéis de drogas, milícias de extrema esquerda e paramilitares de extrema direita (Bahl, 2012). Essas lutas entre facções transformaram alguns dos lugares de Medellín em lugares virtualmente ingovernáveis.

Diante desses desafios estruturais interconectados (violência endêmica, informalidade urbana, segregação socioespacial, marginalização urbana) o Projeto de Transformação Urbana de Medellín surgiu no início dos anos 2000. Esta iniciativa inovadora, às vezes chamada *de milagre de Medellín*,

¹⁰ Neste texto, infraestrutura básica refere-se a todas as instalações e sistemas essenciais que permitem o bom funcionamento de uma cidade. Estas infraestruturas incluem redes de água potável, saneamento e eletricidade, bem como estradas e transportes públicos. Eles também incluem serviços básicos, como gerenciamento de resíduos, escolas, serviços de saúde e resposta a emergências e segurança pública.

¹¹ A ausência do Estado nas *comunas* permitiu que atores não estatais, como guerrilheiros, paramilitares e cartéis de drogas, ganhassem legitimidade e controle territorial



representa uma resposta multidimensional destinada a transformar radicalmente a paisagem urbana e social da cidade. Este projeto não se limitou a intervenções pontuais ou setoriais, mas adotou uma abordagem sistêmica que integra as dimensões urbana, social, econômica e institucional (Sotomayor, 2015 ; Franz, 2017).

Este Projeto de Transformação se destacou por sua visão generalista que reconhece a interdependência dos problemas que Medellín enfrentava. Em vez de tratar a violência, a informalidade e a desigualdade como fenômenos isolados, procurou abordar suas raízes comuns. A iniciativa visou particularmente os bairros mais desfavorecidos e marginalizados, incluindo as *comunas* 1, 8 e 13, historicamente associadas à violência e à informalidade (González-Pérez et al., 2022). Essa escolha estratégica demonstrou o desejo de reequilibrar o desenvolvimento urbano priorizando as áreas mais vulneráveis, invertendo assim a tendência histórica de investimentos concentrados em bairros já privilegiados.

Uma característica fundamental do projeto foi sua abordagem híbrida da informalidade urbana. Em vez de simplesmente buscar erradicar os assentamentos informais, a cidade reconheceu sua importância para a identidade, vitalidade e economia locais (Reiss, 2020). Como observa a pesquisadora Kate Maclean, Medellín adotou uma perspectiva que valoriza os mercados e os espaços informais, buscando melhorar as condições de vida de seus habitantes. Esse reconhecimento da informalidade como um componente integral da vida urbana, em vez de apenas uma anomalia a ser corrigida, levou ao desenvolvimento de intervenções mais sutis e contextualmente apropriadas (Maclean, 2015).

Em conclusão, o Projeto de Transformação Urbana de Medellín representa, portanto, uma resposta ambiciosa aos desafios estruturais da cidade, com base em um profundo conhecimento de suas origens e interconexões (URBAM EAFIT, 2015). Ao transcender as abordagens convencionais do desenvolvimento urbano, ele buscou criar um modelo mais inclusivo, participativo e sustentável que reconhecesse a complexidade dos problemas urbanos contemporâneos e a necessidade de soluções integradas. Essa iniciativa não apenas contribuiu para reduzir significativamente a violência e melhorar as condições de vida em bairros marginalizados, mas também atraiu o interesse internacional como um exemplo potencial para outras cidades que enfrentam desafios semelhantes (Yokers, 2016 ; Levy; Dávila, 2017).

1.2.2.1.2 Estratégias de Transformação Urbana do Projeto Medellín na Colômbia

Em geral, a transformação urbana de Medellín baseia-se no conceito de *urbanismo social*¹², desenvolvido sob a administração do prefeito Sergio Fajardo durante o período 2004-2007. Este conceito resultou num conjunto de políticas urbanas que visam a abertura dos bairros periféricos, o combate à exclusão social e o reforço do sistema educativo nas chamadas zonas informais. Considerando os muitos

¹² O Urbanismo social é um conceito que foi discutido no texto nos parágrafos 1.1.1 acima Página 14

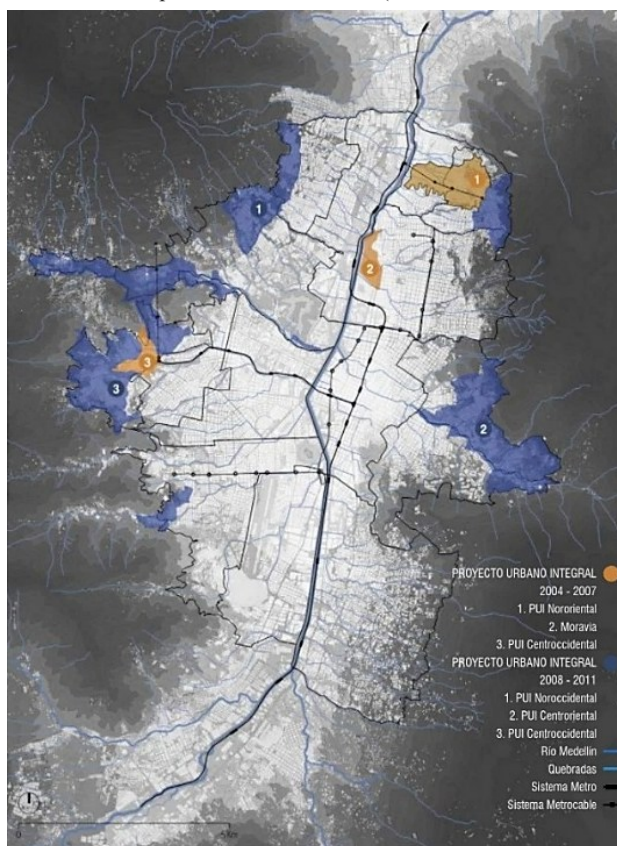
desafios estruturais que a cidade enfrenta há várias décadas, a administração de *Sergio Fajardo* defendeu a ideia de que melhorar a qualidade de vida urbana é uma obrigação moral e política, chamada de "*dívida social*".

Esta dívida social e urbanística tem resultado na implementação de várias estratégias assentes em princípios fundamentais. Entre elas, a intervenção prioritária em áreas desfavorecidas, a garantia de transparência e continuidade nas ações públicas, a exigência de qualidades arquitetônicas impecáveis como vetor de dignidade e o fortalecimento do sentimento de pertencimento, bem como a valorização da educação como motor de transformação social (Reiss, 2020 ; Fellows; Melo, 2021, Ceballos Cano, 2022).

1.2.2.1.3 Intervenção prioritária nas zonas desfavorecidas

A intervenção prioritária em áreas desfavorecidas foi realizada por meio *dos Projetos Urbanos Integrais (PUI)*, que foram o principal instrumento do urbanismo social em Medellín. Em vez de adotar uma abordagem setorial fragmentada, esses projetos privilegiaram uma **abordagem territorial integrada**, considerando cada território como um sistema onde os vários problemas urbanos : falta de infraestrutura, precariedade dos serviços, insegurança estavam interligados (Fellows; Laurênio de melo, 2021). A Figura 3 abaixo ilustra as áreas que se beneficiam do PUI:

Figura 3-As Comunas que beneficiam do PUI (PROYECTO URBANOS INTEGRALES)



Fonte: Secretaría de Gobierno, 2004. Apud URBAM EAFIT (2015, p. 50).

A intervenção teve como alvo áreas caracterizadas por elevados níveis de exclusão e violência, combinando simultaneamente várias ações, tais como: melhoria das infraestruturas físicas (*transportes, espaços públicos, equipamentos educativos e culturais*), reforço do tecido social (*programas educativos, participação comunitária*) e consolidação institucional (*mecanismos de governação local, coordenação interinstitucional*) (Destang, 2020). A melhoria da infraestrutura física baseou-se na ideia de que a qualidade dos espaços urbanos influencia diretamente as condições de vida das pessoas, seu acesso a oportunidades e sua integração na cidade (Maclean, 2015). As figuras Figura 4 e Figura 5 abaixo ilustram um exemplo de intervenção PUI :

Figura 4-Vista da rua 107 em um bairro de Medellín antes, durante e após a intervenção do Programa Urbano Integrado.



Fonte: EDU, 2006. Apud URBAM EAFIT (2015, p. 85).

Figura 6-Exemplo de transformação urbana da "Unidad Oeportiva Granizal" antes (2006) e depois (2007) da intervenção do Programa Urbano Integrado (PUI)



Fonte: Adaptado de EDU, 2006 e 2007. Apud URBAM EAFIT (2015, p. 105).

1.2.2.1.4 A exigência de qualidades arquitetônicas

O foco está na inovação e adaptabilidade para atender às necessidades locais, inspirando-se em experiências internacionais e integrando soluções adaptadas ao contexto específico de Medellín. Esta abordagem deu origem a projetos emblemáticos como parques-bibliotecas, espaços públicos reabilitados, as linhas de teleférico do Metrocable e várias renovações arquitetônicas. Por exemplo, o Metrocable, inspirado nos sistemas de transporte por cabo instalados em Caracas e Bilbao, foi projetado

para melhorar a acessibilidade de bairros isolados e reduzir as divisões socioespaciais. Essas inovações, complementadas por comodidades locais, como escadas rolantes, transformaram profundamente a paisagem urbana, tornando os espaços mais acessíveis e seguros. A Figura 7 abaixo mostram dois exemplos de projetos, a saber, a Escola *Las Independencias* e o *Metrocable da Comuna 13*:

Figura 7-- Veja exemplos de projetos de arquitetura e inovação em Medellín. À esquerda a escola las independencias de la comuna 13 e à direita o metrocable



Fonte: Sotomayor (2016, p. 82).

Ao focar em projetos urbanos que combinam estética e funcionalidade, Medellín conseguiu criar ambientes que promovem a inclusão e a emancipação social, mesmo em bairros historicamente marginalizados. As intervenções realizadas permitiram revalorizar espaços anteriormente negligenciados, erguendo-os como símbolos de renovação e integração. Essas iniciativas contaram com o apoio financeiro de empresas públicas, incluindo as Empresas Públicas de Medellín (EPM), bem como a colaboração com atores privados como o Sindicato *Antioqueño*, que permitiram mobilizar os recursos necessários para financiar projetos inovadores e equitativos. O impacto dessas transformações é particularmente visível entre 2003 e 2008, período em que os bairros atendidos pelo *Metrocable* registraram uma diminuição significativa nas taxas de homicídios, ilustrando a ligação entre o investimento urbano e a redução da violência (Reiss, 2020, 2021 ; Naef & Modoianu, 2023).

1.2.2.1.5 Participação cidadã e educação

Apesar desses avanços, Medellín rapidamente reconheceu a necessidade de um envolvimento sustentado dos cidadãos no processo de transformação urbana. Iniciativas como o orçamento participativo ofereceram aos moradores a oportunidade de influenciar diretamente as prioridades locais, fortalecendo seu senso de pertencimento e responsabilidade coletiva. Os espaços de diálogo têm possibilitado articular as necessidades dos moradores às políticas públicas, ao mesmo tempo em que incentivam a colaboração entre diferentes atores, incluindo grupos marginalizados (Naef; Modoianu, 2023; Bahl, 2012; Corburn et al., 2019). A Figura 8 abaixo ilustra um exemplo de uma assembleia comunitária em Medellín:

Figura 8-Exemplo de uma assembleia comunitária em Medellín.



Fonte: EDU, 2004. Apud URBAM EAFIT (2015, p. 111).

A participação cidadã revelou-se um elemento essencial no planejamento urbano de Medellín, promovendo uma relação de confiança entre o município e seus habitantes. Por meio de dispositivos como os *talleres de imaginarios* (oficinas de imaginação), a assembleia comunitária e o orçamento participativo, os cidadãos foram ativamente integrados ao processo de tomada de decisões e puderam contribuir diretamente para os projetos comunitários. As oficinas de imaginação, frequentemente coorganizadas pela Agência de Desenvolvimento Urbano (EDU), ofereciam um espaço onde os moradores participavam da concepção de projetos de melhoria de seus bairros, ao mesmo tempo que facilitavam negociações, por vezes delicadas, entre a prefeitura, os líderes locais e até mesmo alguns grupos à margem, como gangues juvenis (Corburn et al., 2019). Paralelamente, o orçamento participativo, implementado em grande escala a partir de 2004, estabeleceu um mecanismo democrático que permitiu aos cidadãos votarem sobre a destinação de uma parte do orçamento municipal para os projetos prioritários de seus territórios.

Assim, ao promover uma colaboração estreita entre o governo e a população, essas iniciativas contribuíram para fortalecer a coesão social e consolidar, de forma duradoura, uma cultura de participação cidadã na governança urbana de Medellín. Além disso, a cidade reconheceu que as intervenções urbanas e a participação cidadã não poderiam ocorrer sem uma conscientização prévia da população sobre a importância desses projetos. Nesse sentido, iniciativas educacionais, como o programa *Buen Comienzo* e a criação de escolas públicas de qualidade, desempenharam um papel central na reintegração das populações marginalizadas ao tecido social da cidade (Naef; Modoianu, 2023). Ao investir em educação e valorizar a identidade cultural local, o município permitiu que os habitantes se reconectassem com seu ambiente, ao mesmo tempo que lhes fornecia as ferramentas necessárias para se tornarem agentes de transformação. A Figura 9 abaixo ilustra um exemplo de atividade de animação educativa para crianças:

Figura 9-Atividade educativa para crianças



Fonte: EDU, 2007. Apud URBAM EAFIT (2015, p. 152).

Os Investimentos significativos em educação¹³, inclusive por meio da criação de escolas de alta qualidade e da implantação de programas como o *Buen Comienzo*, promoveram a consciência coletiva e fortaleceram o sentimento de pertencimento à cidade. Ao integrar elementos da cultura local e nacional no sistema educacional, Medellín não apenas melhorou o acesso à educação, mas também incentivou uma participação mais ativa dos cidadãos na vida política e social.

1.2.2.1.6 Continuidade e transparência da governação

O principal ponto de virada na governança urbana de Medellín foi o estabelecimento da *Consejería Presidencial para Medellín y su Área Metropolitana* em 1990. A missão deste órgão era coordenar a ação das instituições nacionais para combater a violência e melhorar as condições de vida nos bairros populares. Foi neste contexto que foi lançado o Programa Integral de Reabilitação de Bairros Subnormais (PRIMED) (1992-2001), uma iniciativa conjunta entre o governo nacional e o município de Medellín, com o apoio técnico e financeiro da Alemanha, Espanha e Suíça. O PRIMED visava a regularização fundiária, a melhoria das infraestruturas e a criação de espaços públicos, numa abordagem integrada do planejamento urbano e do desenvolvimento social.

Nos anos 2000, essa dinâmica continuou e se fortaleceu sob a liderança de Sergio Fajardo, prefeito de Medellín entre 2004 e 2007. Sua administração implementou uma política urbana baseada na ideia de *urbanismo social*, destinada a reduzir a segregação e a exclusão por meio de intervenções estruturantes em bairros populares. Entre as conquistas emblemáticas destacam-se o *Metrocable*, um sistema de transporte por cabo para os bairros montanhosos da cidade, bem como a criação de bibliotecas e outros parques. Essa visão foi continuada por seu sucessor, Alonso Salazar (2008-2011), que consolidou essas políticas com foco na segurança e na governança participativa (Stromayor, 2016).

¹³ Um aumento no orçamento do sistema escolar da cidade é um dos legados do mandato de Sergio Fajardo. Sob sua administração, 40% do orçamento anual foi alocado para a educação



Um elemento-chave para o sucesso dessa governança tem sido a continuidade das políticas públicas, apesar das mudanças na administração. Ao contrário de outras experiências urbanas em que os projetos são frequentemente interrompidos por rupturas políticas, Medellín conseguiu manter uma trajetória coerente, apoiada em um planejamento estratégico de longo prazo e uma vontade política de continuar as transformações iniciadas pelos antecessores. Esse processo tem sido facilitado pela consolidação de instituições locais fortes, capazes de garantir estabilidade na orientação das políticas urbanas. No entanto, subsistem desafios, nomeadamente no que diz respeito à persistência da segregação socioespacial e à necessidade de adaptar a governação às novas questões urbanas. A flexibilidade institucional e a adaptabilidade das políticas públicas serão elementos decisivos para garantir a sustentabilidade dos ganhos e enfrentar os desafios futuros relacionados à expansão urbana e às desigualdades socioeconômicas (Sotomayor, 2017; Brand; Dávila, 2011; Franz, 2017).

1.2.2.1.7 Limites

A transformação urbana de Medellín é um caso emblemático de renovação urbana em um contexto pós-conflito. Embora celebrada internacionalmente como um modelo de urbanismo social, essa metamorfose tem, no entanto, limitações significativas que merecem ser analisadas. Assim, esses limites podem ser categorizados em seis partes:

A primeira limitação reside na persistência de desigualdades socioespaciais, apesar das intervenções de planejamento urbano destinadas a melhorar a inclusão e a qualidade de vida urbana. Embora muitas iniciativas tenham sido desenvolvidas em torno da inovação e melhoria da infraestrutura, alguns estudos como os de Blanco e Kobayashi (2009) destacaram a persistência da dinâmica de segregação espacial, caracterizada por uma concentração persistente da pobreza em bairros periféricos. Por outro lado, investimentos em infraestruturas como o *Metrocable* ou a escada rolante elétrica certamente contribuíram para uma melhoria na mobilidade, mas sem remediar os desafios estruturais da exclusão socioespacial. É nesse contexto que o trabalho de Brand e Davila (2013) apontou que a melhoria da acessibilidade não levou automaticamente ao aumento da diversidade social ou a uma redução significativa das disparidades econômicas entre as diferentes áreas da cidade.

A segunda limitação do projeto de transformação de Medellín é a divergência de interesses. De acordo com Maclean (2015), o sucesso inicial do projeto de transformação urbana em Medellín foi baseado em uma conjuntura política favorável e um consenso temporário entre vários atores urbanos (organizações comunitárias, elites políticas e econômicas, instituições internacionais, setor privado e investidores). Desde o início, esses diferentes atores tinham objetivos e motivações que nem sempre se alinhavam. Por um lado, as organizações comunitárias procuraram abordar questões urbanas que afetam bairros marginalizados com o objetivo de melhorar a qualidade de vida urbana com base na justiça, inclusão e participação. Por outro lado, as elites políticas e econômicas, embora reconheçam a necessidade de enfrentar esses desafios urbanos para manter a paz e a estabilidade, muitas vezes priorizaram a



atratividade econômica da cidade para atrair investimentos estrangeiros. Essa divergência de interesses levou a tensões, pois as adaptações políticas que deveriam servir ao bem comum às vezes responderam mais às preocupações das elites do que às das comunidades desfavorecidas.

A persistência da violência e dos conflitos territoriais representa uma terceira limitação fundamental. Apesar de uma redução dramática na taxa de homicídios desde a década de 1990, a pesquisa etnográfica de Samper (2017) e Abello-Colak e Guarneros-Meza (2014) documenta a reconfiguração, e não o desaparecimento, da dinâmica de controle territorial por grupos armados não estatais. Essas estruturas de poder paralelas continuam a exercer uma influência considerável na vida cotidiana em muitos bairros, limitando a eficácia das intervenções públicas. O fenômeno conhecido localmente como *pactos del fusil* (pactos de armas) ilustra a convivência problemática entre as iniciativas institucionais de transformação urbana e as formas de governança criminal que persistem em alguns setores da cidade.

A gentrificação induzida pela regeneração urbana constitui uma quarta limitação significativa. As análises de González Vélez e Carrizosa Isaza (2011) revelam que o desenvolvimento do solo após intervenções de planejamento urbano desencadeou processos de deslocamento de populações de baixa renda em determinados setores reabilitados. O desenvolvimento do turismo em bairros antes estigmatizados, como a Comuna 13, levanta questões sobre a instrumentalização da memória do conflito e a mercantilização das experiências de violência. Duque Franco (2015) observa que a transformação da imagem internacional de Medellín às vezes tem precedência sobre as necessidades reais dos habitantes.

A quinta limitação é a falta de participação dos cidadãos nos processos de tomada de decisão. Enquanto o discurso oficial destaca a co-construção de projetos urbanos com as comunidades locais, os estudos de campo de Montoya (2014) e Sotomayor (2017) matizam essa representação ao mostrar as assimetrias de poder que estruturam os mecanismos participativos. O planejamento de cima para baixo continua predominante, apesar das tentativas de incluir os residentes. A lacuna entre as expectativas levantadas pelos mecanismos de participação e seu impacto real nas decisões de planejamento urbano gera frustrações que corroem a legitimidade das intervenções públicas.

Finalmente, a dependência excessiva do paradigma da inovação urbana constitui uma sexta limitação. A busca constante por intervenções espetaculares e mediatizáveis, a que Zeiderman (2016) se refere como a "política do espetáculo urbano", às vezes desvia a atenção e os recursos de problemas estruturais menos visíveis, mas igualmente cruciais. A análise de Hernández-García (2013) mostra que a fixação em projetos de infraestrutura icônicos pode mascarar a inadequação de políticas de habitação social ou emprego que atendam às necessidades básicas de uma população ainda marcada pela precariedade.

Em conclusão, O caso de Medellín evidencia as tensões aos projetos de transformação urbana em contextos marcados por conflitos e desigualdades estruturais persistentes. Apesar de avanços significativos em infraestrutura, integração social e na imagem internacional da cidade, o impacto dessas

intervenções permanece limitado por dinâmicas socioespaciais excludentes, instrumentalização simbólica e problemas de participação cidadã. Compreender essas limitações é fundamental para evitar leituras simplificadas do *milagre de Medellín* e orientar políticas urbanas mais justas e sustentáveis.

1.2.2.2 Caso II: Programa Favela-Bairro (Rio de Janeiro)

O segundo caso analisado é o projeto Favela-Bairro no Rio de Janeiro, Brasil. Seguindo em consideração os critérios de seleção dos projetos, o Quadro 2 seguinte apresenta um resumo dos principais elementos contextuais e operacionais relacionados com este estudo de caso, antes da análise detalhada que se seguirá.

Quadro 2-Síntese contextual do Caso do Rio de Janeiro (Brasil)

Favela-Bairro, Rio de Janeiro (Brasil)	
Localização	Países da América Latina e do Caribe
Semelhança com o caso de Porto Príncipe	<ul style="list-style-type: none">- Alta proporção de assentamentos informais- Topografia acidentada influenciando a urbanização- Segregação socioespacial- Problemas no acesso aos serviços básicos- Presença de favelas (assentamentos informais) comparáveis às áreas não regulamentadas de Porto Príncipe.- Necessidade de integração no tecido urbano formal.
Transferibilidade de abordagens metodológicas	<ul style="list-style-type: none">- O programa JNNURM, Índia: <i>A iniciativa da Missão Nacional de Renovação Urbana Jawaharlal Nehru integrou alguns dos princípios do programa Favela-Bairro, como gestão urbana, participação comunitária e gestão democrática das cidades.</i>- Medellín: Projeto Urbano Integral (PUI)- Caracas, Venezuela: <i>Programa "Misión Barrio Nuevo, Barrio Tricolor", destinado a melhorar a habitação, os serviços básicos e a integração urbana.</i>
Transformações urbanas	<ul style="list-style-type: none">- Legalização e regularização fundiária das favelas- Melhoria da infraestrutura básica (água, saneamento)- Criação de espaços públicos comunitários- Programas de Educação Profissional para Residentes- Integração das favelas ao planejamento urbano formal.- Continuidade da política urbana e transparência
Dados	28 documentos entre livros, teses e artigos científicos

Fonte: Autora, 2025

1.2.2.2.1 Contexto Geral

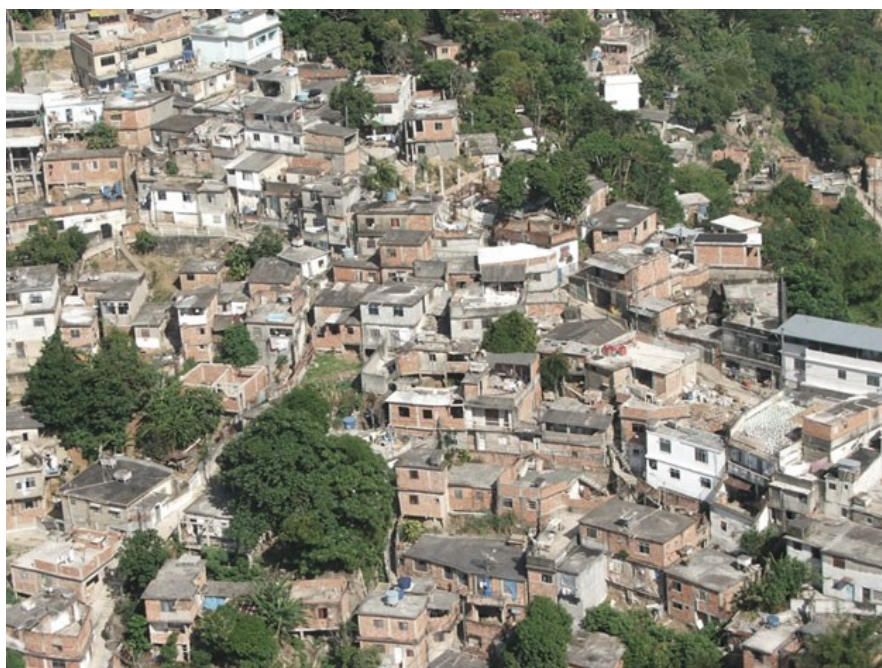
No Rio de Janeiro, as favelas são um exemplo concreto dos desafios urbanos da rápida urbanização e exclusão social. Cronologicamente, o surgimento dessas favelas remonta ao final do século XIX e início do século XX, período marcado por crescimento populacional descontrolado e profundas mudanças socioeconômicas (Pamuk & Cavallieri, 1998; Soares, Fabio; Soares, 2005).

A expansão dos territórios informais se intensificou como resultado de políticas urbanas excludentes e ondas de migração interna. Já nas décadas de 1920 e 1930, as favelas eram percebidas como *anomalias urbanas*, e medidas de erradicação foram consideradas, baseadas principalmente em argumentos

higienistas e estéticos (Storino, 2000). Essa abordagem contribuiu para sua marginalização e segregação espacial. A segregação se manifesta tanto espacial quanto socialmente, com concentração de favelas em áreas periféricas, muitas vezes distantes dos centros econômicos. A marginalização, por outro lado, baseia-se na percepção das favelas como entidades distintas e problemáticas, muitas vezes ignoradas ou alvo de políticas de erradicação e não de integração (Mendes, 2006; Berenstein-Jacques, 2001; Ximenes et al., 2023).

Na ausência de regularização fundiária e excluídas do mercado formal de habitação, as favelas são resultado de políticas urbanas que têm sistematicamente marginalizado esses espaços, ao mesmo tempo em que alimentam discursos negativos que as apresentam como problemas ou áreas de desordem. Além disso, o status legal há muito ambíguo desses territórios criou uma área cinzenta institucional. Em alguns casos, a ausência ou fraqueza da autoridade estatal permitiu o surgimento de autoridades locais informais, que impõem suas próprias regras e acentuam a distinção do resto da cidade (Freire, 2008a; Handzic, 2010). A figura abaixo mostra uma visão das favelas do Rio de Janeiro:

Figura 10-Vista de uma favela no Rio de Janeiro



Fonte: BRACK, Claudia, 2007 (coleção do autor). Apud DUARTE, Cristóvão Fernandes (2018, p. 130).

Foi em resposta a esses desafios urbanos e sociais que, a partir da década de 1990, foram criados programas como o Favela-Bairro, buscando integrar esses territórios à cidade formal, investindo em infraestrutura urbana e equipamentos públicos.

1.2.2.2.2 Programa Favela-Bairro

O programa Favela-Bairro, oficialmente conhecido como Programa de Urbanização de Assentamentos Populares do Rio de Janeiro (PROAP), foi criado em 1993 pelo prefeito César Maia e instituído em novembro de 1995 pelo Decreto 14.332. Seu principal objetivo era inovar na integração das favelas com a cidade oficial, estabelecendo infraestrutura urbana para resolver os problemas dessas áreas e promover

a melhoria da qualidade de vida da população local. Esse programa também teve como objetivo transformar as favelas em bairros populares, proporcionando condições para considerar as favelas como um bairro da cidade (Duarte, 2018; Leitão et al., 2014).

Assim, esse programa se inseriu em um contexto de mudança de filosofia, favorecendo a preservação e melhoria das favelas em detrimento de sua erradicação e reassentamento dos moradores. Visava melhorar as condições de vida e integrar socialmente as favelas à cidade. O programa foi apoiado pela ideia de que as favelas eram uma opção real de moradia para grande parte da população da cidade (Magalhães, 2010; Perlman, 2010; Perlman, 2006). A figura abaixo mostra o mapa de intervenção do programa Favela-Bairro:



Fonte: Prefeitura do Rio de Janeiro (Secretaria Municipal de Habitação).

O programa Favela-Bairro evoluiu em várias fases e se adaptou a comunidades-alvo de diferentes tamanhos por meio de iniciativas complementares. A primeira fase, iniciada em 1994, levou quatro anos para atingir seus objetivos, que eram integrar as favelas aos bairros vizinhos por meio de melhorias na infraestrutura, obras públicas e intervenções como a instalação de mobiliários urbanos e a criação de praças públicas nas entradas das comunidades. (Aduan; Brakarz, 2004; Cardoso; Luft; Ximenes, 2023). Nessa fase, foi organizado um concurso público em 1995 para selecionar propostas metodológicas e físico-espaciais para a urbanização dessas favelas. O financiamento inicial para esta fase veio de recursos próprios do município, seguido por um empréstimo de US\$ 180 milhões do BID e US\$ 120 milhões do município. Ao final dessa fase, em 1999, 38 das 54 favelas previstas haviam se beneficiado de intervenções, com mais de 90% das atividades programadas implementadas (Comelli et al., 2018; Leitão et al., 2014; Ximenes et al., 2023).



O sucesso dessa primeira fase levou as autoridades municipais a conceber uma segunda etapa, mais ambiciosa, a partir do ano 2000, estendendo o programa até 2006. Essa nova fase foi concebida como uma atualização metodológica e operacional, ampliando o espectro de atuação do programa para incluir dimensões sociais, educacionais e comunitárias. Foram então integrados serviços como educação, saúde, capacitação profissional e o fortalecimento das estruturas de participação local, marcando assim uma transição para uma urbanização mais inclusiva e transversal. Essa fase possibilitou a inclusão de 89 novas favelas, assim como de 17 assentamentos informais, dentro de uma lógica de consolidação territorial e de equidade social (Aduan; Brakarz, 2004).

O programa entrou então numa terceira fase, lançada oficialmente em 2007, e prolongou-se para além dessa data, sem um prazo claramente definido nos documentos de referência. Esta fase teve como objetivo aprofundar as ações realizadas anteriormente, com um foco renovado em infraestrutura crítica e serviços sociais. Um dos elementos distintivos desta fase foi a criação dos POUSOs (*Posto de Orientação Urbanística e Social*), que permitiram introduzir uma presença administrativa local em cada comunidade beneficiária, favorecendo a integração das políticas públicas. As intervenções incluíram o fornecimento de água potável, drenagem de águas pluviais, iluminação pública, reabilitação de espaços públicos, promoção da regularização fundiária, bem como a prestação de serviços educativos e profissionais, com o objetivo de facilitar o acesso aos direitos urbanísticos e sociais básicos dos residentes.

Após esse período, embora o programa Favela-Bairro como tal tenha experimentado um declínio em termos de visibilidade institucional, seus princípios foram retomados e integrados em novas políticas urbanas, como o programa Morar Carioca, que visava modernizar todas as favelas do município do Rio de Janeiro até 2020 (Vial & Cavallieri, 2009).

Em conclusão, o programa Favela-Bairro, reconhecido por seu alcance inovador na inclusão urbana, foi citado pelo Relatório das Nações Unidas sobre Cidades Mundiais como uma iniciativa exemplar a ser seguida por outros contextos nacionais. Sua seleção entre os melhores projetos do mundo na Exposição Mundial de Hannover em 2000 atesta seu reconhecimento internacional e relevância nos debates contemporâneos sobre planejamento urbano inclusivo e direito à cidade.

1.2.2.2.3 Estratégias de transformação

Para atingir seus objetivos, o programa adotou várias estratégias e abordagens transformadoras. O primeiro foi o reconhecimento e a integração das favelas. Em vez de optar por deslocamentos populacionais, ele se concentrou em manter os residentes no local, oferecendo-lhes serviços semelhantes aos dos bairros mais favorecidos. O objetivo principal era transformar as favelas em bairros da classe trabalhadora por direito próprio, intervindo tanto no espaço físico quanto por meio do trabalho educativo com os habitantes. Essa abordagem visava romper com as políticas de deslocamento, consideradas caras e politicamente sensíveis. Em termos concretos, essa estratégia resultou no estabelecimento ou



regularização fundiária, na construção de infraestrutura básica (saneamento, estradas, iluminação pública) e na melhoria dos espaços públicos (Freire, 2008a).

A segunda estratégia do programa Favela-Bairro é a importância significativa da participação da comunidade desde a concepção até a finalização dos projetos. Por meio dessa estratégia, o programa planejou integrar os habitantes ao processo de tomada de decisão, reconhecendo que a construção da cidade é um empreendimento coletivo. Foram organizados encontros nas favelas com o objetivo de estabelecer um diálogo entre o poder público, as equipes contratadas e a população, garantindo assim que as solicitações e opiniões dos moradores fossem levadas em consideração na definição dos projetos (Brakarz & Aduan, 2004; Storino, 2000).

Os moradores também participaram da definição de prioridades, seleção de projetos de desenvolvimento e monitoramento do trabalho. Essa abordagem participativa garantiu que as intervenções estivessem alinhadas com as necessidades reais das comunidades. Além disso, foram criados mecanismos de licitação para envolver escritórios de arquitetura locais no desenvolvimento de planos urbanos, fortalecendo assim a capacidade de participação dos moradores (Coelho & Carvalho, 2022).

Para evitar qualquer politização ou favorecimento na escolha das comunidades atendidas, a terceira estratégia adotada na implementação do programa Favela-Bairro consistiu em garantir a transparência no processo de seleção das favelas beneficiadas (Brakarz & Aduan, 2004). Para isso, foram definidos critérios técnicos e objetivos, e implementado um sistema de classificação baseado em indicadores de pobreza, custo-efetividade das intervenções e aspectos estratégicos, priorizando favelas localizadas em áreas contíguas, o que ampliava o impacto urbano das ações. A adoção desses parâmetros reforçou o caráter técnico e imparcial do programa, protegendo-o de interferências partidárias e contribuindo significativamente para a percepção positiva da comunidade em relação à sua legitimidade e transparência. (Cardoso, 1996; Soares, Fabio; Soares, 2005; Vial & Cavallieri, 2009).

E, finalmente, a última estratégia tem sido o apoio institucional e a continuidade política para este programa. De fato, o Favela-Bairro contou com um apoio institucional decisivo, viabilizado pelo financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o que permitiu a expansão e a continuidade do programa. Ainda a nível institucional, no conselho o programa contou com o apoio do presidente da Câmara César Maia, depois da *Secretaria Municipal de Habitação* (SMH), depois do Grupo Executivo de Acompanhamento de Projetos (GEAP) e por fim dos Postos de Orientação Urbanística e Social (POUSOs) (Freire, 2008b; Libertun de Duren & Osorio Rivas, 2020). Além disso, a continuidade do programa também foi assegurada por sua integração ao Plano Estratégico da cidade em 1995 e por financiamento externo por meio do PROAP.

É por meio dessas estratégias que o programa Favela-Bairro se consolidou como referência nas políticas de urbanização das favelas do Rio de Janeiro.



1.2.2.2.4 Limitações do Programa Favela-Bairro

Embora reconhecido como um dos principais programas de urbanização do Rio de Janeiro, o Favela-Bairro encontrou várias limitações tanto em sua implementação quanto em seus resultados. Essas limitações podem ser analisadas por meio de diferentes dimensões críticas, destacando os desafios inerentes à sua aplicação e seu real impacto na transformação das favelas.

A primeira limitação desse programa foi a abordagem de regularização. Embora o programa visasse integrar as favelas, a regularização fundiária não era uma prioridade nas fases iniciais. Essa abordagem estratégica de privilegiar a urbanização física em detrimento da regularização fundiária criou um limite estrutural para a plena integração legal e social das favelas (Cardoso et al., 2023). Essa falta de uma prioridade inicial para a regularização fundiária persistiu durante parte significativa da existência do programa Favela-Bairro, tornando-se uma fragilidade estrutural em seu objetivo de integração plena (Leitão et al., 2014). Essa mesma limitação estrutural seria observada posteriormente no projeto Villa 31 em Buenos Aires, onde as intervenções urbanas e de infraestrutura também foram priorizadas em um primeiro momento, relegando a questão crucial da regularização fundiária a segundo plano.

Outra grande limitação do programa Favela-Bairro foram os desafios de envolver efetivamente as comunidades em todo o processo. Muitas vezes reduzida a um papel formal, esta participação tem sofrido com a baixa representação de certas associações locais. Alguns moradores até expressaram um sentimento de instrumentalização e manipulação durante o programa. Embora o envolvimento dos moradores tenha ajudado a combater a ameaça de remoção nas favelas, a participação permaneceu em grande parte de cima para baixo, onde as decisões eram tomadas pelas autoridades estaduais antes de serem simplesmente comunicadas às comunidades, limitando seu verdadeiro envolvimento (Cardoso, 1996; Mendes, 2006; Storino, 2000).

E, finalmente, embora o programa tenha trazido melhorias físicas, ele não desafiou fundamentalmente a dinâmica da segregação espacial e social. As relações de poder e as representações estigmatizantes das favelas permaneceram intactas, limitando o real impacto do programa na inclusão urbana desses territórios.

Em suma, a própria transição do programa Favela-Bairro para o novo programa *Morar Carioca* com a intenção de estender os objetivos e o escopo do Favela-Bairro a todas as favelas da cidade sugere um reconhecimento implícito das limitações da abordagem inicial do Favela-Bairro em termos de escala e ambição. Assim, embora o Favela-Bairro tenha representado um avanço significativo na forma de abordar a urbanização das favelas no Rio de Janeiro, ele enfrentou limitações significativas.

1.2.2.3 Caso III : Projeto Villa 31 (Argentina)

O último caso estudado diz respeito ao projeto da Villa 31, localizado em Buenos Aires, na Argentina. Em conformidade com os critérios estabelecidos para a seleção dos projetos, o Quadro 3 a seguir

apresenta uma síntese dos principais elementos contextuais e operacionais associados a este estudo de caso, antecedendo a análise aprofundada que será desenvolvida posteriormente.

Quadro 3-Síntese contextual do Projeto villa 31 (Argentina)

Villa 31 (Argentina)	
Localização	Países da América Latina e do Caribe
Semelhança com o caso de Porto Príncipe	<ul style="list-style-type: none"> - Remoção urbana - Urbanização informal persistente. - Desafios da integração social e espacial - Condições de vida precárias - Estigmatização dos residentes
Transferibilidade de abordagens metodológicas	
Transformações urbanas	<ul style="list-style-type: none"> - Reconhecimento oficial do bairro - Programa de Melhoria de Habitação Existente - Criação de equipamentos públicos (escolas, centros de saúde) - Preservação do tecido social existente - Implementação de infraestrutura básica
Dados	18 artigos, incluindo artigos científicos e um vídeo
Fonte: Autora, 2025	

1.2.2.3.1 Contexto Geral

A Villa 31 é um bairro informal localizado entre os bairros de *Recoleta* e *Puerto Madero*, perto da *estação ferroviária de Retiro*, no coração de *Buenos Aires*. A origem deste bairro remonta à década de 1930, tornando-o uma das maiores e mais antigas favelas da capital argentina. Esse território urbano marginalizado desenvolveu-se sob o efeito de intensas dinâmicas migratórias, atraindo principalmente populações vulneráveis da América do Sul, particularmente da Bolívia, Peru e Paraguai (Olivares, 2018). A Figura 12 abaixo mostra o distrito da Villa 31:

Figura 12-Mapa dos bairros 31 et 31 bis em Buenos aires na Argentina.



Fonte: Dirección General de Estadísticas y Censo. Ministerio de Economía y Finanzas, GCBA, 2019.

Assim, localizada no coração de Buenos Aires, a Villa 31 apelidada de "villa miséria" é um território marcado pelo isolamento físico e social, acentuado pela presença de grandes infraestruturas como rodovias e ferrovias. Esse isolamento espacial caracterizado pela marginalização e estigmatização social dificulta a integração de seus habitantes ao tecido urbano formal e reforça as desigualdades socioeconômicas entre a Villa 31 e os bairros vizinhos (Correcher, 2021) A Figura 13 abaixo mostra uma foto da Villa 31:

Figura 13-Vista da 'villa miséria' da Villa 31 em Buenos Aires, na Argentina.



Fonte: PISARENKO, Natacha, 2017. Apud AP IMAGES BLOG (2017)

Historicamente, os moradores da Villa 31 são frequentemente vistos como vivendo à margem da cidade formal, enquanto enfrentam uma ameaça constante de tentativas de despejo e erradicação por parte das autoridades governamentais. O crescimento deste território insere-se num contexto mais vasto de explosão urbana, em que o rápido crescimento populacional, alimentado pelo êxodo rural e pela procura de oportunidades económicas, está a ultrapassar a capacidade das cidades para fornecer infraestruturas e serviços adequados. Essa urbanização acelerada gera grandes desafios urbanos, como a precariedade socioeconômica persistente, caracterizada pelo acesso limitado a recursos essenciais, alto desemprego e exclusão social (Amigo, 2010; Cravino et al., 2008; Snitcofsky, 2018). A figura abaixo ilustra o contraste urbano entre a Villa 31 e os bairros vizinhos:

Figura 14-Desigualdades urbanas em Buenos Aires: vista aérea da Villa 31



Fonte: PISARENKO, Natacha, 2017. Apud AP IMAGES BLOG (2017)



Com uma população estimada em cerca de 40.000 habitantes, a Villa 31 tem condições de vida comparáveis às de outros assentamentos informais da região latino-americana, caracterizadas por alta densidade, déficit de infraestrutura básica e acentuada precariedade socioeconômica. Apesar desses desafios, a Villa 31 também é um espaço de resistência e organização social. Movimentos de protesto urbano surgiram para exigir melhores condições de vida e o direito à cidade, ilustrando o papel central do engajamento cidadão na luta contra a exclusão urbana (Perten, 2011b). Essas reivindicações destacam os limites das políticas públicas em termos de habitação e desenvolvimento urbano, que lutam para responder à dinâmica da urbanização informal na América Latina. É neste contexto que surgiu o projeto de urbanização da Villa 31 (Ons, 2018; Snitcofsky, 2018).

1.2.2.3.2 Estratégias de transformação urbana do projeto de urbanização da Villa 31.

As estratégias de transformação urbana da Villa 31 contam com a aprovação da Lei 3343. Adotada em 2009 em Buenos Aires, esta lei dizia respeito à urbanização do setor Villa 31 e Villa 31 bis. Foi promulgada após uma forte mobilização urbana dos habitantes em 2007, após o discurso do prefeito Mauricio Macri, que evocou a ideia de erradicar a Villa 31 (Ons, 2018).

Em resposta a essa ideia de erradicação, os habitantes criaram a *Mesa por la Urbanización y Radicación de la Villa 31-31 bis*, que reuniu vizinhos, organizações sociais e acadêmicos. A pressão e as demandas dos defensores da urbanização com realojamento finalmente levaram à apresentação e aprovação da Lei nº 3343 em 2009 (Capalbo & Percossi Bossero, 2020a; Subsecretaria & Urbano, n.d.)

Um aspecto central dessa lei foi melhorar as condições de vida nesses assentamentos informais por meio da urbanização e regularização. Assim, esta lei foi aprovada por unanimidade pela legislatura de Buenos Aires e proíbe os despejos forçados. Embora tenha sido um passo significativo no reconhecimento da necessidade de uma abordagem de urbanização participativa, sua implementação encontrou vários obstáculos e não foi totalmente realizada no período inicial após sua adoção. O plano de urbanização elaborado pela mesa de gestão participativa não obteve aprovação governamental na época e leis posteriores, como a Lei 6129, foram baseadas em suas orientações (Correcher, 2021; Zapata, 2020).

Aprovada no final de 2018, a Lei 6129 está em consonância com as diretrizes definidas pela Lei 3343 de 2009. Sua adoção não foi consensual, recebendo aprovação por maioria simples. Esta lei prevê um programa de melhoria habitacional para habitações que não cumpram os padrões mínimos e prevê o realojamento dos residentes afetados pelas obras de urbanização. Também se apresenta como um instrumento para a regularização fundiária no distrito da Villa 31. Em essência, a Lei 6129 representa mais um passo no projeto de urbanização da Villa 31-31bis e, juntas, essas duas disposições legislativas constituem uma das primeiras estratégias de transformação urbana (Capalbo & Percossi Bossero, 2020b; Castro, 2016; Ons, 2018).

1.2.2.3.3 Reestruturação do tecido urbano

A reestruturação do tecido urbano é um eixo central do projeto de urbanização Villa 31 em Buenos Aires, que visa transformar este assentamento informal e integrá-lo plenamente à cidade. Essa abordagem faz parte de um contexto histórico de evolução das políticas públicas voltadas para as moradias, passando da erradicação à integração. Assim, este processo envolveu várias ações, incluindo: a melhoria das infraestruturas básicas, o desenvolvimento dos espaços públicos e a integração no tecido urbano envolvente.

De fato, a melhoria da infraestrutura básica foi uma parte fundamental do projeto de transformação da Villa 31. Por meio desse projeto, foram implementadas ações significativas para fornecer ao distrito redes de água potável, saneamento¹⁴, eletricidade, gás e iluminação pública, a fim de atender às necessidades básicas dessa comunidade. Além disso, foram construídas 1350 novas unidades habitacionais, destinadas a realojar os habitantes em habitação adequada e segura, reforçando assim a dimensão humana e social deste projeto de urbanização (Olivares, 2017; Perten, 2011a). Por outro lado, os projetos de reurbanização incluíram a recuperação do espaço público existente e a criação de novos locais de encontros, recreação e campos de futebol realizados pela Secretaria de Integração Social e Urbana (SECISYU). A Figura 15 abaixo ilustra um exemplo de desenvolvimento urbano na Villa 31:

Figura 15-Exemplo de intervenção de melhoria urbana na Villa 31



Fonte: PISARENKO, Natacha, 2017. Apud AP IMAGES BLOG (2017)

¹⁴ Neste contexto, "saneamento" refere-se a todas as infraestruturas e serviços essenciais que visam garantir condições sanitárias adequadas à população. Isso inclui principalmente o acesso à água potável, coleta e tratamento de águas residuais, bem como a gestão de resíduos sólidos, a fim de reduzir os riscos à saúde pública e melhorar a qualidade de vida dos habitantes da Villa 31.

Por fim, a integração da Villa 31 no tecido urbano envolvente envolveu uma série de intervenções destinadas a estabelecer continuidade e fluidez entre a Villa 31 e os bairros envolventes. Um aspecto crucial dessa integração tem sido a melhoria da infraestrutura e da conectividade.

Figura 16-Antes e depois de uma rua que foi reformada na Villa 31 para facilitar a acessibilidade.



Fonte: Secretaría de Hábitat e Inclusión, Ministerio de Desarrollo Económico (2014, p.101)

Para além dos aspetos físicos, a integração no tecido urbano envolvente visa também promover a integração socioeconómica. Ao melhorar o ambiente de vida, oferecer serviços básicos formalizados e reduzir a segregação espacial, o projeto espera facilitar o acesso à educação, emprego e atividades econômicas para os habitantes da Villa 31. A ideia é transformar o bairro em um *barrio más*, integrado à cidade da mesma forma que outros bairros estabelecidos (Correcher, 2021).

1.2.2.3.4 Participação cidadã como estratégia de transformação

A implementação concreta do projeto urbano Villa 31 começou com o aumento da participação da comunidade em torno da questão da urbanização e resistência à erradicação. Essa participação assumiu várias formas; no início, começou com *La Mesa por la Urbanización y Radicación de la Villa 31-31Bis*, que promoveu discussões sobre urbanização, e depois continuou com a *Mesa de Gestión y Planeamiento Multidisciplinaria y Participativa para la Urbanización de las Villas 31-31Bis*, que foi responsável pela execução do projeto urbano e muitas outras *Mesas*. No entanto, essas *Mesas*, que são encontros de intercâmbio e discussão entre os diversos atores da comunidade e as autoridades estatais, não permitiram uma decisão real dos habitantes sobre as questões que os afetam diretamente no processo de reurbanização (Latina et al., 2016; Perten, 2011b).

Essas reuniões (*Mesas*) eram frequentemente consultivas ou informativas, servindo como validação social para intervenções de urbanização. Além disso, os arranjos participativos não levaram em consideração a complexidade organizacional existente na vila, favorecendo uma abordagem individualizada dos problemas e ignorando as demandas da comunidade da Villa 31. No projeto urbano da Villa 31, a participação cidadã é caracterizada por uma abordagem de cima para baixo, pois os mecanismos participativos foram estruturados e estabelecidos pelas autoridades estatais, em particular a Secretaria de Integração Social e Urbana (SECISYU) (Olivares, 2017, 2018). Manteve o controle sobre



a definição de agendas, metodologias e temporalidades de participação, essa configuração institucional limitou a autonomia dos participantes. Na escala de participação desenvolvido pelo Arnstein,¹⁵ o processo participativo implementado na Villa 31 apresenta características que se encontram nos níveis intermediários. Ou seja, oscilando entre "Consulta" (nível 4) e "parceria" (nível 6) sem realmente atingir os níveis de delegação de poder e controle cidadão (Arnstein, 1969).

Em conclusão, embora a participação cidadã tenha sido formalmente integrada ao projeto de urbanização da Villa 31, seu papel como uma verdadeira estratégia de transformação foi limitado por abordagens de cima para baixo e pela falta de abertura para a tomada de decisões significativas por parte dos moradores. Para que a participação se torne um verdadeiro motor de transformação, seria necessário repensar os mecanismos existentes, fomentar um diálogo mais inclusivo e garantir que as opiniões e conhecimentos dos moradores sejam realmente levados em consideração em todas as etapas do projeto.

1.2.2.3.5 Limite do projeto villa 31, na Argentina

As estratégias implementadas no âmbito do projeto urbano Villa 31 refletem uma abordagem integrada, que não se limita à melhoria das infraestruturas físicas, mas também procura reforçar a coesão social e econômica do bairro com o tecido urbano envolvente. Apesar das transformações trazidas por este projeto, ele apresenta limitações significativas que permitem que seja questionado.

Assim, a primeira limitação deste projeto estava na natureza e no escopo da participação cidadã no processo. Embora tenham sido criados órgãos participativos, muitos moradores e observadores criticam o fato de que muitas vezes eles foram predefinidos pela Unidade de Execução (SISU) e funcionaram mais como mecanismos de validação social de decisões já tomadas do que como espaços reais de tomada de decisão coletiva sobre os aspectos fundamentais da reurbanização (Zapata, 2020).

O segundo limite implica uma potencial gentrificação da Villa 31. Com efeito, o projeto urbanístico da Villa 31, além da melhoria urbana, também visava a regularização fundiária, despertando assim o interesse da iniciativa privada. Esta valorização do distrito na sequência das melhorias leva a uma pressão imobiliária e a um aumento dos valores monetários deste distrito. Essa situação poderia encorajar a especulação e a expulsão gradual dos habitantes originais, representando assim um limite potencial para uma urbanização verdadeiramente social (Ons, 2018).

Além disso, há também os limites orçamentários deste projeto. O projeto de urbanização da Villa 31 foi concebido no âmbito de um contrato de empréstimo com o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Esta dependência de financiamento externo pode, por si só, constituir uma limitação orçamental, uma vez que o projeto está dependente da obtenção e manutenção desses fundos.

¹⁵ A "escada da participação" proposta por Sherry R. Arnstein em 1969 é uma tipologia composta por oito níveis hierárquicos que ilustram diferentes graus de poder concedido aos cidadãos nos processos participativos. Essa escala vai desde a "manipulação" (nível 1), caracterizada por uma participação simbólica, até o "controle cidadão" (nível 8), onde os participantes têm pleno poder decisório. Os níveis intermediários — como "consulta" (nível 4) e "parceria" (nível 6) — representam formas de participação limitadas, nas quais os cidadãos podem expressar suas opiniões, mas sem garantias de influência real nas decisões finais.

Além disso, o reembolso desses empréstimos representa um compromisso financeiro significativo para o governo (Amigo, 2010).

A última limitação deste projeto reside na mudança de orientação política e prioridades institucionais dentro do Estado. De fato, o discurso inicial do governo de Mauricio Macri (PRO)¹⁶ evoluiu gradualmente: de uma política explicitamente remoção da *villas miseria*, reorientou-se para um reconhecimento parcial do direito à moradia, sob pressão organizada dos habitantes e de certos atores sociais. No entanto, na fase final do período analisado, a ênfase foi colocada na regularização fundiária, por meio da atribuição de títulos de propriedade individuais. Essa abordagem, longe de ser unanimemente percebida como um instrumento de segurança residencial, levantou sérias preocupações nas comunidades locais. Para muitos moradores e observadores críticos, essa estratégia era menos sobre a promoção da urbanização social equitativa e mais sobre a integração gradual da habitação ao mercado imobiliário formal. Esse processo provavelmente levaria a um aumento significativo no valor da terra no distrito de Villa 31, reforçando a dinâmica de especulação e pressão da terra. Como resultado, essa regularização tem sido vista como um mecanismo potencial de despejo indireto, provavelmente excluindo as famílias mais vulneráveis, incapazes de lidar com o aumento dos preços da terra e da habitação (Partouche & Buenos, 2020).

Em resumo, embora o projeto de urbanização da Villa 31 tenha marcado uma ruptura com as políticas de erradicação anteriores, ele enfrenta limitações significativas relacionadas aos interesses do mercado imobiliário, mudanças nas prioridades políticas, os desafios da participação dos moradores e a necessidade de garantir uma integração verdadeira e sustentável para seus habitantes.

1.2.3 RESULTADOS

O estudo comparativo de projetos urbanos em Medellín, Favela-Bairro e Villa 31 destaca diferentes abordagens para a transformação de assentamentos informais na América Latina. Essas iniciativas, embora distintas, compartilham um objetivo comum: melhorar as condições de vida das populações marginalizadas e, ao mesmo tempo, integrar esses espaços ao tecido urbano formal. O Quadro 4 abaixo resume as principais características desses três experimentos, destacando suas estratégias, resultados e limitações.

Quadro 4-Análises de projetos internacionais

Medellín (Colômbia)	
Abordagem de planejamento urbano	<ul style="list-style-type: none">• Urbanismo social: integração de áreas marginalizadas por meio de infraestrutura urbana e social.• urbanismo participativo envolvendo ativamente as comunidades locais• Abordagem sistêmica que combina mobilidade, educação, cultura e espaço público• Foco na conectividade entre assentamentos informais e o centro da cidade• Descentralização da governança para melhor inclusão da comunidade.

¹⁶ O PRO é um partido político que esteve no poder na cidade de Buenos Aires durante o período em que os projetos de urbanização das Villa 31 e 31 bis foram implementados.



Estratégias de transformação	<ul style="list-style-type: none">• Sistema de transporte inovador (<i>Metrocable</i>) conectando faixas periféricas• "Parques Biblioteca": criação de complexos culturais e educacionais em áreas desfavorecidas• Programa "Projetos Urbanos Integrados" (PUI) voltado para as áreas mais vulneráveis.• Fortalecimento dos espaços públicos e serviços básicos.
Resultados	<ul style="list-style-type: none">• Redução significativa da violência (Entre 1992 e 2020, a taxa de homicídios caiu 96,3%)• Melhorar a qualidade de vida em bairros marginalizados.• Desenvolvimento econômico local em áreas reabilitadas• Reconhecimento Internacional como Modelo de Transformação Urbana (Prêmio Lee Kuan Yew)
Limites	<ul style="list-style-type: none">• Participação cidadã limitada• Violência contínua e disputas territoriais• Segregação espacial contínua e concentração da pobreza na periferia• Disparidade entre o discurso oficial e a realidade da participação• Prioridade dada a projetos emblemáticos em vez de políticas estruturais
Favela-Bairro (Brasil)	
Abordagem de planejamento urbano	<ul style="list-style-type: none">• Urbanização participativa: transformação de favelas em bairros integrados.• Reconhecimento legal e formalização de terras informais.• Planejamento baseado nas necessidades locais definidas pelos moradores.• Abordagem em fases e adaptativa
Estratégias de transformação	<ul style="list-style-type: none">• Melhoria da infraestrutura básica (água, saneamento, eletricidade)• Criação de equipamentos comunitários (centros comunitários, áreas esportivas)• Regularização fundiária e legalização de propriedades
Resultados	<ul style="list-style-type: none">• Mais de 150 favelas requalificadas• Melhorar as condições de vida de mais de um milhão de pessoas• Reforçar a coesão social• Riscos ambientais reduzidos.• Redução da marginalização socioespacial.
Limites	<ul style="list-style-type: none">• Programa aplicado a uma fração limitada das favelas• Participação reduzida em uma função formal, com baixa representação de associações locais• Impacto limitado na inclusão urbana de áreas desfavorecidas• Transição para o programa Morar Carioca, visando ampliar os objetivos e superar as deficiências do Favela-Bairro
Villa 31 (Argentina)	
Abordagem de planejamento urbano	<ul style="list-style-type: none">• Urbanização híbrida: uma mistura de manutenção de estruturas locais e integração ao tecido formal.• Preservação da identidade do bairro• Planejamento colaborativo entre autoridades e moradores• Legalização de terras para garantir os direitos dos residentes (Lei nº 27.453 (2018): chamada <i>Ley de Régimen de Regularización Dominial para la Integración Socio-Urbana</i>)
Estratégias de transformação	<ul style="list-style-type: none">• Construção de moradias sustentáveis e seguras.• Desenvolvimento de infraestruturas básicas: água, eletricidade, estradas.• Apoio a iniciativas comunitárias para o empoderamento dos moradores.• A aprovação da Lei 3343. Adotada em 2009 em Buenos Aires, esta lei dizia respeito à urbanização do setor Villa 31 e Villa 31 bis.• Reestruturação do tecido urbano

Resultados	<ul style="list-style-type: none">• Melhoria das condições de moradia para 40.000 habitantes• Reconhecimento legal dos habitantes da Villa 31.• Desenvolvimento das atividades económicas locais• Fortalecendo a participação da comunidade
Limites	<ul style="list-style-type: none">• Regularização fundiária atraindo o interesse do setor privado.• Restrições orçamentais e encargos de reembolso para o governo• Percepção de integração no mercado imobiliário em vez de urbanização social total• Órgãos Participativos Definidos pela Unidade Executora (SISU)

Fonte: Autora, 2025

Esta tabela destacou as semelhanças e divergências entre esses três projetos de urbanização. Todos eles são baseados em uma abordagem participativa, mas com nuances importantes: Medellín favorece um urbanismo social altamente estruturado, Favela-Bairro conta com uma transformação gradual com regularização fundiária, enquanto Villa 31 adota uma abordagem híbrida que combina preservação e integração.

1.2.3.1 Análise

Estudando esses três projetos, percebemos que o elemento fundamental que os une está nas estratégias implementadas que ultrapassaram a mera melhoria física dos espaços urbanos para alcançar uma transformação social profunda dessas áreas. Essas estratégias permitiram uma articulação entre as dimensões social e urbana, considerando cada projeto como uma alavanca para a integração da comunidade, e não como uma simples operação técnica. O caso de Medellín, por meio de sua abordagem ao urbanismo social, buscou reconectar física e socialmente as *comunas* marginalizadas ao centro da cidade, particularmente por meio da implementação de infraestruturas como o *Metrocable*. Por sua vez, o programa Favela-Bairro tem se concentrado na transformação gradual de favelas em bairros formalizados, com foco em infraestrutura, equipamentos e intervenções de regularização fundiária. Quanto ao projeto Villa 31 em Buenos Aires, adotou uma estratégia em duas frentes, combinando a preservação da identidade local do bairro e sua integração jurídica ao tecido urbano formal. Diante disso, surge uma questão: como analisar esses projetos à luz dos conceitos mobilizados no referencial teórico, a saber, urbanismo social, urbanismo participativo e cidade resiliente?

No caso do urbanismo social, esse conceito surge como o fio condutor dos três projetos analisados, embora declinado com intensidades e modalidades variadas. Medellín representa, sem dúvida, a aplicação mais ambiciosa e sistêmica dessa abordagem, particularmente por meio de seus Projetos Urbanos Integrados (PUI), que articulam intervenções físicas (infraestrutura, mobilidade) e dimensões sociais (educação, cultura, segurança). No programa Favela-Bairro, o urbanismo social se manifesta na criação de equipamentos urbanos, na melhoria da infraestrutura básica e em uma certa vontade de reconectar as favelas com o tecido urbano formal. No entanto, seu alcance permanece mais modesto em comparação com o de Medellín, pois a intervenção está mais focada na integração física do que na transformação social em larga escala. Finalmente, no projeto Villa 31 em Buenos Aires, a abordagem



social se traduz em um esforço explícito para preservar a identidade local, destacando a riqueza cultural e social do bairro, ao mesmo tempo em que se procede à sua integração legal na cidade formal.

Os resultados observados nesses projetos como a redução dos índices de violência em Medellín, o reconhecimento legal do direito de posse na Villa 31 ou o número de favelas reaproveitadas no Rio de Janeiro atestam o potencial transformador do urbanismo social. Esses resultados sublinham que problemas urbanos complexos não podem ser resolvidos apenas por desenvolvimentos físicos, mas requerem respostas globais, integrando as dinâmicas sociais, culturais e políticas subjacentes.

No que diz respeito ao urbanismo participativo, embora os três projetos reivindiquem a adoção de uma abordagem participativa, os estudos de caso revelam lacunas significativas entre as intenções declaradas e a realidade real do envolvimento dos cidadãos. Em Medellín, apesar de um forte discurso institucional de valorização da participação, vários estudos apontam para os limites do processo, particularmente no que diz respeito ao real grau de influência das comunidades locais na tomada de decisões. O programa Favela-Bairro tem limitações semelhantes: a participação tem sido muitas vezes reduzida a uma função consultiva formal, com pouca representação das associações locais, o que levou a uma participação mais simbólica do que substancial, retardando assim qualquer dinâmica real de *co-construção* entre os poderes públicos e os habitantes. Em contrapartida, no projeto da Villa 31, o urbanismo participativo parece ter assumido uma forma mais equilibrada, uma vez que o processo foi inicialmente impulsionado pelas demandas dos moradores, o que influenciou as decisões públicas quanto ao reconhecimento e transformação do bairro. Este impulso ascendente permitiu, em certa medida, aproximar a ação institucional das necessidades e aspirações das comunidades locais.

E, finalmente, a dimensão da resiliência urbana brilha nesses três projetos, mas de forma desigual e incompleta. Em Medellín, a diversificação da infraestrutura de mobilidade (em particular o *Metrocable*) fortalece a resiliência do sistema urbano, oferecendo alternativas de viagem aos habitantes das áreas periféricas. A criação de espaços públicos e culturais em áreas vulneráveis também contribui para a resiliência social, construindo o capital social das comunidades. No caso do Favela-Bairro, a melhoria da infraestrutura básica (água, saneamento) também fortalece a capacidade das comunidades de lidar com choques, particularmente choques de saúde. E na Villa 31, a construção de moradias sustentáveis e seguras, bem como o desenvolvimento de infraestrutura fundamental, contribuem para a resiliência física do bairro.

No entanto, a persistência da segregação espacial em Medellín, a cobertura limitada do programa Favela-Bairro e as preocupações com a potencial gentrificação na Villa 31 sugerem que essas intervenções não realizaram plenamente seu potencial em termos de resiliência urbana sistêmica. A verdadeira resiliência exigiria abordar as vulnerabilidades estruturais que mantêm esses bairros em uma posição frágil diante de choques econômicos, sociais ou ambientais.

Em conclusão, a análise comparativa desses projetos demonstrou o potencial e a conexão entre os conceitos de urbanismo social, urbanismo participativo e resiliência urbana. Em outras palavras, a articulação entre urbanismo social e participação cidadã é a base sobre a qual a resiliência urbana é construída. Os três conceitos formam, assim, um sistema dinâmico, cuja implementação concertada parece essencial para enfrentar os desafios contemporâneos da urbanização em territórios frágeis. Mas também, esta análise destaca o papel central da governança e a importância dos arranjos institucionais no sucesso ou limites de projetos de planejamento urbano social, participativo e resiliente. Verifica-se que a qualidade dos processos de tomada de decisão, a coordenação interinstitucional, bem como a abertura dos mecanismos ao autêntico envolvimento dos cidadãos são condições essenciais para garantir a sustentabilidade e legitimidade das intervenções. Assim, retemos a partir desta análise que a governança urbana eficaz deve combinar legitimidade institucional, flexibilidade operacional e mecanismos inclusivos para o envolvimento das comunidades locais.



CAPITULO II : ESTUDO DA DINÂMICA DA VULNERABILIDADE URBANA EM PORTO PRÍNCIPE.





2. CAPÍTULO II : ESTUDO DA DINÂMICA DA VULNERABILIDADE URBANA EM PORTO PRÍNCIPE.

Este capítulo analisa a dinâmica da vulnerabilidade urbana em Porto Príncipe, examinando sua evolução histórica, seu desenvolvimento espacial e a legislação urbana que moldou sua organização. A capital haitiana é um exemplo dos desafios da urbanização descontrolada, da expansão de assentamentos informais e da exposição a desastres naturais. A mobilidade urbana, o acesso a serviços essenciais e as questões de segurança acentuam essa vulnerabilidade, exigindo uma reflexão aprofundada sobre os mecanismos que a perpetuam.

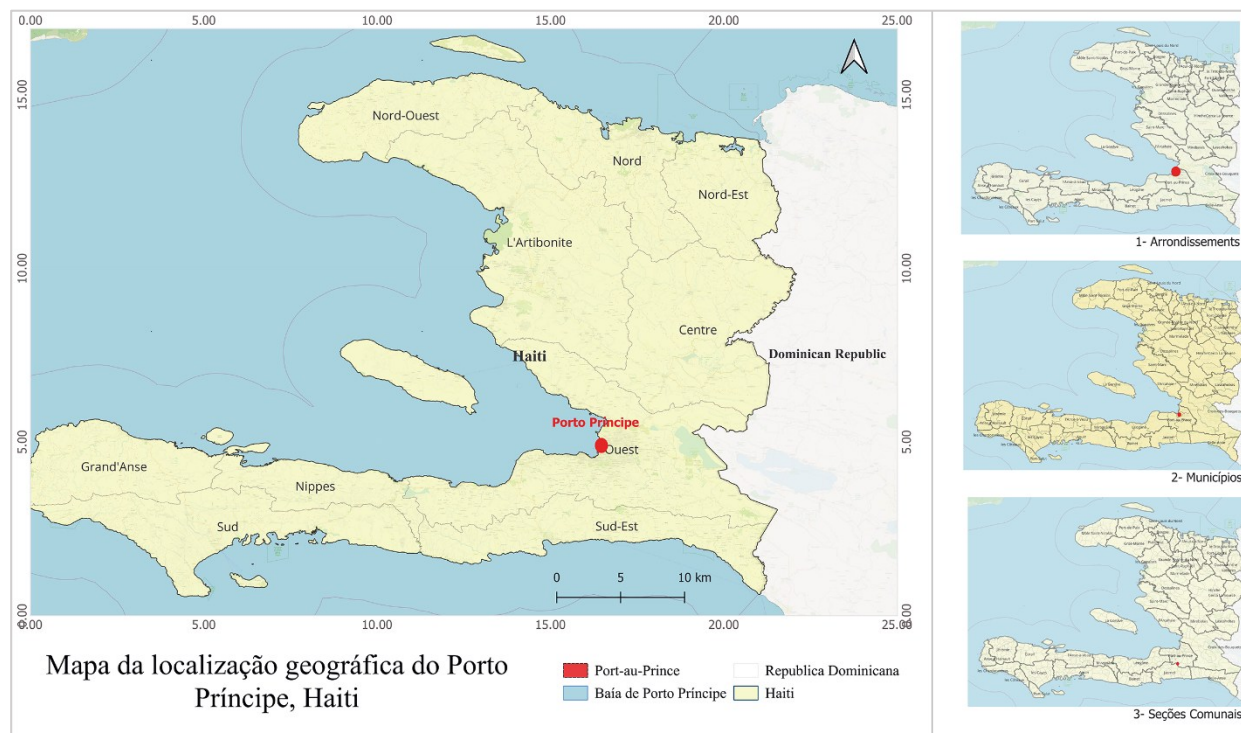
Assim, a escolha de Porto Príncipe se baseia em seu status de centro do país, onde se concentram as principais dinâmicas econômicas, políticas e sociais. A cidade incorpora os problemas urbanos dos países da ALC, onde a pressão demográfica e a infraestrutura insuficiente aumentam os riscos urbanos. O terremoto de 2010 evidenciou as falhas estruturais de seu tecido urbano e revelou os limites das políticas de planejamento urbano e gestão de riscos. No entanto, estudos acadêmicos sobre seu planejamento urbano permanecem raros, tornando essencial a realização de uma análise aprofundada para identificar as alavancas adequadas para a intervenção.

Assim, o estudo de caso de Porto príncipe baseia-se em uma abordagem documental, mobilizando a análise de 93 documentos de organizações internacionais como *USAID*, *Banco Mundial*, *ONU-Habitat*, *Croix-rouge* e *OIM*, além de relatórios governamentais produzidos pelo *MTPTC* e pelo *MPCE*. Também foram consultadas publicações científicas, artigos e teses sobre planejamento urbano e os efeitos do terremoto de 2010. No entanto, devido à falta de pesquisas acadêmicas específicas em Porto Príncipe, foi necessário complementar essas fontes com análises produzidas por ONGs, que lançam luz essencial sobre a complexidade da situação urbana.

2.1 APRESENTACAO GERAL DO PORTO PRINCIPE

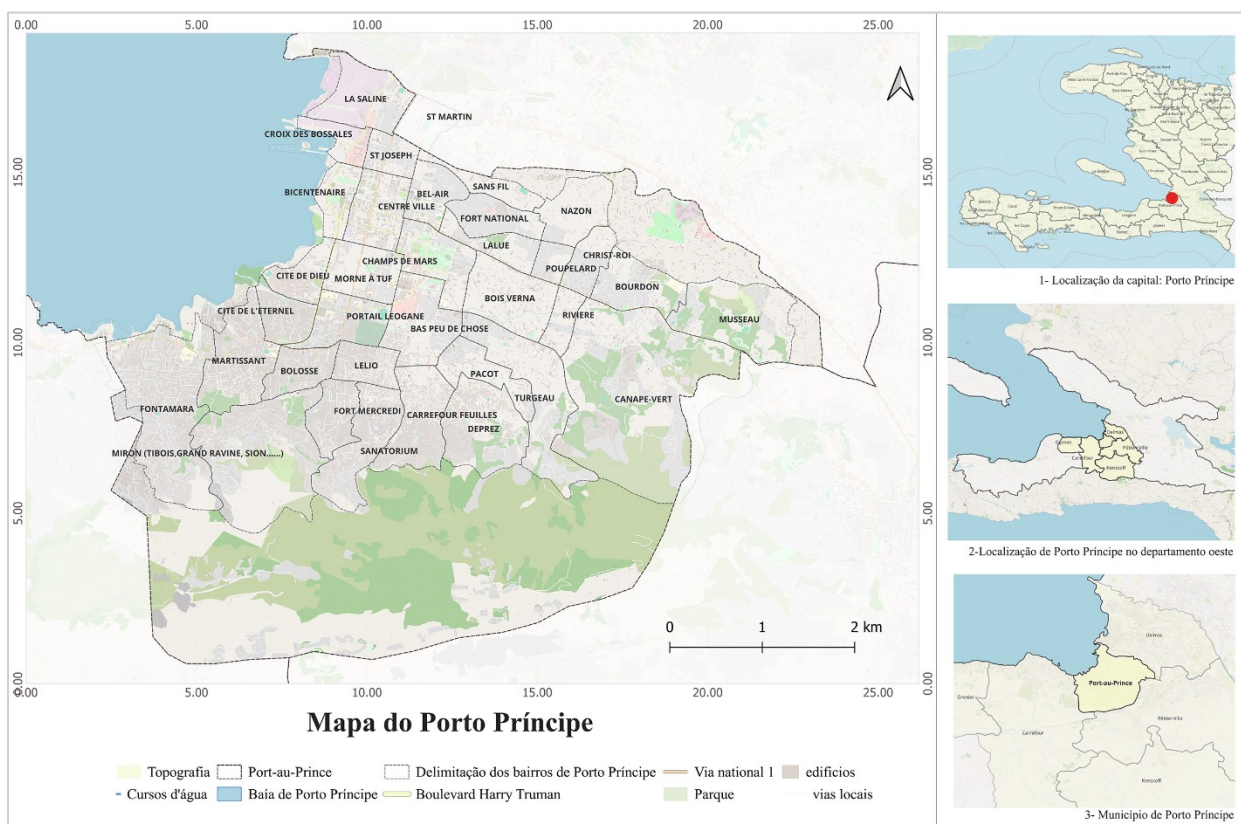
A capital e maior cidade do Haiti, Porto Príncipe, ocupa uma posição estratégica na costa oeste da ilha de Hispaniola, no Departamento Oeste. Esta metrópole caribenha, que cobre uma área de 36,04 km², possui uma estrutura territorial organizada em três seções comunais: *Turgeau*, *Morne l'hôpital*, *Martissant*. A geografia administrativa de Porto Príncipe revela uma variação significativa entre suas fronteiras oficiais e sua cobertura urbana real. Se considerarmos apenas os limites municipais, Porto Príncipe parece ser um território relativamente circunscrito, limitado ao norte pela comuna de *Delmas*, a leste por *Pétion-Ville* e as encostas de *Morne l'Hôpital*, ao sul pelo *Carrefour* e a oeste pelas águas do *Golfo de Gonâve*. As Figura 18 e Figura 17 abaixo mostra um mapa geral da localização geográfica de Porto Príncipe, no Haiti.

Figura 18- Mapa da localização geográfica de Porto Príncipe, no Haiti



Fonte: <https://gadm.org/index.html> org: Adaptação da autora (2025)

Figura 17- Mapa do município do Porto Príncipe, no Haiti



Fonte: <https://gadm.org/index.html> org: Adaptação da autora (2025)



Fundada em 1749 por colonos franceses, Porto Príncipe ocupa hoje uma posição central no desenvolvimento político, econômico e social do Haiti. Com uma população estimada em 3.133.000 habitantes em 2025, um aumento de 2,39% em relação a 2024, é a cidade mais populosa do país, concentrando quase um quarto da população nacional. Como Município e capital, Porto Príncipe é composta por 35 bairros que estruturam seu tecido urbano e testemunham sua diversidade social (ONU, 2024). A Figura 18 acima ilustra o município de Porto Príncipe e seus bairros.

De acordo com a legislação haitiana, a comuna é definida como um agrupamento de seções comunais responsáveis por priorizar e harmonizar os interesses coletivos desta última¹⁷. Administra os serviços da comunidade local, mas também cuida daqueles que as Seções Municipais não podem fornecer, por vários motivos. É em virtude dessa função ampliada que Porto Príncipe, como município, ocupa um lugar preponderante na organização da governança local e na estruturação do território haitiano (Tortue & Navase, 1987).

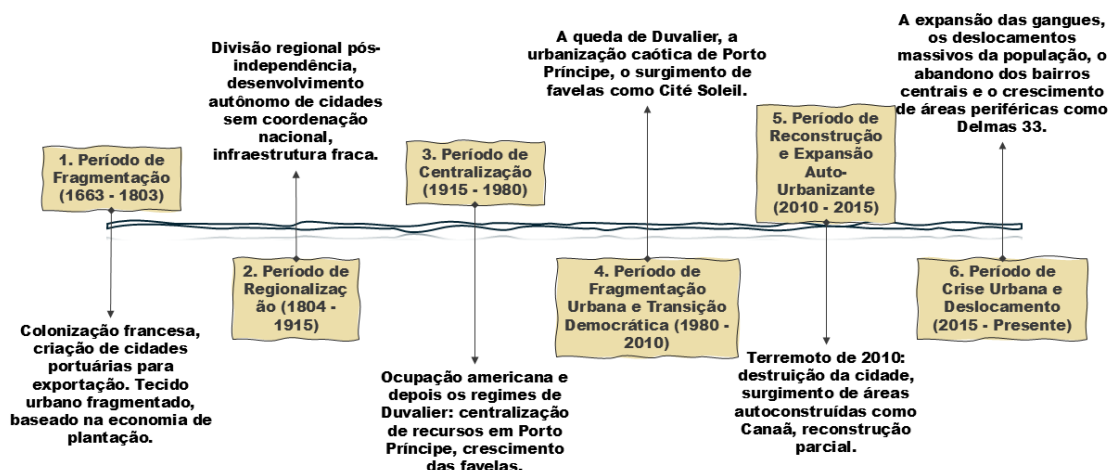
2.2 CONTEXTO HISTÓRICO E EVOLUTIVO DA URBANIZAÇÃO DE PORTO PRÍNCIPE.

A história urbana de Porto Príncipe reflete uma trajetória marcada por dinâmicas coloniais, revolucionárias, socioeconômicas e ambientais. Originalmente concebida como um centro agrícola sob colonização francesa, a cidade foi profundamente reconfigurada pela Revolução de 1791-1804, simbolizando a ruptura com a ordem colonial e o surgimento de uma nação soberana. Ao longo do tempo, as migrações internas criaram áreas de extrema pobreza e precariedade, revelando tanto a resiliência das populações quanto os limites das políticas urbanas. Além disso, essa transformação urbana foi agravada pela vulnerabilidade do país a desastres naturais, mudanças climáticas, bem como crises políticas e de segurança, levando a deslocamentos massivos e aumentando a pressão sobre a infraestrutura urbana precária, muitas vezes localizada fora do controle do Estado.

O espaço urbano de Porto Príncipe foi assim transformado ao ritmo da história nacional, desde a colonização francesa do século XVII até os dias atuais. Períodos históricos como a independência (1804), a ocupação americana (1934), regimes ditatoriais (1986) e o terremoto de 2010 influenciaram profundamente a urbanização. Hoje, a violência e a insegurança continuam a redefinir os espaços urbanos, causar deslocamento forçado e remodelar a paisagem das cidades haitianas. Assim, a Figura 19 ilustra cronologicamente os principais estágios da urbanização no Haiti, destacando os eventos decisivos dessas transformações.

¹⁷ De acordo com o artigo 61 da Constituição haitiana de 1987 (conforme emenda), a **comuna** é uma coletividade territorial descentralizada composta por um agrupamento de **seções comunais**, ela própria uma unidade administrativa básica. Cada seção comunal tem sua própria administração local e participa da gestão dos assuntos públicos locais, enquanto a comuna é responsável por coordenar, harmonizar e priorizar os interesses coletivos desta última em uma lógica de descentralização e democracia participativa. Estas estruturas gozam de autonomia administrativa e financeira, sob a tutela do Estado.

Figura 19-Cronologia dos diferentes períodos de urbanização no Porto Príncipe, Haiti.



Fonte: Autor, 2025

2.2.1 Período de fragmentação: 1663-1803

As origens urbanas das cidades do Haiti remontam aos tempos coloniais, quando a parte ocidental da ilha de Hispaniola (Haiti) foi colonizada pelos franceses. No século XVII, esta região era uma das colônias mais prósperas do mundo, graças à produção de açúcar, café e algodão (Dubois, 2012). As primeiras cidades estabelecidas nessa época, como *Cap-Haitien*, *Porto Príncipe* e *Les Cayes*, foram desenvolvidas como centros de comércio e administração, servindo à economia colonial. Essas cidades portuárias foram projetadas para facilitar a exportação de produtos agrícolas para a metrópole (Anglade, 1982). Nesse período, o planejamento urbano dessas cidades foi fortemente inspirado no modelo europeu, com uma hierarquia espacial marcada por classes sociais, refletindo a divisão entre colonos, libertos e escravos. Entre 1789 e 1803, a Revolução Haitiana mudou profundamente a paisagem urbana. Sob o slogan *koupe tèt, boule kay*¹⁸, muitos edifícios foram queimados, levando à destruição de várias cidades como Porto príncipe durante a Guerra da Independência que começou em 1771 e terminou em 1804.

2.2.2 Período de regionalização: 1804-1915

Em 1804, o Haiti conquistou a independência, tornando-se a primeira república negra livre (Dubois, 2012). No entanto, o país continua marcado por desafios políticos, incluindo guerras civis e conflitos internos. Durante este período, o Haiti foi dividido em várias regiões autônomas sob a autoridade de líderes regionais: Henri Christophe no Norte, onde fundou o Reino do Norte, e Alexandre Pétion no Sul, onde estabeleceu a República do Sul (Nicholls, 1996). Essa fragmentação política leva ao desenvolvimento urbano autônomo, com cada região evoluindo de forma independente. A falta de coordenação nacional levou a desigualdades na infraestrutura urbana em todo o país. Ao mesmo tempo,

¹⁸ O slogan "koupe tèt, boule kay" teve um impacto direto na destruição da paisagem urbana da época durante a Revolução Haitiana. De fato, essa expressão refletia uma estratégia de derrubada radical do poder colonial por meio da violência, envolvendo não apenas a eliminação dos colonos (cortando a cabeça), mas também a destruição de suas propriedades, incluindo casas e infraestrutura (queimando a casa).



as tensões sociais e étnicas aumentam as disparidades entre cidades ricos e pobres, afetando assim o desenvolvimento das cidades haitianas (Anglade, 1982; Trouillot, 1995).

2.2.3 Período de centralização: 1915-1980

Enquanto as guerras civis mergulhavam o Haiti em condições caóticas, a ocupação americana de 1915 marcou um grande ponto de virada para o país. Essa ocupação trouxe infraestrutura urbana moderna, especialmente para Porto Príncipe, que se tornou o centro de poder e desenvolvimento. O período foi caracterizado por uma centralização de recursos e decisões políticas dentro da capital. Isso resultou na eliminação dos orçamentos provinciais em favor de um orçamento nacional unificado (Lundahl, 1979). Essa centralização econômica e administrativa incentivou uma migração maciça de pessoas das áreas rurais para os centros urbanos, particularmente para Porto Príncipe, em busca de melhores oportunidades, serviços públicos e renda (Fick, 1990).

Após a partida das forças norte-americanas em 1934, a centralização do poder e dos serviços em Porto Príncipe continuou sob sucessivos governos, consolidando a capital como o centro do país. Essa tendência se intensificou sob o regime ditatorial de Duvalier¹⁹ (1957-1986), que reforçou a centralidade de Porto Príncipe ao concentrar a maioria dos serviços públicos, infraestrutura e comércio nesta cidade. A capital foi então estabelecida como um símbolo de sucesso e modernidade, o que incentivou a distância com as outras regiões do país.

A ditadura de Duvalier promoveu ativamente a imagem de Porto Príncipe como o modelo a seguir, alimentando um discurso que valorizava os habitantes da capital em detrimento dos habitantes das áreas rurais (Anglade, 1982). Expressões como *ti nèg andeyò* (homenzinho de fora) e *nèg lavil* (homem da cidade) refletem essa marginalização, onde a cidade é percebida como um espaço de superioridade e privilégio²⁰. Essa situação levou à migração rural contínua, e essa urbanização rápida e não planejada aumentou o crescimento populacional desordenado de Porto Príncipe. Isso levou ao surgimento das primeiras favelas e assentamentos informais ao redor da cidade, marcando o início da urbanização informal e precária (Fass, 1988).

2.2.4 Período de fragmentação urbana e transição política: 1980-2009

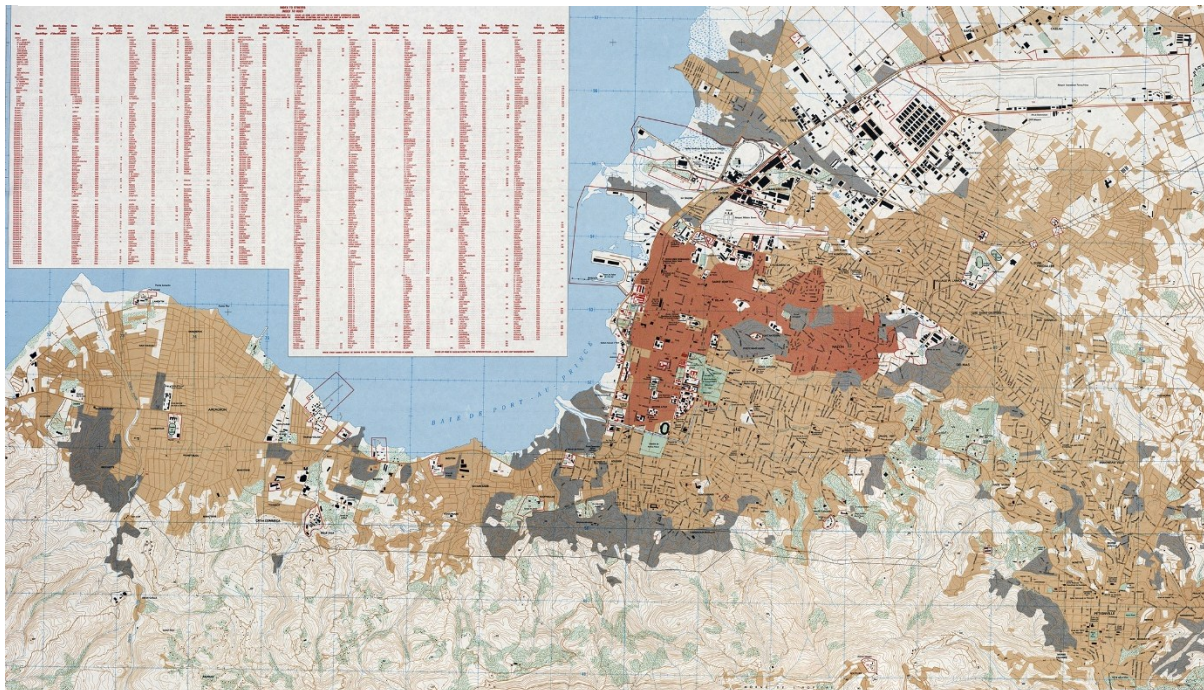
Esse ciclo histórico foi marcado pela queda do regime ditatorial de Duvalier e pelo surgimento de uma instabilidade política crônica, caracterizada por uma sucessão de governos provisórios. . Neste contexto,

¹⁹ A Dinastia Duvalier (em francês: *Dynastie des Duvalier*) foi uma ditadura totalitária no Haiti, que durou quase vinte e nove anos, de 1957 até 1986, abrangendo duas gerações de uma mesma família: François Duvalier 1957 a 1971 Jean-Claude Duvalier 1971-1986

²⁰ Os termos "ti neg andeyo" e "ti neg lavil" refletem identidades sociais e culturais distintas que influenciaram o planejamento urbano e a dinâmica espacial nas cidades haitianas. Assim, "**Ti negandeyo**" refere-se frequentemente aos habitantes de áreas rurais ou periurbanas, ligadas a estilos de vida mais tradicionais e práticas informais de habitação, muitas vezes à margem das normas urbanas oficiais. Enquanto "**Ti neg lavil**" refere-se aos habitantes dos centros urbanos, muitas vezes percebidos como mais integrados à dinâmica econômica e cultural da cidade. Seu modo de vida e práticas espaciais estão mais alinhados com as infraestruturas urbanas formais, embora muitas vezes também sejam marcados por questões de marginalização e exclusão. Eles participam da vida econômica e social dos bairros, e suas práticas influenciam a estruturação de espaços públicos e comerciais nas cidades

foram elaborados dois grandes planos: como o Plano Diretor para Porto Príncipe e sua área metropolitana em 1994 (*ver Figura 20 abaixo*), seguido pelo Plano Estratégico para o Desenvolvimento da Área Metropolitana em 2000 (Rainhorn, 2012), essas iniciativas nunca foram implementadas no nível da cidade.

Figura 20-Mapa topográfico de Porto Príncipe em 1994.



Fonte: Agence de cartographie de la défense des Etats-Unis (1994). Carte de Port-au-Prince

Assim, a cidade de Porto Príncipe continuou seu crescimento urbano enquanto enfrentava muitos desafios estruturais. O êxodo rural maciço contribuiu muito para a expansão desordenada da capital haitiana, levando ao surgimento de bairros como *Cité Soleil*, *Martissant* e *Carrefour-Feuilles* (Godard, 1985). Esse rápido crescimento ocorreu na ausência de uma estrutura de planejamento urbano, uma situação que não foi corrigida pela transição política de um regime ditatorial para uma democracia frágil.

Nesse contexto de transição política e ausência de governança estável, episódios de crise moldaram profundamente a evolução do espaço urbano. O ano de 2004, marcado pela queda do presidente Jean-Bertrand Aristide (2001–2004), viu um aumento das manifestações violentas e dos movimentos de *deschoukaj*²¹, levando à destruição e pilhagem de muitas infraestruturas na capital. Esse período de caos acentuou a deterioração do tecido urbano e dificultou qualquer tentativa de planejamento, enquanto as autoridades, oprimidas pela escala da agitação, lutaram para manter uma estrutura institucional funcional (OCDE, 2021).

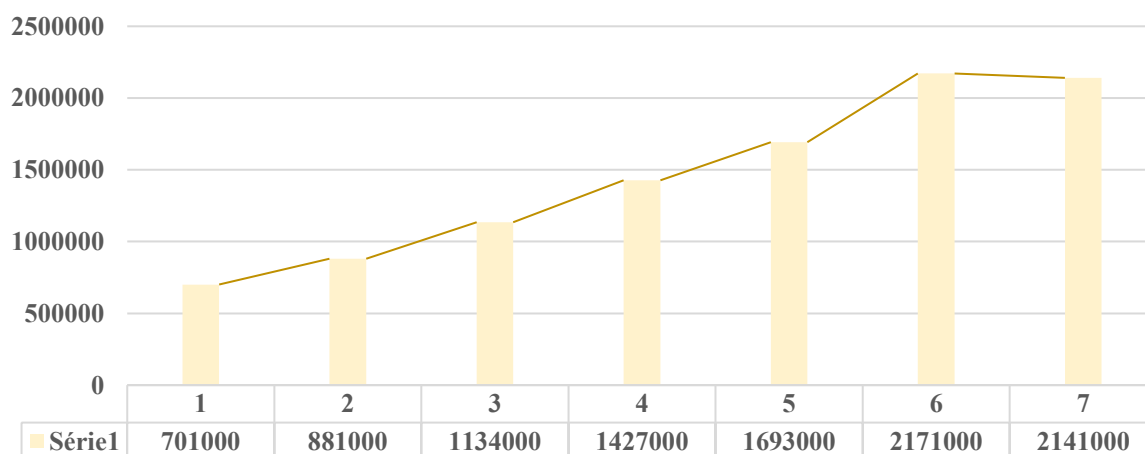
²¹ O movimento "Dechoukay" no Haiti significa Extirpação ou Desenraizamento. No nível urbano, esse movimento é uma forma de revolta que contribui para a destruição parcial ou vandalismo de certos espaços simbólicos nas cidades, refletindo a frustração social e política das populações. Em suma, são ataques direcionados aos emblemas da opulência urbana, como hotéis, lojas e outras infraestruturas associadas às elites e aos poderes constituídos.

Em uma cidade já saturada e marcada por forte segregação socioespacial, essa instabilidade política agravou as desigualdades entre os bairros. Enquanto as classes privilegiadas fortaleciam seu domínio nas alturas de *Pétion-Ville*, as populações mais vulneráveis continuavam a se estabelecer em bairros periféricos e insalubres, muitas vezes fora de qualquer estrutura regulatória. A crise de 2004, longe de ser um evento isolado, fez parte de uma dinâmica mais ampla na qual o colapso gradual da autoridade do Estado e a ausência de políticas públicas coerentes incentivaram a urbanização anárquica de Porto Príncipe (Rainhorn, 2012). Assim, As crises políticas, longe de serem meros parênteses, têm atuado como aceleradores dessa dinâmica de fragmentação, impedindo qualquer estabelecimento de um marco de desenvolvimento sustentável.

2.2.5 Período de Reconstrução e Expansão urbana (2009 - 2015)

O ano de 2009 terminou com um aumento significativo da população de Porto Príncipe, essa dinâmica de expansão territorial pode ser visualizada por meio do Gráfico 1 a seguir, que ilustra o crescimento espacial de Porto Príncipe entre 1980 e 2010 antes do terremoto.

Gráfico 1-Evolução da população urbana do Haiti de 1980 a 2010 antes do terremoto



Fonte: **MacroTendências** ([Porto Príncipe, Região Metropolitana do Haiti População 1950-2025 | MacroTendências](#)). Org.: Adaptação da autora (2024)

Essa expansão territorial em Porto Príncipe deu origem, no final do ano de 2009, a duas formas distintas de espaços urbanos: os bairros populares planejados de maneira informal e as favelas espontâneas. Embora essas duas configurações espaciais compartilhem características comuns notadamente a precariedade das condições de vida, a irregularidade fundiária e a exclusão dos dispositivos de planejamento urbano formal, elas se diferenciam pelo grau de organização interna, pelo nível de integração ao tecido urbano e pelo papel que desempenham nas dinâmicas sociopolíticas haitianas (Roy, paul-martel, Bodson, Paul, montas, Rémy, 2018; solidarités international, 2011).

Os bairros populares, surgidos progressivamente em função das sucessivas ondas de êxodo rural, são resultado de um processo de urbanização informal, porém relativamente estruturado. Esses bairros emergem principalmente nas zonas periféricas, porém acessíveis, da capital, muitas vezes situados nas proximidades de eixos de comunicação e centros de atividades econômicas. Apesar de sua



marginalização socioespacial e da estigmatização de que frequentemente são alvo, esses espaços desenvolvem formas próprias de organização interna, baseadas em redes comunitárias sólidas, formas de gestão coletiva e, por vezes, até em mecanismos auto instituídos de governança local. Longe de serem meros espaços de relegação, esses bairros constituem centros ativos da vida política urbana, sendo mobilizados, especialmente durante os períodos eleitorais, por diversos atores como reservatórios eleitorais e instrumentos de influência social.

Por outro lado, as favelas, embora também resultantes de uma dinâmica migratória descontrolada e da ausência de planejamento institucional, distinguem-se por sua localização em terrenos extremamente vulneráveis do ponto de vista ambiental e topográfico. Geralmente situadas em encostas íngremes, ravinas instáveis e zonas sujeitas a inundações, essas aglomerações informais estão particularmente expostas a riscos naturais, como deslizamentos de terra, inundações e terremotos. Essa implantação em espaços vulneráveis é frequentemente consequência do acesso limitado ao solo urbano seguro e reflete a extrema marginalização de seus habitantes (Petter, 2023; Thomas, 2010).

Assim, em 12 de janeiro de 2010, um terremoto de magnitude 7,0 atingiu o Haiti, afetando particularmente o Departamento Oeste, com Porto Príncipe como epicentro da destruição²². Aproximadamente 230.000 pessoas perderam a vida e 3.700.000 foram afetadas pelo desastre, enquanto os danos materiais totalizaram quase US\$ 8 bilhões (Gouvernement de la republique d' Haiti, 2010). Porto Príncipe, o centro político e econômico do país, foi devastada, levando as autoridades nacionais e internacionais a empreender esforços de reconstrução, que são vistos como cruciais para a recuperação da cidade.

A *Fundação do Príncipe para o Ambiente Construído*²³ do príncipe Charles, com sede em Londres, e a empresa de Miami, Duany Plater-Zyberk (DPZ), foram contratadas pelo governo haitiano para desenvolver um plano de reconstrução de Porto Príncipe e fazer propostas sobre a organização espacial do perímetro declarado de utilidade pública. Já tendo contribuído no passado para o redesenho de centros urbanos em condições muitas vezes difíceis, como as de Kingston (Jamaica) ou Cabul (Afeganistão), o projeto do centro de Porto Príncipe foi, segundo várias fontes, o maior desafio enfrentado pela fundação. A proposta do projeto do centro do Porto Príncipe foi formulada a partir de diretrizes urbanísticas que consideraram duas condições estruturantes: (1) a situação da cidade cerca de cinco anos antes do terremoto, quando ainda era relativamente funcional, e (2) a partir dessa base, uma projeção de um futuro alternativo, representando a única visão positiva capaz de contrabalançar a tragédia causada pelo terremoto (Plater-zyberk & Crabtree, 2011). A Figura 21 abaixo apresenta brevemente a proposta em questão:

²² A capital foi fortemente danificada, a área metropolitana, os bairros populares e as favelas foram fortemente afetadas.

²³ Prince's Foundation for the Built Environment

Figura 21- À esquerda, uma vista da área metropolitana de Porto Príncipe e à direita, a proposição da DPZ.



Fonte: DPZ, Plano Centro de Porto Príncipe 2011. Org.: Adaptação da autora (2025)

Esta proposta do DPZ abrange uma área de **186,7 hectares**, divididos em **110 blocos**. Dada a configuração inicial de Porto Príncipe, onde predominavam edifícios de um a dois andares, o projeto de reconstrução fixa a altura máxima dos edifícios em **três andares** e prevê uma capacidade de **84.500 pessoas** para a área de estudo. Como uma iniciativa ambiciosa para atender às necessidades residenciais e econômicas pós-terremoto, este plano propõe um projeto de três etapas: de uma escala centralizada a uma escala descentralizada, a uma abordagem em fases para a implementação do projeto.

Apesar de sua natureza estruturante, esta proposta tem sido objeto de críticas significativas. Tem sido questionado em particular pela falta de um processo participativo envolvendo as comunidades locais, mas também por sua tendência a reproduzir os padrões urbanos do passado. Ao focar na reconfiguração do centro metropolitano de Porto Príncipe, sem integrar de forma equilibrada a dinâmica de degradação progressiva das periferias, o projeto parece perpetuar uma lógica de centralidade exclusiva. Esta orientação levanta, portanto, questões sobre a viabilidade de um modelo de reconstrução que, pelo seu modo de implementação, corre o risco de acentuar as discontinuidades territoriais e as desigualdades socioespaciais entre o centro da cidade e os bairros periféricos.

Durante o período de reconstrução da cidade de Porto Príncipe após o terremoto de 2010, diversas estratégias de reconstrução e planejamento urbano foram formuladas em nível nacional e internacional. Dentre dezenas de propostas, quatro delas serão apresentadas aqui devido aos impactos que tiveram durante esse período: Plano Estratégico de Desenvolvimento do Haiti (HAÏTI, 2012), Haiti Amanhã - Objetivos Territoriais e Estratégias para a Reconstrução (CIAT, 2010), *Vil Nou Vle A* - cidade que queremos (HAÏTI, 2012), projeto 16 bairros/ 6 Abrigos temporários (JP Consultants, 2012). A seguir Quadro 5, encontra-se uma compilação em forma de tabela desses projetos. Essas iniciativas



demonstraram o compromisso do governo haitiano, em colaboração com parceiros internacionais, não apenas em reconstruir a infraestrutura física, mas também em reformar as estruturas socioeconômicas e institucionais da cidade.

Quadro 5-Projeto de Reconstrução e Desenvolvimento do Haiti após o terremoto de 2010.

Plano Estratégico de Desenvolvimento do Haiti	
Período de Execução do Projeto	2012 a 2030, com uma primeira fase operacional de 2012 a 2015
Estratégias desenvolvidas por este projeto	O plano para Porto Príncipe gira em torno da reconstrução do espaço urbano devastado, com foco na segurança, no controle da expansão urbana e na melhoria da infraestrutura. Propõe a transformação de assentamentos informais em áreas urbanizadas viáveis, a realocação sustentável de populações vulneráveis e a reabilitação de infraestruturas básicas (transporte, água, eletricidade, etc.). É dada especial atenção ao ordenamento do território, à urbanização progressiva, à valorização do patrimônio edificado, à criação de um novo porto e à extensão metropolitana da cidade para norte.
Resumo do projeto	O plano fornece uma estrutura estratégica para a reconstrução de longo prazo após o terremoto de 2010. Propõe uma visão de um Haiti emergente em 2030, estruturada em torno de quatro grandes projetos (territorial, econômico, social, institucional). Adota uma abordagem integrada para o planejamento do desenvolvimento, articulada com investimentos trienais e anuais. O caso de Porto Príncipe é tratado como uma área crítica que precisa de uma refundação estrutural que seja ao mesmo tempo física, econômica e institucional.
Haiti Amanhã – Objetivos Territoriais e Estratégias para a Reconstrução	
Período de Execução do Projeto	O plano se desdobra em uma temporalidade em camadas que varia de emergência imediata a perspectivas de transformação social ao longo de duas décadas.
Estratégias desenvolvidas por este projeto	O projeto propõe uma reconfiguração do capital que se afasta da dinâmica da centralização anárquica. Propõe reconstruir de acordo com padrões de resistência a terremotos, fortalecer os equipamentos públicos urbanos, promover a realocação de certas funções urbanas para as áreas regionais e estabelecer uma nova relação entre os habitantes e seu território urbano por meio da governança local. O objetivo não é simplesmente reconstruir, mas criar as condições para uma nova forma de viver juntos.
Resumo do projeto	É um projeto de reconstrução concebido como uma alavanca para a transformação territorial, social e política. A capital, que foi fortemente afetada, deve ser reconstruída de forma mais resiliente, com melhor consideração dos riscos naturais, com base na descentralização ativa, na regulamentação urbana redesenhada e em uma distribuição mais justa de infraestrutura e serviços. O plano visa evitar uma nova concentração demográfica, promovendo centros alternativos bem conectados.
Vil Nou Vle A – A cidade que queremos	
Período de Execução do Projeto	2011-2030 (estruturado em fases de curto, médio e longo prazo)
Estratégias desenvolvidas por este projeto	O plano estratégico propõe uma reestruturação metropolitana de Porto Príncipe com foco na desconcentração urbana, reconstrução da infraestrutura pública, revitalização econômica e reorganização territorial. Baseia-se numa visão global da cidade, através do desenvolvimento de vários polos urbanos na área metropolitana, com o objetivo de reduzir a pressão sobre o centro da cidade e garantir o acesso equitativo aos serviços básicos. Também introduz princípios de sustentabilidade, resiliência a riscos naturais e governança participativa.
Resumo do projeto	Este projeto é um folheto estratégico que descreve um projeto do governo para reconstruir e redefinir a área metropolitana de Porto Príncipe após o terremoto de 2010. É uma visão de futuro desenvolvida em torno de seis eixos estratégicos: planejamento territorial, governança



	metropolitana, infraestrutura e equipamentos, habitação e habitat, mobilidade urbana e desenvolvimento econômico. Propõe uma leitura integrada do território para criar uma metrópole mais equilibrada, funcional e inclusiva, com vistas ao desenvolvimento sustentável até 2030.
Projetos 16 bairros / 6 Abrigos temporários	
Período de Execução do Projeto	
Estratégias desenvolvidas por este projeto	Este projeto visa reconstruir a capital haitiana de maneira resiliente após o terremoto de 2010, com atenção especial à requalificação de espaços públicos como o Champ de Mars. Centra-se na modernização das infraestruturas, na integração dos princípios do património, na segurança urbana, na coesão social e na melhoria do ambiente de vida, tendo em vista o desenvolvimento urbano sustentável. O Champ de Mars é concebido como uma alavanca simbólica e funcional para o renascimento urbano de Porto Príncipe.
Resumo do projeto	O projeto apresenta uma proposta detalhada para a requalificação do Champ de Mars, a principal esplanada pública de Porto Príncipe. Adota uma abordagem que integra planejamento urbano, arquitetura paisagística, património e sociologia urbana. Apresenta ainda um diagnóstico da situação existente, uma análise das necessidades funcionais, um desenho espacial centrado na acessibilidade, diversidade de usos, segurança e memória coletiva, bem como um faseamento operacional. O projeto visa transformar o Champ de Mars em um local de encontro cívico e cultural, respeitando sua dimensão histórica.

Fonte: Autora, 2025

De fato, as várias iniciativas implementadas na forma de projetos após o terremoto de 12 de janeiro de 2010 mostraram uma certa ambição e um potencial conceitual significativo para uma reconstrução eficaz de Porto Príncipe. No entanto, apesar desse aparente desejo de reconstrução, esses projetos revelam limitações, tanto em termos de seu design quanto de sua execução (Desse et al., 2012; Jabouin, 2012).

Focados principalmente no centro metropolitano de Porto Príncipe, esses projetos contaram em grande parte com financiamento e experiência de ajuda internacional. Essa dependência levou a uma forma de interferência funcional na governança urbana pós-desastre, onde o governo central se posicionou como o principal interlocutor dos doadores, em detrimento das autoridades locais. O prefeito de Porto Príncipe, embora legalmente responsável pela gestão do município, viu-se excluído da condução dos processos decisórios, com uma capacidade de ação severamente limitada. Essa centralização tecnocrática do poder não apenas enfraqueceu as instituições locais, mas também contribuiu para distanciar a reconstrução da dinâmica comunitária e territorial (Thomas, 2010).

Além disso, embora esses projetos fizessem parte de uma lógica de modernização e transformação urbana, paradoxalmente reproduziam padrões de planejamento e estruturas sociais pré-existent. De fato, há uma continuidade na ordem espacial e sociopolítica, o que atesta uma falta de ruptura crítica com as causas estruturais da vulnerabilidade urbana que amplificaram os efeitos do terremoto. Essa reprodução de lógicas anteriores é particularmente evidente na atenção exclusiva ao espaço metropolitano, enquanto as periferias urbanas (áreas que, no entanto, foram fortemente afetadas pelo desastre) continuam enfrentando grandes desafios em termos de acesso a serviços básicos, infraestrutura urbana, moradia e segurança.



Assim, a participação dos cidadãos (um componente essencial da reconstrução inclusiva) tem estado praticamente ausente. A população local não foi significativamente envolvida no desenvolvimento dos projetos. Estes foram concebidos numa opacidade quase total, sem consulta ou divulgação nas comunidades em causa. Algumas iniciativas de reconstrução, como os chamados movimentos de "*chapa vermelha*"²⁴, foram questionadas e ridicularizadas pela população que havia deixado de acreditar em uma reconstrução real da cidade. Essa exclusão social e política dos cidadãos contribuiu para enfraquecer a legitimidade dos projetos e acentuar o sentimento de abandono nos bairros populares.

Por outro lado, a questão da terra é outro grande ponto cego. Embora vagamente mencionado em alguns projetos, não foi objeto de um quadro jurídico rigoroso. Nenhuma estrutura institucional foi implementada para regularizar, garantir ou verificar transações e direitos de terras. No entanto, em um contexto em que a insegurança fundiária é um fator central de vulnerabilidade, a ausência de uma reforma profunda nessa área compromete seriamente qualquer tentativa de reconstrução sustentável. Porto Príncipe continuou a crescer de forma desordenada, os bairros periféricos tornaram-se mais densos sem um planeamento adequado e as condições de vida se deterioraram, misturando precariedade, insegurança, vulnerabilidade ambiental e violência urbana. Essas observações sublinham o fracasso da governança, desterritorializada e socialmente excludente da reconstrução, que não foi capaz de transformar o desastre em uma alavanca para a refundação urbana (Dathus & Tamru, 2019; Placide, 2023).

Isso levou a uma sucessão de crises políticas, caracterizadas por: instabilidade governamental, movimentos populares, corrupção, má governança e, às vezes, a ingovernabilidade de certas áreas. Essas crises dificultaram significativamente a implementação de projetos em escala urbana. Neste contexto, a ação pública é frequentemente paralisada, as capacidades técnicas das administrações locais são enfraquecidas e os mecanismos de acompanhamento e avaliação dos projetos tornam-se ineficazes. Como resultado, a urbanização continua ocorrendo à margem de qualquer regulação, alimentando dinâmicas de precariedade, desigualdades territoriais e fragmentação social. O terremoto de 2010, longe de ser um ponto de inflexão na reconstrução da capital, revelou e, em alguns casos, agravou as disfunções sistêmicas que caracterizam a urbanização haitiana contemporânea.

2.2.6 Crise Urbana e Deslocamento (2015 - presente)

Desde 2015, as crises políticas no Haiti intensificaram os problemas urbanos, causando insegurança generalizada e uma série de convulsões sociais. Essa crescente insegurança levou à destruição da infraestrutura e à proliferação de sequestros, empobrecendo a classe média. Muitos bairros, como *Martissant*, *La Saline*, *Carrefour-Feuilles*, localizado no município de Porto Príncipe, bem como *Canaã* e *Bon Repos*, localizado no município de *Croix-des-Bouquets*, foram esvaziados de seus habitantes que

²⁴ A chamada "Operação das chapas vermelhas" consistiu no cercamento de terrenos urbanos com chapas metálicas pintadas de vermelho, sob a justificativa de obras futuras que, na maioria dos casos, nunca se concretizaram.



foram forçados a se refugiar em áreas mais seguras, como *Delmas ou Tabarre*. Esses deslocamentos maciços deixaram cicatrizes profundas em uma população que teve que abandonar propriedades e vidas pacientemente construídas diante da violência de gangues ou expropriação forçada.

De acordo com o relatório semanal do Escritório de Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA) publicado em março de 2024, estima-se que 1 041 000 pessoas sejam forçadas a se deslocar dentro do país para escapar da insegurança. Somente em Porto Príncipe, 80% dos moradores deixaram a área. Esses números representam um aumento dramático em relação às 200.000 pessoas deslocadas identificadas em janeiro de 2023 pela mesma organização, ilustrando o rápido agravamento da situação (OCHA, 2024).

De acordo com um estudo do Centro de Análise e Pesquisa em Direitos Humanos (CARDH), a violência de gangues teve uma intensificação sem precedentes entre 2021 e 2024, com um aumento de 135% nos sequestros na área metropolitana, contribuindo significativamente para esses deslocamentos forçados. Além disso, a Organização Internacional para as Migrações (OIM) documentou que quase 40% das pessoas deslocadas perderam seus meios de subsistência e 65% delas vivem em condições precárias em abrigos temporários ou famílias de acolhimento (OIM, 2023).

Esses deslocamentos geram simultaneamente dois processos: o primeiro é o da desterritorialização, onde a população abandona gradativamente os espaços privados e públicos que antes constituíam o tecido socioeconômico do território, e o segundo é o da migração interna, onde essas mesmas populações se deslocam para áreas já densamente povoadas para aí se instalarem, aumentando assim a pressão sobre as infraestruturas existentes e acentuando a dinâmica do território. superpopulação. De acordo com um estudo do Instituto Haitiano de Estatística e Informática (IHSI), os municípios de *Delmas e Tabarre* viram sua densidade populacional aumentar em 35% entre 2018 e 2023 devido a esses deslocamentos internos (Prince, 2023).

O Banco Mundial, em seu relatório "Haiti: Desafios Urbanos e Resiliência" (2022), aponta que esses deslocamentos levaram a um aumento de 42% na necessidade de serviços básicos nas áreas anfitriãs, enquanto a infraestrutura existente já era insuficiente antes desta crise. Essa situação também causou um aumento nos preços dos imóveis em áreas consideradas seguras, com aumentos de aluguel chegando a 60% em algumas áreas de Delmas entre 2019 e 2023 (Banco Mundial, 2022).

Em conclusão, este período favoreceu o surgimento de múltiplas disfunções urbanas em Porto Príncipe, incluindo fragmentação espacial, precariedade urbana, remoções forçadas, bem como um aumento significativo nos preços dos imóveis em áreas atualmente consideradas relativamente seguras. Assim, a capital haitiana continua a se deteriorar nos níveis urbano, econômico e social. Os parágrafos seguintes serão dedicados à análise dos principais fatores que influenciaram a organização espacial desta cidade.



2.3 FATORES QUE INFLUENCIARAM A ORGANIZAÇÃO ESPACIAL E A VULNERABILIDADE DA CIDADE DE PORTO PRÍNCIPE.

A organização espacial de Porto Príncipe é o resultado da articulação entre diferentes dinâmicas urbanas, tanto tangíveis quanto sistêmicas. As dinâmicas materiais referem-se às realidades observáveis do território, ou seja, aquelas que se manifestam visivelmente no espaço urbano e que podem ser apreendidas por uma leitura crítica da paisagem urbana. Isso inclui condições socioeconômicas, formas de uso da terra e expressões espaciais de precariedade. Por outro lado, as dinâmicas institucionais relacionam-se a elementos menos imediatamente perceptíveis, tais como: marcos legais urbanos, arranjos institucionais ou modos de governança que influenciam estruturalmente a produção e regulação do espaço urbano.

Nesta perspectiva, os parágrafos seguintes procurarão analisar, por um lado, as dinâmicas materiais da organização espacial, tais como: fatores históricos e políticos, fatores socioeconômicos, vulnerabilidades ambientais, fatores de informalidade e expansão urbana, fatores de regularização fundiária, bem como os de violência territorial. Por outro lado, serão abordadas dinâmicas institucionais, incluindo as deficiências do marco legal e a fragilidade dos processos urbanísticos, que, embora invisíveis a olho nu, exercem influência estruturante na evolução da cidade de Porto Príncipe.

2.3.1 As dinâmicas materiais que influenciam a organização espacial do Porto príncipe

2.3.1.1 Fatores históricos e políticos

Desde o início do século XX, o espaço urbano do Haiti foi profundamente moldado por uma série de dinâmicas históricas e políticas que contribuíram para a centralização das funções administrativas, econômicas e políticas na capital. Esse processo de concentração promoveu um desequilíbrio estrutural no sistema urbano nacional, tornando Porto Príncipe o principal centro demográfico e funcional do país.

O período de ocupação americana (1915-1934) foi um primeiro passo decisivo nesse processo de centralização. Reforçou a autoridade do Estado central e canalizou o investimento para a capital, em detrimento das regiões periféricas. É neste contexto de desequilíbrio territorial que se tem intensificado o êxodo rural, provocado pela pobreza, pela degradação das terras agrícolas e pela falta de perspectivas econômicas nas províncias. Esse fluxo migratório interno encorajou a urbanização rápida e em grande parte informal em Porto Príncipe (Anglade, 1985). Na falta de uma política de planejamento urbano coerente, este crescimento resultou na expansão de bairros precários para áreas de alto risco, nomeadamente em encostas íngremes e planícies aluviais.

Além desses fatores estruturais, os eventos políticos transformaram a paisagem urbana haitiana. A queda do regime ditatorial de Jean-Claude Duvalier em 1986 deu início a um período de instabilidade prolongada. O golpe de setembro de 1991 contra o presidente Jean-Bertrand Aristide mergulhou os centros urbanos na violência sistêmica. De acordo com (Fatton, 2002), esse período foi marcado pela



destruição direcionada da infraestrutura pública e pela formação dos primeiros bairros fortificados, alterando significativamente a morfologia urbana de Porto Príncipe.

Então veio a crise de 2004 durante o segundo mandato de Aristide (2001-2004), que foi outro momento de turbulência política. A insurgência armada que começou em Gonaïves se espalhou para a capital, causando o êxodo de mais de 25.000 pessoas para áreas urbanas já saturadas. Essa situação precipitou o surgimento de "cidades sem Estado"²⁵, particularmente nas periferias de Porto Príncipe, como *Cité Soleil* e *Martissant*, onde surgiram formas paralelas de governança, substituindo a autoridade pública por estruturas informais, muitas vezes ligadas a grupos armados (Dupuy, 2007).

Assim, sob a presidência de René Préval (2006-2011), as rivalidades de gangues fragmentaram ainda mais o espaço urbano. A “Operação *Baghdad*”²⁶, realizada em dezembro de 2006 pela Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH) nos distritos de Bel Air e Cité Soleil, ilustra o grau de militarização alcançado em certas áreas. Este período deu ainda origem a vários enclaves urbanos isolados e inacessíveis aos serviços públicos, obrigando cerca de 35% dos habitantes destas zonas a deslocarem-se para outras zonas da capital.

O terremoto de 12 de janeiro de 2010 representou um ponto de ruptura na evolução do espaço urbano do Haiti. Além de causar destruição massiva de infraestrutura, promoveu vulnerabilidades existentes. Durante esse mesmo período de crise ambiental, grupos foram formados nos campos de deslocados durante a transição presidencial entre René Préval e Michel Martelly (2010-2011); reforçando assim a insegurança urbana. Essa dinâmica minou os esforços de reconstrução planejados, levando à formação de novas favelas espontâneas. A destruição de registros de terras e registros de terras também criou um vácuo administrativo propício à apropriação informal e anárquica de terras urbanas.

Mais recentemente, sob a disputada presidência de Jovenel Moïse (2017-2021), a capital tem sido palco de uma nova violência. O surgimento, em junho de 2020, da coalizão de gangues armadas *G9 an Fanmi e Alye*²⁷ marcou uma grande virada. De acordo com o Centro de Análise e Pesquisa em Direitos Humanos (2021), quase 60% do território metropolitano de Porto Príncipe estava então sob o controle de grupos armados, impedindo qualquer tentativa de planejamento urbano estruturado e acentuando a fragmentação socioespacial.

Assim, a evolução do espaço urbano no Haiti, e particularmente em Porto Príncipe, não pode ser compreendida sem uma análise cruzada de fatores históricos, políticos e socioeconômicos. Essas

²⁵ cidades sem Estado ou bairros populares, favelas ou áreas sem direitos

²⁶ A “Operação *Baghdad*” foi uma ação conduzida durante a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH), iniciada em 2004 para restaurar a estabilidade no país após a saída do presidente Jean-Bertrand Aristide. O nome “Operation Baghdad” foi dado pelo governo interino haitiano para descrever uma repressão violenta contra uma revolta em bairros pobres de Porto Príncipe, especialmente em Cité Soleil, onde moradores e grupos armados, conhecidos como Chimères, resistiam à presença da missão e das forças policiais.

²⁷ As Forças Revolucionárias da Família G9 e Aliados (em crioulo haitiano: Fòs Revolsyonè G9 an Fanmi e Alye), também conhecidas como G9 Fanmi e Alye, são uma federação de gangues armadas que operam principalmente em Porto Príncipe, capital do Haiti. Fundada em junho de 2020 pelo ex-policia Jimmy Chérizier, conhecido como “Barbecue”, a coalizão inicialmente reunia nove gangues, mas expandiu-se para incluir doze grupos

dinâmicas, combinadas com a governança urbana deficiente, produziram um território marcado pela informalidade, violência e exclusão, tornando particularmente complexa a implementação de uma política urbana coerente.

2.3.1.2 Fatores socioeconômicos

A economia particularmente informal desempenha um papel fundamental na organização espacial de Porto Príncipe, mas também, de forma mais ampla, na economia nacional haitiana. Segundo o Banco Mundial, representa cerca de 80% do emprego total no país (Banco Mundial, 2023), o que reflete a fragilidade do setor formal e a fraca capacidade regulatória do Estado. De fato, a economia informal é entendida como um conjunto de atividades econômicas não registradas, escapando aos mecanismos de tributação, controle e proteção social. Em Porto Príncipe, esse setor abrange uma ampla gama de atividades, desde o comércio itinerante até os serviços domésticos, incluindo artesanato e microempresas familiares (Bazabas, 1997; IHSI, 2023). A figura abaixo ilustra esse tipo de economia informal que é o comércio de rua:

Figura 22-Vista do comércio de rua em Porto Príncipe.



FONTE: GORHAM, Roger. APUD Groupe de la Banque mondiale, 2018, p. 25.

Figura 23-Vista da extensão dos comércios públicos nas ruas de Porto Príncipe.



FONTE: ISPAN, 2013, p. 3



Em Porto Príncipe, essas atividades econômicas são desenvolvidas de acordo com a infraestrutura existente – estradas principais, rotas de transporte, mercados públicos – e muitas vezes fora de qualquer estrutura regulatória. Os espaços comerciais informais, particularmente nos distritos de *Croix-des-Bossales*, *Marché Salomon* concentram grande parte das trocas econômicas diárias. Esses lugares tornam-se centros econômicos espontâneos, moldando a organização da cidade independentemente dos arranjos de planejamento (Bazabas, 1997).

Na periferia da capital, essa informalidade se estende na forma de uma mistura funcional não planejada. A habitação, muitas vezes autoconstruída, é frequentemente usada para fins semicomerciais: cada unidade residencial torna-se um espaço de vida e um ponto de venda ou prestação de serviços. Essa configuração ilustra uma estratégia de adaptação diante da precariedade econômica generalizada, onde as famílias tentam gerar renda de subsistência por meio de micro atividades domésticas. Esse fenômeno alimenta a urbanização extensiva em áreas marginais onde a apropriação informal da terra constitui uma modalidade de acesso à moradia e ao espaço econômico.

Assim, as principais atividades informais registradas na aglomeração de Porto Príncipe são:

- **Comércio de rua**, incluindo a venda de alimentos, roupas e utensílios domésticos.
- **Serviços de transporte informal**, como *mototáxis* e *tap-taps*.
- **Pequenas oficinas** especializadas em eletrônica, mecânica ou calçado.
- **Serviços pessoais**, como cabeleireiro, alfaiataria e lavanderia.
- **Agricultura de subsistência, periurbana**, com produtos vendidos em mercados locais.

Em contraste com a onipresença da informalidade, a economia formal permanece quantitativamente fraca, mas concentra funções econômicas estruturantes. Baseia-se principalmente em três pilares: administração pública, setor bancário e indústrias de exportação (Anglade, 1982; Roy, Paul-Martel, Bodson, Paul, Montas, Rémy, 2018). De acordo com dados recentes do IHSI (2024), a participação do setor formal no PIB continua dominante em valor, embora empregue apenas uma minoria da população ativa. Entre os poucos clusters significativos de empregos formais está a indústria têxtil, que é regida pelo programa *Hemispheric Opportunity through Partnership Encouragement Act*, (HOPE/HELP), que emprega cerca de 50.000 trabalhadores em fábricas de montagem (principalmente em SONAPI²⁸). Essas zonas industriais formais, com serviços relativos de planejamento e infraestrutura, são ilhas integradas em um ambiente urbano amplamente informal.

Outro fator econômico fundamental na estruturação do espaço urbano é a contribuição maciça da diáspora haitiana. As remessas de haitianos que vivem no exterior agora representam cerca de 30% do PIB nacional (Banco Mundial, 2023). Esses fluxos são a principal fonte de renda para muitas famílias

²⁸ A SONAPI é uma empresa estatal haitiana criada para administrar os parques industriais do país. Desempenha um papel crucial no desenvolvimento industrial do Haiti, facilitando o estabelecimento de empresas e estimulando a economia nacional.



urbanas e rurais. Eles financiam o consumo corrente, os micros investimentos econômicos e, em alguns casos, a construção de moradias – embora essa construção seja frequentemente feita fora de qualquer estrutura de planejamento urbano.

Em conclusão, a configuração atual do espaço urbano de Porto Príncipe é inseparável das realidades econômicas que sustentam sua produção: a informalidade massiva, a fragilidade do setor formal, a inadequação da regulação fundiária e a dependência estrutural dos fluxos de caixa transnacionais. Juntas, essas dinâmicas econômicas influenciam uma cidade marcada pela segmentação, autoconstrução, políticas regulatórias ineficazes e extrema vulnerabilidade a riscos.

2.3.1.3 Fatores da Vulnerabilidade climática

A vulnerabilidade é uma característica comum de muitas cidades latino-americanas. Essas vulnerabilidades se manifestam de várias maneiras, como a marginalização urbana, a fragmentação espacial e exposição aos catástrofes naturais. Esses desafios, embora enraizados em vários contextos sociais e climáticas, podem ser encontrados em muitas metrópoles latino-americanas. A esta realidade social junta-se um desafio adicional que agrava consideravelmente a situação: os riscos associados às catástrofes naturais. Essa dupla carga social e ambiental é particularmente visível em cidades como Lima no Peru, Valparaíso, no Chile e, para os fins desta análise, Porto Príncipe, no Haiti. Essas cidades devem lidar não apenas com as vulnerabilidades sociais mencionadas, mas também com o aumento da exposição as catástrofes naturais devastadoras.

O Haiti está entre os países mais propensos a desastres naturais, incluindo furacões, inundações e terremotos. De acordo com um relatório do Banco Mundial publicado em 2024, mais de 96% da população haitiana está exposta a esses riscos naturais. Porto Príncipe, em particular, foi atingida várias vezes por desastres devastadores, resultando em perdas consideráveis de vidas e destruição maciça que afetou profundamente seu desenvolvimento urbano. De acordo com o relatório liderado por (Lozano-Gracia, 2017), a população haitiana enfrenta três tipos de riscos: (1) riscos diários, relacionados à ausência ou inadequação de serviços básicos, como acesso à água potável, saneamento e gestão de resíduos; (2) riscos cíclicos, como inundações sazonais e tempestades tropicais, cujos efeitos são agravados pela urbanização desordenada; e (3) riscos de cauda, incluindo grandes terremotos e furacões, que ocorrem repentinamente, mas têm consequências devastadoras e duradouras.

A história de Porto Príncipe é pontuada por terremotos destrutivos que moldaram sua evolução. Em 1751, um terremoto destruiu quase completamente a cidade, cenário que se repetiu em 1770 com outro grande terremoto. Em 1860, um novo terremoto atingiu a capital, seguido por tremores significativos entre 1910 e 1918. O evento mais trágico continua sendo o de 12 de janeiro de 2010, quando um terremoto de magnitude 7,3 devastou grande parte da capital, causando mais de 200.000 mortes e causando um deslocamento maciço da população (Corbet, 2021; Theunynck, 2020). A Figura 24 abaixo ilustra um bairro no Porto-Príncipe após o terremoto de 2010.

Figura 24-Vista de um bairro em Porto Príncipe após o terremoto de 2010.



Fonte: (ISPAN, 2010 p.2)

Além dos terremotos, furacões e tempestades tropicais também contribuíram para acentuar a vulnerabilidade da cidade. Em 1954, o furacão Hazel atingiu o Haiti, causando danos significativos em Porto Príncipe. Em 2008, a capital sofreu os sucessivos efeitos das tempestades *Fay*, *Gustav*, *Hanna* e *Ike*, resultando em graves inundações e perdas consideráveis de propriedade. Em 2010, o furacão Tomas causou mais inundações e mais vítimas, agravando uma situação já crítica após o devastador terremoto do mesmo ano.

Esses riscos climáticos são muito amplificados pela falta de um sistema adequado de drenagem e saneamento, tornando a cidade particularmente vulnerável a inundações. A cada estação chuvosa, grandes áreas urbanas ficam submersas, acentuando a precariedade da infraestrutura viária e deteriorando ainda mais as condições de vida dos habitantes. O ambiente urbano é, portanto, um fator determinante na vulnerabilidade de Porto Príncipe aos riscos naturais (Thomas, 2010). A Figura 25 abaixo ilustra uma rua em Porto Príncipe após a chuva:

Figura 25-Vista de uma rua em Porto Príncipe após a chuva.



Fonte: GORHAM, Roger. APUD Groupe de la Banque mondiale, 2018, p. 11.

Além disso, a posição geográfica de Porto Príncipe em uma zona de falha tectônica ativa explica sua alta exposição a terremotos, como tragicamente demonstrado pelo desastre de 2010. E, na ausência de políticas adequadas de reconstrução pós-desastre, muitas populações deslocadas se reassentaram informalmente em locais inadequados, como *Canaã e Morne l'Hôpital*, exacerbando os desequilíbrios espaciais e aumentando sua exposição a múltiplos riscos.

Esta situação é, assim, agravada pelos riscos de inundação e erosão, alimentados pelo desmatamento intensivo das colinas circundantes, complicando ainda mais a gestão do território urbano. A destruição gradual da cobertura vegetal reduz significativamente a capacidade do solo de absorver a água da chuva, promovendo inundações repentinas e escoamento descontrolado para áreas habitadas. Esses fenômenos, combinados com a ausência de planejamento urbano, reforçam a vulnerabilidade estrutural de Porto Príncipe a desastres naturais, criando um círculo vicioso onde cada novo evento climático extremo piora as já precárias condições socioeconômicas da população.

2.3.1.4 Fator de informalidade e expansão urbana

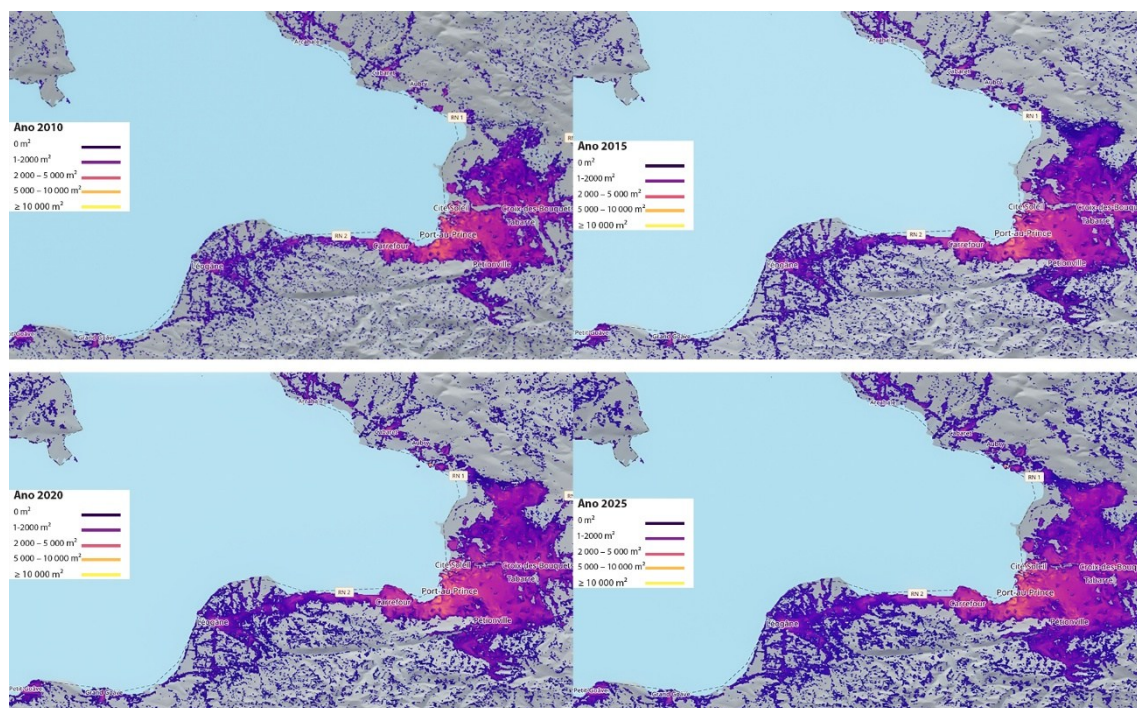
O termo *informal* geralmente se refere àquilo que se opõe ao sistema formal ou formal, ou seja, aquele que não cumpre total ou parcialmente as normas estabelecidas, intencionais ou não. No livro *Urbanismo Social na América Latina*, a informalidade urbana é descrita como um fenômeno complexo que engloba dimensões residenciais, econômicas e de emprego não regulamentadas. O livro enfatiza que:

A informalidade e a precariedade presentes nas cidades latino-americanas resultam em condições informais de moradia, economia informal, emprego informal e legislação urbana muitas vezes muito detalhada, mas difícil de aplicar, levando também à ilegalidade urbana (LEITE et al., 2020, p. 36).

Essa definição ampla demonstra que a informalidade não se limita às questões habitacionais, mas também engloba dimensões econômicas e legislativas, complicando a situação dos habitantes envolvidos. Em Porto Príncipe, por exemplo, a informalidade é um modo de sobrevivência e resiliência imposto pela fragilidade das instituições de regularização urbana e pela ausência de políticas públicas reais e inclusivas. Nesse caso específico, a informalidade vai contra a definição acima, pois não pode ser entendida apenas como um desvio da norma, mas sim como uma resposta adaptativa a um sistema urbano em crise, onde o planejamento permanece em grande parte desconectado das dinâmicas sociais reais.

Ainda no caso de Porto Príncipe, a informalidade anda de mãos dadas com a expansão urbana. De fato, desde o terremoto de 2010, a expansão urbana continuou a se intensificar, impulsionada por um fluxo maciço de pessoas para a capital em busca de segurança, empregos e serviços. Esse movimento migratório interno levou a uma rápida ocupação de territórios antes rurais ou pouco urbanizados, com o surgimento de novos bairros marcados pela precariedade, espontaneidade e falta de planejamento. *Martissant* é um bom exemplo dessa dinâmica: inicialmente constituído como um habitat periférico informal, foi gradualmente transformado em uma área caracterizada por profunda insegurança e uma virtual ausência de regulamentação estatal (Comfort, Siciliano, Okada, 2010; Flores, 2017; Solidarités International, 2011). A Figura 26 abaixo ilustra a evolução das áreas construídas entre 2010 até 2025 em Porto Príncipe.

Figura 26-Expansão da área construída na área metropolitana de Porto Príncipe (2010-2025)



Fonte: Copernicus Emergency Management Service org: Adaptação da autora (2025)



A expansão urbana em Porto Príncipe não se limita mais aos núcleos históricos centrais da capital, mas agora se estende muito além de seus limites administrativos tradicionais. A saturação do centro da cidade, aliada à incapacidade estrutural das infraestruturas existentes para responder à crescente pressão demográfica, favoreceu essa expansão urbana generalizada para zonas periféricas inicialmente destinadas a usos temporários, agrícolas ou de utilidade pública (Verret et al., 2017). Essa dinâmica de expansão urbana progressiva, motivada pela lógica da sobrevivência e do acesso a oportunidades, é acompanhada por uma notável transformação nas formas de uso do solo e nas funções atribuídas aos territórios periféricos. Na ausência de um marco rigoroso de planejamento territorial, essa urbanização espontânea levou a uma hibridização de espaços, onde usos residenciais, econômicos e informais são sobrepostos em áreas que inicialmente não se destinavam a acomodar tal densidade de atividades humanas (Lizarralde et al., 2018).

Assim, para quantificar essa expansão e mensurar seu impacto, diversos indicadores podem ser utilizados. A densidade populacional (D) é utilizada para avaliar a pressão demográfica sobre o espaço urbano de acordo com a fórmula: $D = P/A$ onde P é a população total e A é a área da cidade. Em 2025, com uma população de 3.133.000 habitantes e uma área de 36,04 km², a densidade é:

$$D = \frac{3133000}{36,04} = 86\,960 \text{ habitants/km}^2$$

Em comparação com 2010, com 2.141.000 habitantes na mesma área, a densidade foi:

$$D = \frac{2141000}{36,04} = 59\,431 \text{ habitants/km}^2$$

Isso corresponde a um crescimento de cerca de 46% em um período de 15 anos, destacando a urbanização acelerada sem uma expansão proporcional do espaço disponível. A taxa média anual de crescimento populacional (T) também pode ser calculada para entender esse fator de vulnerabilidade urbana. Com a fórmula: $T = \left(\frac{Pf}{Pi}\right)^{\frac{1}{n}} - 1$ onde Pf é a população final em 2025 e Pi é a população de 2010 e n o número de anos então:

$T = \left(\frac{3133000}{2141000}\right)^{\frac{1}{15}} - 1 = T \approx 2,48\%$ ao ano, isso indica um rápido crescimento populacional, aumentando a pressão sobre a infraestrutura. A razão de pressão terrestre per capita é outro indicador útil para avaliar o espaço médio disponível per capita em 2025:

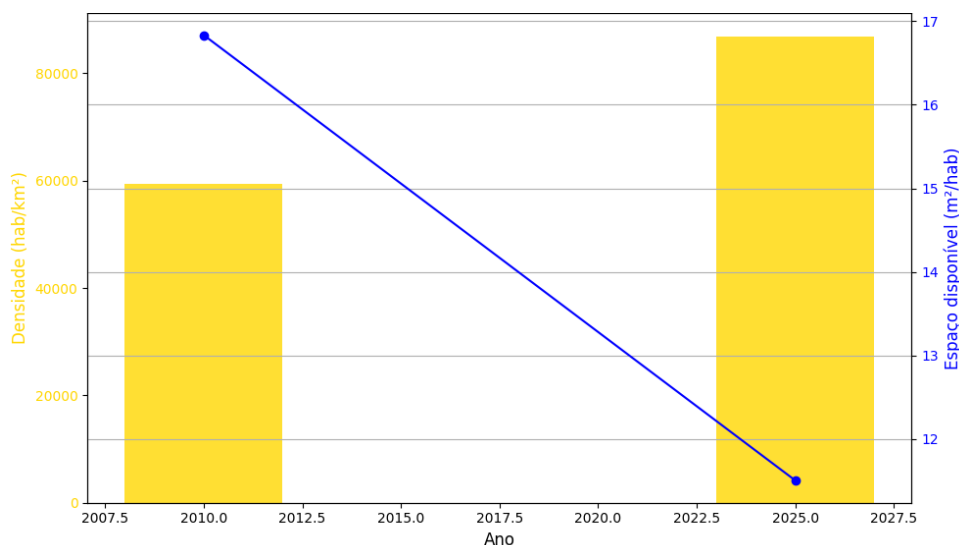
$$E = \frac{A}{P}$$

$$\text{Portanto } = 11,5 \text{ m}^2 E (2025) = \frac{36,04 \times 10^6}{3133000} \text{ por habitante}$$

Essa baixa disponibilidade de espaço per capita ilustra uma forte pressão por terra, levando à superpopulação e à extrema saturação urbana. Para ilustrar quantitativamente essa evolução e seus impactos, o Gráfico 2 a seguir apresenta a progressão da densidade populacional e da disponibilidade

de espaço por habitante entre os anos de 2010 e 2025, destacando visualmente a crescente pressão urbana e a diminuição do espaço vital urbano médio:

Gráfico 2-Evolução da densidade urbana e do espaço disponível em Porto Príncipe (2010-2025)



Fonte: Autora, 2025

Esses dados confirmam a rápida expansão urbana observada nos mapas analisados anteriormente. Revelam uma tensão crescente entre o crescimento populacional, as capacidades de absorção espacial e a organização territorial. À medida que a densidade populacional aumenta sem a correspondente expansão da área urbana formal, a dinâmica de ocupação desordenada e o surgimento de territórios precários, muitas vezes em áreas ecologicamente frágeis ou de risco, pioram, criando assentamentos informais. A figura abaixo ilustra esses bairros

Figura 27-Vista dos bairros informais de Porto Príncipe.



Fonte: SOLIDARITÉS INTERNATIONAL 2010, p. 36 e p.34

Em conclusão, a urbanização informal, interligada com a expansão urbana de Porto Príncipe, manifesta-se na construção de moradias e infraestrutura fora de qualquer marco legal, geralmente em terrenos de risco. É, portanto, uma consequência direta e um vetor de expansão urbana, na medida em que



materializa espacialmente a incapacidade das instituições de responder à pressão demográfica e de supervisionar o desenvolvimento do território (CIAT, 2013). Em suma, a atual dinâmica urbana de Porto Príncipe é indicativa de uma crise de planejamento, onde a informalidade está se tornando a regra e não a exceção, exigindo estratégias de planejamento, gestão e governança para reverter essa tendência.

2.3.1.5 Fatores de regularização fundiária

A questão fundiária no Haiti é uma questão central para entender a dinâmica da vulnerabilidade em Porto Príncipe. Insere-se num contexto de desordem jurídica em que são frequentes as disputas relacionadas com problemas fundiários. Essas disputas estão enraizadas na complexidade da lei de terras, agravada por lacunas persistentes nas instituições de fiscalização de terras, dificultando a identificação dos proprietários. Esta incerteza é reforçada pela ausência de um sistema cadastral coerente, enquanto os instrumentos de regulação territorial continuam a ser insuficientes para garantir uma gestão justa e eficiente dos solos urbanos.

Assim, do ponto de vista jurídico, a aquisição de terrenos é feita pela delimitação do terreno por um agrimensor, que elabora planos que devem ser aprovados, seguido da elaboração de um título por um notário. Neste processo, várias instituições estão envolvidas na gestão do território, incluindo a Comissão Interministerial de Ordenamento do Território (*responsável pela definição da política governamental de ordenamento do território e urbanismo e revisão do quadro legal e regulamentar*), o Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e a Direção Geral de Fiscalidade (*responsável pela transferência de terras e questões de domínio público*), bem como a Direção-Geral dos Impostos (*que, em teoria, é responsável pelo cadastro*) (CIAT, 2013; Rainhorn, 2012). No entanto, a aplicação desses procedimentos é disfuncional, incentivando o surgimento de práticas informais.

Na realidade, particularmente no caso de Porto Príncipe, a aquisição de terras é muitas vezes baseada em práticas informais fora do marco legal estabelecido acima. Essas práticas são baseadas em arranjos locais, não regulamentados e não reconhecidos pelo governo, mas socialmente reconhecidos. São eles: arrendamento informal, posse prolongada, venda informal, invasão coletiva e apropriação forçada.

De fato, o arrendamento informal é um processo pelo qual um proprietário autoriza um terceiro a ocupar terras não desenvolvidas em troca de aluguel. Esse aluguel pode, em alguns casos, ser interpretado como um adiantamento sobre uma compra futura, mas o acordo permanece implícito. Não existe um documento oficial que regule essa relação, e a validade da ocupação depende inteiramente da confiança ou do equilíbrio de poder entre as duas partes. Outra prática muito comum é a posse prolongada, que dá a um indivíduo o título de proprietário depois de ter ocupado um pedaço de terra por vários anos sem ser contestado. Esse reconhecimento geralmente se baseia no tempo que eles estão lá, no investimento na construção e na ausência de quaisquer reivindicações de um proprietário original (Levine et al., 2012).

Há também a venda informal de terras, que também é uma prática de gestão de terras. Em alguns bairros, redes organizadas, às vezes de associações locais ou comitês de moradores, registram transações,



produzem certificados escritos, estabelecem preços e definem os limites dos lotes. Esses documentos não têm valor legal, mas servem como prova em conflitos entre indivíduos. Eles são reconhecidos pelos outros habitantes do bairro e às vezes até por funcionários eleitos locais. As práticas de invasão coletiva também permitem a apropriação da terra; essas invasões podem ser feitas após um evento como *o terremoto de 12 de janeiro que deu origem a Canaã*, a busca por empregos e uma melhor qualidade de vida como foi *o caso de Duvalier*, a fuga devido à insegurança e violência como *é o caso atualmente* (Petter, 2023; Roy, Paul-Martel, Bodson, Paul, Montas, Rémy, 2018).

A apropriação por invasão coletiva, muitas vezes coordenada por um grupo de pessoas, é feita pela identificação de terras vazias, ou seja, desabitadas, para ocupá-las em bloco. Uma vez instalados, os ocupantes se organizam para delimitar os lotes, traçar as estradas, coletar contribuições e depois redistribuir os lotes de acordo com critérios estabelecidos coletivamente (Dathus & Tamru, 2019; Placide, 2023). Em contraste com a apropriação por invasão coletiva, há a apropriação pela força, que é um processo pelo qual um grupo de indivíduos usa armas, força, para se apropriar de um pedaço de terra, um bairro, uma área, ocupada ou não. Esse processo começa com a criação de um clima de medo na área-alvo, depois a imposição de impostos ilegais para morar lá e, em seguida, atos de violência que levam os moradores a sair. Essa partida dá a esse grupo de indivíduos o direito de propriedade sobre todas as residências naquela área, e eles podem usar essa terra como acharem melhor.

Em suma, a gestão da terra em Porto Príncipe faz parte de uma dinâmica na qual os mecanismos legais oficiais são amplamente suplantados por práticas informais, socialmente reconhecidas, mas legalmente frágeis. Esse sistema dual, baseado em uma estrutura institucional falida, por um lado, e em uma diversidade de práticas comunitárias, por outro, revela a ancoragem de uma governança fundiária alternativa construída pelos próprios atores locais. A análise dessas práticas: arrendamento informal, propriedade prolongada e outras destaca a complexidade das lógicas sociais e espaciais que moldam a urbanização na cidade de Porto Príncipe. Essas práticas, longe de serem anedóticas, constituem respostas concretas à falta de regulação efetiva e à pressão sobre a terra em um contexto de vulnerabilidade generalizada. Eles também incentivam a construção de casas perto de muros, calçadas e às vezes até nas ruas, reduzindo assim a passagem de carros e pedestres. Na ausência de garantias legais, os moradores relutam em melhorar suas moradias, criando um círculo vicioso entre instabilidade fundiária, condições insalubres e vulnerabilidade social.

Assim, qualquer tentativa de reforma agrária ou desenvolvimento urbano terá necessariamente que levar em conta essas realidades no terreno, sob o risco de reproduzir as exclusões e conflitos que caracterizam a paisagem urbana de Porto Príncipe hoje.

2.3.1.6 Fatores da Violência urbana

Em seu capítulo *Urbanismo Social e a Política da Violência*, Kate Maclean concebe a violência urbana como um fenômeno profundamente enraizado nas relações de poder, desigualdades sociais e processos



políticos. Ela ressalta que a violência urbana é muitas vezes o resultado de mecanismos que criam e mantêm a exclusão, reforçando assim a marginalização dentro de uma comunidade (Maclean, 2015).

A marginalização é, portanto, um conceito-chave, intimamente ligado à violência urbana. Nos contextos latino-americanos, o termo *marginal* em uma conotação fortemente pejorativa, designando indivíduos percebidos como perigosos e associados ao crime, violência, drogas ou prostituição. Essa estigmatização faz parte de uma tradição histórica que qualifica as pessoas de baixa renda como *classes perigosas*, vivendo em *áreas de miséria*. Os pobres urbanos, especialmente os migrantes rurais e aqueles que vivem em assentamentos informais, há muito são vistos como intrusos em cidades projetadas para a elite, percebidas como uma ameaça à ordem estabelecida.

Em Porto Príncipe, a marginalização é um dos principais fatores que fomentaram o surgimento da violência urbana. Essa marginalização se manifesta pelo descaso do Estado com certos bairros, considerados os párias da capital, que hoje constituem uma grande ameaça à reconstrução da cidade. Desde a sua criação, Porto Príncipe sempre experimentou uma fragmentação de seus bairros, caracterizada pela ausência de equidade e justiça social em termos de oportunidades, serviços e outras necessidades sociais básicas.

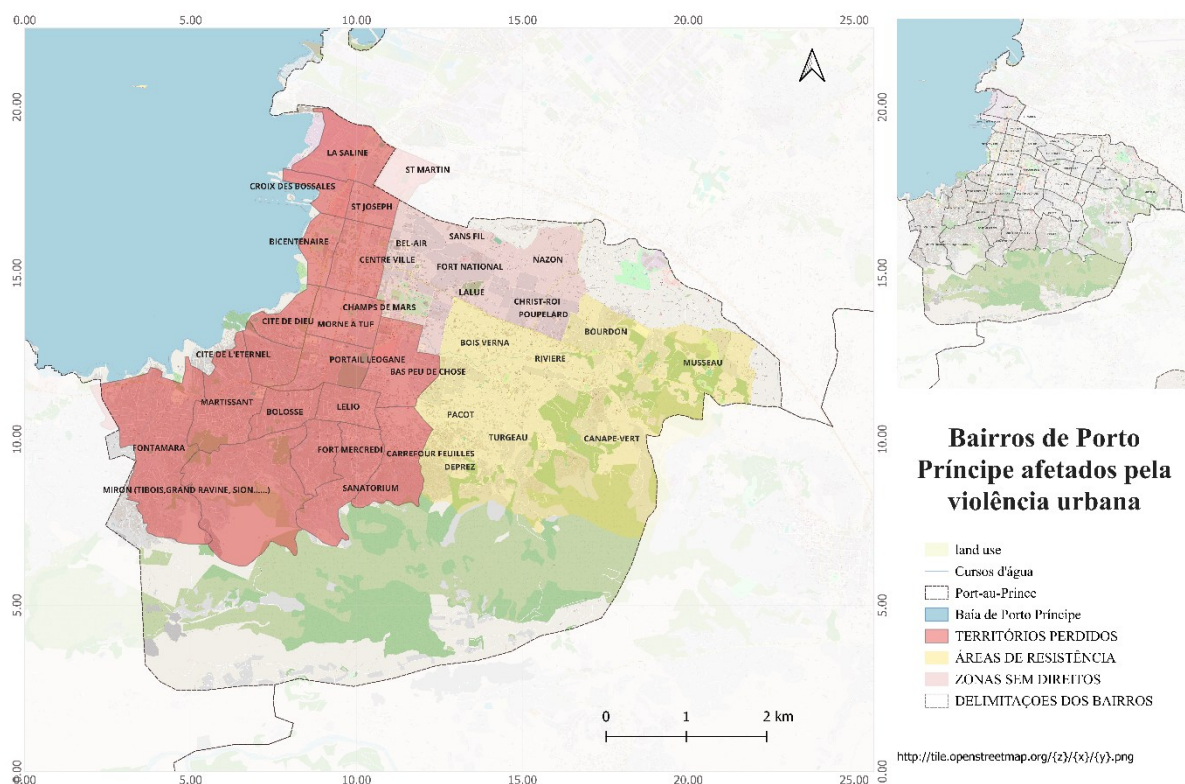
A primeira manifestação dessa marginalização foi o termo *áreas remotas* para se referir a populações que vivem em locais de difícil acesso e sem serviços. Posteriormente, surgiu a noção de *bairros populares*, designando áreas remotas, mas colocadas sob a autoridade de um chefe local que zela por sua comunidade e se substitui ao Estado, garantindo o acesso a determinados serviços essenciais. Esses caciques, para cumprir sua missão, mantêm relações clientelistas com o poder político, trocando seu apoio por recursos e oportunidades para atender às necessidades de suas comunidades.

Paralelamente a esses bairros operários, desenvolveram-se *favelas*, compostas por edifícios construídos sem intervenção do Estado nas encostas das montanhas e em terrenos em risco. Após o devastador terremoto de 2010, houve também o surgimento de *áreas autoconstruídas* como Canaã, ocupadas por uma população que havia perdido seu habitat original como resultado do terremoto. Na ausência de ação estatal para a reconstrução, esses tipos de habitação foram gradualmente integrados formalmente ao tecido urbano de Porto Príncipe (Rocco & Van Ballegooijen, 2018).

Essas tipologias de espaços urbanos evoluíram para o que hoje são chamadas de *zonas sem direito*, caracterizadas pela violência, falta de serviços básicos, precariedade econômica aguda e acessibilidade limitada. Os líderes dos bairros populares, favelas e áreas autoconstruídas formaram alianças para desconstruir seus territórios e arredores por meio do crime organizado, da destruição da paisagem urbana e da expropriação da população. Ao longo dos meses, essas zonas sem lei tornaram-se *territórios perdidos*, espaços urbanos que o estado declara abandonados. As instituições públicas nessas áreas foram realocadas em outros lugares, enquanto a população se refugiou em abrigos temporários ou em bairros

vizinhos ainda não afetados pela violência (Global Initiative Against Transnational Organized Crime, 2022). A Figura 28 abaixo ilustra os bairros de Porto Príncipe afetados pela violência urbana:

Figura 28-Bairros de Porto Príncipe afetados pela violência urbana.



Fonte: <https://gadm.org/index.html> org: Adaptação da autora (2024)

Assim, a violência em Porto Príncipe, longe de ser um fenômeno isolado, faz parte das dinâmicas que influenciam a organização espacial da cidade. De acordo com um relatório da Organização Internacional para as Migrações (OIM), mais de 80% da cidade está agora fora do controle do Estado, e 112 instituições públicas, incluindo serviços administrativos, instituições acadêmicas, prédios governamentais e infraestrutura crítica, foram destruídas ou ocupadas por grupos armados. Essa insegurança generalizada afeta profundamente a vida urbana, restringindo o movimento, interrompendo as interações sociais e complicando o acesso a serviços essenciais (Prince, 2023).

Diante dessa ameaça constante, a população e as organizações locais estão desenvolvendo estratégias de adaptação, como diversificar rotas ou realocar atividades econômicas para áreas mais seguras. No entanto, a violência urbana apenas agrava as desigualdades e precariedades existentes, dificultando os esforços de desenvolvimento e reconstrução da cidade.

2.3.2 As dinâmicas institucionais que influenciam a organização espacial do Porto príncipe



Como apontado no início deste capítulo, ao contrário da dinâmica material que influencia a organização espacial de Porto Príncipe, a dinâmica institucional é um fator abstrato. Eles afetam a organização da cidade por fazerem parte do arcabouço legal, do papel das instituições, bem como dos modelos de gestão e planejamento urbano. Eles também se manifestam por meio dos modos de educação no planejamento e resiliência urbana dos habitantes. Os parágrafos a seguir apresentarão cada um desses fatores.

2.3.2.1 Carência jurídica e fragilidade no processo de planejamento urbano

De acordo com a emenda da constituição haitiana de 1987 em seu artigo 1-1, estipula-se que a cidade de Porto Príncipe é a capital do Haiti e a sede de seu governo. Embora a noção de cidade não tenha sido explicitamente definida na constituição ou em qualquer texto legal, a linguagem informal considera o município de Porto Príncipe como uma "cidade". Assim, ainda na constituição de 1987, a comuna é uma coletividade territorial autônoma, administrada localmente por um conselho municipal eleito, com estruturas assistenciais, com autonomia administrativa e financeira e um marco legal definido para seu funcionamento.

No entanto, apesar deste quadro constitucional afirmar a autonomia administrativa e financeira dos municípios, a concretização desta autonomia mantém-se, em grande medida, teórica. O município de Porto Príncipe, como muitos outros no Haiti, sofre de uma deficiência legal no planejamento urbano. Esta deficiência exprime-se, em primeiro lugar, pelo facto de este quadro jurídico, que deveria fornecer um quadro para o desenvolvimento urbano, ser fortemente herdado do direito francês do urbanismo, o que cria uma lacuna significativa entre as normas jurídicas, as realidades locais e os problemas de governação.

Entre os textos inspirados e herdados da França, estão: a lei de 29 de maio de 1963 sobre habitação e desenvolvimento urbano e rural marcou um ponto de virada na estruturação da legislação urbana no Haiti. Esta lei retoma conceitos-chave do direito francês, particularmente em termos de servidões públicas e expropriações por razões de utilidade pública (Haiti, 1963). Foi complementado pelo decreto de 22 de outubro de 1982, que estabeleceu regras precisas para o desenvolvimento das cidades e aglomerações rurais e urbanas, consolidando assim a tradição jurídica herdada da França (Haiti, 1982). A continuidade desse legado também é evidente nos regulamentos de licença de construção. Estes últimos exigem autorização prévia para qualquer projeto ou intervenção na edificação, a fim de garantir o cumprimento das normas urbanísticas (Maurício, 2017).

Essa orientação jurídica importada não se limitou a textos pós-coloniais recentes, mas faz parte de uma tradição legislativa mais antiga. De fato, a história legislativa haitiana no campo do planejamento urbano também foi enriquecida por uma série de textos adotados entre as décadas de 1920 e 1940. A lei de 1923, por exemplo, regulamentou a abertura de estradas em terras privadas, exigindo autorização prévia do Estado (Haiti, 1923). A lei de 1924 proibiu a construção de casas de madeira em certas áreas urbanas e introduziu padrões para o alinhamento de edifícios (Haiti, 1924). O decreto-lei de 1937 marcou um



passo importante ao introduzir regras modernas para o desenvolvimento urbano, adaptadas às questões de saúde, segurança e racionalidade no crescimento das cidades (Haiti, 1937). Essas várias legislações, em particular aquelas promulgadas a partir de 1963, formam a base do marco legal que ainda rege a urbanização no Haiti hoje. Eles testemunham a persistência da influência francesa, ao mesmo tempo em que revelam os limites da adaptação insuficiente ao contexto haitiano contemporâneo.

Após o terremoto de 2010, os desafios da reconstrução e da governança urbana catalisaram o desejo de reforma urbana. É neste contexto que o Código de Planejamento Urbano Haitiano foi publicado em 2013. Este documento reúne as principais leis relativas ao ordenamento do território e à proteção do património edificado e natural. Estruturado em dez grandes áreas temáticas, compila 37 regulamentos elaborados entre 1963 e 2006, integrando os princípios fundamentais do planejamento urbano e do desenvolvimento sustentável. Essa codificação recente visa compensar a fragmentação jurídica anterior e estabelecer uma base mais coerente para o crescimento urbano (CIAT, 2010)

Apesar dos esforços de codificação empreendidos com a publicação do Código de Planejamento Territorial em 2013, o planejamento urbano em Porto Príncipe continua confrontado com uma fragilidade jurídica estrutural. A complexidade da lei de planejamento urbano haitiana reside precisamente em sua natureza herdada, fragmentada e mal contextualizada. A influência do modelo jurídico francês levou à importação de normas e procedimentos que, embora estruturados institucionalmente, não levam em conta a dinâmica específica do território haitiano: urbanização informal massiva, instituições locais fracas, falta de registros de terras confiáveis e outros. O resultado é um marco legal ao mesmo tempo abstrato, rígido e inoperante, incapaz de atender às necessidades urgentes de uma cidade como Porto Príncipe, marcada pela precariedade, irregularidade fundiária e riscos ambientais.

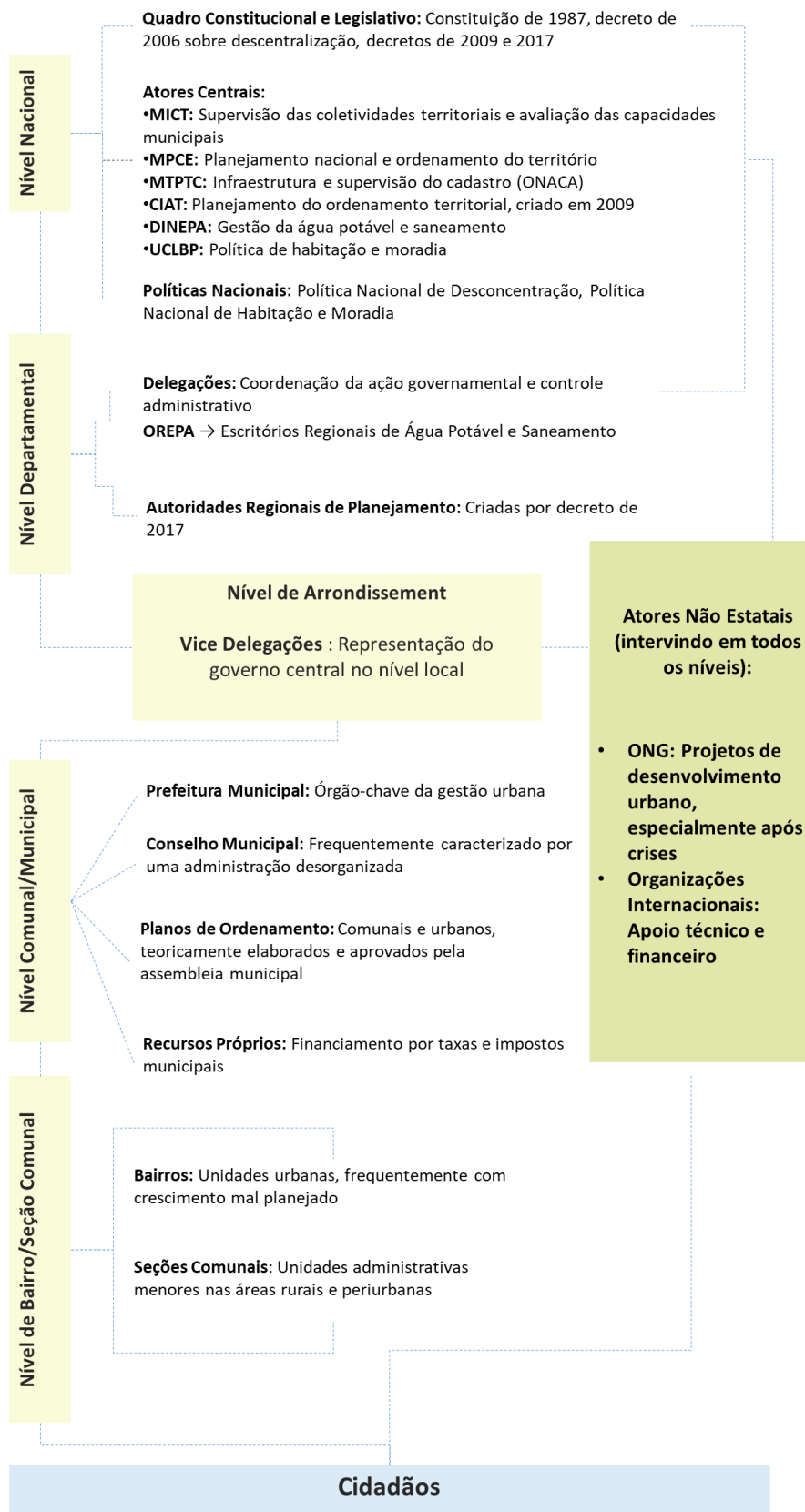
Em suma, a deficiência legal no planejamento urbano não pode ser entendida como uma simples ausência de leis, mas sim como uma crise de legitimidade, adaptação e governança do direito urbanístico.

2.3.2.2 Instituições: papéis e desafios na gestão urbana de Porto Príncipe

A governança urbana no Haiti é baseada em uma estrutura institucional caracterizada pela intervenção de atores estatais e não estatais regidos por um conjunto de leis, decretos e mecanismos regulatórios. A organização territorial do país, tal como definida no artigo 9.º da Constituição de 1987, está estruturada em vários níveis: departamentos, distritos, comunas, bairros e secções comunais. No entanto, na prática administrativa, esta hierarquia está estruturada em torno de três níveis principais: departamentos, municípios e secções comunais, que constituem a base da gestão territorial. A Figura 29 abaixo esquematiza essa estrutura de gestão urbana



Figura 29-Diagrama da estrutura da gestão urbana em Porto Príncipe.



Fonte: Autora, 2025



No nível central, vários ministérios estão envolvidos nos processos de planejamento e regulamentação do território. O Ministério do Interior e das Autoridades Locais (MICT) supervisiona as autoridades locais e avalia as suas capacidades. O Ministério do Planejamento e Cooperação Externa (MPCE) é responsável pelo planejamento nacional e desenvolvimento territorial, enquanto o Ministério de Obras Públicas, Transportes e Comunicações (MTPTC) gerencia a infraestrutura e o cadastro por meio do Escritório Nacional de Cadastro (ONACA). A esta estrutura, junta-se a Comissão Interministerial de Ordenamento do Território (CIAT), criada em 2009 para coordenar as políticas públicas de desenvolvimento, bem como a Direção Nacional de Água Potável e Saneamento (DINEPA), responsável pela gestão da água e dos sistemas de saneamento.

Nessa configuração, cada instituição tende a desenvolver suas próprias estratégias, sem qualquer consulta interinstitucional real, o que leva a uma sobreposição de planos, a uma duplicação de esforços e a uma dispersão de recursos. Essa situação é particularmente problemática em Porto Príncipe, onde mais de cinquenta entidades públicas estão envolvidas na gestão urbana, em uma lógica de compartimentalização administrativa que prejudica a eficácia da ação pública (Mpce, 2015).

Ao mesmo tempo, no nível local, os municípios também são confrontados com as decisões e a organização impostas pelo nível central. Com efeito, o município, que é a unidade territorial correspondente a uma cidade ou a um conjunto de localidades, constitui o nível fundamental da governação urbana. Teoricamente dotado de autonomia administrativa e financeira, é administrado por um conselho municipal eleito, que é responsável pela elaboração e implementação dos planos de desenvolvimento local. No entanto, essa autonomia permanece em grande parte nominal, devido às limitações estruturais, legais e operacionais que caracterizam as instituições municipais. Assim, essas limitações em nível local desempenham um papel na proliferação de ONGs e organizações internacionais em tempos de crise, situação que é particularmente visível após o terremoto. Essa pressão institucional, exercida tanto por atores no nível central quanto pelo poder das ONGs, torna os conselhos municipais praticamente invisíveis nas decisões sobre planejamento e gestão urbana (Pélissier, 2013; Pierre, 2012).

Assim, apesar da quantidade de instituições estatais disponibilizadas às cidades para o desenvolvimento; o urbano continua sendo um eixo negligenciado e não planejado: a cidade de Porto Príncipe através de sua degradação de 2010 até os dias atuais ilustra essa crise no nível da gestão e governança urbana. Embora as leis definam missões específicas para cada instituição, não existem mecanismos vinculativos ou estruturas de avaliação sistemática para garantir a implementação dos projetos. O resultado é uma governança urbana caracterizada pela impunidade institucional, onde as obrigações legais são frequentemente ignoradas sem consequências e as responsabilidades são diluídas em uma arquitetura administrativa opaca (Tasks et al., 2017).



Esse desequilíbrio também se manifesta na distribuição de poder e recursos. Embora a constituição reconheça a autonomia das autoridades locais, na prática, persiste uma forte centralização. As principais decisões e os recursos financeiros concentram-se principalmente no nível central do Estado, em detrimento das autoridades locais. Esta excessiva centralização limita o surgimento de um processo de verdadeira descentralização, que está desfasado das disposições legais que, no entanto, preveem a criação de escritórios regionais (OREPA) destinados a transferir certas responsabilidades para os municípios. Este processo permanece em grande parte bloqueado, mantendo as autoridades municipais em um estado de dependência estrutural das instituições centrais (Brodeur, 2012).

Além disso, as tentativas de planejamento urbano empreendidas ao longo dos anos foram recebidas com uma implementação insuficiente no terreno. Apesar do desenvolvimento de vários planos, poucos resultaram em estratégias eficazes para regular a expansão urbana ou resolver crises relacionadas à habitação. O planejamento continua dominado por uma abordagem de cima para baixo, que luta para levar em conta a dinâmica informal e as necessidades reais das populações. Essa abordagem tecnocrática, desconectada das realidades locais, contribui para a ineficácia das políticas públicas em termos de desenvolvimento urbano.

Em conclusão, apesar da existência de um marco institucional relativamente forte, os desafios relacionados à gestão das cidades no Haiti revelam uma profunda desconexão entre a estrutura formal de governança e as práticas reais de planejamento. A articulação entre os diferentes níveis de governança é insuficiente, o arcabouço legal permanece fragmentado, atores não estatais desempenham funções que deveriam ser de domínio público e, acima de tudo, não existe nenhum mecanismo para garantir a responsabilização das instituições responsáveis. Além disso, a forte dependência das instituições urbanas em relação aos atores internacionais é um obstáculo a qualquer reforma endógena. Esta dependência favorece uma lógica de ajuda *pontual*, muitas vezes ditada pela urgência e pelo interesse dos doadores, e não por uma estratégia de desenvolvimento urbano a longo prazo. Assim, a governança de Porto Príncipe parece estar atolada em um ciclo de crises sucessivas, onde a vulnerabilidade paradoxalmente se torna uma condição necessária para a obtenção de ajuda, visibilidade e financiamento internacionais.

2.3.2.3 Educação ao Planejamento urbano e Resiliência Urbana

Outro fator-chave na dinâmica da vulnerabilidade urbana em Porto Príncipe reside na fragilidade dos mecanismos de educação para o planejamento urbano e a resiliência. De fato, o acesso limitado à educação de qualidade, particularmente em cidadania urbana, meio ambiente e gestão de riscos, reduz a capacidade das populações de adotar comportamentos adequados diante dos perigos. Essa situação também limita a capacidade da população urbana de conhecer seus direitos à cidade e de reagir de maneira informada aos projetos urbanos. Esse déficit educacional também tem impacto na formação de profissionais e gestores de planejamento urbano, enfraquecendo a capacidade institucional de desenhar e implementar políticas urbanas eficazes. Ao mesmo tempo, a falta de uma cultura de planejamento



integrado nos níveis local e nacional agrava a fragmentação territorial, com decisões de planejamento urbano muitas vezes sendo tomadas sem dados atualizados ou participação cidadã.

Nesse contexto, a resiliência urbana, definida como a capacidade do sistema urbano de absorver, adaptar e se recuperar de choques, permanece embrionária. A falta de estratégias preventivas coerentes, combinada com memória institucional limitada e fracos mecanismos de coordenação intersetorial, reduz significativamente o espaço disponível para as autoridades locais responderem às crises. A gestão de desastres, particularmente o terremoto de 2010 ou inundações recorrentes, revelou as deficiências estruturais do Estado haitiano em termos de antecipação, preparação e resposta. Na ausência de uma estrutura de governança urbana resiliente, as dinâmicas informais tornam-se as únicas alternativas viáveis para uma população deixada à própria sorte, mas, por sua vez, reforçam as vulnerabilidades estruturais existentes.

Hoje, vários anos após o terremoto, a resiliência da população haitiana continua a se manifestar, mas assumiu uma nova forma: a da aceitação de condições de vida difíceis como normais. A capacidade dos haitianos de se adaptar, encontrar soluções e sobreviver em contextos precários é inegavelmente um ponto forte, mas também levanta questões sobre as consequências dessa adaptação constante. De fato, essa resiliência, embora essencial para lidar com crises, também se tornou um obstáculo à demanda por mudanças estruturais. Ao se acostumar com serviços públicos precários e infraestrutura frágil, a população consolidou involuntariamente um status quo no qual condições precárias são toleradas, até mesmo internalizadas como inevitáveis. Essa capacidade de adaptação, por mais admirável que seja, reduziu as aspirações por um ambiente de vida mais digno e enfraqueceu a pressão por uma governança mais eficaz e políticas públicas ambiciosas.

Em conclusão, todos esses fatores constituem um corpus de elementos determinantes que moldam a organização espacial de Porto Príncipe, revelando claramente sua vulnerabilidade urbana. Essas dinâmicas, enraizadas em contextos políticos, sociais, econômicos e educacionais, são gradualmente articuladas para atingir as esferas institucional e urbana. Seu impacto foi amplificado pela falta de uma estrutura legal robusta, o que enfraqueceu significativamente os mecanismos de planejamento urbano.

2.3.3 RESULTADOS

A complexidade das vulnerabilidades urbanas é particularmente ilustrada pela situação em Porto Príncipe, em um contexto marcado pela instabilidade política, extrema pobreza e recorrência de desastres naturais. Longe de ser reduzida à fragilidade puramente física ou material, essa vulnerabilidade faz parte de dinâmicas históricas de marginalização, segregação socioespacial e desigualdades persistentes no acesso aos recursos urbanos. A urbanização informal, resultado de um êxodo rural descontrolado, de uma situação política instável e de uma prolongada ausência de planejamento

territorial, criou uma cidade fragmentada, onde o espaço reflete de forma tangível relações de poder profundamente desiguais.

Este capítulo, que analisou Porto Príncipe através da dinâmica da vulnerabilidade urbana, destaca a relevância deste estudo de caso e destaca a necessidade de formular estratégias de reconstrução que integrem seu status de cidade pós-desastre, enfrentando desafios estruturais no planejamento e gestão urbana. O Quadro 6 abaixo fornece um resumo dos principais elementos examinados neste estudo sobre Porto Príncipe.

Quadro 6- Análise da dinâmica da vulnerabilidade urbana em Porto Príncipe

PORTO PRÍNCIPE	
Contexto Urbano	<ul style="list-style-type: none"> Capital do Haiti e principal centro político, econômico e administrativo. Concentra cerca de 40% da população urbana nacional.
Evolução Urbana	<ul style="list-style-type: none"> 1663–1803 : Período de fragmentação 1804–1915 : Período de regionalização 1915–1980 : Período de centralização 1980–2009 : Período de fragmentação urbana e transição política. 2009–2015 : Período de Reconstrução e Expansão urbana 2015 – presente : Crise Urbana e Deslocamento
Desafios Urbanos Pré-catástrofe	<ul style="list-style-type: none"> Expansão urbana desordenada Marginalização socioespacial Falta de infraestrutura básica (água, esgoto, vias) Vulnerabilidades a desastres naturais
Estratégias	<ul style="list-style-type: none"> Plano Estratégico de Desenvolvimento do Haiti Haiti Amanhã – Objetivos Territoriais e Estratégias para a Reconstrução <i>Vil Nou Vle A</i> – A cidade que queremos: Visão participativa para a cidade pós-catástrofe Projetos 16 bairros / 6 Abrigos temporários: Projetos apoiados por ONGs e agências internacionais (PNUD, ONU-Habitat).
Limites	<ul style="list-style-type: none"> Falta de continuidade dos projetos devido às mudanças políticas frequentes Baixa capacidade técnica e financeira das instituições públicas Dependência financeira dos projetos em relação ao apoio das ONGs Ausência de coordenação e visão global em escala metropolitana Crise políticas recorrentes Falta de participação dos cidadãos
DESAFIOS URBANOS PÓS-CATÁSTROFE - 2010 ATÉ O PRESENTE	
Dinâmicas materiais	Dinâmicas institucionais
<ul style="list-style-type: none"> Este é o legado de uma urbanização desequilibrada marcada por decisões políticas centralizadoras e falta de continuidade institucional. Condições socioeconômicas frágeis que reforçam a exclusão espacial e limitam o acesso a serviços essenciais. Aumento da exposição a riscos ambientais, agravados pela falta de medidas de adaptação e prevenção. O crescimento urbano rápido e desordenado favoreceu um tecido urbano fragmentado e difícil de desenvolver. Falta de uma estrutura legal e operacional para garantir o uso da terra e organizar a regularização fundiária. Um clima de insegurança generalizada que dificulta a dinâmica de desenvolvimento urbano, o deslocamento e a coesão social. 	<ul style="list-style-type: none"> Fragilidades jurídicas e institucionais no planejamento urbano. Problemas de governança urbana e de coordenação intersetorial. Déficit de educação para o desenvolvimento urbano sustentável e para a resiliência.



Estratégias

Resultados do estudo:

- Alto nível de fragmentação urbana, com expansão desordenada e falta de infraestrutura básica.
- Forte desigualdade socioespacial e exclusão de grandes partes da população de serviços essenciais.
- Exposição elevada a riscos ambientais e ausência de planejamento urbano preventivo.
- Fragilidade das instituições públicas locais, com baixa capacidade de resposta.
- Dependência estrutural da ajuda internacional, com pouca apropriação local dos projetos.
- Ausência de mecanismos de coordenação intersetorial e de gestão metropolitana.
- Clima generalizado de insegurança, dificultando a mobilidade e a coesão social..

PERSPECTIVAS/RECOMENDAÇÕES

- Repensar Porto Príncipe com um urbanismo centrado no ser humano, que priorize a justiça social, a diversidade urbana e o acesso equitativo aos serviços.
- Integrar ferramentas participativas (oficinas, diagnósticos comunitários) em todos os processos de planejamento.
- Apoiar o desenvolvimento local por meio de políticas de fortalecimento de capacidades, descentralização e valorização dos saberes locais.
- Promover uma reconstrução resiliente por meio da educação para o planejamento urbano.
- Criar uma estratégia territorial multinível, com forte enraizamento local e um quadro de governança fortalecido.

Fonte : Autora, 2025

Em conclusão, o que emerge da análise de Porto Príncipe não é apenas um acúmulo de desafios ou vulnerabilidades, mas sim uma profunda desconexão entre a cidade como ela funciona e a cidade como ela é experimentada diariamente por seus habitantes. Assim, longe de ser um simples estudo urbano, essa leitura revela um território em busca de marcos, onde a lógica da sobrevivência muitas vezes prevalece sobre a lógica do projeto e do planejamento. Neste contexto, as necessidades expressas não dizem respeito apenas à melhoria das infraestruturas ou à correção de desigualdades visíveis; Eles refletem uma expectativa mais fundamental: a de um direito verdadeiramente compartilhado à cidade, de um espaço onde todos possam existir, participar e contribuir. Isso implica repensar a maneira como planejamos, governamos e vivemos na cidade.

Assim. Porto Príncipe precisa de uma nova estrutura: um planejamento urbano que ouça, que respeite as formas de vida que já existem, que se baseie na proximidade, na resiliência da vida cotidiana e na capacidade de ação das comunidades. Não se trata de projetar um modelo ideal de outro lugar, mas de construir, a partir da realidade e contextos semelhantes: uma trajetória urbana adaptada, sensível às particularidades locais, capaz de integrar as lições do passado e abrir futuros possíveis. É nessa perspectiva que se situa o próximo capítulo, que formulará diretrizes estratégicas para a reconstrução do espaço urbano de Porto Príncipe, sintetizando as lições aprendidas com as experiências internacionais para adaptá-las às especificidades socioculturais e às restrições locais.



CAPITULO III : DIRETRIZES PARA RECONSTRUCAO DO ESPACO URBANO DE PORTO PRINCIPE NO HAITI.





3. CAPÍTULO III : DIRETRIZES PARA RECONSTRUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE PORTO PRÍNCIPE NO HAITI.

Este capítulo marca o ponto culminante desta pesquisa. Responde ao terceiro objetivo específico: formular um conjunto de diretrizes estratégicas para a reconstrução de Porto Príncipe, com base nas lições aprendidas com as experiências internacionais, adaptando-as às particularidades sociais e urbanas do contexto haitiano.

Nessa perspectiva, os projetos de transformação urbana observados em Medellín, no Rio de Janeiro por meio do programa Favela-Bairro, e em Buenos Aires com a requalificação da Villa 31, permitiram compreender melhor o papel estruturante de certas abordagens teóricas como urbanismo social, participação cidadã, resiliência urbana e governança local. Essas experiências têm mostrado que quando uma cidade investe na construção de infraestrutura básica, em mecanismos de participação cidadã e em políticas públicas estáveis e contínuas, torna-se possível melhorar a vida urbana em territórios marginalizados há muito tempo. No entanto, esses avanços, embora significativos, não foram suficientes para eliminar totalmente a lógica da exclusão. As dinâmicas de marginalização persistem em outras formas, e as fraturas sociais, embora reduzidas, permanecem visíveis. Essa observação exige cautela em qualquer tentativa de adaptar esses modelos a outros contextos.

Ao mesmo tempo, a análise da dinâmica da vulnerabilidade urbana em Porto Príncipe, apresentada no segundo capítulo, revelou uma realidade urbana marcada pela instabilidade, precariedade e disfunção das instituições públicas. Esta exploração confirmou a necessidade de um olhar renovado sobre a reconstrução, não só como resposta à degradação física e urbana do território, mas também como um processo de compromisso coletivo. Mostrou também que o contexto urbano de Porto Príncipe exige estratégias específicas, capazes de lidar com a complexidade do espaço urbano em grande parte produzido fora dos marcos normativos e institucionais.

A reflexão aqui realizada baseia-se no reconhecimento de que a reconstrução não pode ser considerada como uma operação puramente técnica ou infraestrutura. Requer uma releitura crítica do planejamento urbano em um contexto caracterizado por fragmentação espacial persistente, governança enfraquecida, uma estrutura informal generalizada e violência estrutural. Essa observação leva à afirmação de que as lições aprendidas com as experiências internacionais não podem ser transpostas diretamente, mas devem ser traduzidas, retrabalhadas e adaptadas às condições de Porto Príncipe.

Assim, para formular essas estratégias, este capítulo procede a uma síntese comparativa das lições aprendidas com os projetos estudados, por meio de uma análise transversal dos três casos, do desenvolvimento de uma grade de avaliação das intervenções e da identificação das condições de transferibilidade. Essa leitura crítica relaciona-se, então, a um quadro de análise comparativa de Porto Príncipe, possibilitando avaliar as lacunas, as proximidades e as possibilidades de adaptação. Com base nisso, propõe-se um quadro de intervenção, integrando os princípios orientadores definidos de acordo

com o referencial teórico, um modelo híbrido de atuação, bem como mecanismos de governança e participação adaptados ao contexto urbano de Porto Príncipe. Seguir-se-ão propostas de intervenções concretas de curto, médio e longo prazo, seguidas das estratégias sintéticas que concluirão este capítulo.

Em conclusão, a ambição deste capítulo não é propor um modelo uniforme ou soluções chave na mão. Trata-se, antes, de construir um quadro de intervenção adaptado às especificidades de Porto Príncipe, capaz de dialogar com as experiências estudadas, respeitando as singularidades locais. Essas propostas aspiram a estruturar um urbanismo contextualizado ou "crioulo", ou seja, um urbanismo enraizado, flexível e atento às forças que já habitam a cidade. Porque é nessa realidade, com suas tensões, seus recursos invisíveis e suas práticas inventivas, que reside a possibilidade de um futuro urbano mais justo, sustentável e verdadeiramente compartilhado.

3.1 SÍNTESE COMPARATIVO DOS PROJETOS ESTUDADOS

3.1.1 ANÁLISE TRANSVERSAL E DESENVOLVIMENTO DE UMA GRADE DE AVALIAÇÃO DAS INTERVENÇÕES.

A fim de avaliar a transferibilidade das estratégias de transformação urbana latino-americanas para o contexto específico de Porto Príncipe, esta seção apresenta uma síntese comparativa dos três casos estudados no Capítulo 1, a saber: *o projeto de transformação urbana de Medellín, o programa Favela-Bairro e o projeto de requalificação da Villa 31*. Essas experiências são paralelas ao contexto particular de Porto Príncipe, conforme descrito no Capítulo 2.

A apresentação do quadro resume de forma comparativa as principais características contextuais dos estudos de caso internacionais e do diagnóstico urbano de Porto Príncipe, incluindo aspectos de governança, participação cidadã, coesão social, infraestrutura e serviços, continuidade das políticas, integração socioespacial e resiliência social e política. Essa leitura comparativa visa identificar pontos de convergência e divergência estruturantes entre os casos analisados, servindo como base para aprofundar uma reflexão crítica sobre os desafios e potencialidades de reconstrução urbana no contexto haitiano, sem se confundir com propostas de transferência imediata de soluções. Trata-se, portanto, de um exercício de análise interpretativa, orientado a evidenciar similaridades e contrastes, contribuindo para fundamentar futuros debates acadêmicos e práticos sobre a reconstrução urbana em contexto de crise. O Quadro 7 seguinte apresenta essa síntese comparativa de estudos de casos internacionais.

Quadro 7- Síntese Comparativa de Estudos de Caso Internacionais e de Porto Príncipe

	Estudos de caso internacionais	Porto príncipe (diagnóstico)
Governança	Governança descentralizada, coordenações multissetoriais, planos estratégicos contínuos	Governança fragmentada, fraca presença do Estado, instabilidade política, corrupção
Participação do cidadão	Participação ativa, Co construção de projetos, mecanismos de consulta	Participação quase inexistente, baixa confiança, medo da insegurança



Coesão social	Fortalecimento do tecido social, integrando os moradores na transformação	Fragmentação social, deslocamento forçado, territórios "perdidos"
Infraestrutura e serviços	Reabilitação de infraestruturas básicas, melhoria dos espaços públicos	Redes destruídas, água insuficiente, eletricidade precária
Continuidade/sustentabilidade	Políticas com prazo determinado, financiamento recorrente de fundos municipais e do Banco Mundial	Políticas descontínuas, financiamento fragmentado, dependência internacional
Integração socioespacial	Redução da segregação, requalificação de bairros periféricos	Segregação acentuada, isolamento de muitos bairros
Resiliência	Estabelecimento de mecanismos de resiliência comunitária: ações de mediação social, prevenção da violência, estabilização de bairros vulneráveis	Alta instabilidade social e política, violência crônica, desconfiança generalizada das autoridades

Fonte : Autora, 2025

Longe de repetir as análises pormenorizadas já efetuadas sobre cada um dos projetos estudados, este quadro comparativo funciona como um espelho analítico. Ao reunir Medellín, Favela-Bairro, Villa 31 e Porto Príncipe em um único quadro, ele traz à tona contextos capazes de desenvolver respostas urbanas a partir de uma certa estabilidade institucional e, em contraste, um ambiente como o de Porto Príncipe, onde a própria instabilidade parece ter se tornado estrutural.

Nos casos latino-americanos, por mais imperfeitos que sejam, os projetos são baseados em gestão urbana, planejamento urbano, estratégias urbanas e políticas. Refletem uma capacidade de inscrever o planejamento urbano numa continuidade por vezes conflituosa, mas eficaz. Por outro lado, a experiência haitiana expõe as tensões de uma cidade sem estrutura institucional, onde o planejamento só pode ser realizado de forma fragmentária, muitas vezes fora das estruturas públicas formais. O quadro, nesse sentido, não é estigmatizar a exceção haitiana, mas deslocar o olhar crítico: da simples comparação de resultados para uma análise mais exigente das condições de viabilidade. Não se trata de perguntar o que o Porto Príncipe poderia imitar, mas de compreender o que ainda é possível ativar ali a partir dos seus constrangimentos, dos seus recursos difusos, do seu conhecimento territorial muitas vezes invisível. A tabela, portanto, não propõe uma tipologia fixa, mas abre um espaço para questionar os pré-requisitos necessários para qualquer reconstrução urbana sustentável em um contexto de extrema vulnerabilidade.

Como resultado, o Quadro 8 a seguir dá continuidade a essa reflexão sistematizando os elementos transversais dos três casos estudados. Destaca, de forma comparativa, os pontos de convergência, divergência, fatores de sucesso e limites observados, a fim de extrair lições úteis para uma leitura mais detalhada das possibilidades para Porto Príncipe.



Quadro 8–Síntese comparativa das dinâmicas de intervenção urbana.

Pontos de convergência entre os três casos	<ul style="list-style-type: none">• Abordagem integrada: Todos os três combinam infraestrutura física e intervenções sociais• Reconhecimento do Direito à Moradia: Formalização e Segurança Fundiária de Assentamentos Informais• Melhoria dos serviços básicos: água, saneamento e eletricidade como prioridades comuns• Criação de espaços comunitários: Equipamentos coletivos (<i>centros comunitários, espaços esportivos e culturais</i>)• Urbanismo participativo: Envolvimento das comunidades locais nos processos de tomada de decisão• Conectividade urbana: melhorar as ligações entre os bairros marginalizados e o centro da cidade• Abordagem em fases : intervenções incrementais e adaptativas• Inclusão de populações vulneráveis: Direcionamento específico das áreas mais marginalizadas
Pontos de divergência entre os três casos	<ul style="list-style-type: none">• Escala de intervenção: Medellín (transformação metropolitana) enquanto Favela-Bairro (bairros específicos) e Villa 31 (bairro)• Estratégias: Inovação em mobilidade para Medellín, regularização fundiária e infraestrutura básica para <i>favela-bairro</i> e <i>Villa 31</i>• Grau de inovação: <i>Medellín</i> favorece a inovação tecnológica e arquitetônica, a padronização do <i>Favela-Bairro</i>, a preservação da identidade da <i>Villa 31</i>• Governança: Forte descentralização em Medellín e colaboração público-privada para a <i>Villa 31</i>• Abordagem espacial: Conexão entre a periferia e o centro via transporte para <i>Medellín</i>, Consolidação das favelas para <i>Favela-Bairro</i> e Integração híbrida na <i>Villa 31</i>
Fatores de sucesso identificados	<ul style="list-style-type: none">• Vontade política forte e sustentada: liderança municipal/governamental de longo prazo• Financiamento sustentado: Recursos financeiros regulares e previsíveis• Coordenação institucional: Colaboração efetiva entre diferentes níveis de governo• Participação efetiva da comunidade: mecanismos reais de consulta e Co construção• Visão integrada: Abordagem holística que combina infraestrutura, social, econômica e ambiental• Adaptação ao contexto local: Respeito pelas especificidades culturais e sociais de cada território• Acompanhamento e avaliação dos projetos
Limitações comuns dos três casos	<ul style="list-style-type: none">• Participação limitada: Lacuna entre o discurso participativo e a realidade da consulta cidadã• Sustentabilidade financeira: Dependência do financiamento externo e ciclos políticos• Gentrificação: Risco de deslocamento de populações originais como resultado da recuperação• Medição de impacto: indicadores que muitas vezes são quantitativos, subestimando as dimensões qualitativas

Fonte : Autora, 2025

Através deste quadro seguinte, verifica-se uma forte tendência para a integração das infraestruturas físicas e sociais, testemunhando uma abordagem integrada à requalificação de bairros precários. Essa convergência reflete um consenso crescente em torno do reconhecimento de direitos, da participação da comunidade e da necessidade de uma governança inclusiva. Por outro lado, as divergências mostram que essa integração não está sendo implantada de maneira uniforme. As diferenças de escala, estratégias,

níveis de inovação e governança refletem as especificidades sociopolíticas e institucionais de cada contexto urbano.

Assim, de acordo com a análise dos fatores de sucesso, deve-se enfatizar que a eficácia desses projetos se baseia em uma combinação de compromisso político sustentado, estruturação institucional coerente e mecanismos participativos. Esses elementos parecem ser as verdadeiras alavancas de transformação, muito mais decisivas do que apenas soluções técnicas ou formais.

Embora estes projetos tenham tido efeitos significativos nos espaços urbanos em causa, apresentam, no entanto, algumas limitações. Estes não devem ser entendidos exclusivamente como falhas, mas sim como restrições estruturais que abrandaram o seu âmbito. As limitações comuns identificadas revelam as tensões subjacentes que afetam a sustentabilidade das intervenções: a fragilidade dos mecanismos participativos, a dependência de financiamento externo, a vulnerabilidade às dinâmicas de gentrificação e a inadequação dos instrumentos de avaliação, muitas vezes limitados a indicadores quantitativos. Isso sugere que, apesar das intenções declaradas em termos de inclusão e sustentabilidade, esses projetos permanecem limitados por lógicas institucionais verticais e contingências políticas.

Nessa perspectiva, a introdução do Quadro 9 a seguir permite cruzar as lições aprendidas com os estudos de caso com as especificidades do contexto haitiano, particularmente em Porto Príncipe. O objetivo aqui é comparar as abordagens e práticas teóricas observadas em nível internacional com as necessidades de inovação e as fases de intervenção possível para Porto príncipe. Este quadro analítico, estruturado em torno das dimensões do urbanismo social, do planejamento participativo e da resiliência urbana, lança luz sobre as condições de adaptabilidade e transposição das estratégias de desenvolvimento num contexto marcado por fortes vulnerabilidades e dinâmicas territoriais singulares.

Quadro 9-Quadro estratégico para adaptar os estudos de caso internacionais à dinâmica territorial do Porto Príncipe.

Dimensões teóricas	Abordagens bem-sucedidas nos casos estudados	Inovações necessárias para Porto Príncipe	Fase das intervenções
Urbanismo Social	<ul style="list-style-type: none">• Infraestruturas integradas em bairros desfavorecidos• Reduzir as desigualdades espaciais através de investimentos específicos• Equipamentos públicos (bibliotecas, centros culturais)• Fortalecimento dos espaços públicos e serviços básicos• Regularização fundiária e legalização	<ul style="list-style-type: none">• Reconhecimento da dívida territorial para com os bairros operários• Desenvolvimento de microcentralidades• Planejamento urbano local de pequena escala	Iniciativas territoriais de pequena escala
			Equipamentos públicos de uso coletivo, Mobilidade local
			Estruturação de projetos em escala metropolitana
Planejamento urbano participativo	<ul style="list-style-type: none">• Co definição de necessidades (<i>sociais e urbanas</i>)	<ul style="list-style-type: none">• Reconhecimento institucional dos comitês locais existentes	Diagnóstico participativo, Cartografia participativa



	<ul style="list-style-type: none">• Processos contínuos de consulta e planejamento• Papel ativo das associações de bairro• Criação de discussão comunitária (<i>Tallers imaginários, Mesa de discussão</i>)	<ul style="list-style-type: none">• Formação em cidadania urbana• Integração transgeracional (<i>jovens, idosos</i>)	Grupos Gestores de Projetos Urbanos
			Mecanismos de cogovernança sustentável
Resiliência urbana	<ul style="list-style-type: none">• Redução de vulnerabilidades físicas e sociais (infraestrutura, segurança)	<ul style="list-style-type: none">• Integração dos riscos ambientais nos planos de desenvolvimento	Garantindo segurança nas zonas de risco, Desenvolvendo a cultura de prevenção
	<ul style="list-style-type: none">• Iniciativas de Desenvolvimento Econômico Local	<ul style="list-style-type: none">• Resiliência social através do apoio a redes de solidariedade	Infraestrutura resiliente, Geração de trabalho e renda no território
	<ul style="list-style-type: none">• Estabilização de habitações precárias	<ul style="list-style-type: none">• Soluções baseadas na cultura e no turismo	Cidade adaptável e cheia de recursos
	<ul style="list-style-type: none">• Educação		

Fonte : Autora, 2025

Este quadro analítico apresenta-se como uma ferramenta metodológica, destinada a orientar a reflexão sobre as modalidades de adaptação dos quadros de urbanismo social, planejamento participativo e resiliência urbana (*apresentadas no Capítulo 1*), às realidades específicas de Porto Príncipe. Não se trata simplesmente de um exercício teórico de transposição ou comparação de modelos internacionais, mas sim de uma proposta operacional articulada em torno de uma grade de leitura crítica. A abordagem matricial adotada nesse contexto permite enfatizar o diálogo entre, por um lado, a adaptação de quadros de referência resultantes de experiências exógenas e, por outro, sua transformação criativa de acordo com as especificidades locais. Em vez de simplesmente reproduzir modelos exógenos, a abordagem proposta se envolve em um processo de reconfiguração baseado em um diagnóstico contextual aprofundado. A dimensão cromática associada às temporalidades de ação ilustra essa gradação, representando a mudança como um processo em etapas sucessivas, em que cada etapa fortalece as capacidades locais na preparação para a próxima (*fase amarela no curto prazo, azul no médio prazo e laranja no longo prazo*²⁹).

Essa abordagem programática da mudança urbana rompe com as lógicas de intervenção fragmentária ou pontual que caracterizaram Porto Príncipe após o terremoto de 2010. Propõe uma orientação baseada na gradualidade, essencial em um ambiente altamente instável, onde a transformação só pode ser gradual. A ênfase no reconhecimento da "*dívida territorial*", aqui definida como o acúmulo histórico de injustiças espaciais, confere a essa abordagem uma dimensão de justiça espacial e de direito à cidade. É

²⁹ A gradação cromática estrutura as intervenções de acordo com três temporalidades: **amarelo** para ações urgentes e visíveis de curto prazo (1-2 anos), destinadas a mobilizar e testar abordagens piloto; **azul** para projetos intermediários (3-7 anos) que consolidam realizações e introduzem infraestrutura sustentável; **laranja** para transformações estruturais de longo prazo (10-20 anos), orientadas para uma mudança no modelo urbano. Este código de tempo promove um planejamento progressivo e consistente.



um pré-requisito essencial para qualquer estratégia transformadora, afirmando a necessidade de corrigir desequilíbrios históricos no acesso a recursos, serviços e oportunidades urbanas.

Por outro lado, a proposta de desenvolvimento das Iniciativas territoriais de pequena escala é uma das alavancas concretas dessa transformação. Propõe uma alternativa à centralização excessiva que caracteriza Porto Príncipe, sugerindo uma redistribuição mais equitativa das funções urbanas. Assim, a adaptação dos princípios do planejamento urbano participativo ao contexto haitiano não se limita a uma simples reprodução de modelos clássicos. Leva em consideração as estruturas sociais existentes, visando fortalecê-las institucionalmente. Essa abordagem se baseia na ideia de que a participação cidadã efetiva pressupõe o aprendizado coletivo dos mecanismos de governança urbana. Promove o conhecimento vernacular e as práticas tradicionais de gestão do espaço, ao mesmo tempo que apoia o surgimento de novas gerações capazes de responder aos complexos desafios da urbanização contemporânea.

E, finalmente, a noção de resiliência urbana, nesse contexto, é de particular importância tendo em vista a vulnerabilidade estrutural do Haiti a desastres naturais. A integração dos riscos ambientais nos processos de planejamento urbano permite ir além da lógica reativa, ainda dominante, em favor de uma abordagem preventiva e sistêmica. Esta estratégia é reforçada pela mobilização de recursos culturais e patrimoniais locais, nomeadamente através do turismo de base comunitária e de práticas culturais endógenas, que se tornam vetores de desenvolvimento resiliente.

Finalmente, a implementação gradual, de iniciativas territoriais de pequena escala a mecanismos de cogovernança sustentável, reconhece a necessidade de construir gradualmente as capacidades institucionais e sociais necessárias para a transformação urbana. Essa sequência de escalas contrasta com as intervenções emergenciais massivas que caracterizaram anteriormente a cidade, muitas vezes desconectadas da dinâmica local. Nesse sentido, essa abordagem gradual torna-se um verdadeiro instrumento de direção estratégica para o desenvolvimento de políticas públicas e gestão urbana ancoradas nas realidades locais. Desloca o centro de gravidade do debate, da simples viabilidade técnica para o reconhecimento das condições políticas, sociais e institucionais para a mudança, destacando a importância de uma governança inclusiva, participativa e sensível às questões territoriais.

3.1.2 IDENTIFICAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE TRANSFERIBILIDADE

Diante da complexidade do contexto urbano de Porto Príncipe, marcado por períodos prolongados de instabilidade, expansão descontrolada e fragmentação avançada do território, torna-se necessário questionar não apenas o que funcionou em outros contextos, mas sobretudo o que pode ser adaptado, transferido ou inviabilizado nas condições atuais da cidade. Esta seção busca, portanto, identificar de forma diferenciada as abordagens e os dispositivos resultantes dos casos analisados que apresentam algum potencial de transferibilidade total ou parcial para o contexto atual do porto príncipe.

O referencial a seguir propõe uma leitura crítica desses elementos por meio do cruzamento entre os referenciais teóricos associados, a compatibilidade com as realidades institucionais e sociais locais, e as



condições mínimas exigidas para sua implementação. Cada dispositivo é qualificado segundo cinco níveis, codificados por uma escala cromática: *azul = transferível, amarelo = adaptável, verde = parcialmente adaptável, laranja = fracamente transferível, cinza = não transferível no estado atual.*

Mais do que postular modelos a serem replicados, este quadro tem como objetivo orientar a formulação de estratégias enraizadas nas capacidades existentes, nas dinâmicas comunitárias ativas e nas margens de intervenção possíveis no curto e médio prazo. Trata-se de uma ferramenta metodológica que facilita a transição entre a reflexão comparativa e a construção de diretrizes urbanas ajustadas à realidade de Porto Príncipe.

Quadro 10-Condições de adaptação e limitações dos dispositivos urbanos latino-americanos para o contexto haitiano

Elemento ou dispositivo	Projeto	Referencial teórico associado	Transferibilidade para Porto Príncipe	Condições ou limitações
Equipamentos públicos inclusivos (parques, centros culturais)	Medellín	Urbanismo Social		<ul style="list-style-type: none">- Requer uma estrutura institucional forte- Requer envolvimento local para propriedade sustentável
Requalificação de vias de acesso em assentamentos informais	Medellín/ Favela-bairro	Justiça Espacial / Urbanismo Social		<ul style="list-style-type: none">- Compatível com autoconstrução- Necessidade de coordenação intersetorial
Coprodução de projetos urbanos com moradores	Villa 31	Urbanismo participativo		<ul style="list-style-type: none">- Falta real de urbanismo participativo- Requer treinamento e mediação local
Institucionalização da governança metropolitana	Medellín/ Favela-bairro	Gestão urbana/governança territorial		<ul style="list-style-type: none">- Centralização extrema da governança- Baixa autonomia dos municípios
Regularização fundiária por meio de leis	Villa 31	Urbanismo Social / Resiliência		<ul style="list-style-type: none">- Risco de exclusão- Difícil sem regulamentação fundiária prévia
Educação Urbana e Animação Comunitária	Favela-Bairro / Villa 31	Direito à cidade / participação cidadã		<ul style="list-style-type: none">- Alto potencial com uma população muito jovem- Requer estruturas locais e locais
Criação de espaços públicos multifuncionais	Medellín / Villa 31	Justiça Espacial / Urbanismo Social		<ul style="list-style-type: none">- Forte pertinência- Requer a inclusão de usuários
Regularização fundiária com intervenção pública supervisionada	Favela-Bairro	Urbanismo Social / Justiça Espacial		<ul style="list-style-type: none">- Quadro jurídico instável- Falta de um cadastro confiável
Reduzir as desigualdades espaciais através	Medellín	Justiça Espacial / Governança / Resiliência		<ul style="list-style-type: none">- Requer planejamento territorial



de investimentos específicos			- Gestão urbana responsável
Co definição de necessidades (sociais e urbanas)	Medellín/ Favela-bairro / Villa 31	Participação / direito à cidade	- Requer uma gestão urbana eficaz
Processos contínuos de consulta e planejamento	Medellín/ Favela-bairro / Villa 31	Governança colaborativa / participação urbana	- Falta de cultura institucional de continuidade - Baixa capacidade de resposta do público - Corrupção
Papel ativo das associações de bairro	Medellín / Villa 31	Urbanismo social/participativo	- Existência de organizações locais, mas precisa de reconhecimento institucional efetivo
Estabilização de habitações precárias	Favela-Bairro / Villa 31	Urbanismo Social / Resiliência	- Requer segurança mínima de posse da terra - Coordenação entre o governo e as estruturas locais
Iniciativas de Desenvolvimento Econômico Local	Medellín / Villa 31	Urbanismo Social / Resiliência	- Baixo apoio às economias informais - Necessidade de ancoragem territorial e tributação adequada

Fonte : Autora, 2025

De fato, cada um desses níveis corresponde a um grau de compatibilidade entre as medidas observadas nos projetos de transformação urbana latino-americanos e as realidades atuais de Porto Príncipe. Essa tipologia não é apenas descritiva, mas também analítica e estratégica, na medida em que ajuda a definir os eixos das estratégias para a reconstrução urbana de Porto Príncipe. Assim, os cinco níveis de transferibilidade podem ser definidos da seguinte forma:

- Um dispositivo ³⁰é considerado transferível, ou seja, azul, quando pode ser implementado em Porto Príncipe sem necessidade de transformação significativa, devido à sua adequação às condições locais e à existência de requisitos mínimos já reunidos.
- Um dispositivo é considerado adaptável, portanto, amarelo, porque apresenta uma compatibilidade estrutural com as necessidades locais, mas requer um trabalho de ajuste técnico, cultural ou organizacional para ser eficaz.
- A adaptabilidade parcial, representada pela cor verde, aplica-se a dispositivos cujas algumas dimensões podem ser ativadas, enquanto outras permanecem inacessíveis, por falta de arcabouço jurídico, dados confiáveis ou coordenação institucional.

³⁰ A palavra "dispositivo" é entendida aqui em sentido amplo, como uma combinação de ações, ferramentas, instituições ou práticas voltadas para a produção de transformação urbana.



- Um dispositivo fracamente transferível, identificado com a cor laranja, corresponde a uma intervenção que é teoricamente pertinente, mas de difícil execução nas condições atuais, devido a déficits estruturais profundos.
- Por fim, um dispositivo não transferível nas condições atuais, ou seja, cinza, baseia-se em fundamentos institucionais, jurídicos ou técnicos totalmente ausentes em Porto Príncipe, e não pode ser considerado sem uma transformação sistêmica prévia.

O quadro acima destacou os limites objetivos da replicação do modelo, ao mesmo tempo em que iluminou as possibilidades reais de ação em um contexto urbano caracterizado por desafios urbanos. A análise mostra que os mecanismos identificados como eficazes requerem ajustes profundos, devido à ausência ou fragilidade de determinadas estruturas administrativas, urbanas, institucionais ou sociais. Permite-nos refletir sobre as condições de ativação de determinados dispositivos, em vez de reproduzir mecanicamente um catálogo de boas práticas. Como resultado, é importante reiterar que a reconstrução do espaço urbano em Porto Príncipe não requer a aplicação de um modelo pré-estabelecido, mas sim o desenvolvimento gradual de uma linguagem de ação específica dos contextos, sensível aos contextos, evolutiva e enraizada nas dinâmicas locais.

Assim, de acordo com os resultados da tabela, quatro dispositivos são adaptáveis, três são diretamente transferíveis, três outros parcialmente adaptáveis, enquanto dois são fracamente transferíveis e dois são intransferíveis nas condições atuais. Esses resultados confirmam que as experiências internacionais, embora enraizadas em contextos distintos, podem influenciar estruturalmente a formulação de estratégias para a reconstrução de Porto Príncipe. Todos os catorze dispositivos analisados serão integrados na formulação das propostas estratégicas de reconstrução urbana, respeitando suas respectivas temporalidades e condições de implementação. Os dispositivos diretamente transferíveis, adaptáveis e parcialmente adaptáveis constituirão o núcleo das intervenções de curto e médio prazo, enquanto os dispositivos fracamente transferíveis e intransferíveis nas condições atuais serão considerados como objetivos de longo prazo, exigindo transformações institucionais e contextuais prévias.

Esta abordagem sistêmica permite uma visão evolutiva da reconstrução urbana, onde cada dispositivo encontra seu lugar numa sequência temporal realista. Assim, com base nos resultados sobre as condições de adaptação e os limites dos sistemas urbanos latino-americanos ao contexto urbano haitiano Quadro 9, bem como sobre a adaptação de estudos de caso internacionais à dinâmica territorial de Porto Príncipe Quadro 10, a seção seguinte apresentará as estratégias para a reconstrução do espaço urbano de Porto Príncipe.

3.2 ESTRATÉGIAS PARA A RECONSTRUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE PORTO PRÍNCIPE

Após a realização de uma análise transversal e o desenvolvimento de grelhas de intervenção fundamentadas em projetos internacionais, com o propósito de identificar as condições que permitem a



transferibilidade dos dispositivos, esta seção tem como objetivo a formulação das estratégias na forma de eixos para a reconstrução do espaço urbano de Porto Príncipe.

O desenvolvimento de estratégias na forma de eixos responde a uma lógica metodológica adaptada aos complexos desafios da reconstrução urbana em Porto Príncipe. Essa abordagem permite ir além da fragmentação usual das intervenções urbanas, criando uma visão sistêmica onde cada dimensão reforça as outras. Em vez de transpor mecanicamente as experiências de Medellín, Favela-Bairro e Villa 31, os eixos permitem reorganizar seu ensino de acordo com uma lógica específica do contexto haitiano, articulando de forma coerente os elementos transferíveis, adaptáveis, parcialmente adaptáveis e outros identificados na tabela de referência.

Para tanto, inicia-se pela descrição da metodologia empregada na formulação das estratégias, detalhando as etapas analíticas que possibilitaram a seleção dos dispositivos considerados relevantes, bem como sua organização em eixos coerentes. Em seguida, apresenta-se o quadro conceitual que orienta o desenvolvimento das estratégias, abordando os fundamentos teóricos e contextuais que embasam as propostas formuladas. Finalmente, procede-se à tradução desses princípios em eixos estratégicos operacionais, cuidadosamente adaptados à complexidade específica do contexto urbano de Porto Príncipe.

3.2.1 METODOLOGIA DE FORMULAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS URBANAS

A construção dos eixos estratégicos para a reconstrução urbana de Porto Príncipe foi baseada em diferentes abordagens metodológicas apresentadas ao longo desta dissertação. Esta abordagem permitiu avançar em fases sucessivas: análise comparativa, avaliação da transferibilidade e seleção para alcançar uma síntese dos eixos estratégicos.

A primeira abordagem consistiu em uma análise comparativa das transformações urbanas internacionais através dos prismas teóricos do urbanismo social e participativo e da resiliência urbana. Este estudo permitiu identificar os pontos de convergência, divergência e limites de cada projeto, ao mesmo tempo que permitiu identificar os diferentes mecanismos implementados em cada uma das experiências analisadas. Em seguida, a segunda abordagem permitiu uma avaliação de quatorze dispositivos urbanos identificados a partir dos três experimentos internacionais. Utilizando uma grelha de análise específica, estes dispositivos foram analisados em relação à situação em *Porto Príncipe* e foram revelados os seguintes resultados: alguns dispositivos foram declarados transferíveis, outros adaptáveis, parcialmente adaptáveis, fracamente transferíveis ou intransmissíveis de acordo com os condicionalismos institucionais, jurídicos e socioeconômicos do contexto *urbano do porto príncipe*.

Por último, a terceira abordagem consistiu na mobilização dos catorze dispositivos segundo uma lógica de temporalidade e progressividade adaptada ao contexto do porto príncipe. Esta abordagem reconhece que todos os dispositivos são potencialmente pertinentes para a reconstrução urbana, mas devem ser



implementados segundo sequências temporais diferenciadas. Com base nesta abordagem sistêmica e temporal, foi realizada uma síntese estratégica que agrega os dispositivos segundo a sua coerência teórica, complementaridade operacional e sequenciamento temporal, possibilitando a formulação de quatro eixos estratégicos integrados para a reconstrução urbana que contemplam tanto as possibilidades imediatas quanto as transformações estruturais necessárias a longo *prazo*.

Essas etapas permitiram consolidar um quadro conceitual de intervenção, apresentado na subseção seguinte, que articula os princípios teóricos e contextuais orientadores das estratégias formuladas para Porto Príncipe.

3.2.2 QUADRO CONCEITUAL DE ORIENTAÇÃO PARA A FORMULAÇÃO DE ESTRATÉGIAS URBANAS EM PORTO PRÍNCIPE

O desenvolvimento do quadro conceitual para a formulação de estratégias urbanas em Porto Príncipe exige uma articulação dinâmica entre os princípios do urbanismo social, urbanismo participativo e resiliência urbana. Considerando que essas noções teóricas foram previamente definidas no Capítulo 1 desta dissertação, nesta parte essas noções serão desenvolvidas mais como um quadro de referência estratégico operacional adaptado à realidade socio urbana de Porto Príncipe.

De fato, as estratégias de reconstrução pós-desastre referem-se a todas as ações coordenadas destinadas a restaurar, reconfigurar ou transformar territórios afetados por eventos destrutivos, sejam naturais, sociais ou políticos. Diante da contemporaneidade, essas estratégias não se limitam mais a uma resposta técnica emergencial, mas se engajam em uma releitura aprofundada do papel da cidade na produção de segurança, inclusão e resiliência. Assim, do ponto de vista conceitual, a reconstrução pós-desastre não pode ser pensada fora do que Henri Lefebvre chama: A produção do espaço, ou seja, a ideia de que o espaço urbano é moldado por práticas sociais, relações de poder e dinâmicas históricas. Essa perspectiva implica que qualquer estratégia de reconstrução é, implicitamente, uma forma de intervenção nos equilíbrios sociais existentes. Ele redefine a relação entre o Estado, instituições técnicas, atores internacionais e comunidades locais. Nesse contexto, a reconstrução torna-se uma oportunidade ou um risco para a reconstrução urbana, dependendo das escolhas que são feitas.

No caso de Porto Príncipe, que vive uma vulnerabilidade prolongada, as estratégias de reconstrução devem lidar com a realidade urbana instável não apenas para reconstruir, mas para intervir em um território já fragilizado por desafios urbanos cumulativos. Como resultado, a formulação dessas estratégias requer uma lógica de ações adaptativas que seja capaz de reconhecer e integrar formas urbanas emergentes mesmo quando consideradas irregulares ou ilegítimas. Para isso, o livro *Safer Homes, Stronger Communities* enfatiza que qualquer estratégia de reconstrução eficaz deve ser baseada em uma compreensão detalhada do contexto local e na participação ativa das comunidades afetadas. Ele insiste na importância de não impor modelos universais, mas de Co construir respostas com os



habitantes, levando em consideração seus conhecimentos, suas dinâmicas sociais e as restrições do tecido urbano existente. Isso envolve repensar as regras de planejamento urbano e regularização fundiária, muitas vezes inadequadas, e integrar ferramentas de diagnóstico participativo, como *village transects*³¹ e *social assessments*, a fim de produzir políticas inclusivas (Jha et al., 2010).

O reconhecimento de formas informais de ocupação não é uma fraqueza, mas uma alavanca para a reconstrução por meio do fortalecimento da resiliência local, desde que a reconstrução seja vista como um processo de aprendizagem coletivo, flexível, iterativo e focado na sustentabilidade social e espacial. Essa abordagem ressoa com as reflexões desenvolvidas em *The Resilient City*, onde a reconstrução é vista não apenas como um processo material de reparo de infraestrutura, mas também como um empreendimento profundamente enraizado em questões políticas, simbólicas e sociais. Os autores apontam que as trajetórias de recuperação pós-desastre estão longe de ser neutras ou puramente técnicas; Eles são moldados por escolhas implícitas ou explícitas sobre prioridades, beneficiários e narrativas dominantes que legitimam algumas visões de futuro em detrimento de outras. A maneira como uma sociedade se reconstrói revela, portanto, suas relações de poder, suas hierarquias sociais e sua capacidade ou incapacidade de reconhecer as experiências e necessidades de todos os seus habitantes, incluindo os mais marginalizados. Assim, a resiliência urbana não pode ser entendida fora da memória, da identidade e das dinâmicas políticas que fundamentam as decisões de desenvolvimento e requalificação dos territórios afetados (Vale & Campanella, 2005).

Nesse contexto, a noção de coprodução urbana torna-se central: pressupõe que os habitantes não são apenas receptores do desenvolvimento, mas parceiros ativos na concepção, implementação e gestão dos projetos. A coprodução não se limita a uma modalidade técnica de prestação de serviços; é acima de tudo um processo relacional que visa transformar a relação entre o Estado e os cidadãos, especialmente os mais marginalizados. Permite que as comunidades fortaleçam sua capacidade organizacional, atuem coletivamente e façam sua voz ser ouvida na dinâmica do desenvolvimento urbano (Mitlin & Bartlett, 2018). É nessa perspectiva que mecanismos inovadores têm sido desenvolvidos em contextos semelhantes, particularmente em Medellín, nas favelas ou em Buenos Aires, onde a integração das comunidades tem possibilitado não apenas garantir a relevância social das intervenções, mas também sua sustentabilidade. Como resultado, os parágrafos seguintes, por fazerem parte da lógica conceitual, concretizarão o que as teorias de resiliência social, participativa e urbana representam no caso de Porto Príncipe.

³¹ Os *village transects* são uma ferramenta de diagnóstico participativo. Consiste em percorrer fisicamente um território com os membros da comunidade, atravessando diferentes tipos de espaços (casas, zonas de inundação, infraestrutura, terrenos baldios, etc.). O objetivo é identificar as características do local, as vulnerabilidades, os ativos e os usos reais do espaço pelos habitantes.



3.2.2.1 Princípios Orientadores para a Reconstrução Urbana de Porto Príncipe

Estudos de projetos de transformação urbana na América Latina, incluindo os de Medellín, o programa Favela-Bairro e Villa 31, destacaram a influência decisiva de três princípios orientadores, explícita e implicitamente: urbanismo social, urbanismo participativo e resiliência urbana. Esses princípios orientaram as abordagens para transformar os espaços urbanos. Dadas as semelhanças estruturais e contextuais entre essas experiências e o caso de Porto Príncipe em particular após o terremoto de 2010, parece relevante examinar como essas mesmas fundações teóricas podem informar, adaptar e estruturar as estratégias de reconstrução urbana da capital haitiana, a partir de uma perspectiva contemporânea, integrada e sustentável.

3.2.2.1.1 *Implicações do urbanismo social, participativo e da resiliência urbana em Porto Príncipe*

O urbanismo social, tal como conceituado no contexto latino-americano (Medellín, Rio de Janeiro), baseia-se no princípio de que as transformações urbanas devem responder aos objetivos de justiça espacial, integração social e redução das desigualdades territoriais. Ao colocar as populações vulneráveis no centro da intervenção, esta abordagem visa requalificar os territórios marginalizados não só através de infraestruturas de qualidade, mas também através do estabelecimento de equipamentos comunitários e centralidades sociais. Para Porto Príncipe, onde o espaço urbano é marcado por uma profunda fragmentação entre áreas formais e informais, o urbanismo social é uma alavanca para a transformação estrutural da cidade, por meio de uma estratégia de investimento público direcionado, redistribuição territorial e revalorização dos bairros periféricos.

Essa abordagem encontra uma extensão natural no planejamento urbano participativo, que fornece uma resposta aos déficits crônicos na legitimidade e eficácia das políticas urbanas centralizadas, frequentemente denunciados no contexto pós-desastre de Porto Príncipe. Com base na teoria da coprodução do espaço, essa abordagem reconhece que os habitantes não são simples beneficiários da ação pública, mas atores portadores de conhecimentos situados, capazes de formular diagnósticos, visões e prioridades. Integrar essa dimensão nas estratégias de reconstrução implica não apenas o estabelecimento de mecanismos institucionalizados de participação, como assembleias locais, orçamentos participativos ou diagnósticos comunitários, mas também o reconhecimento legal e político das organizações comunitárias. O planejamento urbano participativo torna-se, assim, condição para a sustentabilidade dos projetos urbanos, ao garantir sua ancoragem social e apropriação local.

Por fim, essa dupla dinâmica precisa ser complementada por uma leitura em termos de resiliência urbana, que permita ampliar o quadro de análise e ação para além da reconstrução material, integrando as capacidades dos territórios e comunidades para antecipar, absorver e transformar choques. No caso de Porto Príncipe, a resiliência não pode ser concebida apenas da perspectiva da infraestrutura técnica ou da gestão de riscos. Deve ser pensado como um sistema de interações em múltiplas escalas, ou seja,



físicas, institucionais e sociais, em que a capacidade de adaptação se baseia tanto nos recursos da comunidade quanto na capacidade das instituições de se reconfigurarem.

Em conclusão, a articulação entre urbanismo social, urbanismo participativo e resiliência urbana constitui uma matriz conceitual essencial para qualquer estratégia de reconstrução urbana em Porto Príncipe. Ao integrar as noções de justiça espacial, coprodução do espaço e capacidade de adaptação a choques, essas três abordagens permitem pensar em uma transformação urbana que vai além do reparo material para abraçar dinâmicas urbanas de transformação.

3.2.3 EIXOS ESTRATÉGICOS PARA A RECONSTRUÇÃO URBANA DE PORTO PRÍNCIPE.

A definição dos eixos estratégicos para a reconstrução de Porto Príncipe baseia-se em uma abordagem analítica rigorosa, combinando estudo comparativo, avaliação da transferibilidade e seleção direcionada das medidas mais adequadas. Essa abordagem permitiu identificar lições aprendidas com as experiências latino-americanas que podem ser mobilizadas no contexto haitiano, levando em consideração as restrições estruturais locais.

Nas seções seguintes, os quatro eixos serão apresentados por meio dos mecanismos mobilizados e sua ativação no quadro estratégico proposto. A análise incidirá sobre os mecanismos resultantes dos projetos de transformação urbana estudados, a justificação e os objetivos de cada eixo, os seus fundamentos teóricos, as suas implicações operacionais, bem como os resultados esperados. Serão também tidos em conta os pré-requisitos e limitações contextuais, bem como a sua coerência com os quadros teóricos de referência. Por fim, cada eixo será descrito em sua composição interna, suas lógicas de ação e seus efeitos concretos no território, tanto de uma perspectiva avaliativa quanto prospectiva.

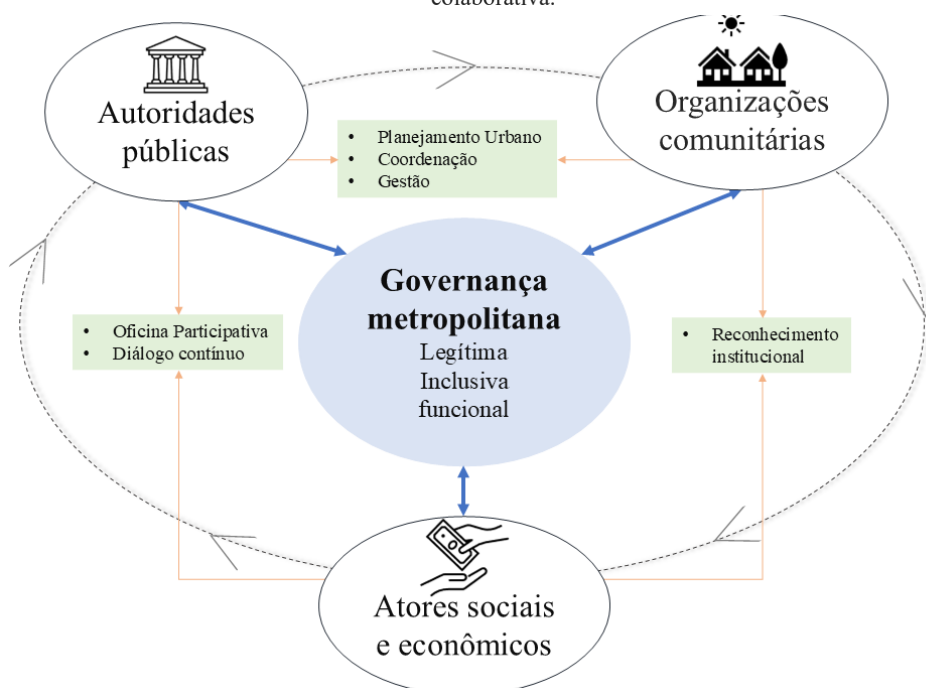
3.2.3.1 Eixo 1: Governança metropolitana descentralizada e colaborativa

A reconstrução de Porto Príncipe requer uma governança mais legítima, inclusiva e funcional. Este primeiro eixo estratégico visa consolidar um ecossistema institucional onde decisões urbanas sejam coproduzidas por autoridades públicas, organizações comunitárias e atores sociais e econômicos. A extrema centralização da gestão urbana, a fragmentação institucional e a exclusão dos cidadãos têm comprometido a coerência do planejamento urbano e alimentado a desconfiança social. O eixo propõe, portanto, uma reestruturação profunda dos mecanismos de governança metropolitana.

Inspirado em experiências como Medellín, Villa 31 e o programa Favela-Bairro, este eixo articula três dispositivos complementares. O primeiro é a criação de uma autoridade metropolitana com competências em planejamento, coordenação de investimentos e gestão de serviços intermunicipais, baseada em um orçamento próprio. O segundo mecanismo institui ciclos regulares de consulta popular e oficinas participativas, ancorando o planejamento em uma dinâmica de diálogo contínuo com a população. Por fim, o terceiro pilar consiste no reconhecimento institucional das associações de bairro

como atores legítimos no processo decisório, assegurando sua integração formal nas estruturas de gestão. O Gráfico 3 abaixo ilustra esse primeiro eixo.

Gráfico 3- Ilustração do primeiro eixo estratégico sobre a Governança metropolitana descentralizada e colaborativa.



Fonte : Autora, 2025

Do ponto de vista teórico, o eixo se fundamenta nas abordagens de governança territorial multinível, urbanismo participativo e coprodução do espaço urbano. Estas referências destacam que a eficácia da ação pública depende da articulação entre os diversos níveis institucionais e da inclusão ativa dos habitantes, especialmente em contextos onde a capacidade estatal é limitada. A operacionalização do eixo envolve medidas como a instalação de Conselhos Territoriais de Vizinhança com poder consultivo obrigatório, a criação de um sistema de informação territorial acessível aos atores locais, a formação de mediadores comunitários, e a alocação de pelo menos 10% do orçamento municipal em orçamentos participativos. Tais mecanismos devem estimular o surgimento de projetos territorialmente enraizados e institucionalmente sustentáveis.

Entre os impactos esperados, destaca-se a melhora na coerência das políticas públicas, o fortalecimento da legitimidade institucional e a ampliação das capacidades das organizações locais. O médio e longo prazo, a abordagem pode fomentar uma cultura democrática urbana, baseada na cooperação intermunicipal e na coprodução de políticas públicas. Contudo, a efetividade deste eixo depende de condições estruturais essenciais, como: estabilidade política, autonomia fiscal, e comprometimento com a participação cidadã. Obstáculos como o centralismo estatal, a ausência de cultura participativa institucionalizada e as tensões sociais podem limitar seu alcance. Ainda assim, este eixo constitui o alicerce institucional sobre o qual os demais devem se apoiar, lançando as bases para uma reconstrução territorialmente coerente e socialmente legítima.

Assim, embora o Eixo 1 seja uma base institucional essencial, ele não pode, por si só, responder às profundas divisões espaciais e urbanas que atravessam a área metropolitana de Porto Príncipe. Nesse sentido, o Eixo 2 amplia essa dinâmica de transformação ao colocar a justiça espacial e a redução das desigualdades territoriais no centro da ação pública.

3.2.3.2 Eixo 2: Justiça Espacial e Redução das Desigualdades Territoriais

Este eixo visa enfrentar as desigualdades espaciais estruturais que atravessam a área metropolitana de Porto Príncipe, promovendo o acesso equitativo aos serviços urbanos, à infraestrutura básica, à segurança fundiária e à dignidade territorial. A lógica é atuar diretamente nos territórios mais marginalizados, através de intervenções adaptadas às práticas locais e orientadas por uma noção de justiça urbana. Inspirado pelas experiências de Medellín, Favela-Bairro e Villa 31, o eixo mobiliza quatro dispositivos principais: a requalificação das vias de acesso em assentamentos informais, a criação de espaços públicos multifuncionais, a priorização de investimentos em áreas de maior vulnerabilidade e a regularização fundiária participativa. Esses mecanismos reconhecem que o espaço urbano não é neutro, mas refletor e reproduzidor das desigualdades sociais. O Gráfico 4 abaixo ilustra as etapas desse eixo estratégico para enfrentar as desigualdades espaciais.

Gráfico 4-Etapas para realizar o objetivo do Eixo 2



Fonte : Autora, 2025

Do ponto de vista teórico, este eixo ancora-se na justiça espacial, no urbanismo social e na resiliência urbana. A justiça espacial implica reconhecer que o acesso à cidade é uma condição de cidadania plena. O urbanismo social, por sua vez, reforça a ideia de que a transformação urbana só é eficaz quando responde às necessidades reais das populações locais, alterando também relações sociais e representações territoriais. Já a resiliência territorial aponta a necessidade de preparar os bairros para resistir e adaptar-se a crises futuras, através da consolidação gradual e da apropriação comunitária.

Na prática, isso se traduz em intervenções de melhoria das vias internas nos bairros precários, integrando drenagem, pavimentação, iluminação e mobilidade. A criação de espaços públicos multifuncionais (mercados, praças, centros esportivos e culturais) visa gerar centralidades locais que promovam coesão social e vitalidade urbana. A regularização fundiária baseia-se em processos participativos de cadastro, conduzidos com o apoio de juristas e urbanistas, visando garantir segurança de posse e promover investimentos familiares no ambiente edificado. Os impactos esperados incluem a revalorização



simbólica e econômica dos bairros-alvo, maior mobilidade social e funcional, e o fortalecimento da integração urbana. O reconhecimento oficial desses territórios estimula o engajamento dos moradores, fortalece os laços comunitários e reduz os fatores de vulnerabilidade. A criação de espaços públicos de qualidade funciona como alavanca para práticas culturais, esportivas e educativas, criando alternativas concretas para a juventude e favorecendo dinâmicas de prevenção da violência.

No entanto, a implementação deste eixo exige condições estruturais mínimas. São necessários recursos financeiros públicos, cadastros urbanos atualizados, segurança institucional para intervir em áreas frágeis e coordenação interinstitucional eficaz. A instabilidade do marco jurídico fundiário, os conflitos entre interesses privados e públicos e a fraca capacidade técnica das instituições locais representam desafios significativos. Ainda assim, ao articular investimento público com as práticas locais de autoconstrução, este eixo contribui para uma redistribuição concreta do direito à cidade. Ele complementa o eixo anterior ao traduzir a lógica de governança em ação territorial, focando na redução das desigualdades visíveis na malha urbana de Porto Príncipe.

Como resultado, a justiça espacial e a redução das desigualdades espaciais não podem ser alcançadas sem uma transformação paralela das relações entre cidadãos, instituições e espaço urbano. É nesta perspectiva que entra o terceiro eixo estratégico, centrado na coprodução urbana e na participação cidadã.

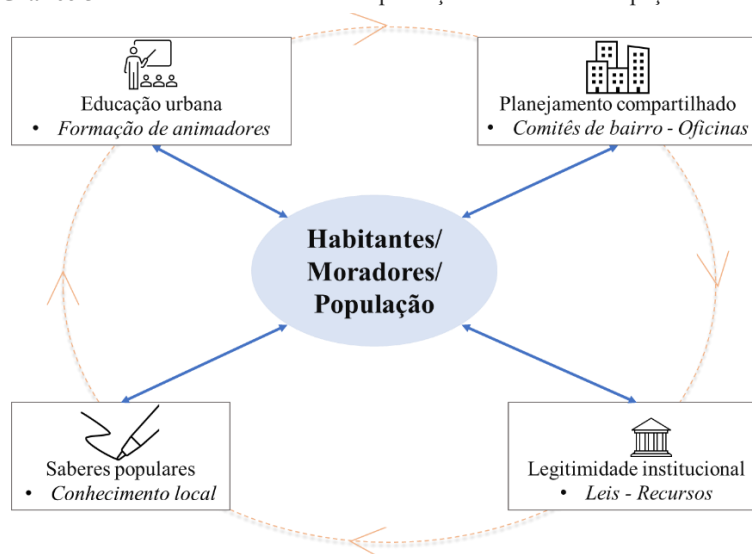
3.2.3.3 Eixo 3: Coprodução Urbana e Participação Cidadã

Este eixo propõe recolocar os habitantes no centro da transformação urbana, promovendo a coprodução como ferramenta de reconstrução territorial e de fortalecimento da cidadania. A experiência do programa Favela-Bairro mostrou que a participação ativa dos moradores nos processos de planejamento e execução dos projetos urbanos contribui para soluções mais justas, adaptadas e legítimas. Ao invés de serem considerados beneficiários passivos, os cidadãos tornam-se coautores de seu espaço, com voz efetiva na definição de prioridades, tipologias habitacionais e equipamentos coletivos.

Além disso, inspirando-se em Medellín e Villa 31, este eixo articula a educação urbana com práticas de planejamento compartilhado. Oficinas, formação de animadores comunitários e comitês de bairro com prerrogativas reais estruturam essa dinâmica. Essas ações fomentam um aprendizado mútuo entre técnicos e moradores, favorecendo a compreensão mútua entre saber técnico e conhecimento territorial. O eixo responde diretamente à crise de legitimidade das intervenções públicas em Porto Príncipe, marcada pela desconexão entre projetos urbanos formais e práticas socioespaciais locais. Ao reconhecer os saberes populares como recursos estratégicos, contribui para reduzir a fragmentação social, reconstituir redes de solidariedade e criar pontes entre instituições e práticas comunitárias. A coprodução

aparece, assim, como uma forma de democratizar a cidade a partir de baixo. O Gráfico 5 abaixo ilustra esse eixo:

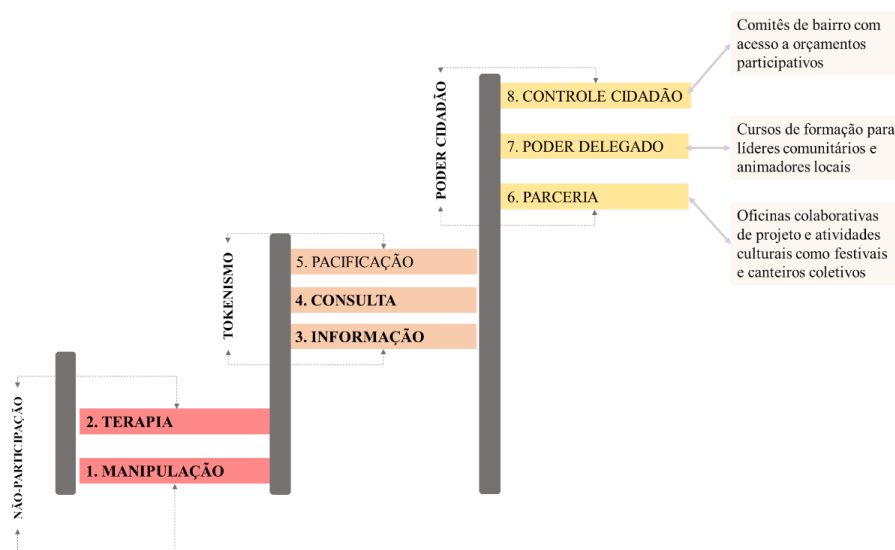
Gráfico 5- Ilustração o eixo sobre a Coprodução Urbana e Participação Cidadã



Fonte : Autora, 2025

Teoricamente, o eixo está fundado no direito à cidade (Lefebvre), na escada da participação de Arnstein e no urbanismo participativo. Esses quadros conceituais convergem em torno da ideia de empoderamento: a transformação urbana deve caminhar com a emancipação dos sujeitos que habitam o território. Na prática, esse eixo se traduz em ações integradas: cursos de formação para líderes comunitários e animadores locais, comitês de bairro com acesso a orçamentos participativos, oficinas colaborativas de projeto e atividades culturais como festivais e canteiros coletivos. Essas iniciativas reforçam a apropriação coletiva dos espaços e estimulam o surgimento de um ecossistema local de inovação urbana. O Gráfico 6 abaixo ilustra a inserção das ações integradas na escala de participação de Arnstein.

Gráfico 6-Traduzindo ações estratégicas para a Escala de Participação Cidadã de Arnstein



Fonte : Autora, 2025



Os resultados esperados incluem, a curto prazo, a melhoria da qualidade dos projetos graças à integração dos saberes locais. A médio prazo, prevê-se o fortalecimento das capacidades das comunidades para liderar processos autônomos de transformação. A longo prazo, a construção de uma cidadania urbana ativa deverá contribuir para uma cultura de corresponsabilidade e resistência às dinâmicas excludentes, permitindo aos habitantes protagonizar novas formas de desenvolvimento local.

Contudo, este eixo depende de pré-condições fundamentais: um ambiente seguro, a existência de lideranças legítimas, estruturas de educação e uma vontade política de compartilhar poder. A fragmentação da sociedade civil, os limites das estruturas formativas e as desigualdades de gênero ou linguísticas impõem desafios importantes. O uso do crioulo é essencial para garantir a inclusão real. Além disso, o tempo necessário para consolidar essas práticas participativas pode entrar em tensão com a urgência das demandas pós-desastre. É, portanto, necessário articular processos emergenciais com ciclos de participação progressiva, para garantir a solidez e a durabilidade das transformações.

A consolidação dessas dinâmicas participativas exige, contudo, condições materiais e territoriais mínimas. Nesse sentido, o eixo seguinte concentra-se na estabilização habitacional como fundamento da resiliência urbana.

3.2.3.4 Eixo 4: Resiliência Urbana e Estabilização Habitacional

Este eixo responde às vulnerabilidades estruturais dos bairros populares de Porto Príncipe por meio de estratégias de melhoria in situ, regularização fundiária e fortalecimento de capacidades locais. Inspirado nos programas Favela-Bairro, Villa 31 e nos Projetos Urbanos Integrados de Medellín, o eixo articula quatro frentes principais: estabilização habitacional, reconhecimento fundiárias, estímulo à economia local e implantação de equipamentos públicos inclusivos.

Inspirado nas experiências do programa Favela-Bairro, da Villa 31 e dos Projetos Urbanos Integrados de Medellín, o eixo defende a permanência das comunidades em seus territórios e a valorização das práticas de autoconstrução, desde que acompanhadas por suporte técnico adequado. A regularização fundiária, conduzida sob supervisão pública e com garantias jurídicas claras, oferece a base para uma estabilidade habitacional duradoura, permitindo que os moradores invistam com segurança em melhorias físicas e sociais. Ao mesmo tempo, o fortalecimento da economia popular se dá por meio da criação de oportunidades de geração de renda que sejam territorialmente ancoradas e socialmente inclusivas. A presença de espaços públicos multifuncionais (concebidos como centros de vida comunitária, de cultura e de acesso a direitos) reforça a coesão social e cria referências urbanas positivas em áreas historicamente negligenciadas. Além disso, a adoção do idioma crioulo nos processos de urbanização e comunicação pública fortalece a compreensão e a apropriação das ações pelos moradores, estimulando uma participação comunitária mais efetiva e culturalmente legítima.

Este eixo está fundamentado em uma visão de urbanismo social que recusa soluções técnicas desconectadas das realidades locais. A resiliência, nesse contexto, não se limita à resistência física aos

choques, mas abrange a capacidade coletiva de reorganização, de apropriação dos espaços e de construção de alternativas endógenas à exclusão urbana. A justiça espacial, por sua vez, orienta a priorização do investimento público nos territórios mais desprovidos de infraestruturas e oportunidades, promovendo, assim, uma reparação concreta das desigualdades acumuladas ao longo do tempo. O Gráfico 7 seguinte ilustra essa ideia da estratégia 4.

Gráfico 7- Ilustração do Eixo 4 como estratégia pra melhor as condições urbanas.



Fonte : Autora, 2025

As implicações operacionais desta proposta envolvem a articulação entre diferentes esferas de ação, do campo jurídico ao econômico, passando pelas dimensões técnicas e sociais do habitat. O êxito deste processo depende, porém, de um ambiente institucional minimamente funcional, de recursos financeiros estáveis e de condições básicas de segurança. Sem um sistema fundiário confiável e sem garantias de acesso aos territórios, os riscos de novos conflitos e de processos de expulsão indireta se mantêm elevados. Da mesma forma, a fragmentação do tecido urbano e as tensões sociais exigem estratégias de mediação e construção de confiança que ultrapassem as capacidades atuais das instituições haitianas.

Além dos entraves institucionais e sociais, as limitações geofísicas colocam exigências técnicas severas à intervenção habitacional, especialmente em um território sujeito a riscos sísmicos e instabilidade do solo. A conciliação entre normas de segurança e capacidade econômica das famílias requer uma abordagem flexível, tecnicamente rigorosa e sensível às realidades materiais da população. É nesse equilíbrio entre ambição transformadora e pragmatismo territorial que este eixo se inscreve.

Ao conceber a estabilização habitacional como um processo gradual e multidimensional, vinculado à resiliência urbana e ao reconhecimento legal dos territórios, este eixo contribui para a construção de

uma cidade menos vulnerável, mais justa e capaz de enfrentar, com solidez, os desafios recorrentes que atravessam sua história recente.

3.2.4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A formulação dos eixos estratégicos revela uma tensão profícua entre duas dinâmicas a priori opostas, que, combinadas, enriquecem a abordagem da pesquisa. Por um lado, os eixos estratégicos seguem uma lógica de cima para baixo: começam com a definição das responsabilidades do Estado e das instituições na reconstrução pós-desastre, antes de se moverem para os efeitos esperados sobre as populações. Essa abordagem mobiliza referências teóricas internacionais, marcos de desenvolvimento sustentável, bem como lições aprendidas com as experiências urbanas latino-americanas. Ao mesmo tempo, a implementação planejada está ancorada em uma lógica de baixo para cima, centrada nas práticas locais, no conhecimento popular e nas dinâmicas comunitárias. Baseia-se no princípio de que a eficácia das ações urbanas se baseia em sua capacidade de se articular com as lógicas sociais existentes, ao invés de substituí-las. Essa abordagem valoriza as formas de inovação endógena e os mecanismos de adaptação desenvolvidos pelos habitantes em seus ambientes cotidianos, alinhando-se às análises de Magis (2010) sobre a resiliência comunitária como pilar da sustentabilidade social.

Essa relação entre a lógica de cima para baixo e de baixo para cima foi a alavanca metodológica nos resultados desta dissertação. Cria um espaço conceitual onde as estruturas teóricas globais entram em diálogo com as realidades locais. Os princípios da referencial teórica como o urbanismo social (Maclean, 2015), o urbanismo participativo (Arnstein, 1969; Corburn et al., 2019) e a resiliência urbana (Pelling, 2011; Meerow et al., 2016) fornecem um quadro de referência estruturante para a identificação de questões e a formulação de respostas. No entanto, levar em consideração as restrições institucionais haitianas, as práticas de autoconstrução e a dinâmica associativa exige que esses princípios sejam adaptados à realidade no terreno. Essa adaptação não reduz seu escopo conceitual; pelo contrário, demonstra sua vitalidade ao revelar sua capacidade de evoluir em contato com situações empíricas, conforme salientado por Fainstein (2010) ao tratar da adaptabilidade normativa nas cidades justas.

Assim, o Quadro 11 sumário seguinte condensa os principais componentes dos quatro eixos estratégicos formulados para orientar a reconstrução do Porto-Príncipe numa perspectiva territorial, inclusiva e social. Articula, de forma estruturada, os objetivos específicos de cada eixo, os seus fundamentos teóricos, os mecanismos operacionais mobilizados, os pré-requisitos de implementação, os resultados esperados e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) associados. Esta grelha não se limita a uma justaposição mecânica de propostas: pretende oferecer uma leitura transversal das dinâmicas de transformação previstas, revelando ao mesmo tempo a sua complementaridade, a sua complexidade e as condições para a sua coerência num quadro estratégico integrado.

Quadro 11-Leitura transversal dos eixos estratégicos da reconstrução urbana no Porto-Príncipe.

Eixo 1: Governança territorial descentralizada e colaborativa



Objetivo	construir um ecossistema de governança onde as decisões urbanas surjam de um diálogo constante entre instituições públicas, organizações cidadãs e atores econômicos e sociais
Base teórica	<ul style="list-style-type: none">- gestão urbana- Governança territorial- Urbanismo participativo
Características principais	<ul style="list-style-type: none">- Institucionalização da governança metropolitana (<i>Medellín/ Favela-bairro</i>)- Processos contínuos de consulta e <i>planejamento</i> (<i>Medellín/ Favela-bairro / Villa 31</i>)- Papel ativo das associações de bairro (<i>Medellín / Villa 31</i>)
Resultados esperados	<ul style="list-style-type: none">- A melhora na coerência das políticas públicas- O fortalecimento da legitimidade institucional- A ampliação das capacidades das organizações locais- Fomentar uma cultura democrática urbana
Requisitos	<ul style="list-style-type: none">- Estabilidade política- Autonomia fiscal- Reconhecimento dos atores comunitários
ODS relacionados	ODS 11,16,17

Eixo 2: Justiça Espacial e Redução das Desigualdades Territoriais

Objetivo	Reduzir os desequilíbrios espaciais e garantir o acesso equitativo à infraestrutura, mobilidade e segurança da posse da terra
Base teórica	<ul style="list-style-type: none">- Justiça espacial- Urbanismo Social- Resiliência territorial
Características principais	<ul style="list-style-type: none">- a requalificação das vias de acesso em assentamentos informais (<i>Medellín/ Favela-bairro</i>)- criação de espaços públicos multifuncionais (<i>Medellín / Villa 31</i>)- reduzir as desigualdades espaciais por meio de investimentos direcionados (<i>Medellín</i>)- regularização fundiária através da intervenção pública (<i>Favela-Bairro</i>)
Resultados esperados	<ul style="list-style-type: none">- transformação da imagem urbana dos bairros visados- reconhecimento institucional desses bairros- integração funcional dos bairros- reduzir as desigualdades sociais estruturais- pode contribuir para um reequilíbrio mais amplo da geografia urbana de Porto Príncipe- descongestionar o centro da cidade
Requisitos	<ul style="list-style-type: none">- disponibilidade de financiamento público suficiente para investimentos direcionados- existência de um cadastro urbano fiável- coordenação interinstitucional
ODS relacionados	ODS 1,10,11

Eixo 3: Coprodução Urbana e Participação Cidadã

Objetivo	Melhorar o papel dos habitantes como produtores ativos da cidade e restaurar a dinâmica da comunidade
Base teórica	<ul style="list-style-type: none">- direito à cidade- Urbanismo social- escala de participação cidadã- planejamento urbano participativo
Características principais	<ul style="list-style-type: none">- Equipamentos públicos inclusivos (parques, centros culturais)Medellín- Regularização fundiárias por meio de leis (Villa 31)- Educação Urbana e Animação Comunitária (Medellín / Villa 31)
Resultados esperados	<ul style="list-style-type: none">- Integração da educação na cidade e nos projetos urbanos em cursos de formação popular



	<ul style="list-style-type: none">- Criação de comitês de bairro- Oficinas participativas- Treinamento de facilitadores locais- Comitês de bairro- Eventos da comunidade
Requisitos	<ul style="list-style-type: none">- Segurança mínima- Estruturação da sociedade civil- Política de Inclusão de Idioma e Gênero
ODS relacionados	ODS 11,16,5
Eixo 4: Resiliência Urbana e Estabilização Habitacional	
Objetivo	Consolidar bairros precários em territórios viáveis, legalmente reconhecidos e economicamente integrados
Base teórica	<ul style="list-style-type: none">- Urbanismo Social- Resiliência urbana- Justiça espacial
Características principais	<ul style="list-style-type: none">- Coprodução de projetos urbanos com moradores (<i>Villa 31</i>)- Co definição de necessidades (sociais e urbanas) (<i>Medellín/ Favela-bairro / Villa 31</i>)- Estabilização de habitações precárias (<i>Favela-Bairro / Villa 31</i>)- Iniciativas de Desenvolvimento Econômico Local (<i>Medellín / Villa 31</i>)
Resultados esperados	<ul style="list-style-type: none">- Promover uma estabilização tangível das condições de vida em bairros precários- Incentivando os residentes a investir na melhoria de suas moradias- Surgimento de uma economia local mais estruturada, com aumento da renda familiar e diversificação das fontes de emprego- Redução das desigualdades territoriais a nível metropolitano
Requisitos	<ul style="list-style-type: none">- Estabelecimento de um mínimo de segurança pública- Disponibilidade de recursos financeiros substanciais e sustentáveis- Boa mediação social- Abordagem pragmática, progressiva e altamente contextualizada
ODS relacionados	ODS 11,1,8,13

Fonte : Autora, 2025

Esta síntese destaca uma reflexão estratégica estruturada, atento às dinâmicas locais e preocupado em articular as diferentes dimensões do sistema urbano haitiano em uma lógica de coerência e adaptabilidade. Não se trata de uma contribuição externa, mas sim de uma reformulação condensada dos quatro eixos desenvolvidos anteriormente, destinados a trazer à tona as convergências profundas e os princípios da interdependência. Cada um desses eixos aborda uma dimensão essencial da reconstrução pós-desastre: governança, justiça espacial, participação cidadã e resiliência territorial. Longe de serem tratados isoladamente, esses aspectos estão entrelaçados em uma configuração sistêmica onde cada componente reforça a abrangência e a viabilidade dos demais.

A própria estruturação desses eixos se baseia em uma leitura situada de Porto-Príncipe, rejeitando qualquer reprodução mecânica de modelos internacionais. As referências a Medellín, Villa 31 e ao programa Favela-Bairro não são aplicadas como soluções pré-estabelecidas, mas traduzidas criticamente, de acordo com as especificidades sociais, institucionais e territoriais do contexto haitiano. Essa abordagem comparativa está firmemente ancorada em uma profundidade teórica científica: a



governança territorial é pensada por meio dos marcos do urbanismo participativo e da gestão urbana descentralizada (Fainstein, 2010; Sanoff, 2000), a justiça espacial é baseada em uma leitura crítica da redistribuição e da equidade (Soja, 2010; Fraser, 2003), a coprodução urbana faz parte de uma perspectiva do direito à cidade (Harvey, 2008; Purcell, 2002), enquanto a resiliência é considerada como uma construção social ancorada em práticas locais e não como uma simples engenharia de prevenção (Pelling, 2011; Rodin, 2014).

Todo o quadro estratégico destaca-se por sua capacidade de atuar simultaneamente nos níveis espacial, social, político e econômico. As medidas apresentadas nunca são concebidas como instrumentos técnicos neutros: funcionam como alavancas para a transformação das relações institucionais, das práticas cívicas e da configuração do poder local. A governança metropolitana, os conselhos territoriais, os mecanismos de regularização fundiária, os equipamentos públicos e as dinâmicas econômicas locais estão se tornando vetores para uma reconfiguração mais ampla do espaço urbano (Brand & Dávila, 2011; Maclean, 2015).

Assim, essa abordagem multidimensional reconhece que a transformação urbana não pode se limitar a intervenções setoriais isoladas. No contexto de Porto Príncipe, onde falhas institucionais, desigualdades espaciais e exclusões sociais são sistematicamente articuladas, apenas uma estratégia integrada pode esperar produzir mudanças duradouras. Essa abordagem está em consonância com o pensamento de Susan Fainstein (2010), para quem as cidades justas requerem abordagens holísticas que articulem redistribuição, reconhecimento e participação. Cada eixo estratégico é, portanto, pensado em relação aos demais, criando sinergias que multiplicam o impacto das intervenções individuais. A governança descentralizada, por exemplo, não apenas reforma a tomada de decisões: ela redistribui o poder urbano em favor de atores historicamente marginalizados, tal como proposto por Fraser (2003), ao advogar uma justiça social que não se limita à dimensão econômica, mas inclui o reconhecimento cultural e político.

As oficinas participativas propostas não são simples órgãos consultivos, mas espaços de deliberação efetiva onde as prioridades de desenvolvimento são negociadas e o consenso local é construído. Essa concepção é inspirada na tipologia de Arnstein (1969), que distingue entre níveis simbólicos e reais de participação cidadã. Essa dimensão política da governança urbana é inseparável de sua dimensão espacial: ao mudar quem decide e como, também transforma o que é decidido e onde. Em consonância, Corburn et al. (2019) destacam a importância da ciência cidadã e da governança participativa como instrumentos eficazes de reconfiguração territorial.

Da mesma forma, a justiça espacial não pode ser reduzida a uma melhor distribuição dos equipamentos públicos. Implica uma revisão profunda da lógica do planejamento do território, dos mecanismos de acesso ao solo, dos critérios de legitimidade urbana. Se nos referirmos neste caso a Soja (2010), a justiça espacial requer a desnaturalização de geografias desiguais para produzir novas possibilidades redistributivas e relacionais. Assim, as ferramentas de regularização fundiária propostas visam não



apenas garantir a posse dos habitantes dos assentamentos informais, mas também transformar o equilíbrio de poder em torno da propriedade urbana. Estão vinculadas a mecanismos de coprodução urbana para criar formas de cidadania territorial, onde os habitantes se tornam atores reconhecidos no tecido urbano. Nesse contexto, Mitlin e Bartlett (2018) sublinham que a coprodução, além de transferir competências técnicas, reforça a cidadania urbana e a sustentabilidade dos projetos ao ancorá-los nas capacidades locais.

Esse reconhecimento envolve, em particular, a valorização dos saberes populares e das práticas de autoconstrução, há muito estigmatizadas pelas políticas urbanas convencionais. A coprodução urbana não busca "formalizar" o informal de acordo com as normas existentes, mas inventar novas normas negociadas coletivamente. Conta com a expertise dos moradores para repensar normas técnicas, procedimentos administrativos e métodos de financiamento da produção urbana, em sintonia com Harvey (2008), para quem o direito à cidade implica o direito de reinventar a própria cidade.

Por fim, a resiliência territorial articula essas transformações institucionais e sociais com questões ambientais e econômicas de longo prazo. Não se limita à gestão de riscos naturais, mas engloba a capacidade coletiva de antecipar e se adaptar às múltiplas mudanças que afetam a cidade: mudanças climáticas, mudanças demográficas, transformações econômicas, reconfigurações geopolíticas e até violência urbana. Essa abordagem de resiliência reconhece que a vulnerabilidade urbana resulta da complexa interação de fatores naturais, sociais, políticos e econômicos (Meerow et al., 2016; Pelling, 2011). A dinâmica econômica local e social é central para essa concepção mais ampla de resiliência. Não são pensadas como um setor autônomo, mas como um elemento integrado da estratégia urbana global, conforme argumenta Rodin (2014), ao definir a resiliência como a capacidade de absorver choques e prosperar.

Assim, essa flexibilidade metodológica atende a um requisito científico e ético. Científico, porque reconhece que os fenômenos urbanos são irreduzíveis a simples modelos preditivos e que exigem abordagens adaptativas, capazes de evoluir de acordo com o aprendizado. Ético, porque respeita a autonomia dos atores locais e sua capacidade de definir suas próprias prioridades, seus próprios ritmos, seus próprios critérios de avaliação.

Em termos de resultados apresentados, a ambição que emerge da estrutura é realista e transformadora. Não se trata apenas de responder aos déficits de infraestrutura ou melhorar as condições de moradia, mas de reintegrar os bairros da classe trabalhadora ao projeto urbano metropolitano, garantindo reconhecimento institucional, visibilidade jurídica e capacidade de iniciativa econômica. Essa abordagem reflete uma clara sensibilidade às desigualdades históricas que estruturam a cidade, mas também à energia social que percorre os territórios operários e sua capacidade de gerar formas de inovação endógena (Maclean, 2015; Perlman, 2010). A síntese também destaca as condições críticas necessárias para a implementação das estratégias propostas. A fragilidade do contexto haitiano:



centralização excessiva, instabilidade institucional, estrutura de posse da terra fraca, desigualdades estruturais não são mascaradas nem contornadas. Eles são integrados à reflexão como restrições a serem antecipadas, negociadas ou mesmo devolvidas às oportunidades de aprendizagem institucional (Lozano-Gracia & Garcia-Lozano, 2017).

Por fim, esta síntese mostra que o marco estratégico está totalmente alinhado com os princípios da Agenda 2030. O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 11, que visa tornar as cidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis, é a espinha dorsal de todos os eixos. Mas outros objetivos também encontram eco direto nas estratégias propostas: erradicação da pobreza (ODS 1), igualdade de gênero (ODS 5), trabalho decente e crescimento econômico (ODS 8), redução das desigualdades (ODS 10), ação climática (ODS 13), paz, justiça e instituições eficazes (ODS 16), bem como parcerias para implementação (ODS 17). Essa fertilização cruzada não é retórica: confirma que as estratégias formuladas para Porto-Príncipe têm a capacidade de fazer parte de um quadro global ao mesmo tempo em que respondem às emergências e realidades dos países da América Latina e do Caribe.

Em conclusão, esta estrutura de síntese não se limita a uma função de resumo. Trata-se de uma ferramenta de leitura estratégica, um ponto analítico de convergência e um potencial suporte para o direcionamento, avaliação e adaptação de políticas públicas. Por meio dele, a reconstrução de Porto Príncipe aparece não como uma sucessão de ações setoriais, mas como um projeto urbano global, enraizado nas realidades haitianas, capaz de combinar as dimensões material, política e social da transformação. Essa visão se articula diretamente à crítica de Brenner, Marcuse e Mayer (2012) sobre a mercantilização do urbano, clamando por uma cidade produzida por e para seus habitantes. Retoma também o projeto político de Lefebvre (2009), onde o direito à cidade é exercido como direito à centralidade, à participação e à apropriação coletiva do espaço.

CONSIDERACOES FINAIS

Esta dissertação nasceu de um duplo compromisso: interrogar os princípios contemporâneos do planejamento urbano, particularmente aqueles desenvolvidos no contexto latino-americano, e ver como esses mesmos princípios podem ser adaptados e aplicados de forma eficaz para a reconstrução do espaço urbano em Porto Príncipe, levando em consideração os desafios específicos relacionados ao contexto pós-desastre prolongado e à dinâmica socioespacial local. Por meio de uma abordagem comparativa, teórica e estratégica, esta dissertação buscou abrir um espaço de inteligibilidade para pensar uma outra forma de reconstruir: não contra o caos, mas a partir dele.

Como objeto de estudo, a cidade de Porto Príncipe emergiu não apenas por concentrar as contradições estruturais da urbanização das cidades haitianas, mas também por encarnar uma forma extrema de ruptura entre instituições e cidadãos, entre políticas públicas e práticas cotidianas de apropriação do espaço. Diante dessa cidade fragmentada, invadida pela insegurança, marcada por uma gestão urbana e outras ineficientes, o desafio não era simplesmente diagnosticar uma crise, mas propor formas



alternativas de ação urbana, construídas com base nos recursos disponíveis, experiências internacionais comparáveis e, sobretudo, dinâmicas sociais locais. Assim, a abordagem adotada não se contentou em observar essa realidade à distância, mas tentou compreendê-la por dentro, por meio de um rigor analítico enraizado na experiência vivida e na memória coletiva do desastre.

O ponto de partida desta dissertação foi a tomada de consciência da ineficácia das estratégias urbanas desenvolvidas após o terremoto, bem como das sucessivas respostas institucionais, tanto em nível nacional quanto internacional, diante da deterioração urbana que afetou Porto Príncipe desde esse evento. Um dos problemas fundamentais identificados nessas abordagens é sua natureza exógena, muitas vezes vertical e desconectada das realidades no terreno. Em um contexto como o de Porto Príncipe, a cidade não pode ser reduzida a seus mapas cadastrais, seu zoneamento ou sua infraestrutura visível. Também é tecida pela informalidade cultural, pela resiliência da vida cotidiana, por arranjos improvisados que compensam a ausência do Estado. Essa dimensão invisível da cidade, composta de solidariedade de vizinhança, sistemas de ajuda mútua e modos de apropriação espontânea do espaço, escapa em grande parte aos instrumentos tradicionais de planejamento urbano, mas constitui, no entanto, o substrato sobre o qual repousa a sobrevivência urbana de milhões de habitantes.

Essa marginalização dos habitantes e de sua forma de vivenciar a cidade no processo de reconstrução, aliada à persistente falta de uma visão estratégica integrada, tem favorecido a reprodução das vulnerabilidades em vez de sua redução. Nessa perspectiva, a questão de pesquisa foi formulada com base nesta pergunta precisa: como os princípios contemporâneos de planejamento urbano, particularmente aqueles decorrentes de experiências latino-americanas de transformação urbana, podem ser adaptados e aplicados de forma contextual à reconstrução do tecido urbano de Porto Príncipe? Essa questão não era apenas teórica; refletiu uma preocupação com a crise de legitimidade das intervenções de planejamento urbano no Haiti, bem como um desejo de propor estratégias mais participativas e resilientes enraizadas nas lógicas territoriais haitianas.

Para responder à questão de pesquisa, esta dissertação utilizou um método qualitativo e comparativo adicionando três componentes principais: uma revisão crítica da literatura especializada sobre reconstrução urbana no contexto de crise prolongada; uma análise aprofundada de casos latino-americanos reconhecidos por projetos de transformação urbana em territórios marginalizados e uma leitura contextual do território de Porto Príncipe. Essa triangulação metodológica teve como objetivo lançar as bases para a formulação desses eixos estratégicos. Mostrou que os modelos tradicionais de planejamento, muitas vezes baseados apenas na construção de edifícios e algumas infraestruturas urbanas, são ineficazes diante de realidades urbanas como a de Porto Príncipe, onde a informalidade, a resiliência popular e a lógica da adaptação cotidiana vão além dos marcos normativos pré-estabelecidos.

Nesse contexto, a análise das experiências de Medellín, do programa Favela-Bairro, no Rio de Janeiro, e da Villa 31, em Buenos Aires, ofereceu valiosos recursos críticos. Esses projetos demonstraram que a



transformação urbana, em contextos de fragmentação e conflito, não é o resultado de uma aplicação mecânica de modelos técnicos, mas da capacidade de criar semelhanças a partir da diferença: coprodução cidadã, governança compartilhada e contínua, revalorização do conhecimento situado, reconhecimento urbano e fundiário dos territórios mais vulneráveis. Essas experiências também destacaram o potencial de inovação social contido nos bairros da classe trabalhadora, que muitas vezes são percebidos como espaços deficitários. Como resultado, a formulação de eixos estratégicos para Porto Príncipe faz parte dessa dinâmica: não se busca importar modelos exógenos, mas construir uma linguagem híbrida entre experiências internacionais e profundidade social local. Esse processo de tradução exigiu rigor constante diante dos riscos de uma transferência acrítica: cada princípio, cada quadro de referência, cada conceito utilizado no contexto desta dissertação foi questionado em seu significado político, em seus pressupostos culturais, em seus potenciais efeitos de legitimação ou exclusão. Este rigor interpretativo, assumindo a complexidade e as tensões da realidade, constitui um dos fundamentos da estratégia proposta.

Esta flexibilidade e rigor na metodologia cumpriu um duplo requisito, científico e ético. Científico, na medida em que admite a complexidade intrínseca da dinâmica urbana de Porto Príncipe, restringindo-se a qualquer modelagem rígida e exigindo dispositivos em evolução. Ética, na medida em que reconhece o direito dos atores locais de formular suas prioridades, temporalidades e critérios de ação de acordo com sua própria lógica. Mas essa flexibilidade não deve ser confundida com um relativismo que renunciaria a qualquer ambição transformadora. Os eixos estratégicos propostos carregam uma visão clara do que poderia ser uma cidade mais justa, inclusiva e democrática. Eles afirmam princípios inegociáveis: o direito à cidade para todos, a participação efetiva dos habitantes nas decisões que lhes dizem respeito, a redistribuição equitativa dos recursos urbanos, o reconhecimento da diversidade de modos de vida. Eles traduzem esses princípios em diretrizes operacionais, sem prescrever as modalidades precisas de sua implementação.

Essa abordagem adaptativa às estratégias das experiências urbanas latino-americanas ressoa com as formas históricas de resiliência urbana desenvolvidas no Haiti, moldadas por uma longa tradição de improvisação criativa e solidariedade de base. Valoriza as habilidades locais que muitas vezes são ofuscadas pelas abordagens tecnocráticas: a capacidade de se contentar com os meios disponíveis, de remendar soluções temporárias, de manter a coesão social apesar das adversidades. Reconhece que essas habilidades não são simples paliativos enquanto se espera por soluções "definitivas", mas recursos para pensar de forma diferente sobre a governança urbana. Nesse sentido, esta dissertação reafirma que o planejamento urbano não é um ato neutro: ele é carregado de significados, valores, escolhas que orientam as formas possíveis de vida. Reconstruir o urbano de Porto Príncipe implica, portanto, uma releitura ética do ato de desenvolvimento. Não se trata simplesmente de produzir um ambiente construído, mas de reconstruir as condições para a coabitação em um espaço democrático.



Essa dimensão ética do planejamento urbano é particularmente importante no contexto pós-terremoto, onde as escolhas de desenvolvimento determinam diretamente as condições para a sobrevivência e a dignidade das populações vulneráveis. Cada decisão de instalação, cada escolha arquitetônica, cada opção de financiamento traz consequências sociais que vão muito além de sua dimensão técnica. Participam da definição do que é considerado habitável ou inabitável, quem tem direito à centralidade urbana e quem é relegado à periferia, e quais formas de sociabilidade são incentivadas ou desencorajadas.

Por fim, essa abordagem metodológica é inspirada no trabalho sobre "planejamento na incerteza" desenvolvido em outros contextos pós-conflito ou pós-desastre, mas que se adapta às especificidades do caso de Porto Príncipe, no Haiti. Planejar na incerteza aqui não significa desistir de qualquer visão geral ou estratégia de longo prazo. Em vez disso, envolve a criação de estratégias robustas que podem funcionar em uma variedade de cenários possíveis e dispositivos reversíveis, que podem ser ajustados ou abandonados sem custos proibitivos se as circunstâncias mudarem. Implica também o desenvolvimento de capacidades de aprendizagem coletivas, que permitam aos atores aprender com experiências passadas, antecipar desenvolvimentos futuros e adaptar suas práticas de acordo.

É por meio desse percurso analítico que foram definidos os objetivos desta pesquisa. O primeiro objetivo foi estabelecer uma base teórica e comparativa para pensar a reconstrução urbana como um processo social e político, e não como uma simples operação técnica. O segundo teve como objetivo explorar as especificidades do território de Porto Príncipe, por meio de uma leitura sistêmica de suas vulnerabilidades. Por fim, o terceiro objetivo foi propor um quadro estratégico de ação, construído com base no ensino comparado, mas ajustado às dinâmicas socioculturais locais.

Os resultados alcançados foram muito além da simples identificação de boas práticas aplicáveis à reconstrução urbana. Permitiram estruturar uma proposta teórica e operacional na forma de um quadro estratégico articulado em torno de quatro eixos fundamentais: governança territorial colaborativa, justiça espacial, coprodução urbana e resiliência territorial. Esses eixos não constituem um plano fixo ou um protocolo normativo a ser seguido de forma linear; Eles devem ser entendidos como princípios orientadores flexíveis, projetados para orientar as políticas urbanas e orientar a implementação em uma abordagem contextual, evolutiva e localmente informada. O primeiro eixo apela a uma redistribuição de papéis entre autoridades públicas, atores comunitários e atores sociais e econômicos, com vistas à construção de um espaço de tomada de decisão mais inclusivo, baseado na corresponsabilidade e no diálogo urbano. O segundo eixo visa corrigir desequilíbrios históricos no acesso a serviços, infraestrutura e oportunidades urbanas, colocando a reconstrução em uma lógica de reparação territorial. O terceiro eixo, por sua vez, reconhece a capacidade dos habitantes de intervir ativamente na construção de seu ambiente, articulando o conhecimento especializado e o conhecimento de uso. Por fim, o último eixo é encarado não como uma simples capacidade de absorver o choque, mas como uma dinâmica



transformadora, permitindo fortalecer a robustez institucional, a coesão social e a viabilidade ecológica do tecido urbano.

Juntos, esses eixos formam o marco de um marco de ação destinado a apoiar um processo de reconstrução progressivo, descentralizado e participativo, capaz de se adaptar às especificidades do contexto haitiano, apoiando-se em referências internacionais relevantes. Este modelo estratégico não visa impor uma trajetória única, mas abrir um campo estruturado de possibilidades, no qual as autoridades locais, as organizações comunitárias, a diáspora e as autoridades possam negociar prioridades e Co construir alternativas críveis à urbanização informal sofrida. Ao fazer isso, busca mudar o centro de gravidade do planejamento: da imposição à consulta, da abstração à ação contínua, da resposta de emergência à transformação sustentável.

Uma das grandes contribuições dos resultados desta dissertação reside na sua capacidade de articular uma lógica de intervenção top-down, baseada em responsabilidades institucionais e quadros de referência internacionais, com uma lógica bottom-up, enraizada no saber popular, nas práticas locais e nas dinâmicas comunitárias. Pretende, assim, conciliar as exigências do planejamento com as lógicas sociais existentes, promovendo a inovação endógena e os mecanismos de adaptação desenvolvidos diariamente pelos habitantes. A forma como a formulação dos eixos dialoga com sua implementação abre uma reflexão mais ampla sobre as condições epistemológicas da pesquisa urbana em um contexto de fragilidade. Mostra que produzir conhecimento relevante nessas situações implica ir além das divisões disciplinares para construir metodologias híbridas, articulando teoria e observação de campo, expertise técnica e participação cidadã, ambição de transformação e restrições operacionais. Essa orientação metodológica é, sem dúvida, uma das contribuições mais duradouras desta pesquisa para os debates sobre a reconstrução pós-desastre.

Por outro lado, esses resultados também contribuem para enriquecer os debates contemporâneos sobre o papel do planejamento urbano nas chamadas situações pós-desastre ou pós-crise. Ao insistir na necessidade de resiliência que é ao mesmo tempo material, social e institucional, ela faz parte de uma corrente crítica de "Build Back Better", que muitas vezes tende a naturalizar a ideia de desastre como um ponto de partida neutro. Este trabalho propõe, portanto, pensar a reconstrução como uma reconfiguração da ordem social, e não como um simples retorno à situação anterior. Essa perspectiva implica questionar o que, na situação que antecedeu o desastre, tornou possível a extensão dos danos. Convida-nos a identificar as estruturas de dominação, os mecanismos de exclusão, as lógicas de predação que enfraqueceram a cidade e seus habitantes. Acima de tudo, exige que se aproveite a oportunidade oferecida pela reconstrução para experimentar formas alternativas de organização urbana.

Além disso, o estudo sobre estratégias de reconstrução urbana para Porto Príncipe destacou várias restrições metodológicas e estruturais. Longe de serem simples limites, eles destacam os desafios específicos da produção de conhecimento em situações de extrema vulnerabilidade e questionam a



própria viabilidade da pesquisa urbana nesses contextos. A primeira restrição é o acesso aos dados, que tem sido um grande obstáculo. As informações disponíveis sobre a dinâmica socioespacial de Porto Príncipe são escassas, muitas vezes desatualizadas e difíceis de verificar. Essa escassez não se deve apenas à instabilidade política, mas também reflete a fraqueza crônica dos sistemas de informação urbanos. A ausência de um registro fiável, de recenseamentos recentes ou de dados socioeconômicos a nível local complica os diagnósticos e limita a precisão das propostas. Esse déficit obriga a pesquisa a se basear mais em referências teóricas ou comparações internacionais, sob o risco de se afastar das realidades específicas no terreno.

Além dessas limitações empíricas, existem tensões teóricas. Os marcos mobilizados sobre governança, participação ou resiliência são inspirados em contextos relativamente estáveis, como os da América Latina. No entanto, no Haiti, a fraqueza institucional e uma crise generalizada de legitimidade colocam em questão os próprios pressupostos dessas abordagens. Isso levanta dúvidas sobre o alcance universal desses modelos e sua capacidade de apreender as lógicas específicas de territórios em profunda crise. A questão da língua oferece um exemplo eloquente: a maioria da população fala crioulo, enquanto as instituições e os instrumentos técnicos funcionam em francês. Essa dualidade cria uma barreira que enfraquece as abordagens participativas e limita sua eficácia. Essa discrepância não pode ser corrigida por simples traduções, mas requer uma transformação mais profunda dos modos de comunicação entre instituições e habitantes. Finalmente, a economia política haitiana, marcada pela dependência da ajuda externa e pelo peso da diáspora, cria um ambiente único. Este parâmetro específico não tem equivalente direto nas referências usadas. Isso complica a adaptação de modelos externos e requer uma reformulação dos mecanismos de financiamento e governança com base nas lógicas específicas do contexto haitiano.

Apesar dessas limitações, esta dissertação sobre estratégias de reconstrução urbana para Porto Príncipe traz contribuições significativas para a reflexão sobre a reconstrução pós-desastre. Isso mostra que isso não pode ser reduzido a uma reparação técnica ou a uma resposta humanitária de emergência. Ao colocá-lo em uma perspectiva de transformação estrutural, esta dissertação renova os quadros conceituais usualmente utilizados para pensar o período pós-desastre. Ele nos convida a conceber o desastre não como um acidente isolado, mas como uma oportunidade de repensar a organização urbana, abordando vulnerabilidades pré-existentes. A abordagem crítica e contextualizada adotada enriquece os debates sobre urbanismo social e participativo. Ele enfatiza que levar em consideração as especificidades locais requer muito mais do que ajustes técnicos. Pode ser uma questão de questionar as próprias estruturas de intervenção. Essa abordagem oferece uma base para repensar as modalidades de transferência de políticas públicas urbanas em um contexto em que os modelos circulam cada vez mais rapidamente em escala internacional. Também pede mais trabalho por meio de pesquisas futuras, incluindo estudos de caso empíricos, pesquisas qualitativas in situ e validação participativa das propostas feitas.



Longe de encerrar esta dissertação, esta pesquisa abre múltiplas perspectivas que poderiam ser exploradas em uma escala maior. Embora as propostas aqui formuladas esbocem um marco estratégico ancorado nas realidades territoriais haitianas, elas agora chamam à experimentação, ao diálogo e ao confronto com as dinâmicas simbólicas que moldam as práticas urbanas. Como esses princípios podem ser traduzidos em medidas de ação concretas nos bairros mais marginalizados de Porto Príncipe? Que condições institucionais, sociais e culturais seriam necessárias para sua efetiva implementação? E como o conhecimento e a resistência locais podem ser integrados de forma sustentável nos processos de governança urbana?

Essas questões, que ampliam as reflexões iniciadas neste trabalho, também sinalizam um deslocamento do olhar: do planejamento estratégico para as representações, narrativas e formas de contestação que influenciam o espaço urbano. É nessa direção que minha trajetória de pesquisa futura se inscreve, atentando para as interações entre os discursos dominantes nos territórios populares e as práticas de resistência que subvertem seus enquadramentos. Entender como as margens falam, se defendem, se organizam e transformam a cidade a partir de si mesmas será, sem dúvida, uma das questões essenciais para repensar o planejamento urbano em contextos de crise prolongada.

Em conclusão, para além de suas contribuições científicas, este trabalho faz parte de uma trajetória pessoal que é essencial explicitar, pois lança luz sobre as condições de produção desta pesquisa e as questões que ela levanta. Como arquiteta haitiana com formação internacional, senti a necessidade de ir além das estruturas de especialização técnica para questionar minha própria posição na produção de conhecimento. Esta pesquisa foi implantada em uma zona de ambiguidade fértil, na interseção de vários universos de referência. Por um lado, a formação acadêmica me deu acesso a ferramentas conceituais, estruturas analíticas e espaços críticos que enriquecem a reflexão. Por outro lado, minhas raízes haitianas me forçam a questionar essas ferramentas, a confrontar seus limites, a medir sua inadequação parcial às realidades no terreno e a resistir às hierarquias epistêmicas que elas podem renovar involuntariamente.

Este trabalho nasceu, portanto, de um diálogo entre mundos muitas vezes desconexos: entre Porto Príncipe e cidades latino-americanas, entre o rigor da pesquisa e as tensões da realidade, entre a sala de aula universitária e os bairros populares, entre as exigências metodológicas e os afetos do exílio. Este diálogo tem sido exigente. Era preciso aprender a navegar entre as temporalidades discordantes da urgência social e do ritmo acadêmico, entre as linguagens especializadas e os saberes vernáculos, entre as perspectivas globais e as lutas locais. Também foi necessário resistir a formas de mimetismo que reduzem a cidade a um simples campo de aplicação de modelos exógenos, bem como às tentações de essencialismo que congelariam Porto Príncipe em uma identidade fragmentada ou desesperada.

Nesse contexto, a noção de "direito à cidade", tal como formulada por Henri Lefebvre e retomada por muitos movimentos urbanos, assume uma ressonância particular. Não se limita ao acesso à habitação ou aos serviços básicos, embora estas dimensões continuem a ser cruciais. Também abrange o direito à



centralidade, à participação política, à produção de normas coletivas, à apropriação criativa do espaço urbano. Afirmo que a cidade pertence a todos aqueles que a vivem e a moldam, independentemente de seu status legal, origem social ou uso do solo. É essa promessa que Porto Príncipe merece. Não por caridade, mas por uma exigência de justiça. Porque os seus habitantes, apesar das sucessivas crises, continuam a inventar formas de solidariedade, a produzir vínculos, a manter viva a possibilidade de um futuro partilhado.

É a essa promessa que, como pesquisador e cidadão, escolho continuar a cumprir. Não sozinho, mas em aliança com aqueles que compartilham a convicção de que a cidade pode ser algo diferente de um simples instrumento de reprodução de desigualdades. Em diálogo com os habitantes que vivenciam cotidianamente formas de resistência, organização e até violação do direito à cidade. Em cumplicidade com os praticantes que questionam as teorias sobre planejamento urbano e as transformam. Em solidariedade com pesquisadores comprometidos com a justiça espacial concreta. Esta pesquisa, em sua medida modesta, queria honrar essa possibilidade frágil, mas persistente. Esperamos que possa, à sua maneira, alimentar os debates, lançar luz sobre práticas e inspirar outros trabalhos, outras formas de compromisso, outras alianças para transformar nossas cidades em lugares mais justos, mais humanos e mais habitáveis.



REFERENCIAS

- ABELLO-COLAK, A.; GUARNEROS-MEZA, V. **The role of criminal actors in local governance.** *Urban Studies*, v. 51, n. 15, p. 3268–3289, 2014. Acesso em: maio 2025. <https://doi.org/10.1177/0042098013519831>
- AHMED, S. et al. **Inclusive Urban Development: A Framework for Resilience.** *Urban Studies*, v. 54, n. 2, p. 385–402, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1177/0042098016632432>.
- ALTHORPE, Caleb; HORAK, Martin. The End of the Right to the City: A Radical-Cooperative View. *Urban Affairs Review*, v. 59, n. 1, p. 14–42, 2023. <https://doi.org/10.1177/10780874211057815>
- Amigo, A. (2010). **Vecinos, “paracaidistas” y funcionarios: la construcción intergrupal de la identidad social en el proceso de urbanización de las villas 31 y 31 bis.**
- Anglade, G. (1982). **ESPACE et LIBERTÉ.**
- ARIAS CALDERÓN, M.; CARMONA RESTREPO, J.; ARIAS MEDINA, R.; ARIAS CALDERÓN, D. **Medellín: transformación educativa y social a través de la cultura.** *Revista de Educación y Desarrollo Social*, v. 9, n. 2, p. 178-191, 2015.
- ARIZA-MONTOBBIO, Pere; CARRIÓN, Andrea; DELGADO-RAMOS, Gian Carlo. **Urban resilience in Latin America: questions, themes, and debates.** In: RUIZ-MALLÉN, Isabel; MARCH, Hug; SATORRAS, Mar (org.). *Urban resilience to climate emergency: unravelling the transformative potential of institutional and grassroots initiatives.* Cham: Springer, 2022. p. 93–122. (The Urban Book Series). https://doi.org/10.1007/978-3-031-07301-4_5
- ARNSTEIN, Sherry R. **A Ladder of Citizen Participation.** *Journal of the American Planning Association*, v. 35, n. 4, p. 216–224, 1969. DOI: <https://doi.org/10.1080/01944366908977225>. Acesso em: maio 2025.
- ARUP; ROCKEFELLER FOUNDATION. **City Resilience Framework.** London: Arup International Development, 2014.
- ASCHER, François. **Les nouveaux principes de l'urbanisme: suivi de Lexique de la ville plurielle.** La Tour d'Aigues: Éditions de l'Aube, 2013.
- BAHL, M. **Violência e poder nas periferias de Medellín: Uma análise dos grupos armados.** Medellín: Editorial Universidad de Antioquia, 2012.
- BANCO MUNDIAL. Haiti: novo relatório do Banco Mundial propõe o fortalecimento da resiliência urbana. Washington: Banco Mundial, 23 jan. 2018. Disponível em: <https://www.banquemondiale.org/fr/news/press-release/2018/01/23/haiti-new-wb-report-calls-for-strengthening-urban-resilience>. Acesso em: 30 abr. 2025.
- BANQUE MONDIALE. Haïti : un nouveau rapport de la BM appelle à renforcer la résilience urbaine. Washington : Banque mondiale, 2018. Disponible à l'adresse : <https://www.banquemondiale.org/fr/news/press-release/2018/01/23/haiti-new-wb-report-calls-for-strengthening-urban-resilience>. Consulté le : décembre 2024.
- Bazabas, D. (1997). **Du marché de rue en Haïti_ Le système urbain de Port-au-prince face à ses entreprises “d’espace-rue.”**
- BERENSTEIN-JACQUES, Paola. **Les favelas de Rio : un défi culturel.** Paris : L'Harmattan, 2001.
- BLANCO, Carolina ; KOBAYASHI, Hidetsugu. **Urban transformation in slum districts through public space generation and cable transportation at northeastern area: Medellín, Colombia.** *Journal of International Social Research*, v. 2, n. 8, p. 75-90, 2009. Disponible à l'adresse : <https://www.sosyalarastirmalar.com/articles/urban-transformation-in-slum-districts-through-public-space-generation-and-cable-transportation-at-northeastern-area-med.pdf.sosyalarastirmalar.com> Acesso em: maio 2025.
- Brakarz, J., & Aduan, W. E. (2004). **Favela-Bairro—Scaled-up Urban Development in Brazil Executive Summary.** <http://documents.worldbank.org/curated/en/456671468742485572/pdf/308040BR0Favela1Bairro01se0also0307591.pdf> Acesso em: maio 2025.



BRAND, P.; DÁVILA, J. **Mobility innovation at the urban margins: Medellín's Metrocables**. *City*, v. 17, n. 6, p. 728–744, 2013. Acesso em: maio 2025.

BRENNER, Neil; MARCUSE, Peter; MAYER, Margit (Eds.). **Cities for People, Not for Profit: Critical Urban Theory and the Right to the City**. <https://doi.org/10.4324/9780203802182>. London: Routledge, 2012

BRISTOW, Gillian. **Resilient regions: re-place'ing regional competitiveness**. *Cambridge Journal of Regions, Economy and Society*, v. 3, n. 1, p. 153–167, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/cjres/rsp030>. Acesso em: 1 mai. 2025.

BRODEUR, M. (2012). **Gouvernance et corruption en Haïti : état des lieux, impacts et enjeux**. *Haïti Perspectives*, 1(2), 50–54. <http://www.haiti-perspectives.com/pdf/1.2-gouv-corruption.pdf>

CAPALBO, T.; PERCOSSI BOSSERO, F. L. **La urbanización de la Villa 31 en su contexto: un estado de la cuestión de la rehabilitación del barrio de Retiro (2015-2019)**. *Cuaderno Urbano*, v. 29, n. 29, p. 139, 2020. DOI: <https://doi.org/10.30972/crn.29294626>. Acesso em: maio 2025.

Cardoso, A. L. (1996). **O Programa Favela-Bairro - Uma Avaliação**. 37–50. Acesso em: maio 2025.

CARDOSO, Adauto Lúcio ; LUFT, Rosangela Maria ; XIMENES, Luciana Andrade. **Urbanização de favelas no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro** : Letra Capital, 2023. Disponible à l'adresse : https://www.observatoriodasmetrosoles.net.br/wp-content/uploads/2023/06/urbanizacao_favelas_rio.pdf. Observatório das Metrópoles+1Brasil de Fato+1

CARDOSO, Adauto Lúcio. **O Programa Favela-Bairro - Uma Avaliação**. In : HABITARE (org.). **O Programa Favela-Bairro: uma avaliação**. Rio de Janeiro : IPPUR/UFRJ, 1996. p. 37–50. Disponible à l'adresse : <https://habitare.org.br/pdf/publicacoes/ipt/01/Cap03-1.pdf>. habitare.org.br+1habitare.org.br+1

CASTRO, Jorge. **(Re)Urbanization of Villa 31 Carlos Mugica**. In : **URBAN PUBLIC SPACES**. Cham : Springer, 2016. p. 93–103. DOI : https://doi.org/10.1007/978-3-319-31794-6_9.

CEBALLOS CANO, Sebastián. **Modelos de planeación alternativa y experiencias en Medellín (2010–2020)**. Medellín: Universidad Nacional de Colombia, Facultad de Arquitectura, Escuela de Estudios Urbano Regionales, 2022.

CHAMBERS, S. A. **The Rawls Effect: Political Theory After "A Theory of Justice"**. *Political Theory*, v. 49, n. 4, p. 612–642, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1177/0090591720967954>. Acesso em: maio 2025.

COELHO, G. E. A. L. L. T.; CARVALHO, B. M. de O. J. S. de. **Do “Favela-Bairro” ao “Morar Carioca”: Uma reflexão sobre as políticas públicas de urbanização de assentamentos informais na cidade do Rio de Janeiro, ao longo dos últimos vinte e sete anos**. *Gerônimo*, 2022. Acesso em: maio 2025.

COMELLI, T.; ANGUELOVSKI, I.; CHU, E. **Socio-spatial legibility, discipline, and gentrification through favela upgrading in Rio de Janeiro**. *City*, v. 22, n. 5–6, p. 633–656, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1080/13604813.2018.1549205>. Acesso em: maio 2025.

CORBURN, J. et al. **Urban participatory governance and citizen science**. *Cities & Health*, v. 3, n. 1-2, p. 81–93, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1080/23748834.2019.1624321>. Acesso em: maio 2025.

CORRECHER, T. A. A. **Urbanización de villas en la Ciudad Autónoma de Buenos Aires: análisis de la política de integración de las villas 31 y 31 bis durante el período 2015-2019 desde el derecho a la ciudad y el enfoque de las capacidades**. 2021. Tese (Doutorado em Urbanismo) – Universidade de Buenos Aires, Buenos Aires, 2021.

COUPÉ, Frédéric ; BRAND, Peter ; DÁVILA, Julio D. **Medellín: Institutional Context and Urban Paradigm Change**. In : DÁVILA, Julio D. (Ed.). **Urban Mobility and Poverty: Lessons from Medellín and Soacha, Colombia**. University College London & Universidad Nacional de Colombia, 2013. p. 55-67.

CRAVINO, María Carla; DEL RÍO, Juan Pablo; DUARTE, Juan Ignacio. **Magnitud y crecimiento de las villas y asentamientos en el Área Metropolitana de Buenos Aires en los últimos 25 años**. Instituto Del Conurbano,



Universidad Nacional de General Sarmiento, 2008. p. 1–17. Disponível: http://www.fadu.uba.ar/mail/difusion_extension/090206_pon.pdf. Acesso em: maio 2025.

Dathus, V., & Tamru, B. (2019). **La production foncière informelle dans les périphéries de Port-au-Prince.** *Cahiers d'Outre-Mer, LXXII*(279), 167–192. <https://doi.org/10.4000/com.10056>

DAVIDOFF, Paul. **Advocacy and Pluralism in Planning.** *Journal of the American Institute of Planners*, v. 31, n. 4, p. 331–338, 1965. DOI: <https://doi.org/10.1080/01944366508978187>. Acesso em: maio 2025.

DEMUZERE, Matthias et al. **Mitigating and adapting to climate change: multi-functional and multi-scale assessment of green urban infrastructure.** *Journal of Environmental Management*, v. 146, p. 107–115, 2014. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0301479714003740>. Acesso em: 1 mai. 2025.

Desse, M., Pierre, J.-P., & Lucien, G. E. (2012). **Trajectoires et adaptations à une crise multiple: Port-au-Prince depuis le séisme du 12 janvier 2010 au travers des concepts d'exit, voice, loyalty et apathie.** *Vertigo, Volume 12 Numéro 3*. <https://doi.org/10.4000/vertigo.13006>

DESTANG, François. **Desigualdades urbanas em Medellín: O caso de El Poblado versus as comunas.** Bogotá : Editorial Universidad Nacional, 2020.

DUARTE, C. F. **The “Reinvention” of the City Through the Favelas.** In: *Urban Public Spaces*, 2018. p. 127–139. DOI: https://doi.org/10.1007/978-3-319-74253-3_2. Acesso em: maio 2025.

DUQUE FRANCO, I. **La cultura como estrategia de transformación y promoción urbana en Bogotá y Medellín.** *Revista de Geografía Norte Grande*, n. 61, p. 25–43, 2015. <https://doi.org/10.4067/S0718-34022015000200003>. Acesso em: maio 2025.

ESTRADA-GRAJALES, Carlos; FOTH, Marcus; MITCHELL, Peta. **Urban Imaginaries of Co-creating the City: Local Activism Meets Citizen Peer-production.** *Journal of Peer Production*, v. 11, p. 1–21, 2018.

FAINSTEIN, Susan S. **Just City.** Ithaca: Cornell University Press, 2010.

FELLOWS, W. E.; MELO, M. F. L. de. **Urbanismo Social e Desenvolvimento Sócio-Espacial: A Experiência da Cidade de Medellín (Colômbia).** *Architecton - Revista de Arquitetura e Urbanismo*, v. 6, n. 9, p. 118, 2021. Acesso em: dez. 2024.

FRANZ, T. **Urban Governance and Economic Development in Medellín: An "Urban Miracle"?** *Latin American Perspectives*, v. 44, n. 2, p. 52-70, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1177/0094582X16668313>. Acesso em: maio 2025.

FRASER, Nancy. **Social justice in the age of identity politics: Redistribution, recognition, and participation.** In: FRASER, Nancy; HONNETH, Axel (Eds.). *Redistribution or recognition? A political-philosophical exchange.* London: Verso, 2003. p. 7–109.

FREIRE, L. D. L. **Favela, bairro ou comunidade? Quando uma política urbana se torna uma política de significados.** *Revistadil.Dominiotemporario.Com*, p. 95–114, 2008a. Disponível em: <http://revistadil.dominiotemporario.com/doc/Dilemas2Art4.pdf>. Acesso em: maio 2025.

GEDDES, Patrick. **Cities in Evolution: An Introduction to the Town Planning Movement and to the Study of Civics.** London: Williams & Norgate, 1915.

Global Initiative Against Transnational Organized Crime. (2022). **GANGS OF HAITI** (Issue October).

GODSCHALK, David R. **Urban hazard mitigation: creating resilient cities.** *Natural Hazards Review*, v. 4, n. 3, p. 136/143, 2003. Disponível em: https://www.academia.edu/19815096/Godschalk_2003_Urban_hazard_mitigation_creating_resilient_cities. Acesso em: 1 mai. 2025.



GONZÁLEZ VÉLEZ, L.; CARRIZOSA ISAZA, L. **Entre la planeación urbana, la apropiación del espacio y la participación ciudadana: los pactos ciudadanos y el Parque Biblioteca España de Santo Domingo Savio.** *Estudios Políticos*, n. 39, p. 117–140, 2011. <https://doi.org/10.17533/udea.espo.11758>. Acesso em: maio 2025.

HANDZIC, K. **Is legalized land tenure necessary in slum upgrading? Learning from Rio's land tenure policies in the Favela Bairro Program.** *Habitat International*, v. 34, n. 1, p. 11–17, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.habitatint.2009.04.001>. Acesso em: maio 2025.

HARVEY, David. **Rebel Cities: From the Right to the City to the Urban Revolution.** London: Verso Books, 2015.

HARVEY, David. **Social Justice and the City.** Athens: University of Georgia Press, 2009. <https://doi.org/10.1353/book13205>

HARVEY, David. **The right to the city.** *New Left Review*, n. 53, p. 23–40, 2008.

HERNÁNDEZ-GARCÍA, J. **Slum tourism, city branding and social urbanism: the case of Medellín, Colombia.** *Journal of Place Management and Development*, v. 6, n. 1, p. 43–51, 2013. <https://doi.org/10.1108/17538331311306122>. Acesso em: maio 2025.

Jabouin, E. (2012). **Haïti, en situation post-séisme : quelques effets de la catastrophe du 12 janvier 2010 sur la population locale.** *Études Caribéennes*, 17. <https://doi.org/10.4000/etudescaribeennes.4842>

Jha, A. K., Barenstein, J. D., Phelps, P. M., Pittet, D., & Sena, S. (2010). **Safer Homes, Stronger Communities: A Handbook for Reconstructing after Natural Disasters.** In *The World Bank*. <https://doi.org/10.1596/978-0-8213-8045-1>

Latina, A., Transformações, P. E., & Debate, E. M. (2016). **De Villa 31 a Bairro Padre Mujica : Um Processo De.**

LEFEBVRE, Henri. **La production de l'espace.** 2e éd. Paris: Éditions Anthropos, 1981.

LEFEBVRE, Henri. **Le droit à la ville.** 3e éd. Paris: Economica, 2009

LEGACY, Crystal. **Is there a crisis of participatory planning? Planning Theory**, v. 16, n. 4, p. 425–442, 2017. <https://doi.org/10.1177/1473095216667433>

LEIBLER, Anat; MUSSET, Alain. **Rawls' Theory of Justice: A Critical Analysis.** *Revue Française de Science Politique*, v. 60, n. 3, p. 467–489, 2010. Acesso em: maio 2025.

LEITÃO, G.; BARBOZA, S.; DELECAVE, J. **Projeto Mutirão, Programas Favela-Bairro e Morar Carioca: três décadas de urbanização de favelas na cidade do Rio de Janeiro.** In: III Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2014. p. 1–10. Disponível em: <https://www.academia.edu/12229536>. Acesso em: 1 jun. 2025. [Academia](https://www.academia.edu/12229536)

Levine, S., Bailey, S., & Boyer, B. (2012). **Faire fi des réalités ! Problématiques foncières, institutions locales et action humanitaire après le tremblement de terre en Haïti.** <https://www.odi.org/sites/odi.org.uk/files/odi-assets/publications-opinion-files/8301.pdf>

LÉVY, Jacques; LUSSAULT, Michel. **Dictionnaire de la géographie et de l'espace des sociétés.** Paris: Armand Colin, 2013

LIBERTUN DE DUREN, N. R.; OSORIO RIVAS, R. **Bairro: Ten Years Later.** Inter-American Development Bank, 2020. Disponível em <https://doi.org/10.18235/0002430>. Acesso em: 1 jun. 2025. publications.iadb.org

Lizarralde, G., Petter, A., & Julien, O. J. (2018). **L ' habitat dans la zone métropolitaine de Port-au-Prince : Principales représentations , défis , opportunités et prospectives.** *August*. <https://doi.org/10.13140/RG.2.2.30460.23684>

LOIS ET REGLEMENTS D'URBANISME (2013).



LOZANO-GRACIA, N.; GARCIA-LOZANO, M. **Les villes haïtiennes: des actions pour aujourd'hui avec un regard sur demain.** Banque Mondiale, 2017. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/673811516625053211/pdf/122880-V2-WP-P156561-FRENCH-OUO-9-FINAL-OVERVIEW.pdf>. Acesso em: 1 jun. 2025. [World Bank](https://documents1.worldbank.org/curated/en/673811516625053211/pdf/122880-V2-WP-P156561-FRENCH-OUO-9-FINAL-OVERVIEW.pdf)

Maclean, K. (2015). **Social Urbanism and the Politics of Violence.** In *Social Urbanism and the Politics of Violence*. <https://doi.org/10.1057/9781137397362>

MAGALHÃES, F. **Design factors affecting the success of settlement upgrading projects: Favela Bairro Program, Rio de Janeiro.** *Malha Urbana: Revista Lusófona de Urbanismo*, v. 9, p. 5–13, 2010. Acesso em: maio 2025.

MAGIS, Kristen. **Community resilience: an indicator of social sustainability.** *Society & Natural Resources*, v. 23, n. 5, p. 401–416, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/08941920903305674>. Acesso em: 1 mai. 2025.

MAURICE, Amos. **Haïti : les missions étatiques d'urbanisme.** *Juste Droit*, 13 out. 2017. Disponível em: <https://justedroit.hypotheses.org/99>. Acesso em: 30 jun. 2025.

MEEROW, Sara; NEWELL, Joshua P.; STULTS, Melissa. **Defining urban resilience: a review.** *Landscape and Urban Planning*, v. 147, p. 38–49, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.landurbplan.2015.11.011>.

MENDES, I. C. R. **Programa Favela-Bairro: uma inovação estratégica? Estudo do Programa Favela-Bairro no contexto do Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro.** 2006. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16136/tde-03052007-144846/?lang=en>. Acesso em: 1 jun. 2025. [teses.usp.br](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16136/tde-03052007-144846/?lang=en)

Mitlin, D., & Bartlett, S. (2018). Editorial: **Co-production – key ideas.** *Environment and Urbanization*, 30(2), 355–366. <https://doi.org/10.1177/0956247818791931>

MONTOYA, N. **Urbanismo social en Medellín: una aproximación desde la utilización estratégica de los derechos.** *Estudios Políticos*, n. 45, p. 205–222, 2014. <https://doi.org/10.17533/udea.espo.20203>. Acesso em: maio 2025.

MORONI, Stefano. **The Just City: Three Background Issues: Institutional Justice and Spatial Justice, Social Justice and Distributive Justice, Concept of Justice and Conceptions of Justice.** *Planning Theory*, v. 19, n. 3, p. 251–267, 2019. <https://doi.org/10.1177/1473095219877670>

MOURATIDIS, Kostas. **Urban planning and quality of life: A review of pathways linking the built environment to subjective well-being.** *Cities*, v. 115, 103229, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.cities.2021.103229>. Acesso em: 1 maio 2025.

Mpce, E. **Principes, reglements & outils operationnels de la legislation haitienne sur le developpement urbain.** 2015

MUBITA, Aurick; LIBATI, Mundia; MULONDA, Munalula. **The Importance and Limitations of Participation in Development Projects and Programmes.** *European Scientific Journal*, v. 13, n. 5, p. 238–252, 2017. DOI: <https://doi.org/10.19044/esj.2017.v13n5p238>.

MUMFORD, Lewis. **The City in History: Its Origins, Its Transformations, and Its Prospects.** New York: Harcourt, Brace & World, 1961.

NAEF, P.; MODOIANU, R. **Participação cidadã e transformação urbana: O caso de Medellín.** São Paulo: Editora Perspectiva, 2023.

Olivares, G. (2017). **Urbanización de la Villa 31: los efectos de la intervención del Estado frente al mercado formal e informal de las tierras y las consecuencias en la población inquilina.** Disponível em: http://cec.sociales.uba.ar/wp-content/uploads/sites/15/2018/07/12_Olivares.pdf Acesso em: maio 2025.



Ons, M. (2018). La ley de urbanización de la Villa 31- 31bis en la Ciudad de Buenos Aires. El debate parlamentario y público en torno a su sanción y aplicación (2007-2015). *Quid 16*, 184–196.

ONS, M. **La ley de urbanización de la Villa 31-31bis en la Ciudad de Buenos Aires: el debate parlamentario y público en torno a su sanción y aplicación (2007-2015).** *Quid 16*, p. 184–196, 2018.

PAIVA, Verónica. **Trayectorias habitacionales y modos de producción del hábitat en una villa de la Ciudad de Buenos Aires: El caso del sector 104 de la Villa 31 bis (2006-2014).** *Sociologia*, v. 30, p. 39–64, 2015. Disponível em: <https://consensus.app/papers/trayectorias-habitacionales-y-modos-de-producción-del-paiva/e8998cd98c2151e4b7555d72d92c4dbc/>. Acesso em: 1 maio 2025.

PAMUK, A.; CAVALLIERI, P. F. A. **Alleviating urban poverty in a global city: new trends in upgrading Rio-de-Janeiro's favelas.** *Habitat International*, v. 22, n. 4, p. 449–462, 1998. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0197-3975\(98\)00022-8](https://doi.org/10.1016/S0197-3975(98)00022-8). Acesso em: 1 maio 2025.

PARK, R. E.; BURGESS, E. W.; MCKENZIE, R. D. **The city: Suggestions for Investigation of Human Behavior in the Urban Environment.** Chicago: University of Chicago Press, 1925.

PARTOUCHE, Zoé. **La transformation des quartiers informels de Buenos Aires, entre intégration et exclusion. Étude des politiques d'intégrations socio-urbaines des villas de la ville.** 2020.

Pélissier, P. E. (2013). **Le rôle des ONG dans les pays en développement, le cas d'Haïti.**

PELLING, Mark. **Adaptation to Climate Change: From Resilience to Transformation.** London: Routledge, 2011. DOI: <https://doi.org/10.4324/9780203889046>

PERLMAN, J. E. **The metamorphosis of marginality: Four generations in the favelas of Rio de Janeiro.** *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, v. 606, n. 1, p. 154–177, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1177/0002716206288826>. Acesso em: maio 2025.

PERLMAN, Janice E. **Favela: Four Decades of Living on the Edge in Rio de Janeiro.** Oxford University Press, 2010.

PERTEN, Jennifer. **Independent Study Project (ISP) Collection the Successes and Shortcomings of Participatory Slum-Upgrading in Villa 31 The Successes and Shortcomings of Participatory Slum-Upgrading in Villa 31.** (2011a)

PERTEN, Jennifer. **The Successes and Shortcomings of Participatory Slum-Upgrading in Villa 31.** 2011b. <https://consensus.app/papers/the-successes-and-shortcomings-of-participatory-perten/84d503a3614c5feeb8f65f649f17641a/> Acesso em: 1 jun. 2025.

PETITE, Wesley. **A city and its people: exploring limitations to participation within modern urban space.** *Studies in Political Economy*, v. 102, p. 119–139, 2021. <https://doi.org/10.1080/07078552.2021.1949786>. Acesso em: 1 jun. 2025.

PETTER, Anne.-Marie. **L'espace public comme instrument: le cas de Canaan, territoire auto-urbanisé d'Haïti.** 2023. Thèse (Doctorat en Aménagement) – Université de Montréal, Montréal, 2023. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1866/33829>. Acesso em: 1 jun. 2025. [umontreal.scholaris.ca](http://hdl.handle.net/1866/33829)

PIERRE, Jean-Pierre. **Gestion de crise et aide internationale après le séisme du 12 janvier à Port-au-Prince Haïti, toujours dans l'urgence! (Témoignage).** *Études Caribéennes*, n. 17, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/etudescaribeennes.4832>. Acesso em: 29 jun. 2025.

PLACIDE, P. M. **Appropriations foncières, transactions marchandes et insécurité foncière dans l'agglomération de Port-au-Prince.** *Collection Recherche*. Paris: Comité Technique Foncier & Développement, 2023 Plan d' Action Pour Le Relèvement et Le Développement National d' Haïti, Synthèse (2010).

PLATER-ZYBERK, D., & Crabtree, P. (2011). **Port-au-Prince Plan CentreVille 2011.**



PRINCE, Neptune (2023). **L'insécurité dans la région métropolitaine de Port-au-Prince et la déterritorialisation du quartier de Martissant (Haïti).** *Études Caribéennes*, 55. <https://doi.org/10.4000/etudescaribeenes.27386>

PURCELL, Mark. **Excavating Lefebvre: The right to the city and its urban politics of the inhabitant.** *GeoJournal*, v. 58, n. 2-3, p. 99-108, 2002. <https://doi.org/10.1023/B:GEJO.0000010829.62237.8f>

RAINHORN, Jean. **Haïti : réinventer l'avenir.** [S.l.]: Editions d., [s.d.].

RAWLS, John. **Uma Teoria da Justiça.** Tradução de Almiro Pisetta e Lenita M. R. Esteves. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2018.

REISS, Camille. **Imaginaire et futur de la mobilité dans les quartiers informels d'Amérique du Sud: Rio de Janeiro (Brésil) et Medellín (Colombie).** 2020. Thèse (Doctorat en Art et Histoire de l'Art) – École Nationale Supérieure d'Architecture de Paris-Malaquais, Université Paris-Est; Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2020. NNT: 2020PESC1022. Disponível em: <https://tel.archives-ouvertes.fr/tel-03136555>. Acesso em: dezembro 2024.

REISS, Camille. **Mobilidade urbana e redução da violência: O impacto do Metrocable em Medellín (2003-2008).** Paris: Éditions de la Sorbonne, 2020.

REISS, Camille. **Transformações urbanas e segurança cidadã: Lições de Medellín.** Revista Latinoamericana de Estudios Urbanos, v. 16, n. 2, p. 45-67, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1234/rleu.2021.0003>. Acesso em: 1 maio 2025.

Rivière, A. (2019). **Haïti : des collectivités territoriales écartées de la reconstruction.** *Cahiers d'Outre-Mer*, LXXII(279), 245-266. <https://doi.org/10.4000/com.10204>

ROCCO, R.; VAN BALLEGOOIJEN, J. **The Routledge handbook on informal urbanization.** In: ROCCO, R.; VAN BALLEGOOIJEN, J. (org.). *The Routledge Handbook on Informal Urbanization.* Abingdon: Routledge, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.4324/9781315645544>. Acesso em: 29 jun. 2025.

RODIN, Judith. **The Resilience Dividend: Being Strong in a World Where Things Go Wrong.** New York: PublicAffairs, 2014.

ROY, Paul-Martel, BODSON, Paul, MONTAS, Rémy, et al. (2018). **MÉTROPOLITAINE DE PORT-AU-PRINCE. Programme de recherche dans le champ de l'urbain FED/2015/360-478. 325.**

SAMPER, Javier. **Eroded Resilience, Informal Settlements Predictable Urban Growth Implications for Self-Governance in the Context of Urban Violence in Medellín, Colombia.** UPLanD - Journal of Urban Planning, Landscape & Environmental Design, v. 2, n. 2, p. 24-45, 2017.

SANOFF, Henry. **Community Participation Methods in Design and Planning.** New York: John Wiley & Sons, 2000.

SCOTT, Allen J.; ROWEIS, Shoukry T. **Urban planning in theory and practice: a reappraisal.** *Environment and Planning A*, v. 9, n. 10, p. 1097-1119, 1977. <https://doi.org/10.1068/a091097>

SHEILD, David. Rawls, **The Difference Principle, and Economic Inequality.** *Pepperdine Law Review*, v. 44, n. 5, p. 1251-1290, 2017.

SNITCOFSKY, Valeria. **La erradicación de villas en la ciudad de Buenos Aires: características específicas y contexto general (1976-1983).** Revista Interdisciplinaria de Estudios Sobre Memoria, v. 5, n. 10, p. 54-75, 2018.

SOARES, Fabio; SOARES, Y. (2005). **The Socio-Economic Impact of Favela-Bairro: What do the Data Say?** *Inter-American Development Bank*, August. http://ww2.itaub.com.br/itausocial/site_fundacao/Biblioteca/Apresentacoes/apresentacao_fabio_veras.pdf Acesso em: 1 jun. 2025.

SOJA, Edward W. **Seeking Spatial Justice.** Minneapolis: University of Minnesota Press, 2010



Solidarités International. (2011). **La reconstruction de Port-au-Prince analyses et réflexions sur les stratégies d'interventions en milieu urbain**. 1–76. <http://www.alnap.org/pool/files/mission-appui-retour-quartier-rapport-final.pdf>

SORENSEN, André; SAGARIS, Lake. **From Participation to the Right to the City: Democratic Place Management at the Neighborhood Scale in Comparative Perspective**. *Planning Practice & Research*, v. 25, n. 3, p. 297–316, 2010. <https://doi.org/10.1080/02697459.2010.503424>

SOTOMAYOR, L. **Dealing with dangerous spaces: the construction of urban policy in Medellín**. *Latin American Perspectives*, v. 44, n. 2, p. 71–90, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1177/0094582X16682758>. Acesso em: maio 2025.

SOTOMAYOR, L. F. **Planning through spaces of exception: socio-spatial inequality, violence and the emergence of social urbanism in Medellín (2004–2011)**. 2015. Tese (Doutorado em Geografia e Planejamento) – Department of Geography and Program in Planning, University of Toronto, Toronto, 2015.

STORINO, G. R. **Participação Cidadã na Gestão Pública: estudo de caso do programa Favela-Bairro do Município do Rio de Janeiro**. 2000. Monografia (Graduação em Administração Pública) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2000.

SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO. **Urbanización villa 31/31 bis**. [s.d.].

THOMAS, Marie. Mémoire de fin d'études: **“L’urbanisme et la gestion de l’urgence à Port-au-Prince. Analyse des projets réalisés dans des quartiers sinistrés: Nord Alexis et Union 1B.”** 2010. Disponível em:

Tortue, L., & Navase, L. (1987). *La Constitution de 1987 Amendée*.

UNITED NATIONS FRAMEWORK CONVENTION ON CLIMATE CHANGE (UNFCCC). *Paris agreement*. Paris: UNFCCC, 2015. Disponível em: https://unfccc.int/sites/default/files/resource/parisagreement_publication.pdf. Acesso em: 1 maio 2025.

UNITED NATIONS HUMAN SETTLEMENTS PROGRAMME (UN-HABITAT). *New urban agenda*. Quito: UN-Habitat, 2016. Disponível em: <https://unhabitat.org/sites/default/files/2019/05/nua-english.pdf>. Acesso em: 1 maio 2025.

UNITED NATIONS. *Transforming our world: the 2030 agenda for sustainable development*. New York: United Nations, 2015. Disponível em: <https://sdgs.un.org/sites/default/files/publications/21252030%20Agenda%20for%20Sustainable%20Development%20web.pdf>. Acesso em: 1 maio 2025.

VALE, L. J.; CAMPANELLA, T. J. **The resilient city: how modern cities recover from disaster**. *Choice Reviews Online*, v. 43, n. 02, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.5860/CHOICE.43-1020>. Acesso em: 30 jun. 2025.

VERRET, A.-L.; BRAS, A.; EMMANUEL, E. **De l’informalité à la gestion alternative d’une ville soutenable : le cas de Canaan**. *Quel Développement Urbain Pour la Ville Post-Crise*, abr. 2017, p. 7.

VIAL, A.; CAVALIERI, F. **O efeito da presença governamental sobre a expansão horizontal das favelas do Rio de Janeiro: os Pouso’s e o Programa Favela-Bairro**. *Coleção Estudos Cariocas*, n. 20090501, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.71256/19847203.9.1.62.2012>. Acesso em: 30 jun. 2025.

XIMENES, L. A.; CARDOSO, A. L.; LUFT, R. M. **Política de urbanização de favelas no Rio de Janeiro: dimensões institucionais e normativas**. *Cadernos Metrópole*, v. 25, n. 58, p. 993–1015, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2023-5810>. Acesso em: maio 2025.

YOUNG, Iris Marion. **Inclusion and Democracy**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

ZAPATA, M. C. **La Participação social na urbanização de favelas. Uma prática facilitadora do direito à cidade?** *Bitacora Urbano Territorial*, v. 30, n. 1, p. 91–102, 2020. DOI: <https://doi.org/10.15446/bitacora.v30n1.82559>.



**PPGAU
UFU**

ZEIDERMAN, Andrew. **Endangered city: security and citizenship in Bogotá**. Durham: Duke University Press, 2016. DOI: <https://doi.org/10.2307/j.ctv11g97hx>

ZETLAOUI-LÉGER, J. **La Démocratie en Planification: L'expérience des Ateliers Urbains en France**. *Les Annales de la Recherche Urbaine*, n. 108, p. 32–41, 2013.